



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E
(RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO: LEITURAS A PARTIR DA LUTA DO
POVO DE ALAGAMAR

JOÃO PESSOA
2022

GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E
(RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO: LEITURAS A PARTIR DA LUTA DO
POVO DE ALAGAMAR**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, na Linha de Pesquisa Educação Popular, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva

JOÃO PESSOA
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N518m Neves, Gildivan Francisco das.

Movimentos sociais do campo, práticas educativas e (re)configurações do território : leituras a partir da luta do povo de Alagamar / Gildivan Francisco das Neves. - João Pessoa, 2022.

288 f. : il.

Orientação: Severino Bezerra da Silva.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação de minorias. 2. Educação popular. 3. Práticas educativas. 4. Povo de Alagamar. 5. Movimentos sociais - Campo. I. Silva, Severino Bezerra da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 376.7(043)

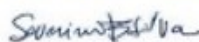
GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E
(RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO: LEITURAS A PARTIR DA LUTA DO
POVO DE ALAGAMAR**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, na Linha de Pesquisa Educação Popular, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovado em: 28/Abril/2022.

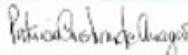
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
(PPGE/UFPB – Orientador)



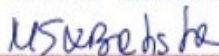
Profa. Dra. Maria do Socorro Silva
(PPGE/UFCG – Examinadora Externa)



Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão
(PPGFP/UEPB – Examinadora Externa)



Prof. Dr. Angelo Emilio da Silva Pessoa
(PPGH/UFPB – Examinador Externo)



Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
(PPGE/UFPB – Examinadora Interna)



Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite
(PPGE/UFPB – Examinador Interno)

*Às mulheres e aos homens do campo
que em suas trajetórias de resistência nos encorajam a lutar,
em nossos diversos espaços de vivência,
por uma sociedade mais justa.
Dedico!*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força, vida, encorajamento e saúde para, a cada dia, seguir o percurso da pesquisa e da escrita e por ter me levado por caminhos que permitiram a construção de muitas aprendizagens e novas experiências.

À minha mãe, Maria Pereira, “mainha” a quem dedico todo o meu amor, afeto, respeito e gratidão pelo cuidado cotidiano, por nossas sempre agradáveis conversas e partilhas. Certamente, o seu amor pela educação, o afeto com que relata suas vivências escolares, enquanto criança, em um grupo escolar, no sertão paraibano e a admiração pela profissão docente, foram elementos que me incentivaram à escolha em ser professor e a entender a dimensão e o significado da educação na vida do ser humano. Amo-te!

Ao meu pai, Geraldo Neves, pelo apoio e formas como esteve presente no decorrer da minha trajetória educacional, revelando um cuidado, uma admiração pelo universo da educação e incentivando para que eu pudesse continuar a jornada e concretizar meus objetivos. O senhor, minha mãe e demais membros da nossa família, certamente, são uma fortaleza em minha caminhada, meu abrigo. O fato de vocês existirem, certamente, é uma grande motivação em minha vida.

As minhas irmãs Malba, Malbenice, Malbeneide e ao meu irmão Geraldo Júnior. Como vocês são essenciais em minha vida! Meus exemplos de força, luta e apoio constante, sempre presentes e prontos para ajudar e acolher. A cada desafio enfrentado e conquistas sei que tenho cada um ao meu lado, acolhendo, incentivando, sempre se doando em prol dos “meus”, “nossos”, sonhos. Estão sempre tão presentes, das mais diversas formas, que nem tenho palavras para descrever.

Aos meus cunhados, Flávio e Voneis e minha cunhada, Sandra, pela presença contínua e afetos com que sempre me acolhem, incentivos e apoios diversos em minha trajetória de vida, tornando o percurso mais leve e feliz. Sou grato por ter encontrado cada um de vocês em minha jornada.

À minha sobrinha Maria Gabrielly e aos meus sobrinhos Fabrício, Mateus e Gustavo, que chegaram para somar a nossa família, trazendo tantas alegrias, criatividade, sorrisos e sensibilidades. O sorriso, a leveza e a presença de vocês, certamente, é um elemento essencial em minha caminhada.

Aos meus tios e tias, primos e primas, padrinhos e madrinhas e toda a família, pelo carinho e palavras de encorajamento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a quem externo meus agradecimentos aos coordenadores, professores, técnicos pelas aprendizagens e experiências que construí neste espaço no âmbito do mestrado e do doutorado em Educação.

Ao professor orientador, Dr. Severino Bezerra da Silva, pelos diálogos, orientações, sugestões, sensibilidade humana e ensinamentos partilhados que foram fundamentais para a construção da presente tese e, também, para a minha formação enquanto docente e ser humano. Receba a minha gratidão e admiração pelo educador e orientador que é e por seu compromisso e luta pela Educação Popular.

À banca examinadora, constituída por Profa. Dra. Maria do Socorro Silva, Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista e Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite pelas valiosas contribuições tanto no contexto de realização do exame de qualificação, como na defesa. Os diálogos e sugestões se constituíram como significativos para a feitura desta pesquisa e de um repensar do meu papel enquanto pesquisador e educador.

À Linha de Pesquisa Educação Popular, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa, demanda social, que foi fundamental para o andamento do Doutorado, da pesquisa e escrita da Tese, publicação de artigos e participações em eventos.

Ao Grupo de Pesquisa Educação Popular, Memórias e Saberes (GPEPsaberes) e seus membros, pelos diálogos, partilhas e tantas reflexões construídas, que foram muito significativas para a escrita da presente Tese, para minha formação enquanto educador, ser humano e para esperar em um tempo de tantos desafios.

Aos mestrandos e doutorandos da turma 38 com quem muito aprendi e tecemos diálogos que foram muito importantes neste processo formativo.

À Maria Lígia e Francikely, amigas muito queridas que tive a alegria de encontrar neste percurso do doutorado e com quem construí diálogos que, certamente, impactaram e trouxeram muitas aprendizagens e leveza ao meu cotidiano.

Às trabalhadoras e trabalhadores rurais de Alagamar que, com suas histórias, memórias e experiências de vida, tanto me ensinaram no contexto das pesquisas de graduação, mestrado e doutorado. Minha gratidão!

À amiga Lidiane Silva e ao amigo Marcos Silva, oriundos do mesmo município que eu, mas cujo nosso encontro se deu em Campina Grande - PB. Na partilha de um apartamento

e da convivência, nos diálogos sobre os desafios, conquistas, vidas e Alagamar, construímos laços de irmãos e que rompem tempos e distâncias.

Aos amigos Inácio e Israel e à amiga Rosângela, integrantes da minha família, que têm uma presença constante e afetuosa, motivando, auxiliando, ensinando sobre superação, força e resistência. Gratidão por toda a acolhida, desde a graduação. A alegria e afeto que emanam de vocês são detentores de um grande significado para o meu caminho.

Ao meu amigo Ronnie Wesley e à amiga Ruth Helena e seus familiares, especialmente, Dona Zilda, “voinha”, que tem tido um significado de acolhimento, aconselhamentos, incentivos e carinho sempre presente, desde o contexto do mestrado.

Às minhas amigas Wanderléia, Kedna e Raissa, pela amizade, força, cuidado e palavras de incentivos e ânimo.

Às amigas Fabíola, Monalisa, Suênya Costa, Iranete, Luana, Gisania, Andrezza, Luciane, Uliana, Rejane, Socorro Cavalcante, Alda, Jeane, Ladjane e aos amigos Carlos Júnior, Cleudo Gomes, Luciéllo, Luiz Junior, que encontrei no percurso do mestrado e doutorado e com quem aprendo muito sobre a docência, amizade e vida.

Aos amigos e amigas da Turma 2008.1, diurno – Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Turma 34 do Mestrado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pelas aprendizagens e amizades construídas.

A Alcione, Diego e Franciele, amigas e amigo muito especiais, com quem dialogo desde a graduação e que foram essenciais neste momento do doutorado e no enfrentamento aos desafios que o contexto pandêmico nos apresentou. Vocês são alegria e leveza!

Aos amigos Miguel e Kely, pelos diálogos, amizade e apoio constante.

A Paulo e Josué, pela amizade e pelas partilhas das alegrias cotidianas.

A Natanael e sua família pelo apoio e amizade no decorrer do mestrado e doutorado.

Aquelas e aqueles que foram meus professores e que contribuíram significativamente para o meu encontro com a docência.

Enfim, aos que direta e indiretamente contribuíram para o andamento do doutorado e construção da presente Tese, meu muito obrigado!

O campo...
Um livro com páginas de histórias e memórias escritas na e a partir da terra.
Páginas de lutas e vitórias protagonizadas por mulheres, homens e crianças
Escritas por mãos entrelaçadas
Mãos fortalecidas e que fortalecem o outro para a luta
Por mãos que carregam as marcas...
Do trabalho diário...
Do sol, da chuva, do tempo...
Da experiência, da resistência
Mãos que semeiam
Sementes de vida, de denúncia, de anúncio...
De transformação
Mãos que dialogam com o chão
Que cultivam e tocam o girassol
Mãos que alimentam e que educam
Mãos que escrevem, na poética da vida e da resistência,
outras possibilidades de existência e do porvir
Mãos que juntas com outras mãos, movimentam-se...
Lutam por direitos, educação, políticas públicas...
Colhem vitórias e (re)fazem histórias e memórias

(No campo, uma poética de resistência;
Gildivan Francisco das Neves,
4 de outubro de 2019)

RESUMO

A Luta do Povo de Alagamar foi um movimento social ocorrido na década de 1970, em Alagamar, situado entre os municípios paraibanos de Itabaiana e Salgado de São Félix e integra um cenário de lutas e resistências no campo e que tem contribuído para (re)configurá-lo. Deste modo, elencamos como objeto de estudo as (re)configurações do território de Alagamar, a partir das práticas educativas construídas pelos trabalhadores rurais na participação no movimento social neste ocorrido. Enquanto problemática: de que maneira, as práticas educativas construídas pelos trabalhadores rurais, através de suas participações na Luta do Povo de Alagamar, contribuíram para o desencadeamento de (re)configurações no território, a partir do movimento social? Frente a esta, elencamos como objetivo geral analisar como as práticas educativas construídas pelos trabalhadores rurais na Luta do Povo de Alagamar contribuíram para a (re)configuração do território no qual foi realizada. Como objetivos específicos, destacamos: a) Contextualizar o território de Alagamar, tomando como referência o movimento social neste ocorrido; b) Discutir as diferentes propostas de solução para a situação de exclusão vivenciada em Alagamar, no contexto do movimento social, como ressonâncias de leituras distintas do território; c) Compreender como o movimento social e as práticas educativas a partir deste construídas contribuíram para a construção de novas leituras para o território de Alagamar; e, d) Levantar fontes para a história local, contribuindo para o trato com a memória do movimento social, no âmbito da educação do campo, no território em que foi realizado. Apresentamos como tese o seguinte argumento: mediante a participação na Luta do Povo de Alagamar, os trabalhadores rurais construíram práticas educativas que contribuíram para a construção de novas leituras e (re)configurações para o território no qual ocorreu. Partimos do campo da Educação Popular que nos possibilitou adentrar a história local do território em que o movimento social foi realizado, visualizando o território e as suas memórias, ao Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir da pesquisa documental, tendo como fontes jornais, cartilha, cartas pastorais escritas por Dom José Maria Pires, Informativo Arquidiocesano nº 83 de 1980, fotografias analisadas considerando o disposto por Bacellar (2008) e Le Goff (2012) sobre o trato com documentos. A partir dos referidos autores, construímos uma ficha que contribuiu com o processo de catalogação e análise e resultou na construção de um produto que denominamos de Catálogo de fontes: Luta do Povo de Alagamar. Percebemos que no contexto do movimento social, existiam leituras divergentes para o território, o que incidia nas resistências realizadas pelos trabalhadores rurais, na busca pela desapropriação e permanência na localidade e nas ações dos novos proprietários, com vistas a expulsar os moradores de Alagamar. Este remeteu a um espaço de construção de práticas educativas, a partir das quais foram geradas aprendizagens, que possibilitaram aos trabalhadores rurais construir uma luta que continua, frente ao entendimento de que as medidas adotadas pelo governo do estado e do governo federal não solucionavam o problema e, assim, interferindo na (re)configuração e usos do território. A presente tese, mediante a construção do catálogo, contribui para o trato com a história local, na educação do campo em Alagamar, ao passo que apresenta fontes que permitem construir diálogos com o território, suas memórias e histórias.

Palavras-chave: Educação Popular. Movimentos Sociais do Campo. Práticas Educativas. Território. Luta do Povo de Alagamar.

ABSTRACT

The Luta do Povo de Alagamar (Struggle of the People of Alagamar) was a social movement that took place in the 1970s, in Alagamar, located between the municipalities of Itabaiana and Salgado de São Félix, in Paraíba, and is part of a scenario of struggles and resistance in the countryside, which has contributed to (re)configure it. In this way, we list the (re)configurations of the territory of Alagamar as an object of study, based on the educational practices built by rural workers in the participation in the social movement of this event. As a problem: in what way, the educational practices built by rural workers, through their participation in the Luta do Povo de Alagamar, (Struggle of the People of Alagamar) contributed to the triggering of (re)configurations in the territory, from the social movement? In view of this, we list as a general objective to analyze how the educational practices built by rural workers in the Alagamar People's Fight contributed to the (re)configuration of the territory in which it was carried out. As specific objectives, we highlight: a) To contextualize the territory of Alagamar, taking as a reference the social movement in this event; b) Discuss the different proposals for solutions to the situation of exclusion experienced in Alagamar, in the context of the social movement, as echoes of different interpretations of the territory; c) Understand how the social movement and the educational practices built on it contributed to the construction of new readings for the territory of Alagamar; and, d) Gather sources for the local history, contributing to the treatment with the memory of the social movement, in the scope of rural education, in the territory in which it was carried out. We present as a thesis the following argument: through participation in the Luta do Povo de Alagamar (Struggle of the People of Alagamar), rural workers built educational practices that contributed to the construction of new readings and (re)configurations for the territory in which it took place. We start from the field of Popular Education that allowed us to enter the local history of the territory in which the social movement was carried out, visualizing the territory and its memories, to the South. This is a qualitative research, based on documentary research, having as sources newspapers, booklet, pastoral letters written by D José Maria Pires, Informativo Arquidiocesano no 83 of 1980, photographs, analyzed considering the provisions of Bacellar (2008) and Le Goff (2012) on dealing with documents. From these authors, we built a file that contributed to the cataloging and analysis process and resulted in the construction of a product that we call Source Catalog: Luta do Povo de Alagamar. We realized that in the context of the social movement, there were divergent readings for the territory, which affected the resistance made by rural workers, in the search for expropriation and permanence in the locality and in the actions of the new owners, with a view to expelling the residents of Alagamar. This referred to a space for the construction of educational practices, from which learning was generated, which enabled rural workers to build a struggle that continues, facing the understanding that the measures adopted by the state government and the federal government did not solve the problem. and, thus, interfering in the (re)configuration and uses of the territory. This thesis, through the construction of the catalogue, contributes to dealing with local history, in rural education in Alagamar, while presenting sources that allow building dialogues with the territory, its memories and stories.

Keywords: Popular Education. Rural Social Movements. Educational Practices. Territory. Struggle of the People of Alagamar.

RESUMEN

La Lucha del Pueblo de Alagamar fue un movimiento social que se ha producido en la década de los 70, en Alagamar, ubicado entre los municipios paraibanos de Itabaiana e Salgado de São Félix y contiene un escenario de luchas y resistencias en el campo contribuyendo así para (re)configurarlo. De este modo, se señalan como objeto de estudio las (re)configuraciones del territorio de Alagamar, a partir de las prácticas educativas construidas por los trabajadores rurales na participación en el movimiento social en este sucedido. En su calidad de problemática: de qué manera, las prácticas educativas construidas por los trabajadores rurales, a través de sus participaciones en la Lucha del Pueblo de Alagamar, han contribuido para el accionamiento de (re)configuraciones en el territorio, a partir del movimiento social? Ante esta realidad, determinamos como objetivo general considerar como las prácticas educativas construidas por los trabajadores rurales em la Lucha del Pueblo de Alagamar han contribuido para la (re)configuración do territorio en el cual fue realizada. Como objetivos específicos, resaltamos: a) Contextualizar el territorio de Alagamar, tomando como referencia el movimiento social en este ocurrido; b) Debatar las diferentes propuestas de solución para la situación de exclusión experimentada en Alagamar, em el contexto del movimiento social, como resonancias de lecturas distintas del territorio; c) Comprender como el movimiento social y las prácticas educativas a partir de este que se construyeron y contribuirán para la construcción de nuevas lecturas para el territorio de Alagamar; y, d) Sacar fuentes para la historia local, contribuyendo para el trato con la memoria del movimiento social, en el ámbito de la educación del campo, en el territorio en que se ha realizado. Presentamos como tesis la siguiente argumentación: mediante la participación en la Lucha del Pueblo de Alagamar, los trabajadores rurales construirán prácticas educativas que han contribuido para la construcción de nuevas lecturas y (re)configuraciones para el territorio en el que se produjo. Partimos del campo de la Educación Popular que ha hecho posible llegar a la historia local del territorio en que el movimiento social fue realizado, visualizando el territorio y sus memorias, al Sur. Se trata de una pesquisa cualitativa, a partir de la investigación documental, teniendo como fuentes periódicos, manual, cartas pastorales escritas por D José Maria Pires, Informativo Arquidiocesano nº 83 de 1980, fotografías, analizadas considerando lo dispuesto por Bacellar (2008) y Le Goff (2012) sobre el tratamiento con documentos. A partir de los dichos autores, construimos una ficha que ha contribuido con el proceso de catalogación y análisis y resultó en la construcción de un producto que chamamos de Catálogo de fuentes: Lucha del Pueblo de Alagamar. Percibimos que en el contexto del movimiento social, existían lecturas divergentes para el territorio, cuál abordaba las resistencias realizadas por los trabajadores rurales, en la búsqueda de la expropiación y permanencia en la localidad y en las acciones d los nuevos propietarios, con vistas a expulsar los moradores de Alagamar. Este remitió a uno espacio de construcción de prácticas educativas, a partir de las cuales se hayan generadas aprendizajes, que an posibilitado a los trabajadores rurales crear una lucha que sigue, ante la comprensión, de que las medidas adoptadas por lo gobierno del estado y del gobierno federal no solucionaban el problema y, así, influyendo en la (re) configuración y usos del territorio. La presente tesis, d mediante la construcción del catálogo, contribuí para el trato con la historia local, em la educación del campo en Alagamar, mientras que presenta fuentes que permiten construir diálogos con el territorio, sus memorias y historias.

Palabras Clave: Educación Popular. Movimientos Sociales del Campo. Prácticas Educativas. Territorio. Lucha del Pueblo de Alagamar.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CE	Centro de Educação
CEDUC	Centro de Educação
CEVPM – PB	Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COOAGRAL	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar LTDA
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
EDUEPB	Editora da Universidade Estadual da Paraíba
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPPEC	Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia - Tocantins
GTs	Grupos de Trabalhos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEP	Instituto de Previdência do Estado da Paraíba
ITER	Instituto de Teologia do Recife
LSN	Lei de Segurança Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NER	Núcleo de Estudos Rurais
SNEPMSC	Seminário Nacional de Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo
PNA	Programa Nacional do Alcool
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODECOR	Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TL	Teologia da Libertação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Produções sobre a Luta do Povo de Alagamar – instituição/área e tipo.....	26
Quadro 2	Reportagens que constam no dossiê sobre Alagamar.....	98
Quadro 3	Jornais que fazem referência a Alagamar presentes no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.....	103
Quadro 4	Distância em quilômetros entre Salgado de São Félix e outros municípios.....	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Preparativos para a festa do Padroeiro São Félix de Cantalice.....	119
Figura 2	Portal de entrada do município de Salgado de São Félix – PB.....	121
Figura 3	Casarão dos Marojas.....	122
Figura 4	Casarão dos Marojas visto por outro ângulo.....	122
Figura 5	Forno de Cal em Alagamar.....	126
Figura 6	Vista de uma das áreas que integram a “Grande Alagamar”.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 APORTES TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA LUTA DO POVO DE ALAGAMAR, SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS E TERRITÓRIO	31
1.1 A Educação Popular como inquietude para um olhar ao Sul	34
1.2 Por uma História Local em escritos, vozes e versos múltiplos	45
1.3 Pelos (des)caminhos da memória	53
1.4 Para a construção de leituras do território em uma perspectiva multidimensional	63
1.5 Movimentos Sociais: espaços de resistência e de construção de práticas educativas	74
2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA EM UM TEMPO DE NOVOS/OUTROS DESAFIOS	82
2. 1 A pesquisa qualitativa enquanto abordagem	85
2.2 Sobre a pesquisa documental e o documento	87
2.2.1 Caracterização das fontes/documentos	91
2.2.2 Percurso de análise das fontes e a dimensão educativa do trato com os documentos ...	105
3 ALAGAMAR DENTRE “OUTROS ALAGAMARES”: PROBLEMATIZANDO O TERRITÓRIO A PARTIR DA LUTA	113
3.1 Situando Alagamar na historicidade de Salgado de São Félix – PB	114
3.2 Um movimento social pelo direito de permanecer na terra	130
4 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: “SAÍDAS” PARA A CONQUISTA DA TERRA ...	169
4.1 A perspectiva dos trabalhadores rurais participantes do movimento social e dos agentes externos na busca pela desapropriação	172
4.2 Entre o Governo Estadual e o Governo federal: de onde virá a solução?	192
5 “NOSSA VITÓRIA FICA NA HISTÓRIA”: (RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO A PARTIR DO MOVIMENTO SOCIAL	220
5.1 Em meio às soluções, uma “luta que continua” e, sendo dialógica, educa	222
5.2 (Re)configurações do território na esfera do coletivo através de uma luta que educa	230
5.3 Por um território pensado e construído a partir de si mesmos	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
REFERÊNCIAS	272
APÊNDICE	288

INTRODUÇÃO

A presente tese é construída a partir de um pesquisador oriundo do campo, especificamente, do Sítio Canto Alegre I, situado às margens do Rio Paraíba, no município de Salgado de São Félix–PB, agreste e que, em sua trajetória de vida, foi (re)construindo leituras para o campo, a partir dos seus pertencimentos ao território, da observação das dinâmicas deste e do cotidiano dos que desenvolvem atividades na agricultura e que carregam em seus corpos as “marcas” deste fazer, na busca pela sua subsistência e das suas famílias, pois, em muitos casos, este se constitui como a única fonte de renda.

Remete, também, aos momentos de sociabilidades vividos desde a adolescência, nas idas, aos finais de semana a Alagamar, território do campo situado entre o município mencionado e Itabaiana–PB e que foi palco de um movimento social de luta pela permanência na terra nos anos 1970, a saber, a Luta do Povo de Alagamar. Cabe destacar que nas fontes pesquisadas, encontramos formas diferentes de se referir a este movimento social, tais como: Luta de Alagamar, Conflito de Alagamar e Luta do Povo de Alagamar. Em algumas fontes existe, inclusive, o uso de mais de um destes termos para referenciá-lo.

Nestes momentos, nós nos inquietávamos em observar o cotidiano e a ouvir os relatos de jovens e idosos a respeito deste e da história local. Nos idosos, chamava-nos atenção como ressaltavam a união enquanto um elemento central para a permanência na terra, a maneira como narravam a participação de um segmento da Igreja Católica, a presença e o apoio que receberam de nomes como Dom José Maria Pires e como o movimento social contou com a participação de moradores de diversas faixas etárias. Nos relatos dos jovens, percebíamos o desejo em conhecer mais sobre esta história.

Além disso, observávamos monumentos que encontrávamos pelo território como, por exemplo, o Forno de Cal, as igrejas e o prédio da Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar LTDA (COOAGRAL). Todos estes cenários e momentos vividos nos levaram ao desejo de conhecer e pesquisar sobre o campo, no Brasil, tendo em vista que começamos a entender que este era um espaço perpassado por lutas e resistências. Passamos a perceber que existe um modo de ser e de viver do e no campo que difere da ótica do urbano, mas que não deve ser visto e lido em uma perspectiva analítica hierarquizadora e estereotipada.

Evidenciamos que realizamos todo o nosso processo de escolarização em escolas públicas e situadas em Salgado de São Félix–PB. Os dois primeiros anos deste, em um grupo escolar próximo à casa em que residíamos, no campo, às margens do Rio Paraíba e, em

seguida, os demais, relativos à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em uma escola estadual, situada na área urbana. Nessa trajetória, em muitos casos, deparamo-nos com uma ausência de reflexões acerca da história e memória do município ao qual pertencemos e em outros espaços de sociabilidades, ouvíamos comentários sobre a ausência de acontecimentos históricos neste. Isto nos fez construir o entendimento de que a História existia e acontecia apenas no território dos outros e que éramos apenas expectadores desta. Quando conhecemos Alagamar, ainda no âmbito desse processo mencionado, fomos interpelados pelo território, de modo que passamos a compreender que o campo e o município no qual nos situávamos eram detentores de histórias e de memórias.

Assim sendo, com o ingresso na graduação, no curso de Licenciatura Plena em História, no Centro de Educação (CEDUC), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *Campus I*, Campina Grande, deparamo-nos, especificamente, a partir das disciplinas de História do Brasil e História da Paraíba com reflexões acerca de diversos movimentos sociais ocorridos no Brasil e, alguns deles, no território do campo como, por exemplo, as Ligas Camponesas. Na disciplina de História da Paraíba apresentamos um seminário, partindo desta temática, o que nos trouxe elementos para refletir sobre diversas inquietações que construíamos para Alagamar e para o campo. Instigados a construir olhares para o campo a partir do lugar de pesquisador, ingressamos no Núcleo de Estudos Rurais (NER), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e iniciamos leituras e pesquisas a respeito da Luta do Povo de Alagamar.

Nesse transcorrer, afinamo-nos com leituras do campo teórico da História Social, principalmente, a partir de Edward Palmer Thompson, que tem por base a construção de uma História que contemple os “vindos de baixo”, ou seja, aqueles cuja historiografia tradicional excluiu dos seus escritos. De acordo com Sharpe (1992), o historiador mencionado é visto como responsável por pensar uma História que toma os homens e mulheres “comuns” como objeto de reflexão. Este olhar para a História considerando as vozes dos antes não visibilizados pelos historiadores nos chamava atenção e, especificamente, em Thompson (1987, 1998), inquietava-nos a maneira que evidenciava como os trabalhadores ingleses construíram resistências frente às rupturas que o Capitalismo estava ocasionando na sociedade, no âmbito do século XVIII, tendo em vista que sempre nos deparávamos com produções que tratavam do processo de implantação deste, mas que não evidenciavam as maneiras como os indivíduos o perceberam e resistiram a tal.

À medida que adentrávamos a compreensão de uma História “vista de baixo”, mediante a História Social, deparamo-nos, também, pela primeira vez, com a leitura do livro

Pedagogia do Oprimido, de autoria de Paulo Freire, que atraiu o nosso olhar logo a partir do título e das palavras de sua dedicatória, a saber, “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 2011a, [s.p.]). A partir do título, da dedicatória e da leitura do capítulo 1 – Justificativa da pedagogia do oprimido, entendemos que Paulo Freire e Edward Palmer Thompson escreviam pautados em um compromisso ético e político com os segmentos excluídos e com as experiências e leituras de mundo dos oprimidos. Ambos pautavam uma escrita não a partir de uma perspectiva dominante, mas daqueles que resistem, que agenciam com vistas a provocar transformações e problematizações das realidades.

Somado a isto, deparamo-nos com leituras sobre a memória, principalmente, a partir do autor Jacques Le Goff, mediante a sua obra *História e Memória*. Chamou atenção a problematização que realiza da memória, compreendendo-a enquanto um fenômeno histórico, social, político e não apenas biológico e sua ênfase nos processos que perpassam o ato de lembrar, esquecer e silenciar. Também, sua pauta em pensá-la como um instrumento de libertação, conforme veremos no decorrer desta tese (LE GOFF, 2012).

À medida que realizávamos as leituras das obras dos autores citados, estabelecíamos aproximações entre ambos e observávamos similaridades com as situações que foram vivenciadas pelos trabalhadores rurais no âmbito do movimento social e anteriormente à realização deste. Acrescido a isto, entendíamos como operar a partir das memórias do movimento social, era uma possibilidade de pensar uma escrita pela perspectiva da libertação e não da opressão. Assim, redimensionamos o nosso olhar para o território de Alagamar, para os diálogos evidenciados anteriormente e para as inquietações que possuíamos a respeito da história local.

Mediante este percurso realizamos uma pesquisa que resultou na nossa monografia de conclusão de curso intitulada *Na Pedagogia de um movimento social, uma escrita da História: agenciando experiências, construindo saberes e fazendo Educação Popular na “Luta do Povo de Alagamar” (1975–1980)*, defendida em 2011, quando refletimos sobre os saberes que foram construídos pelos trabalhadores rurais partícipes do movimento social, a partir dos seus cotidianos de luta e de resistência e o que estes, considerando as suas experiências, teriam a ensinar aos jovens e como poderiam ser apropriados no sentido da construção de uma educação contextualizada em interface com a Educação Popular.

Esta pesquisa além de possibilitar um conhecimento inicial acerca da história e das memórias do movimento social e de pensar o campo como um espaço de saberes tecidos na luta e na resistência, permitiu-nos um aprendizado sobre o ato de pesquisar, sobretudo, sobre

os desafios e as perspectivas que perpassam a pesquisa de campo. Além disso, operar a partir dos relatos orais de trabalhadores rurais, fez-nos entender a importância de tecer diálogos com estes no sentido de construir uma História que ultrapassa a lógica das narrativas e versões hegemônicas.

A partir destes, construímos aprendizagens, também, acerca da relação que estabelecemos com o tempo, a natureza e a importância da terra, passando a compreendê-la como viva e vida, aprendizagens estas construídas em uma escola a céu aberto perpassada pelas diversas tonalidades de verde que compõem a paisagem do território e por saberes construídos por estes em suas trajetórias de vida, de luta, de resistência frente a situações de negação de direitos e, também, as intempéries do tempo. Assim, entendemos que os trabalhadores rurais com os/as quais dialogamos não pensavam a terra apenas como uma fonte de renda, mas teciam com esta um vínculo orgânico, uma troca sensível, entendendo os tempos em que precisa repousar, qual a época propícia para o cultivo, para quais tipos de semente o solo está pronto, sendo, assim, um exercício dialógico perpassado por diversos sinais e saberes em que terra, mulheres e homens se modificam nesse entrelaço.

Tendo como ponto de partida a pesquisa mencionada, outras questões começaram a ecoar no que se refere às ações de resistência que eram desenvolvidas pelos participantes do movimento social e como estas eram perpassadas por elementos que se aproximavam com a Educação Popular, tais como o diálogo, a conscientização, a problematização da realidade, o protagonismo, a denúncia das situações de opressão e a construção de outras realidades, bem como observamos que tais resistências eram pensadas/construídas/executadas em diálogo com um segmento católico. Inquietava-nos, ainda, refletir como a presença de agentes externos a exemplo de religiosos pertencentes ao referido segmento, advogados, jornalistas, estudantes universitários e os diálogos destes com os partícipes interferiram na construção das estratégias de resistência adotadas e nos rumos que o movimento social tomou.

A partir disto, do contato com outras obras de Paulo Freire, leituras no campo da Educação Popular e dos movimentos sociais e prosseguindo com o intuito de pensar/fazer uma escrita da História a partir das vozes daqueles que, em muitos casos, não foram visibilizados pela historiografia tradicional, construímos uma pesquisa que resultou na dissertação *História e memória da “Luta do Povo de Alagamar”*: experiências de vida e práticas educativas em diálogo com a Educação Popular, defendida em 2014, no Programa de Pós – Graduação em Educação - PPGE, na UFPB, em que analisamos, nas práticas de resistências construídas pelos trabalhadores rurais partícipes do movimento social, aproximações com uma perspectiva de Educação Popular.

A realização de ambas as pesquisas nos colocou diante de novos achados a respeito do movimento social, das ações dos seus partícipes e nos levou ao encontro de diversas histórias de homens e mulheres do campo que, em suas vidas, operaram na dimensão da resistência e da não aceitação frente às situações de exclusão e de violência com as quais se depararam. Tais pesquisas nos levaram a entender que, quando pensamos que já possuímos um conhecimento acerca de uma temática e que esta já foi “esgotada”, que não tem mais elementos a nos inquietar, mas nos deparamos com novas fontes e bibliografias, outros elementos nos são postos de modo a redimensionar muitas das certezas e a repensar algumas afirmativas, aprofundando-as, estabelecendo novas articulações e outros conhecimentos.

Assim, no decorrer dessa trajetória de pesquisa, observamos não apenas um Alagamar, mas vários, o que nos levou, também, a problematizar as nossas práticas e posturas enquanto pesquisadores. Isto nos direcionou a percepção de que a pesquisa é um ato de reflexão, de (re)construção e, assim, “Na transformação da atividade de pesquisa em “ofício do cientista”, conforme denominação de Pierre Bourdieu (2008) estão entrelaçados elementos teóricos e modos de operar com eles, cuja apropriação se dá numa dinâmica cíclica e cujo avanço implica retornos e revisões” (VALDEMARIN, 2010, p. 47). Nesses entrelaços, novas questões passam a despertar o olhar e a sensibilidade do pesquisador, de modo que se constrói a necessidade de elaboração de outros projetos de pesquisa e de buscar leituras para as problemáticas que emergem.

Considerando o dito, ao revisitar as produções sobre o movimento social, ao perscrutar novas fontes, conhecer outros participantes do movimento social, Alagamar parece se apresentar aos nossos olhos como páginas que nos permitem acrescentar ou rever o que foi dito, tecendo, assim, leituras outras, operando, de tal modo, como um leitor que atribui sentidos ao lido a partir dos seus referenciais. Conforme Sousa e Silva (2011/2012, p. 161) “[...] acreditamos que a história, como uma esfera da realidade social, também é constituída de incertezas e construções e, mais do que isso, interpretações influenciadas por vários aspectos que envolvem a vida do historiador”. Dentre estes aspectos, destacamos as novas experiências envolvendo a temática de pesquisa, acesso a outras leituras e fontes, o que interfere nesse processo de construção e de interpretação da realidade. Desta forma, lembramo-nos de Michael de Certeau quando ao discorrer sobre a atividade leitora evidencia:

De fato, a atividade leitora apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: *flutuação* através de páginas, *metamorfoses* do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de

certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera (CERTEAU, 2003, p. 49, grifos nossos).

Nesse sentido, pensando a pesquisa enquanto possibilidades de leituras de um fenômeno, evidenciamos que as pesquisas por nós desenvolvidas na graduação, no mestrado e, agora, no doutorado, permitiram esta “flutuação” entre as diversas páginas que compõem as histórias e memórias da Luta do Povo de Alagamar e do território, de modo que nossos olhares foram passando por “metamorfoses” a cada nova linha lida, tecida e repensada.

No desenvolvimento das pesquisas da graduação e do mestrado evidenciadas e, especificamente, no momento da pesquisa de campo, um dos elementos que frequentemente ouvíamos, remetia à preocupação, por parte das pessoas idosas, a respeito da importância de que os jovens conheçam aspectos da História do território ao qual pertencem, principalmente, no que se refere ao movimento social, o que tinha por centralidade o entendimento de que caso os jovens não tomem conhecimento do fato, tais memórias sejam silenciadas juntamente com o falecimento das pessoas idosas do território e dos que participaram do movimento social. Em encontro a tal preocupação, em conversas informais com os jovens, percebíamos uma “curiosidade” em conhecer melhor os elementos que perpassam a eclosão e a organização do movimento social e de como estas ações vividas em um passado têm ressonâncias na configuração atual do local em que residem.

Tal preocupação em interface com o que expomos anteriormente, levaram-nos a pensar como, em muitos casos, conhecemos elementos que integram uma suposta “História Geral” e desconhecemos ou tomamos contato de forma superficial com a historicidade do território ao qual pertencemos, bem como as configurações e reconfigurações que este sofreu no decorrer do tempo. Compreendemos o significado de um monumento presente no livro didático, mas não entendemos o sentido e a historicidade daquele casarão em ruínas na entrada da cidade, das casas que vejo no entorno do espaço em que se realiza a feira livre, dos prédios que encontro no percurso para o trabalho ou para a escola ou, até mesmo, o porquê do nome do município em que resido ou da escola em que vivemos parte de nossa escolarização.

Tecemos uma visão exterior de História e esquecemos que ela pulsa no cotidiano, no entorno e que o território que hoje temos é resultado dessa historicidade. Assim sendo, torna-se significativo problematizar que não apenas os acontecimentos presentes nos livros didáticos e que, em muitos casos, privilegiam apenas uma leitura europeia e ocidental, são capítulos da História, mas, também, elementos referentes ao local e aos cotidianos como, por exemplo, o movimento social ao qual nos reportamos e outros que emergiram e emergem no

Brasil, protagonizados por trabalhadores rurais, pautados na luta pela terra e por outros direitos.

Somado a esta questão nos inquietava, também, em continuar pensando o movimento social desencadeado em Alagamar e suas ressonâncias nos usos do território, mediante as práticas educativas e os conhecimentos que os trabalhadores rurais foram construindo no decorrer da luta. Refletíamos sobre de que modo a sua realização teria influenciado na (re)configuração do território e como as resistências empreendidas por trabalhadores rurais podem construir novas realidades e existências, inclusive, no que se refere à maneira como vivenciam e organizam o território ao qual pertencem.

Construímos este olhar e tais questionamentos, também, partindo do nosso lugar de graduado em História e que desenvolve pesquisas no âmbito da Educação Popular e acionando o entendimento de que se torna primaz pensar uma escrita da história local que problematize a historicidade do local. Esta problematização permite entendê-lo com e a partir dos diversos indivíduos integrantes deste, de modo a “desnaturalizar” o território, entendendo que as suas configurações não são um dado, mas o resultado de um processo histórico, político, de resistências e disputas.

Frente a estas inquietações, detivemo-nos em realizar um levantamento acerca de produções que tratam do movimento social em tela e visualizamos que, sobre este, existem trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sendo ora o tema central do estudo ou como uma temática com a qual os autores dialogaram. Dentre tais pesquisas podemos destacar a dissertação de Dulce Maria Barbosa Cantalice, intitulada *Alagamar: um conflito solucionado?* apresentada em 1984 ao Mestrado em Economia, na UFPB, *Campus II*, Campina Grande¹. A pesquisa problematiza a solução fornecida pelo governo federal para o término do conflito desencadeado em Alagamar, destacando a ressonância do avanço do Capitalismo, no campo e como o Estado agencia frente a este fato. Nas palavras da autora, “[...], considera-se como hipótese que o Estado, enquanto condiciona a expansão do capital na produção agrícola, contribui para a eclosão do conflito e, enquanto intervém para neutralizá-lo, garante a persistência de sua atuação, possibilitando a valorização do capital” (CANTALICE, 1984, p. 10).

Também relacionado à autora mencionada, deparamo-nos com outro arquivo que tem por título *Capital, Estado e Conflito: questionando Alagamar*, que é apresentado como dissertação ao Mestrado em Economia, em 1985, na UFPB. Analisando o documento este

¹ À época da publicação da referida dissertação, a atual UFCG, *Campus* Campina Grande, constitui-a como o *campus II* da UFPB. Por isso, a menção à UFPB, Campina Grande, na referência da produção.

parece direcionar a uma continuidade da pesquisa anterior. O arquivo composto por 489 páginas é dividido em dois volumes, apresentando para cada um destes um sumário sendo um primeiro voltado para uma discussão de cunho mais teórico e o segundo quando esta teoria é entrelaçada à história do movimento social e é problematizado em articulação com a expansão do capitalismo e a presença do Estado. Para tanto, a autora aciona fontes como relatos de trabalhadores rurais e jornais de diversos veículos.

É interessante assinalar que na produção anterior, no item “Apresentação”, é destacado que “este é um trabalho ainda inconcluso; melhor dizendo, a nível de produto final, escrito, está apenas sendo iniciado” (CANTALICE, 1984, [s.p.]). Consta ainda que “espera-se, no entanto, que a parte apresentada sirva de aval para a concessão de um crédito de confiança quanto à possibilidade de que venha a ser satisfatoriamente concluído” (CANTALICE, 1984, [s.p.]). Estes elementos nos levam a pensar que esta produção (a de 1985) se constitui como a “versão final” da anterior (a de 1984). O entrelaço entre ambas nos fornece subsídios para pensar o movimento social e, sobretudo, a “solução” posta pelo Estado e como se deu o processo de desapropriação.

Em continuidade, evidenciamos a produção *Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste*, de autoria de Marcos Roberto Brito dos Santos e que se constitui como uma dissertação de mestrado apresentada em 2007 ao PPGH da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nesta, o autor a partir de uma análise da trajetória dos missionários do campo, apresenta reflexões sobre transformações históricas que têm ocorrido no âmbito da “Igreja dos Pobres” e da Teologia da Libertação.

Para tanto, aciona elementos acerca dos movimentos sociais no campo na Paraíba e historiciza o ocorrido em Alagamar descrevendo, dentre outras questões, momentos que contaram com a presença de religiosos no território e, assim, evidencia que, “juntamente com outros setores da ‘sociedade civil’, a Igreja logo se manifestaria em favor dos agricultores rurais: setenta e dois frades franciscanos e leigos requerem a desapropriação da fazenda ao presidente Ernesto Geisel, condenando a atuação dos proprietários” (SANTOS, Marcos, 2007, p. 103).

Evidenciamos, também, a produção *A ação territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba*. Trata-se de uma tese de doutorado, de autoria de Marco Antonio Mitidiero Junior, defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, na Universidade de São Paulo. Nesta, o autor faz uma análise da atuação de um segmento da

Igreja Católica no que se refere à questão agrária brasileira e se debruça nas ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Paraíba.

Considerando que a Luta do Povo de Alagamar contou com a presença e atuação de religiosos como Dom José Maria Pires, dentre outros, Alagamar é um dos territórios que o autor evoca para analisar. Evidencia que “[...] foi imprescindível a presença dos agentes da Pastoral Rural em todos os momentos da luta, inclusive de Dom José Maria Pires na área por várias vezes e que, por meio das suas cartas pastorais, homilias e entrevistas para a rádio e TV, divulgava a luta dos camponeses de Alagamar” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 300).

Em continuidade, destacamos o trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, de Lidiane Maria da Silva, intitulado *Comunicação na Luta de Alagamar (1975–1980): do boca a boca às manchetes de jornais*. Apresentado ao curso de Comunicação Social, na UEPB, Campus I, Campina Grande–PB, faz uma análise de como a divulgação do movimento social na mídia e a comunicação estabelecida tanto entre os trabalhadores rurais como entre estes e outros agentes foram contribuintes para o desfecho deste. De acordo com a autora, “o sucesso do processo comunicativo contribuiu para que o desfecho desta história fosse favorável aos agricultores” (SILVA, Lidiane, 2010, p. 30).

Em seguida, evidenciamos a dissertação *Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980*, de autoria de Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, UFPB. O autor faz uma análise da atuação política de Dom José Maria Pires, considerando as suas ações na Diocese de Araçuaí e na Arquidiocese da Paraíba, no que se refere à defesa dos Direitos Humanos. Para tanto, recorre a elementos da história e da memória de situações como as ocorridas em Mucatu e em Alagamar. Segundo o autor, “os problemas agrários envolvendo Alagamar exigiram a presença de Dom José” (PEREIRA, V., 2012, p. 141).

Deparamo-nos, também, com a produção intitulada *A caminhada do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba*, que tem como autora Thamara Maria Maia Duarte. Trata-se de uma dissertação de mestrado apresentada em 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, na UFPB e que tem por centralidade uma análise da atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH).

Dentre os espaços de atuação do referido centro, pode ser destacado a Luta do Povo de Alagamar, o que é visualizado, por exemplo, a partir dos jornais que trataram do movimento social, conforme veremos no decorrer da tese. Deste modo, a autora dedica um capítulo

intitulado 4 – *Na mira do latifúndio: ameaças de morte e intimidações* para apresentar, dentre outras questões, elementos da memória do movimento social que serviram de base para pensar a ação do CDDH. Neste sentido, destaca que “o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba esteve presente, desde o primeiro momento, à organização e luta dos agricultores de Alagamar” (DUARTE, 2015, p. 67).

Destacamos, ainda, a tese de doutorado intitulada *A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba (1966–1985)* que foi apresentada em 2017, no PPGE, na UFPB. De autoria de Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, tem por centralidade analisar como as ações pastorais desenvolvidas pela Arquidiocese da Paraíba no contexto situado entre a chegada de Dom José Maria Pires e o fim do regime militar eram práticas em Educação Popular. Assim, evoca, dentre outros elementos, aspectos do movimento social ocorrido em Alagamar ressaltando a atuação do CDDH e a pedagogia adotada pelos religiosos nesse território. Para o autor, “na grande Alagamar (situada em Salgado de São Félix e Itabaiana) percebeu-se a ação de agentes de pastorais, camponeses e do bispo local. É uma pedagogia crítica, libertária e nova junto às comunidades rurais” (PEREIRA, V., 2017, p. 237, grifo do autor).

Evidenciamos, também, o trabalho de conclusão de curso de Marleide Quintino Barbosa intitulado *A influência da Igreja na organização social dos camponeses de Alagamar/PB*, apresentado em 2017, no âmbito do Curso de Especialização em Educação do Campo, no Centro de Educação (CE), na UFPB, no qual historiciza o movimento social, analisando as contribuições da Igreja Católica para a organização deste. Para a autora, “Dom José conseguiu sensibilizar instituições, associações, federações, mídia e algumas lideranças, em favor da causa dos agricultores de Alagamar, e assim de maneira gradativa e pacífica conquistar o direito dos trabalhadores permanecer e trabalhar na terra” (BARBOSA, M., 2017, p. 43).

Em continuidade, listamos a dissertação de mestrado *Cantata pra Alagamar: do conflito à produção musical*, de autoria de Esdras Sarmiento Ferreira e apresentada em 2017 ao Programa de Pós-Graduação em Música, da UFPB e teve por centralidade uma análise da Cantata para Alagamar enfatizando, dentre outras questões, a relação desta com o contexto em que foi produzida. A produção musical, evidenciada na pesquisa, foi composta por José Alberto Kaplan e Waldermar José Solha, em 1978 e trata de episódios da Luta do Povo de Alagamar. Para o autor da dissertação, “[...] o texto é composto pela utilização de diferentes modalidades de poesia popular, as quais são combinadas, de maneira poética, com a intenção de narrar e denunciar os aspectos econômicos, sociais e culturais inerentes ao conflito de Alagamar” (FERREIRA, 2017, p. 174).

Outra produção a ser destacada remete ao trabalho de conclusão de curso de Luis Carlos Paulino da Silva, que tem por título *Os movimentos sociais na escola do campo: resgatando memórias e construindo cidadania através do conflito de Alagamar/PB*, apresentado em 2018 ao curso de Especialização em Educação do Campo, no CE, na UFPB. O autor discute o resgate da memória do movimento social como mecanismo para o desenvolvimento da cidadania, por parte dos estudantes. Conforme o autor, “[...] os movimentos sociais são considerados um grande meio para o desenvolvimento e reconstrução da identidade e, principalmente, da memória sobre os fatos históricos do povo do campo, principalmente partindo da realidade dos camponeses que lutaram [...]” (SILVA, Luis, 2018, p. 58).

Mediante as produções evidenciadas, apresentamos o quadro que segue, em que consideramos o tipo da produção (TCC – graduação, TCC – especialização, dissertação e tese) e a instituição e área a partir da qual a pesquisa foi realizada e defendida. Para as construção deste, incluímos, também, as produções de nossa autoria.

Quadro 1 – Produções sobre a Luta do Povo de Alagamar – instituição/área e tipo

QUANTO À INSTITUIÇÃO E ÁREA	QUANTO AO TIPO			
	TCC Graduação	TCC Especialização	Dissertação	Tese
UEPB Comunicação Social	1	-	-	-
UEPB História	1	-	-	-
UFBA História	-	-	1	-
UFPB (CG) Economia	-	-	2	-
UFPB Direitos Humanos	-	-	1	-
UFPB Educação	-	-	1	1
UFPB Educação do Campo	-	2	-	-
UFPB História	-	-	1	-
UFPB Música	-	-	1	-
USP Geografia Humana	-	-	-	1
TOTAL POR TIPO	2	2	7	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do levantamento das produções sobre Alagamar, 2020.

Frente ao quadro, visualizamos que tais pesquisas foram tecidas a partir de áreas do conhecimento e lugares institucionais distintos, tanto em âmbito de Nordeste (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal da Paraíba (Campina Grande, *campus* II), Universidade Federal da Paraíba – UFPB) como fora deste, a saber, na Universidade de São Paulo - USP. A nosso ver, estas produções e as diversidades de perspectivas a partir de cursos tais como Comunicação Social, História e Música, mediante ao uso de aportes teóricos e metodológicos diversos, contribuem para que as memórias e histórias referentes à Luta do Povo de Alagamar não sejam esmaecidas. Além disso, permitem compreender a pluralidade de questões e de reflexões que podem ser tecidas mediante o movimento social.

Analisando as referidas produções e as fontes com as quais dialogaremos nesta tese, ratificamos o entendimento de que apenas uma pesquisa não consegue contemplar, as minúcias e diversidade de questões que o perpassam, considerando a amplitude que adquiriu, o seu tempo de duração, o contexto histórico em que ocorreu, a presença de diversos agentes externos e as narrativas, trajetórias e experiências de vida dos trabalhadores rurais que foram participantes deste. Inferimos, ainda, que existe uma série de outras temáticas e problemáticas que podem e necessitam ser abordadas a partir de novas pesquisas, acerca do movimento social tendo em vista a quantidade de fontes e de acontecimentos que o perpassam. Um último aspecto que as produções nos permitiram pensar remete ao alcance e repercussão que o movimento social teve e continua tendo. Decorridas mais de quatro décadas da realização deste, prossegue suscitando reflexões, despertando inquietações nos pesquisadores e tendo suas histórias e memórias acionadas, em diversos casos, quando a pauta é a luta pela terra e as resistências realizadas pelos trabalhadores rurais frente às diversas tentativas de expulsá-los de seus territórios e de desmobilizá-los.

É importante assinalar que das produções evidenciadas anteriormente, cinco destas são de autores oriundos de Salgado de São Félix–PB, um dos municípios que comporta Alagamar, sendo um deles escrito por uma autora que é oriunda de Alagamar, ou seja, cuja história do movimento social se entrelaça com a sua própria trajetória de vida. Tais produções podem nos apontar para o fato de que a ação coletiva possui uma visibilidade no âmbito local por parte dos pesquisadores, o que nos direciona para um conhecimento do movimento social no âmbito acadêmico, carecendo, assim, de serem pensadas formas, estratégias para que esse saber produzido e, também, outras fontes que tratam do referido acontecimento circulem no local, contribuindo para que os que pertencem ao município e a Alagamar possam conhecer estes capítulos da história local.

Inquieta-nos o fato de tais produções não circularem no âmbito local e a ausência de um diálogo entre as pesquisas. Observando, por exemplo, as referências citadas nas produções, verificamos que existe uma baixa menção às pesquisas construídas anteriormente, o que poderia contribuir para a socialização e problematização das mesmas e, principalmente, das memórias e das histórias do movimento social, de modo a avançar para além dos enquadramentos acadêmicos e ganhar visibilidade nas culturas locais. Compreendemos que este diálogo é significativo para a construção do conhecimento ao tempo em que possibilita entrelaces entre distintas abordagens e leituras do movimento social.

Em continuidade e considerando a leitura das produções evidenciadas e as duas de nossa autoria (monografia e dissertação de mestrado), percebemos que existem algumas questões centrais que as perpassam, dentre as quais: 1) como o movimento social se constitui enquanto uma ação não violenta protagonizada pelos trabalhadores rurais; 2) a presença e a contribuição de agentes externos (segmento da Igreja Católica, sindicatos, dentre outros) para o desfecho do movimento social; 3) o significado da Luta do Povo de Alagamar para a questão agrária e para um repensar do campo no Brasil; 4) a importância de percorrer os caminhos da memória do referido movimento social de modo a que este não seja silenciado ou esquecido em decorrência do passar do tempo; 5) A presença e atuação de Dom José Maria Pires e de outros representantes de um segmento católico em Alagamar; 6) A recorrente menção a Alagamar quando a pauta é a atuação deste religioso na defesa dos pobres e oprimidos (para fazer uso de um termo que comumente aparece nas fontes e nas produções mencionadas); e, 7) a análise da Luta do Povo de Alagamar em articulação com o contexto da questão agrária no Brasil e o estabelecimento de conexões com outros territórios que vivenciavam situações de luta pela terra, no momento em que eclodiu e foi desencadeada.

Um último elemento a evidenciar, considerando a análise das produções, remete ao fato de que apenas uma desta faz uma conexão entre a memória e a história do movimento social com uma questão do tempo presente, a saber, a pesquisa que o aborda no sentido de pensar como a discussão sobre o mesmo, no âmbito escolar, pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania. Neste sentido, destacamos que existe uma quantidade significativa de pesquisas que tratam do movimento social no que se refere ao período entre a sua eclosão e o momento das desapropriações, mas poucas as que pensam o pós-movimento social e as implicações que este teve para o território no qual foi efetivado.

Tendo em vista as inquietações que construímos em nossa trajetória e a partir do levantamento das produções mencionadas, elencamos como objeto de estudo para a presente tese as (re)configurações do território de Alagamar a partir das práticas educativas construídas

pelos trabalhadores rurais na participação no movimento social neste ocorrido. Como problemática, evidenciamos: De que maneira, as práticas educativas construídas pelos trabalhadores rurais, através de suas participações na Luta do Povo de Alagamar, contribuíram para o desencadeamento de (re)configurações no território a partir do movimento social?

Assim sendo, elencamos como objetivo geral analisar como as práticas educativas construídas pelos trabalhadores rurais na Luta do Povo de Alagamar contribuíram para a (re)configuração do território no qual foi realizada. Quanto aos objetivos específicos, listamos: a) Contextualizar o território de Alagamar tomando como referência o movimento social neste ocorrido; b) Discutir as diferentes propostas de solução para a situação de exclusão vivenciada em Alagamar, no contexto do movimento social, como ressonâncias de leituras distintas do território; c) compreender como o movimento social e as práticas educativas a partir deste construídas contribuíram para a construção de novas leituras para o território de Alagamar; e d) Levantar fontes para a história local, contribuindo para o trato com a memória do movimento social, no âmbito da educação do campo, no território em que foi realizado.

Apresentamos como tese o seguinte argumento: mediante a participação na Luta do Povo de Alagamar, os trabalhadores rurais construíram práticas educativas que contribuíram para a construção de novas leituras e (re)configurações para o território no qual ocorreu.

Assim sendo, estruturamos a presente tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discutimos os conceitos que embasam as nossas análises, a saber, Educação Popular, movimentos sociais, memória, história local e território. Neste nos detemos em apresentar as concepções com as quais dialogamos e evidenciamos de que maneira eles nos ajudam a problematizar/pensar o nosso objeto de estudo. Destacamos, no segundo capítulo, o percurso metodológico da pesquisa a partir do qual operamos, discorrendo sobre a pesquisa documental, as fontes e o trato com estas enquanto detentor de uma dimensão educativa.

Em sequência, no terceiro capítulo, detemo-nos em problematizar o território de Alagamar, tomando como referência o movimento social neste desencadeado e, pensando-o, dentro da história local de um dos municípios no qual se situa, a saber, Salgado de São Félix–PB. Entendemos que esta problematização nos ajuda a compreender Alagamar tanto em relação ao município mencionado, como no que se refere à questão agrária no Brasil. Construímos uma escrita no sentido de pensar o território em que o movimento social ocorreu, estabelecendo conexões com outros territórios e destes com Alagamar.

No quarto capítulo, enveredamos por refletir como as propostas de solução para o contexto vivido em Alagamar, assentavam-se em compreensões divergentes do território no qual o movimento social ocorreu e, também, remetiam a leituras e usos distintos do campo. Apresentamos os posicionamentos dos trabalhadores rurais participantes do movimento social, de agentes e instituições externas que manifestavam apoio à ação destes, as soluções que pautavam e também a postura do governo estadual e federal, enfatizando de que maneira interviram frente ao contexto instaurado.

No quinto capítulo, discorremos sobre como o movimento social se constituiu como um espaço de construção de práticas educativas que possibilitaram aos trabalhadores rurais, aprendizagens que os permitiram analisar as propostas de soluções postas pelo governo federal e estadual, de modo a concluírem que estas não atendiam às suas necessidades e que, frente a isto, a luta precisaria continuar. Ressaltamos como mediante as aprendizagens construídas no âmbito da luta, passaram a pensar e a buscar fazer o território a partir de si mesmo e não mediante um controle externo e da interferência do governo estadual e federal, tal como direcionavam as medidas que eram defendidas por estes como solução para Alagamar. Abordamos, também, como visualizamos nas práticas educativas construídas, aproximações com pressupostos da Educação Popular. É a partir desta organização que teceremos as nossas reflexões, conforme veremos nas páginas que seguem.

1 APORTES TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA LUTA DO POVO DE ALAGAMAR, SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS E TERRITÓRIO

No presente capítulo, temos por centralidade apresentar as bases teóricas que subsidiam as reflexões na tese, o que contribuirá para a feitura do conhecimento científico que nos propomos a produzir. Para tanto, antes de evidenciarmos os conceitos e autores com os quais dialogamos, é significativo refletir sobre a seguinte questão: de que maneira compreendemos o ato de pesquisar?

De início destacamos que, como mencionamos na introdução, a Luta do Povo de Alagamar é um fenômeno cujos seus acontecimentos nos inquietam mesmo anteriormente ao nosso ingresso na universidade e do desenvolvimento de pesquisas. Porém, a partir deste ingresso o olhar para o movimento social foi redimensionado de modo que passamos a pensá-lo mediados por escolhas e questões de ordem teóricas e metodológicas que auxiliam na construção das interpretações para o objeto no qual nos debruçamos. Como destaca Meksenas (2002, p. 31, grifos do autor): “A *pesquisa*, [...], é uma atividade intencional. Como tal, é uma prática inscrita na elaboração de planos capazes de produzir *conhecimento*”. Sendo assim, emergem reflexões, dentre elas, no que se refere ao como realizamos esse ato intencional, o lugar do pesquisador, do território e das fontes na pesquisa.

Tais questionamentos nos direcionam a reflexões acerca do entendimento de Ciência a partir do qual construímos o nosso fazer. No contexto da Modernidade, é elaborada uma perspectiva hegemônica de fazer Ciência que se propunha construtora de um conhecimento único e portador de uma verdade absoluta, em contraposição às formas de conhecer anteriores e que excluía aquilo que não se afinava ao seu modelo explicativo. Para Boaventura Santos (2008), este paradigma busca se afirmar tendo por base a negação dos modelos explicativos anteriores e alicerçado em uma ótica matemática e de entendimento dos fenômenos a partir de quantificações, de modo a desconsiderar o que não pode ser quantificado. Segundo o autor, “sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, B., 2008, p. 21).

Ao se proclamar global, único e universal, o referido paradigma se torna excludente, pois seus pressupostos epistemológicos e metodológicos não conseguem contemplar a diversidade de problemáticas, de indivíduos e grupos que integram a sociedade, silenciando-os e contribuindo para um aguçamento das desigualdades e injustiças sociais. Assim, “esse

conhecimento científico monocultural, portanto, é fundamentalmente autoritário e excludente, porque exclui o conflito e a diversidade, o que implica uma injustiça cognitiva, que está articulada às injustiças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais do capitalismo” (CORRÊA; SILVA, 2018, p. 204).

No caso da História na busca por sua afirmação enquanto Ciência e perpassada por este modelo hegemônico, foi tecida uma escrita pautada apenas nos documentos escritos, tidos como oficiais e excluídas as memórias e as histórias daqueles cujas existências, experiências e resistências não eram captadas por esta fonte. Consolida-se uma História atrelada à legitimação de um modelo dominante de sociedade. Essa perspectiva posteriormente será problematizada a partir da Escola dos Annales² e de campos teóricos como a História Social³ que, dentre outras questões, ampliam o leque de objetos e de fontes disponíveis ao fazer do historiador.

É necessária uma construção do conhecimento ao Sul. Para tanto, é preciso ultrapassar e problematizar o entendimento do pesquisador como “aquele que tudo sabe” e do campo de pesquisa e fontes apenas como meio de extração de dados. Pautamos um conhecimento que ao invés de ratificar as contradições sociais e as desigualdades, contribui para problematizá-las e transformá-las, o que se torna primaz, principalmente, quando realizamos pesquisas no campo da Educação Popular, que tem dentre seus elementos a busca pela construção de leituras do mundo problematizadoras, dialógicas e comprometidas com os oprimidos e excluídos.

² A Escola dos Annales remete a uma escola histórica que ficou conhecida como um marco na construção de uma Nova História. Surge na França, tendo como marco fundante a criação da Revista Annales, sob direção dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Dentre suas propostas, podemos mencionar um diálogo da História com outras Ciências como a Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, novos objetos e uma ampliação do conceito de documento (LE GOFF, 2012). De acordo com Bittencourt (2004, p. 145) “[...] centrou-se na produção da história – problema para fornecer respostas às demandas surgidas no tempo presente”. Ao ampliar os documentos disponíveis ao fazer do historiador, possibilitaram contemplar temáticas que até então não eram visualizadas pela historiografia. Nas palavras de Sharpe (1992, p. 51), “[...] eu gostaria de afirmar que a maior contribuição da abordagem dos Annales tem sido a demonstração de como compor o contexto dentro do qual poderá ser escrita a história vista de baixo”. Um obra importante para a compreensão desta é *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929–1989*, de autoria de Peter Burke. Nesta são abordados elementos que perpassam da fundação da escola, as gerações, obras e estudos (BURKE, 1991).

³ A História Social remete a um campo que reúne historiadores que se detém sobre as experiências construídas pelos ditos “homens comuns”, “os subalternos”, em seus cotidianos. Assim como os Annales, repensam o fazer História, indo além dos ditos “grandes nomes” e “feitos”. De acordo com Barros (2004, p. 112), “as repercussões sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais”. Dentre os historiadores que desenvolveram seus estudos nessa perspectiva, destacamos Edward Palmer Thompson. Este, no contexto da sociedade inglesa do século XVIII, faz uma reflexão de como o Capitalismo estava tendo implicações nos cotidianos, nas tradições, observando como os operários reagiram, agenciaram frente a esta circunstância (THOMPSON, 1998). De acordo com Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010, p. 12, grifo dos autores) “[...] Thompson nos inspira a retomar uma tradição muito cara ao pensamento social crítico moderno: os sujeitos se constituem, ou seja, se *formam*, se educam nas mais diversas circunstâncias em que vivem [...]”.

Para um entendimento do que compreendemos como este conhecimento ao Sul, remetemos a Mejía (2018), quando em seu livro *Educação e Pedagogias Críticas a partir do Sul: cartografias da Educação Popular*, apresenta-o como “[...] uma aposta contextual, epistêmica e política” (MEJÍA, 2018, p. 270). Compreende, assim, o Sul não apenas como um lugar geográfico, mas como espaço de construção de alternativas, de resistências a uma ótica eurocêntrica, homogeneizadora e colonizadora que como mencionamos, teve ressonâncias em diversas esferas como na construção do conhecimento.

No sentido de elucidar as suas reflexões, o autor apresenta algumas características para o Sul, dentre as quais destacamos, o que define de “mais além do Sul geográfico” (MEJÍA, 2018, p. 272) e “o Sul, uma forma de visibilizar outras múltiplas e diferentes cosmogonias” (MEJÍA, 2018, p. 273). Esta última faz referência a existência/construção de outras formas de ver, de leituras e compreensões do mundo, ultrapassando as interpretações duais e totalizantes construídas a partir do ocidente. Em suas palavras, “[...] estamos diante das maneiras de entender o mundo muito mais amplo que aquelas construídas desde a matriz epistêmica fundada no racional” (MEJÍA, 2018, p. 274).

De acordo com Quijano (2005, p. 121), “[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”. De tal modo, construir um conhecimento ao Sul, é um processo de tentativa de rompimento com esta hegemonia, de realização de leituras das nossas realidades que consideram as especificidades, os contextos, as culturas, suas diversidades de ser e de conhecer.

Já a primeira, remete ao que apresentamos no parágrafo anterior sobre a compreensão do sul enquanto lugar de construção de outras epistemologias, conhecimentos, de resistência a perspectiva colonizadora. De tal modo, o autor evidencia que: “É assim que o Sul passa a ser um lugar de enunciação e de atuação, outro espaço múltiplo, variado e atravessado pela diferença aos âmbitos desde os quais se anuncia o projeto de controle e poder” (MEJÍA, 2018, p. 272).

Em interface com o exposto acerca da produção do conhecimento e considerando que o nosso fazer se situa a partir de uma Linha de Pesquisa em Educação Popular, em um Programa de Pós-Graduação em Educação, e, tendo em vista a concepção de Educação Popular com a qual dialogamos e que será evidenciada a seguir, operamos no sentido de construir um conhecimento que emerge a partir das memórias e histórias de resistências de um movimento social. Conhecimento que contribua com outras problematizações acerca do

território no qual nos debruçamos, tendo dentre suas bases a preocupação em elaborar uma prática de pesquisa que não se pauta em *dar voz a* e nem em *falar por*, mas em, através das diversas fontes, tecer pontes e diálogos e repensar os lugares aos quais o território do campo e seus povos foram legados.

Pensamos uma Ciência que dialoga, que busca visualizar os diversos indivíduos, que contribui para a transformação social e cujas problemáticas emergem dos seus cotidianos. À vista disso, “[...] ainda que seja muito comum a realização de pesquisas para benefício do próprio pesquisador, não devemos nos esquecer de que o objetivo último das Ciências Sociais é o desenvolvimento do ser humano” (RICHARDSON, 2017, p. 5).

A pesquisa é uma possibilidade de aprendizagem, de partilha em que a partir das nossas inquietações e problemáticas e perpassados pelas escolhas teóricas e metodológicas, construímos um conhecimento que não é único, mas que evidencia uma leitura do fenômeno estudado a partir da qual outros questionamentos e leituras podem ser construídos. Como destaca Meksenas (2002, p. 22, grifo nosso), “pesquisar diz respeito à capacidade de produzir *um* conhecimento adequado à compreensão de determinada realidade, fato, fenômeno ou relação social”.

Assim sendo, discutiremos os aportes teóricos da presente tese, apresentando reflexões sobre Educação Popular, história local, memória, território, movimento social e sua dimensão educativa. Teceremos nossas reflexões evidenciando a perspectiva adotada para cada conceito, como nos ajudam a compreender o nosso objeto e entrelaçando-os. Iniciaremos, a partir do conceito de Educação Popular.

1.1 A Educação Popular como inquietude para um olhar ao Sul

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2011b, p. 30–31, grifos nossos).

O trecho utilizado como epígrafe, extraído do livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, evidencia como o ensino e a pesquisa são fazeres que dialogam, bem como nos direciona ao entendimento da finalidade do ato de pesquisar, a saber, “[...] conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 2011b, p. 31). Tal compreensão vai ao encontro de uma das características da

Educação Popular que remete ao conhecimento de uma realidade para que, em um exercício de busca, possam ser pensadas e construídas, coletivamente, possibilidades de transformação, de anúncio do novo. Isto permite entender que a pesquisa é uma centralidade para a Educação Popular, tendo em vista que para pensar/fazer leituras do contexto e possibilidades de transformação, é preciso conhecer os territórios e os que o integram, para a partir e com as suas realidades vivenciais construir uma prática dialógica, de denúncia e anúncio.

Enquanto perspectiva de transformação da realidade, a Educação Popular requer que as mulheres e os homens perguntem, problematizem as realidades, busquem as suas respostas, conheçam a si e aos seus contextos, sendo necessário um exercício de indagação, de pesquisa. Nessa diretiva, refletimos sobre a sua historicidade, destacando como nos ajuda a pensar o ato de pesquisar.

De início, é necessário refletirmos a respeito do território a partir do qual é construída, a saber, a América Latina que tem em sua historicidade marcas de exclusão, de opressão, mas, também, de resistências e transformações. Entendemos que *“cuando hablamos de Educación popular hablamos de algo que siempre debe ser comprendido de acuerdo con los espacios y contextos históricos donde fue creada”* (JARA, 2018, p. 5).

Nesse intento, lembramo-nos de Freire (1967) quando destaca que o modelo de colonização efetivado no Brasil contribuiu para a construção de uma “sociedade fechada”, para uma “inexperiência democrática”, perpassada pelas marcas do “paternalismo”, do “antidiálogo” e ausência de participação, resultando na construção de uma sociedade excludente e com uma estrutura social desigual. Para ele, “entre nós, pelo contrário, o que predominou foi o mutismo do homem. Foi a sua não participação na solução dos problemas comuns” (FREIRE, 1967, p. 71). Forjou-se um ideal de sociedade no qual todos aqueles que não se enquadravam no olhar colonizador eurocêntrico foram postos à margem e oprimidos. Cabe destacar que, para Freire (2011a, p. 84, grifos do autor), “na verdade, porém, os chamados marginalizados que são os oprimidos, jamais estiveram *fora* de. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em ‘seres para outro’”.

Nesta sociedade era atribuído, para muitos, o lugar de atender aos interesses e às necessidades de um poder hegemônico como, por exemplo, o exercido pelos donos das grandes propriedades. Elaborou-se uma estrutura dentro e a partir da qual os indivíduos não podem ser em suas particularidades e para muitos, foram negadas a “fala” e a “palavra”.

Ernani Maria Fiori ao prefaciар o livro *Pedagogia do Oprimido*, destaca que “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana” (FIORI, 2011, p. 17). Estabelecendo uma

interface entre o exposto por Fiori (2011) e Freire (1967), compreendemos que o modelo de colonização efetivado atuou no sentido de, ao negar a palavra aos indivíduos em suas diversidades, interferiu em uma condição essencial do ser humano, “se fazer homem”. A negação da palavra a estes ocorre em detrimento da afirmação, do pronunciar de uma outra palavra que ratifica e legitima um poder hegemônico. Na linha de pensamento evidenciada, lembramos da reflexão de que a palavra

Dita e principalmente escrita é como o selo, mais do que o sinal, de um poder desde onde a posse não contestada do direito de dizer o sentido de tudo, de torná-lo legítimo e fazê-lo circular como saber crença, ideia, valor e código, estabelecem a necessidade social de sua existência como poder e funda a necessidade do seu exercício sobre o silêncio do outro. *O poder torna legítimo porque é pronunciado como tal e, como tal, pronuncia palavras que ordenam a vida* (BRANDÃO, 2012, p. 9, grifos nossos).

Torna-se primaz construir perspectivas de transformação, inclusive no âmbito da educação, em que os oprimidos possam pronunciar as suas palavras e leituras de mundo e a Educação Popular toma esse elemento como uma de suas centralidades. Afirmamos isso tomando por base o autor citado quando evidencia os seguintes questionamentos: “Afinal, que outra é a matéria do educador senão a palavra? Afinal, que outro é o desafio da educação popular senão o de reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder? Deixemo-la ser aqui, portanto, o começo e o fim do pensar” (BRANDÃO, 2012, p. 7).

“Reverter o sentido da palavra” que nos remete ao ecoar das vozes e ao uso das palavras como um instrumento de luta por aqueles cujas visões, leituras de mundo, histórias e memórias foram esmaecidas em detrimento de uma “palavra hegemônica”. Pensar a Educação Popular é pensar a palavra, pois: *“La palabra, el derecho a la comunicación y la educación, son espacios de disputa permanente porque debaten entre el sentido común y las alternativas que aspiran profundizar la democracia, es decir, entre lo que tenemos y lo que deseamos”* (BASTIDAS, 2018, p. 18–19, grifo nosso).

Refletindo sobre este processo de formação social que se alicerçou em uma perspectiva colonizadora e as ressonâncias na nossa construção, lembramos a reflexão de que “é possível perceber o quanto de ‘bancário’ possuímos em nossos processos de ensino-aprendizagem e também no nosso imaginário para nos fazer crer que não podemos e não devemos arriscar e encarar as nossas marcas para, por meio delas, traduzirmos a nós mesmos” (EGGERT, 2013, p. 147, grifo da autora).

De acordo com Freire (1967), tal modelo de colonização teve ressonância, também, como destaca o autor, na forma como se deu a concentração das terras. Nesse sentido, destaca que “[...] marchou a nossa colonização no sentido da grande propriedade” (FREIRE, 1967, p. 69). Se analisarmos historicamente, veremos que a “grande propriedade”, a concentração fundiária são uma problemática central em nossa historicidade, um dos determinantes da desigualdade social e que, no campo, é um dos fatores que levaram/levam à eclosão de diversos movimentos sociais pautados na luta por uma distribuição mais equânime das terras e por outros direitos como a educação.

Para Freire (1967, p. 75), “assim vivemos todo o nosso período da vida colonial. Pressionados sempre. Quase sempre proibidos de crescer. Proibidos de falar”. Destacamos que a realidade em destaque não se constitui como uma particularidade apenas do Brasil, mas também de outros territórios latino-americanos que passaram por processos de colonização que deixaram marcas, tais como nas formas de organização da sociedade, na cultura, na política, na economia, nos modos de conhecer e de conceber a si e as suas histórias e memórias.

A Educação Popular emerge, assim, no sentido de problematizar tais marcas e para, dentre outras finalidades, contribuir com esse processo de “tradução de nós mesmos” evidenciado por Eggert (2013). “Traduzir a nós mesmos” a partir de um aporte teórico e metodológico que emana de nossa historicidade e que percebe as particularidades e especificidades, dentre elas, no que se refere ao processo de formação social, tendo em vista que os modelos explicativos construídos a partir de uma perspectiva externa a América Latina, eurocêntricos, em muitos casos, não conseguem visualizá-las. Sobre isso vemos que:

A América Latina y el Caribe, a lo largo de los últimos dos siglos, se ha constituido en un territorio marcado por la dominación colonial, por la exploración del trabajo y de los recursos naturales y por la profunda asimetría en las relaciones entre diferentes grupos sociales, motivada por factores de clase social, género, raza, etnia y otros.

El régimen colonial impuesto en este gran territorio, se implantó en una intrincada relación a otros patrones de poder históricamente conocidos, como el capitalismo, el racismo y el patriarcado, generando una estructura social marcadamente desigual, asentada en el privilegio, la violencia, el latifundio y la negación de los derechos para las clases subalternas (MOTA NETO; PONTUAL, 2018, p. 10).

É nesse território, e com vistas a problematizá-lo e a construir possibilidades de transformação, de superação das marcas excludentes evidenciadas, que a Educação Popular emerge tendo dentre seus elementos fundantes o pensamento de Paulo Freire. Como destaca

Carrillo (2011, p. 29): “*Las experiencias y reflexiones del profesor de Historia y Filosofía de la Universidad de Recife, Paulo Freire, se constituyen en la primera propuesta pedagógica reconocida de Educación Popular*”.

Sobre isto, Mejía (2018) destaca a contribuição de Paulo Freire e nos convida a refletir sobre o que denomina de “troncos⁴” que foram significativos para a construção de uma educação pautada em uma perspectiva crítica. Para tanto, faz uma breve historicização mostrando como no âmbito da Modernidade a partir, por exemplo, da Reforma Protestante, ocorrem esforços no sentido de possibilitar que todos tivessem acesso à escolarização. Evidencia que “essa tentativa de dar escolas a todos como base da construção de igualdade social vai ser a base do que até este momento na perspectiva europeia se chamou educação popular” (MEJÍA, 2018, p. 22). De tal modo, destaca que, no caso da América o termo adquire outros contornos e a partir disso, evidencia que:

Estes quatro troncos históricos, nos quais a busca de uma educação própria e em alguns casos chamada de “educação popular”, foram preenchidos de conteúdos em seu momento e nas particularidades de sua realidade, voltam a surgir em nosso continente na década de 60 do século passado, constituindo um quinto tronco que originaria uma série de processos que tomariam novamente o nome de educação popular, Educação Libertadora, Pedagogia do Oprimido, Educação Emancipadora, Pedagogias crítico-sociais, Pedagogias comunitárias, da qual Paulo Freire, membro do Movimento de Cultura Popular em Recife, seria seu maior expoente (MEJÍA, 2018, p. 24–25, grifo do autor).

Em um esforço analítico semelhante ao realizado por Mejía (2018), Carrillo (2011) apresenta uma breve historicização da Educação Popular. Evidencia o que compreende como sendo os “*Precursores de la Educación Popular*” e inicia as suas reflexões ressaltando: “*Aunque en sentido estricto sólo podemos hablar de Educación Popular desde la década de 1960, existen numerosos casos de pensadores, dirigentes políticos y experiencias aisladas cuya intención fue colocar la educación al servicio de las clases populares*” (CARRILLO, 2011, p. 26).

⁴ Discorrendo sobre as tentativas de construção de escolas para todos, de uma “educação popular”, o autor destaca que esses debates aparecem e ressurgem em contextos diferenciados e, nesse sentido, elenca quatro troncos – que remetem a experiências em que as visualiza. Como primeiro tronco, destaca “Nos pensadores das lutas de independência, o que mais explicitamente falou em educação popular neste período foi Simón Rodríguez (1769 – 1854) [...]” (MEJÍA, 2018, p. 22). Visualiza um segundo tronco “Nas tentativas de construção de universidades populares ao longo da primeira metade do século XX na América Latina, as mais notáveis foram as do Peru, El Salvador e México” (MEJÍA, 2018, p. 23). Compreende um terceiro tronco “Nas experiências latino-americanas de construir uma escola própria ligadas à sabedoria Aimara e Quéchua [...]” (MEJÍA, 2018, p. 23). O quarto tronco direciona a “Construir projetos educativos a serviço dos grupos mais desprotegidos” (MEJÍA, 2018, p. 24). De acordo com o autor, esses troncos ressurgem nos anos 1960 e direcionam ao quinto tronco ao qual referenciamos acima a partir de citação direta do autor.

O autor destaca o uso do termo “educação popular” desde a colônia, porém, evidencia que remetia a uma instrução destinada ao povo, ou seja, pensada a partir de um olhar externo, desconsiderando os seus contextos e vozes. Sobre isto, evidencia que “[...] *la elite ilustrada lo percibe [o povo] como ‘ignorante’, carentes de iniciativas autônomas e incapaz de gestar projectos históricos globales*” (CARRILLO, 2011, p. 27). Os autores citados nos permitem entender como esta compreensão de educação popular vai ao encontro do olhar colonizador que refletimos anteriormente, a partir de Freire (1967), quando ressaltamos como se pauta no silenciamento do outro, em detrimento de uma voz hegemônica e que dita o modelo de sociedade e de indivíduo que deseja construir e consolidar.

Esta historicização evidenciada por Carrillo (2011) e Mejía (2018) nos permitem compreender que a Educação Popular, no sentido aqui adotado, difere dos usos do termo mencionado. Ratificamos que “*en efecto, no siempre que estas dos palabras han aparecido juntas a lo largo de la historia, se han referido al sentido que hoy le damos a la Educación Popular*” (CARRILLO, 2011, p. 17). Decorre deste fato, a importância de pensar/refletir sobre a Educação Popular considerando seu território e temporalidades.

Refletindo sobre o contexto de Paulo Freire, Mejía (2018) nos fornece elementos para contextualizar a perspectiva de Educação Popular com a qual dialogamos e destaca que:

Freire é um bom filho do seu tempo, um momento no qual a América Latina continuava denunciando as características coloniais, semicoloniais e de colonialidade, em coerência com o lugar político em que se situaram os autores, assinalando como política, economia, pensamento, produção intelectual estavam marcados por uma relação com o mundo europeu e americano, que muitos autores assinalavam como *inibidora de um pensamento próprio*. Curiosamente, muitas das fontes críticas das quais bebiam tinham piso e fundamento no pensamento crítico dessas latitudes. Ao calor dessas discussões deu-se o movimento intelectual com bases sociais e políticas para pensar a América Latina, para construir o próprio. Este movimento, bastante fecundo, gerou um pensamento que, interpelando o eurocêntrico, interpelou-se a si mesmo e permitiu a partir da diferença aventurar um caminho que a partir da década de 50 e ao longo da segunda metade do século XX, constitui uns troncos básicos que reelaboraram seu pensamento, *apostando-o às vigências e consolidação de um pensamento educativo crítico na América Latina* (MEJÍA, 2018, p. 25–26, grifos nossos).

A Educação Popular se insere nesse contexto e nesta busca de construção de possibilidades de leitura e de transformação das realidades latino-americanas, internas ao território, denunciando as marcas de opressão e desvelando as desigualdades sociais, entendendo-as não como um dado natural, mas como resultado de construções e relações históricas, políticas e econômicas. Como destaca Freire (2011a, p. 51): “A realidade social,

objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso”. Ao se debruçar sobre as heranças colonizadoras evidenciadas anteriormente, a Educação Popular se propõe a pensar/fazer uma América Latina com e a partir dos povos latino-americanos, compreendendo-os, conforme veremos, como parte desta transformação. Partimos do entendimento de que

La Educación Popular es una apuesta política que plantea la transformación radical de la realidad a partir de la lectura crítica del mundo. Nace en el seno de los procesos de liberación de los pueblos de América Latina y el Caribe contra el sistema opresor colonial-patriarcal que vivimos desde hace más de quinientos años, y que hoy experimentamos de forma salvaje (LÓPEZ, 2018, p. 1).

Nesse sentido e considerando o exposto acerca do território latino-americano, são perceptíveis características centrais para o entendimento do conceito de Educação Popular com o qual dialogamos, tais como o “compromisso político com os oprimidos”, a busca pela “transformação das realidades” e a realização de “leituras críticas do mundo” tendo por base uma construção dialógica e problematizadora a partir e com estes no sentido de pensar/construir estratégias de luta e de resistência. Podemos acrescentar:

Educación Popular, traducida como concepción política, ética, pedagógica y la expresión de prácticas educativas comprometidas con los intereses de las clases populares y que se orientan por una acción transformadora de la realidad social. Nace en América Latina en la década de 1960, y hoy es un movimiento cultural y pedagógico fuertemente vinculado a las luchas de los pueblos: oprimidos, de los movimientos sociales y de la sociedad civil por derechos y a sujetos, e instituciones que creen que otra educación es posible (MOTA NETO; PONTUAL, 2018, p. 10, grifos nossos).

Assim sendo, a Educação Popular se pauta na construção de outra realidade possível protagonizada pelos oprimidos e se constitui pautada na esperança. Conforme Eggert (2013, p. 143), “a educação popular insiste na esperança transformada em semente”. Esperança que remete a um exercício de resistência e de luta. Esperança que requer um posicionamento crítico, um esforço cotidiano de problematizar e de desvelar as situações de opressão e de marginalização o que afirmamos em consonância com a concepção freireana de que “a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo” (FREIRE, 2011b, p. 71).

Essa afirmação da Educação Popular como uma prática esperançosa, torna-se significativa para o entendimento de que as desigualdades sociais, as exclusões e

marginalizações são históricas e passíveis de mudança. Remete a um exercício de busca por devolver a esperança àquelas a quem esta foi, em muitos casos, negligenciada mediante as situações de exclusão vividas.

Nessa diretiva, vamos ao encontro do autor citado quando refletindo sobre a esperança e desesperança destaca: “É preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. [...]. Eu sou, pelo contrário, um ser *da esperança* que, por ‘n’ razões, se tornou desesperançado” (FREIRE, 2011b, p. 71, grifos do autor). Ou seja, as opressões sofridas e as experiências de vida interferem nas maneiras como percebem a si e as situações vividas. Problematicar e desconstruir esta desesperança é fundamental para a Educação Popular e para que se compreendam enquanto protagonistas de suas histórias e não apenas como parte dela e que lutam pela construção/afirmação das realidades que desejam. Assim sendo, “daí que uma das nossas brigas como seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza” (FREIRE, 2011b, p. 71).

Em continuidade, retomamos a Carrillo (2011) que ao construir as suas reflexões sobre a Educação Popular partindo da compreensão de que o termo é polissêmico, apresenta alguns elementos comuns que o perpassam. Ressalta que:

En el primer capítulo de este libro, se definen como “rasgos definitorios de toda práctica de educación popular”:

- *Su lectura crítica del carácter injusto de la sociedad y del papel que juega la educación*
- *Su intencionalidad política emancipadora*
- *Considerar a los sectores populares como sujetos de su emancipación*
- *Buscar incidir en la subjetividad de los educando y educadores*
- *Poseer unas metodologías participativas y dialógicas* (CARRILLO, 2011, p. 65, grifo do autor).

O primeiro elemento apontado pelo autor nos remete, de certo modo, às discussões que evidenciamos quando ressaltamos a Educação Popular como alicerçada em uma perspectiva de transformação das realidades, a partir da realização de leituras críticas, que desvelam as contradições sociais.

O segundo e o terceiro elementos nos direcionam ao compromisso político com a emancipação dos oprimidos. Se uma educação colonizadora, conforme ressaltamos, atuou no sentido de negar a fala, as pronúncias do mundo, interferindo na construção de uma experiência democrática conforme evidenciou Freire (1967), a Educação Popular tem, dentre suas características, a busca pela emancipação, pelo protagonismo, o que ocorre considerando

o quarto e o quinto elementos evidenciados, a saber, uma prática participativa, dialógica, que compreende os indivíduos em suas experiências, vivências e subjetividades como históricos e agentes de suas transformações. Isto nos leva a perceber que “[...] *la Educación Popular se autodefine como una práctica social que se lleva a cabo desde, con, entre y para los sectores populares*” (CARRILLO, 2011, p. 22).

Frente ao exposto acerca da Educação Popular, poderíamos nos questionar sobre o porquê de sua ênfase na emancipação e no protagonismo dos oprimidos na transformação das suas realidades. Essa inquietação nos direciona a Freire (2011a) quando refletindo sobre a libertação dos oprimidos e como estes ao se libertaram, libertam os opressores evidencia que:

Quem, melhor do que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2011a, p. 42–43).

Isto posto, lembramos de Brandão (2013) quando ao prefaciar o livro *Educação Popular: lugar de construção social coletiva* destaca que “[...] a educação popular não foi um episódio acidente esquecível na trajetória do acontecer da educação, no Brasil, na América Latina – e por que não? – em todo o mundo” (BRANDÃO, 2013, p. 11). A nosso ver isso se deve tanto à influência desta na transformação das realidades no território, como, também, pelo fato de que o referido território, guardadas as proporções temporais e históricas, ainda continua sendo um espaço de muitas exclusões e de diversas formas de opressão. Nesse sentido, torna-se um fenômeno atual. Compreendemos que:

De este modo, hacer Educación Popular es reconocer el carácter político de la educación y su papel en la búsqueda de una sociedad más justa y democrática; es asumir una opción explícita por el fortalecimiento de las organizaciones y movimientos gestados por los sectores populares; es trabajar en la creación o desarrollo de las condiciones subjetivas que posibiliten las acciones emancipadoras y de transformación social por parte de estos sujetos populares; es generar alternativas pedagógicas, metodológicas y didácticas coherentes con los postulados anteriores (CARRILLO, 2011, p. 25).

Frente ao exposto, compreendendo a pesquisa como um ato educativo e a sua importância para a Educação Popular, questionamos: o que significa realizar pesquisas no campo da Educação Popular? Entendemos que a Educação Popular nos permite problematizar

um conhecimento que se postula hegemônico e que desconsidera os saberes dos segmentos excluídos e oprimidos. Possibilita-nos compreender que a afirmação de um conhecimento como sendo o verdadeiro, universal e válido, alia-se à conformação do modelo de sociedade dominante e excludente.

Construir pesquisas no e a partir do campo da Educação Popular requer um compromisso ético e político. Demanda, assim, a construção de um conhecimento e de uma prática de pesquisa dialógica, tecidos a partir da realidade concreta dos indivíduos e dos seus territórios. Nesse sentido, recorremos a Freire (2011a) quando ao refletir sobre o processo de investigação dos temas geradores ressalta que:

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo, se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar *pelos* outros, nem *sem* os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (FREIRE, 2011a, p. 14 –141, grifo do autor).

Guardadas as devidas especificidades entre a investigação de temas geradores e a construção de pesquisas com vistas à produção de artigos, monografias, dissertações e teses, entendemos que ao operar a partir da Educação Popular é preciso entender que estamos lidando com dinâmicas e fenômenos humanos, que emergem dos cotidianos e que são significativos para os indivíduos e/ou um grupo dentro de um tempo e espaço. A pesquisa, assim, não se trata apenas de uma extração de dados, de informações, mas de pensar com e a partir dos territórios e dos que o integram, exigindo-nos, de tal modo, compreender estes fenômenos em suas historicidades e problemáticas. Assim, por exemplo, quando lidamos com um fenômeno relacionado a um movimento social do campo e aos trabalhadores rurais, como na presente tese, torna-se primaz um exercício atento de diálogo com fontes diversas, no sentido de captar o acontecido não a partir das nossas certezas primeiras, mas do pronunciar das palavras e das leituras de mundo, presentes nestas.

Tal discussão nos direciona ao processo de “traduzirmos a nós mesmos” evidenciado por Eggert (2013) e ao qual fizemos menção, e, ao mesmo tempo, nos rememorou uma reflexão posta por Boff (1992) quando apresenta a seguinte problematização:

Estamos habituados a ouvir a versão da conquista da América Latina da perspectiva do poder dominante. *Falam os vencedores*. Eles têm seus Camões que cantam suas aventuras. Têm seus artistas que consignam em

pinturas o seu protagonismo, seus escultores que eternizam seus gestos triunfais.

Que seria se escutássemos a voz das vítimas? Como seria a sua versão? Que reclamos fariam à nossa geração? Tentemos captar ecoar de sua voz (BOFF, 1992, p. 9).

Inquietos mediante o exposto pelo autor, compreendemos que a Educação Popular pode ser uma das possibilidades que nos permitem revisitar a História da América Latina e seus povos, no sentido de pensá-la não pelo viés narrativo e analítico “do poder dominante” e dos que construíram um conhecimento que contribuiu para a consolidação deste, mas por um olhar que possibilita para além de um exercício de escuta das vozes dos oprimidos, um diálogo e tessitura de outros protagonismos e leituras para o território, problematizando-o e o transformando. Permite-nos questionar, também, o que foi feito das memórias, das palavras, das ações cotidianas e de resistência daqueles que mediante um olhar colonizador não integraram o conjunto dos que construíram os “gestos triunfais”.

A Educação Popular nos leva a problematizar as memórias e as histórias que nos foram apresentadas como “oficiais” e os porquês da exclusão dos segmentos populares, de suas lutas e resistências, em detrimento dos chamados “heróis” e “grandes nomes”. Questionamo-nos, assim: Por que as histórias dos diversos movimentos sociais ocorridos no campo, no Brasil, e as memórias dos seus partícipes, em muitos casos não são visualizadas? Por que o território do campo, muitas vezes, foi silenciado ou recebeu olhares estereotipados? Estas e outras questões podem ser postas quando nos detemos a refletir sobre o território do campo tendo como aporte a Educação Popular, conforme discutem Neves, Silva e Aragão (2020). Operamos de modo a considerar que nos permite adentrar aos meandros de histórias e memórias que, mesmo mediante as tentativas de silenciamentos através de mecanismos diversos, integram a historicidade do Brasil e da América Latina. Destacamos que:

En contrapartida a estas relaciones de dominación, la respuesta histórica de las clases y los grupos subalternos en nuestro continente ha sido de resistencia y de lucha social, de la cual son protagonistas personas trabajadoras urbanas y rurales, mujeres, indígenas, negras, quilombolas, en fin, el conjunto de todas aquellas que hacen de su vida un proceso de lucha por la justicia y la igualdad social (MOTA NETO; PONTUAL, 2018, p. 10).

Os autores permitem compreender a América Latina como um território de resistência frente à colonização que evidenciamos e, nesse sentido, pensamos que a Educação Popular nos permite dialogar, aprender e construir com e a partir desses diversos povos, diálogo este,

também, efetivado a partir da realização de pesquisas. É, nesse sentido, que nos ancoramos na Educação Popular na tentativa de pensar/fazer uma prática de pesquisa que nos possibilite problematizar elementos, fenômenos que emergem da historicidade de Alagamar, tomando como ponto de partida o movimento social ocorrido no referido território, e que se inserem no conjunto daqueles que, utilizando um termo evidenciado pelos autores citados, “fizeram de suas vidas, processo de luta”.

Ancoramo-nos na Educação Popular no sentido de nos inquietarmos, conforme evidenciamos na abertura do presente capítulo, a respeito de uma prática de pesquisa que não esteja pautada em uma hierarquização entre pesquisador e pesquisado, mas em que estes, a partir de lugares distintos, possuem suas contribuições neste processo, construindo uma relação de interconexão e, sobretudo, diálogo. Assim sendo, retomamos a Paulo Freire quando ao discorrer sobre a seleção dos temas geradores evidencia que “investigadores profissionais e povo, nesta operação simpática, que é a investigação do tema gerador, *são ambos sujeitos deste processo*” (FREIRE, 2011a, p. 140, grifo nosso). Realizando uma conexão com a pesquisa, atuamos compreendendo ambos como fazedores deste processo, como vozes significativas para a construção do exercício de pesquisa e problematização que desejamos construir (NEVES; SILVA, 2020).

Frente a estas reflexões sobre a Educação Popular, a seguir evidenciamos o conceito de história local a partir do qual operaremos.

1.2 Por uma História Local em escritos, vozes e versos múltiplos

Comumente, quando ouvimos a palavra História tendemos a associá-la às narrativas com as quais nos deparamos no decorrer de nossas trajetórias educacionais e nos livros didáticos, de modo que, muitas vezes, esta concepção a aproxima apenas das memórias e narrativas de determinados personagens cujos feitos foram classificados como “heroicos”. São nomes, datas, atos que da forma como nos foram apresentados parecem desconectados do contexto atual e dos nossos cotidianos. Nesse sentido, para Sousa e Silva (2017, p. 47) “[...] Além disso, a história buscou, por muito tempo, silenciar as lutas sociais e reivindicações que moveram homens e mulheres nas suas vivências coletivas”.

Por este olhar, tendemos a esquecer que os cotidianos também são História e que o local, ao qual pertencemos, o território em que desenvolvemos os fazeres cotidianos, também a integram. Conforme Vilma Barbosa (2006, p. 58): “Não é de se estranhar que assim seja, porque ocorre a enorme distância entre a realidade vivenciada pela comunidade e o tratamento

dado ao ensino de História, já que o aluno se torna mero espectador de fatos, não necessitando esforços no sentido de qualquer reflexão ou elaboração”.

Em interface com o exposto e acionando uma reflexão a partir de Freire (2011a) pensamos que conhecemos a História por uma perspectiva bancária, em que as nossas palavras não foram ouvidas, mas fomos postos como receptores de palavras que, nem sempre, dizem ou leem as nossas realidades. Discorrendo sobre a educação bancária, o autor mencionado evidencia como nesta as palavras são “ocas”, ou seja, apresentadas de modo que não possuem uma conexão, um significado com a realidade. Em suas palavras:

Por isto mesmo é que uma das características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro. O que verdadeiramente significa capital, na afirmação, Pará, capital Belém, Belém para o Pará e Pará para o Brasil” (FREIRE, 2011a, p. 80).

Em diálogo com o autor citado, podemos pensar que a maneira como a História foi evidenciada, apresentou os conteúdos de forma que foram pronunciadas “palavras ocas”, de modo a não dialogar os conteúdos de uma dita “História Geral” com as realidades nas quais nos situamos. Como destaca Joana Neves (1997, p. 22): “A História Geral, porém, está afetada por vícios que dificultam, quando não inviabilizam, sua articulação com as realidades sociais”. Decoramos nomes, fatos, mas sem problematizá-los no sentido de, dentre outras questões, compreender as suas historicidades e de que maneira interferiram para a conformação do modelo de sociedade atual. Aprendemos os nomes das capitais, mas sem entender como são perpassados por questões históricas, políticas, sociais e culturais, bem como que para além destas, existem outros territórios que se entrelaçam e, a partir de suas singularidades, contribuem para a configuração e História do país. Isto nos faz ratificar o entendimento de que “[...] a história, que é nosso objeto de análise, foi-nos imposta de forma positivista, com uma visão europeizada, preocupada, principalmente, com aspectos políticos e a ação dos homens considerados heróis” (SOUSA; SILVA, 2016, p. 186).

Esta associação feita por Sousa e Silva (2016) no sentido de evidenciar como a perspectiva, com a qual tivemos contato com a História, pauta-se em uma ótica europeia, direciona-nos a reflexão que evidenciamos anteriormente, quando partindo de Freire (1967) discorreremos sobre as ressonâncias do processo de colonização que vivemos. Compreendemos que este contar a nossa História a partir de um viés eurocêntrico e a ausência de construção de uma história local com e a partir dos diversos segmentos que compõem o território podem ser

pensadas como uma destas ressonâncias. Mediante uma escrita da História em uma perspectiva bancária, pensamos que o local e os que nele residem e atuam são silenciados ou quando evidenciados, são destacados os feitos dos “grandes nomes” que o integram, conforme veremos.

Como elemento sinalizador para compreender tais questões, evidenciamos que “quando tratamos da História apenas pelo viés macro, podemos deixar escapar elementos que dizem respeito aos comportamentos, às várias experiências sociais, e à própria constituição das identidades de grupos que se organizam em escala micro” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 144). Por este olhar macro, assim, deixamos de captar, por exemplo, as experiências de luta e resistência construídas por trabalhadores rurais partícipes de movimentos sociais tais como a Luta do Povo de Alagamar, de dialogar com suas vozes e narrativas, de perceber seu território e compreender como são significativos para a História.

Frente a este cenário e, também, em alguns casos mediante a ausência de fontes, de produções que pensem a historicidade do local, acabamos por conhecer pouco da História do território ao qual, em alguns casos, pertencemos e que se entrecruza com as nossas. Quando ingressamos no curso de Licenciatura Plena em História, no mestrado e ao participamos de alguns congressos nos impactava o fato de que ao situarmos o município do qual somos oriundos e ao mencionar o termo “Alagamar”, muitos professores e pares com que dialogávamos, destacavam o movimento social ocorrido no território e acontecimentos sobre os quais não tínhamos conhecimento, bem como ressaltavam a importância e o significado do território mencionado no que se refere às discussões sobre a luta pela terra e a questão agrária.

Isto nos fez pensar sobre alguns elementos dentre os quais: 1) a maneira como fomos introduzidos ao estudo da História e como o local não é visibilizado neste, conforme evidenciamos; 2) como a ausência de informações sobre a história local nos leva a criar o entendimento de que o território a que pertencemos “não tem História”; 3) como produções acadêmicas tais como artigos, monografias, dissertações e teses que contemplam elementos da história local, muitas vezes, não circulam e não apresentam este retorno no sentido que os que integram o local possam conhecer elementos de suas histórias a partir de tais pesquisas; 4) a necessidade de dialogar com as vozes dos indivíduos, de diversos segmentos sociais, que vivenciaram acontecimentos da história local de modo que tais memórias não se percam.

Especificamente, inferimos o terceiro item quando nos deparamos com diversas produções, como as que mencionamos na introdução desta tese, que evidenciam elementos a respeito de Alagamar, bem como considerando a diversidade de documentos acerca do movimento social e passamos a refletir sobre como os conhecimentos produzidos mediante

tais pesquisas acadêmicas não retornam ao território a partir do qual foram realizadas. Compreendemos que se torna significativo pensar/fazer pesquisas a respeito da história local e construir formas de suas devolutivas. De tal modo, “[...] a História Local é uma prática que precisa ser mais encorajada, discutida e amadurecida, pois ela ainda está muito restrita a grupos circunscritos de pesquisadores e de projetos acadêmicos e nas escolas ela se manifesta em trabalhos pontuais por parte de professores” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 94).

Para tanto, evidenciamos de qual história local falamos e destacamos que:

A concepção sobre o que é a história local ainda é controversa. Além de não ser uma concepção recente, ela vem sendo utilizada por historiadores de várias partes do mundo, rompendo com a ideia de que a história é exclusivamente global e teleológica. Ou seja, uma história do destino da humanidade, na qual todos caminham para um fim comum. Porém, várias são as formas de perceber e sistematizar a história local e muitos pesquisadores a entendem a partir de recortes espaciais, como a história do bairro, do município, da região. Porém, um ponto comum entre os que a adotam é que as transformações sociais, que dão movimentos a história, ocorrem em um determinado lugar, em um determinado tempo, nesse sentido, são fenômenos locais que fazem girar a “roda” da história global (SOUSA; SILVA, 2017, p. 85–86, grifo dos autores).

A partir dos autores, percebemos que a história local possibilita tecer interpretações da História que ultrapassam uma leitura global que, ao se pretender universal, desconsidera as particularidades e singularidades do local. Permite entender, assim, que a História é presente em todos os espaços nos quais os indivíduos atuam e constroem seus cotidianos. Nesse sentido, lembramos de duas afirmativas de Heller (2008), a saber, “A VIDA COTIDIANA é a vida de *todo* homem” (HELLER, 2008, p. 31, grifos da autora) e “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 2008, p. 34, grifos da autora).

Realizando um diálogo entre o exposto por Sousa e Silva (2017) e Heller (2008), podemos pensar que é no cotidiano que “o movimento” da História se constrói, cotidiano este que não é uma particularidade de apenas um segmento da sociedade, o “dominante”, mas de todos, em seus diversos lugares e fazeres. Sendo assim, a História é feita pelos diversos homens e mulheres em seus cotidianos, territórios e tempos. De tal modo, como destaca Joana Neves (1997, p. 24) “No entanto, o local é nosso espaço de atuação. É onde fazemos história”. Para Vilma Barbosa (2006, p. 66), “essas considerações devem marcar sobremaneira as discussões efetivadas acerca da construção da história local, partindo da premissa de que a

história é uma experiência humana, portanto, relacionada às experiências reais vividas por todos os homens”.

Cabe destacar que não é nossa preocupação estabelecer uma relação hierárquica ou dual entre uma História Geral e a História Local. Pautamo-nos em refletir acerca do porquê do silenciamento da segunda em detrimento da primeira, bem como da necessidade de pensar/compreender a História como perpassada pela vida cotidiana de todos os homens e mulheres em seus fazeres cotidianos. Pensamos que se trata de compreender que o “universal” não é tão unísono e que a partir do local é possível construir outras leituras e tessituras para este, que o local e o nacional, nacional e local dialogam, conectam-se. Assim, “compreendemos que a polarização da investigação apenas por uma ótica, local ou nacional, pode desfocar a dinâmica das sociedades e das suas transformações históricas, favorecendo um lado ou outro” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 89–90).

O exposto pelos autores nos faz pensar como para pensar a Luta do Povo de Alagamar, movimento social que integra a história local, torna-se preciso estabelecer uma conexão com o contexto nacional, visualizando o processo de construção deste e como foi forjada a estrutura agrária, o que nos permite entender como emerge situado a partir das particularidades de um contexto local, mas em conexão com uma problemática mais ampla e nacional que é a questão agrária.

Este olhar nos permite fazer conexões entre a realidade vivenciada em Alagamar e em outros territórios, pensando em que medida se aproximam e se distanciam, bem como o caso em análise nos direciona a importância de problematizar o campo, no Brasil, principalmente no que se refere aos direitos dos que o integram e do acesso e permanência a/na terra. De tal modo, concordamos com o entendimento de que

Destarte, da mesma forma que a história nacional pretensamente intenta ser homogeneizante, no sentido de não apresentar diversidades e desigualdades em seu processo histórico constitutivo e, absoluto, quando não admite diferenças e contradições, a história local pode, erroneamente, ficar circunscrita ao localismo, se for tratada apenas em seu aspecto físico e individualizador, desconsiderando outras esferas relacionais (MELO, V., 2015, p. 35).

Não se trata, assim, nem de construir uma leitura que se pauta apenas no nacional, tampouco de pensar o local pelo local, mas em suas interconexões e relações. Retomamos os autores citados quando evidenciam que “a história local proporciona, através de análises de espaços com recortes menores, novas possibilidades de redimensionar e de repensar a própria

história nacional” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 90). Assim sendo, acrescentam: “Isso porque, na nossa concepção, a História Local, por sua natureza de investigar as especificidades, tende a tratar das diferenças e multiplicidades; já a História, de caráter geral, trata dos fenômenos sociais ao longo dos tempos uniformizando os sujeitos” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 90). Tomando o exemplo mencionado do estudo de um movimento social do campo, pensamos que a ótica da história local permite problematizá-lo de modo a perceber que outras ações coletivas ocorridas neste território e seus protagonistas não são uniformes a estas, possuindo aproximações e especificidades, compreendendo-os enquanto fenômenos sociais complexos.

Considerando as reflexões postas, operamos com o conceito de história local, compreendendo que:

Nessa perspectiva, conceituamos a História Local como uma concepção teórico-metodológica que busca a construção histórica a partir de um recorte, de uma escala específica de investigação; desdobrando os meandros do lugar, *levando em conta as ações dos sujeitos viventes no mesmo*, considerados como agentes centrais para os processos de transformações históricas (SOUSA; SILVA, 2017, p. 92, grifos nossos).

No entanto, a partir das opções teóricas que balizam a presente tese, pensamos que se torna significativo refletirmos de qual história local falamos e tendo em vista que, muitas vezes, a forma como é escrita resulta em uma exaltação dos “grandes nomes”, no destaque de nomes, de personalidades que são elencadas como significativas para a história de uma cidade, por exemplo, não visibilizando os diversos segmentos que a compõem e suas versões, narrativas, leituras, interpretações e contribuições para esta. Lembramo-nos de Vilma Barbosa (2006) quando refletindo sobre o ensino de história local e como é apresentada nos materiais didáticos, evidencia que:

O ensino de história local se apresenta na forma de *matéria* dirigida à memória e, às vezes, à imaginação, não levando em consideração qualquer outra propriedade intelectual do aluno e do próprio professor, apresentando-se de maneira fragmentada, decorativa, repetitiva, memorativa, enaltecida de personalidades e vultos históricos, na qual os fatos são apresentados como axiomas, dogmaticamente (BARBOSA, V., 2006, p. 64).

Outro aspecto que pode ser observado é que, em certos casos, a escrita da história local ocorre não a partir do historiador profissional, mas da iniciativa de alguém, a quem Correa (2002) chama de *historiador diletante*, que constrói uma leitura para acontecimentos do local, às vezes, considerando apenas as suas próprias experiências e testemunhos, de modo

que, conforme o autor citado, parece confundir a biografia de certos nomes com a história do local como se essas fossem sinônimas. Nessa mesma linha de raciocínio e evidenciando quem, em muitos casos, tem sido responsável pela escrita da história local, pode ser acrescentado que:

A história local, por outro lado, tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos, e tais autores geralmente são criadores de *memórias* mais do que efetivamente de *história*. A memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores como para o ensino (BITTENCOURT, 2004, p. 168, grifos da autora).

Não raro, podemos observar a presença de diversas datas comemorativas, estas aqui compreendidas como uma forma de rememorar, como um lugar de memória (NORA, 1993) que ressaltam, por exemplo, cronologias, as datas de morte de políticos locais, mas que não contemplam acontecimentos protagonizados por segmentos populares ou daqueles que o integram. Em suas reflexões, Joana Neves (1997) faz uso do termo *personalismo* para se referir à escrita de uma história local que se centra apenas na construção de cronologias de “personalidades”, dos “grandes homens” do local. De tal modo, a autora problematiza: “Quantas obras, rotuladas de histórias locais, não são apenas listagens de cidadãos ilustres, nascidos naquele lugar (mesmo que daí tenham saído crianças e nunca mais retornado)?” (NEVES, J., 1997, p. 24). Em seguida, questiona: “E o que dizer das histórias de municípios, que apenas fazem a cronologia das gestões administrativas e, de preferência, dos prefeitos do partido que está no poder?” (NEVES, J., 1997, p. 24). Percebemos, então, nestes casos, a escrita de uma história local que coaduna apenas com a manutenção das memórias de um grupo, o dominante, e não da pluralidade de indivíduos, de memórias e histórias que compõem o local.

Pensamos que ao operar desta forma, ocorre uma mudança na escala de análise, do geral para o local, porém, continuamos com a escrita de uma História personificada pelos segmentos dominantes e seus feitos. No caso do local, a exaltação de nomes e seus “feitos” como, por exemplo, a construção e realização de determinadas obras durante os seus mandatos políticos. Em contraposição, as ações dos ditos “populares” não são visibilizadas.

Nessa mesma linha de problematização de quais histórias têm sido escritas a partir da história local, para Bittencourt (2004, p. 169) “[...] é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da

migração, das festas...”. Assim sendo e considerando a perspectiva de Educação Popular e de memória evidenciadas e com as quais dialogamos, pensamos uma história local que é pautada em um dialogar com os “vindos de baixo”, para utilizar um termo da História Social, com as vozes daqueles que, em seus cotidianos, tecem o campo e formas de resistências diversas, de maneira a contemplar as suas experiências, memórias e leituras de mundo.

Acionamos o trato com a história local, principalmente, a partir de Sousa e Silva (2017) quando propõem pensar uma história local que se aproxima conceitualmente e na prática da Educação Popular. Nestes nos pautamos para pensar/fazer uma história local que tem por base não apenas as narrativas dos “grandes nomes” do local, mas que entenda a História como perpassada por múltiplos indivíduos, com suas diversas experiências sociais e cotidianos e que não são receptores, depósitos de histórias externas, prontas e acabadas, mas protagonistas e fazedores de histórias. Assim,

Para essa efetivação da História Local na prática, consideramos importante que ela se faça levando em consideração os pressupostos da Educação Popular, que se caracteriza como uma concepção educacional que busca romper com *a dominação política, social e cultural por valorizar a participação das classes populares na construção constante da história*. (SOUSA; SILVA, 2017, p. 126, grifo nosso).

Compreendemos que esta perspectiva da história local convida a História para redimensionar o seu foco de escrita, atentando para outros territórios e contemplando os múltiplos indivíduos e suas trajetórias que a compõem e como estes, em seus cotidianos, contribuem para as rupturas e continuidades que a fazem. Acrescentamos que:

Nesses termos, no nosso entendimento, o desafio maior da história local hoje é o de produzir outra pedagogia da história, em especial, uma historiografia didática que incorpore o *local*, parta dele e nisso valorize um caminho de sensibilização que configure a consciência histórica, na sua materialidade historiográfica, como possibilidade de “reconhecer a identidade pelo caminho da insignificância”. Criança, jovens e adultos, sensibilizados, por intermédio de uma reflexão sobre o local, unidade próxima e contígua, historicizando e problematizando o sentido de suas identidades, relacionando-se com o mundo de forma crítica, mudando, ou não, como sujeitos, a própria vida (GONÇALVES, 2007, p. 182–183, grifo da autora).

É nessa ótica que pensamos a história local enquanto um fazer que possibilita o reconhecimento do local e de sua historicidade, de modo a entendê-lo como detentor de uma História. Em relação ao campo, pensamos que operar por este entendimento de história local, principalmente, em interface com a Educação Popular permite pensá-lo para além do olhar

urbanocêntrico, contemplando, assim, as minúcias do território e o entendendo em suas particularidades.

Este olhar para o campo, a partir e com o campo, ao romper com os estereótipos direcionados ao território, problematizando-o como história e histórico, pode contribuir para que os indivíduos o conheçam e conheçam suas histórias e sintam-se pertencentes a este, de modo a entender que, assim como os conteúdos e os territórios que constam nas páginas dos livros de História, o local, ao qual pertencem, também tem páginas de histórias e memórias. Compreendemos que a história local pode despertar um processo de sensibilização, conhecimento e conscientização acerca da importância do território. Assim, “partindo dessa concepção político-pedagógica de educação, concebemos a História Local como recorte metodológico capaz de propiciar uma reflexão acerca da condição de oprimido através da articulação entre conhecimento e identidade social dos seus agentes” (SOUSA; SILVA, 2017, p. 131).

Operar com a história local permite, assim, pensar e fazer uma escrita da História que ao problematizar o local possibilita que os indivíduos possam, a partir do conhecimento das histórias e memórias, refletir sobre situações de opressão e como esta historicidade pode contribuir para tecer leituras do presente. Nessa direção,

A construção e elaboração da história local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados, ao tempo que, em mão dupla, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções – numa práxis transformadora, se proceda a sua elaboração e registro (MELO, V., 2015, p. 42).

Realizando uma interface sobre o que estamos evidenciando a respeito da perspectiva de história local com a qual dialogamos e o apresentado por Freire (2011a), pensamos que a história local nos permite questionar uma escrita da História que parece “imóvel” feita por personagens e territórios distantes das nossas realidades, de modo que possamos compreender os diversos indivíduos, como “seres históricos”. É nesta perspectiva e em entrelace com as concepções de Educação Popular e história local evidenciadas, que ancoraremos as nossas análises. No item a seguir, apresentamos a compreensão de memória com a qual dialogamos.

1.3 Pelos (des)caminhos da memória

SÉRGIO: Essa busca da memória, esse passeio curioso, disciplinado, prazeroso, é, com o passar do tempo, um passeio que nos mostra determinadas erosões. Como a terra muda, a memória também sofre variações, erosões, lapsos, fissuras. Quanto mais o tempo passa, às vezes, maiores as fissuras. Já, às vezes, por mais que o tempo passe, a nitidez das imagens e dos sons de certos momentos da própria história continua intacta (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 29, grifos nossos).

Na sociedade, em sua conjuntura atual, não raro ouvimos a palavra memória em diversos usos. Em muitos casos, a acionamos como referência à capacidade de armazenamento de diversos dispositivos os quais utilizamos, como computadores, *pendrivers*, celulares e *tablets*. Considerando o volume de informações, arquivos, documentos que precisamos armazenar nestes, é a capacidade da memória um dos elementos mais avaliados e que interferem na escolha dos dispositivos.

Outro uso que comumente ouvimos desta palavra, refere-se ao direito à memória e à história de determinados grupos como negros, operários, trabalhadores rurais, dentre outros, ultrapassando, assim, uma associação desta ao armazenamento e incluindo outras dimensões como questões de poder, políticas, históricas e sociais. É esta segunda perspectiva na qual nos debruçamos e dialogamos, ou seja, a memória como fonte e centralidade para a História. De tal modo, de início evidenciamos que, como destaca Sá (2007, p. 290): “A rigor, a memória tem sido apropriada como objeto de estudo não só para dar conta do funcionamento de organismos vivos e de máquinas, mas também da sociedade, da história, da cultura, da arte, da política e da literatura”.

Assim sendo, pedimos licença ao leitor para a construção da seguinte cena: Após algumas décadas fora da cidade interiorana em que nasceu, determinado indivíduo retorna para uma visita e ao chegar encontra o prédio da sua primeira escola em processo de desabamento e muitos dos espaços que conheceu já não possuem mais as mesmas características de antes no que se refere à arquitetura. Ao se deparar com aquele cenário, aciona lembranças da infância e adolescência, as vivências com amigos e parentes. Retoma elementos que parecia nem mais lembrar e percebe que já não lembra mais com tanta vivacidade de alguns momentos vividos no território. Mesmo empreendendo um esforço, algumas imagens parecem fugir da sua mente. Outras aparecem, mas ele deseja não as lembrar por motivos diversos. E, percorre a cidade, tendo o seu percurso marcado por esquecimentos, memórias que evoca, memórias que deseja silenciar e emoções que ora despertam risos, ora descontentamento.

Essa cena nos direciona ao trecho utilizado como epígrafe acima, e que foi retirada do livro *Dialogando com a própria História*, de autoria de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, onde refletem acerca de elementos de suas histórias e experiências educacionais. Especificamente, remete a uma fala de Sérgio Guimarães e nos apresenta uma questão central para as reflexões que serão postas no presente tópico, acerca da compreensão de memória que adotamos, a saber, pensar as problemáticas que envolvem a memória, dentre as quais a “erosão”, “os lapsos”, “as fissuras” causadas por fatores de cunho histórico, político, social e cultural. Ou seja, compreender como a memória pode ser vista, também, a partir de uma dimensão histórica e social que permite visualizar as intencionalidades que perpassam o ato de lembrar e/ou de esquecer e como seus usos podem ocorrer tanto no sentido da afirmação/manutenção da construção de uma História hegemônica ou no questionamento desta. Em tal sentido, a memória é, como destaca Nora (1993, p. 9) “[...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.

Para entendermos a memória na perspectiva mencionada e como se torna objeto no campo das ciências humanas, recorreremos a Le Goff (2012). O referido autor, inicia as suas reflexões com a seguinte afirmativa: “O conceito de memória é crucial” (LE GOFF, 2012, p. 405). Tal assertiva nos remeteu a percepção de que “a necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14). A memória é uma questão central para a História. Seja através de relatos orais, cartas, jornais, cartilhas, monumentos, é a partir do trato com a memória que as tramas da História são tecidas. É “crucial”, também, no que se refere à construção das identidades.

Para que possamos adentrar a tais questões, retomamos Le Goff (2012) quando observa: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2012, p. 405). Destaca que a memória estaria relacionada a elementos da biologia e da psicologia, dentre outros, evidenciando problemas da memória como a amnésia. Um primeiro apontamento que podemos inferir é que existem elementos de cunho psíquico e biológico que interferem no ato de lembrar, de trazer à tona as memórias.

Acionamos o livro *Dialogando com a própria História* para exemplificar o que estamos refletindo, destacando o momento em que Sérgio Guimarães direciona o seguinte questionamento a Paulo Freire: “[...] o que é que você tem a dizer a respeito das falhas de memória, dessas manias que a memória tem, dessas armadilhas que o cérebro já começa a nos

colocar, nos fazendo trocar nomes, esquecer de lugares, confundir pessoas?” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 29). No decorrer da sua argumentação, Paulo Freire destaca: “O processo de escrever sobre isso foi um processo de rememorar enorme, intenso. Você mesmo me ajudou, na última vez que passou por aqui, com relação a uns três, quatro nomes de gente que era fundamental!” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 31). No mesmo diálogo, Paulo Freire discorrendo sobre o processo de escrita da *Pedagogia da Esperança* evidencia:

Mas quando eu fazia esse livro, o *Pedagogia da esperança*, ao qual me entreguei realmente com paixão enorme, com um amor enorme, com meu corpo inteiro, sentimentos, tristezas, mágoas, competência, incompetência, memória, esquecimento, razão, crítica... Quando eu trabalhei todos os meses nesse livro, eu me defrontei (foi não foi) com esses lapsos. Mas eu estava de certa maneira preparado para eles, e isso não dava em mim... quando eu passava, por exemplo, quinze, vinte minutos à procura de um pormenor lúcido que explicasse melhor o fato que estava narrando eu não ficava amofinado, nem dizendo a mim mesmo: “Será que é a velhice que se aproxima de mim?” Pelo contrário, eu dizia sorrindo: “É mais uma arapuca da memória!”, e continuava buscando (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 32, grifo dos autores).

Considerando o exemplo, ao trabalhar com memórias, torna-se significativo atentar para essas seleções, para os esquecimentos e silenciamentos que decorrem das interferências psíquicas e biológicas. Nesse sentido, mediante as fontes que adotamos em nossa pesquisa e que serão evidenciadas posteriormente, operamos problematizando-as de modo a perceber as tessituras que perpassam cada documento.

Retomamos a Le Goff (2012) quando evidencia a ocorrência de uma aproximação dos estudos sobre a memória com o campo das ciências humanas e sociais, mediante a problematização de uma compreensão mais mecânica de memória e atualização desta e a construção do entendimento de que a memória envolve outras questões como uma “função social” de comunicar acerca de acontecimentos. De tal modo, evidencia que “alguns cientistas foram, assim, levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais” (LE GOFF, 2012, p. 407).

Existem, então, “erosões”, “lapsos”, “fissuras” da memória relacionadas à forma como a “auto-organizamos” na qual incidem não apenas elementos de cunho biológico e psíquico, mas, também, históricos e sociais e que se afinam com aquilo que os indivíduos ou o coletivos desejam que seja lembrado ou esquecido e/ou que o poder hegemônico busca que seja evidenciado ou legado ao silenciamento. O que guardamos em nossa memória é perpassado pela leitura que operamos do ocorrido e as experiências que foram elaboradas a partir deste.

Podemos acrescentar que “[...] a memória seja sempre *selectiva* (Todorov, 1998), pelo que ela não pode ser encarada como um armazém inerte, onde, por ocasional e arbitrária acumulação, se recolhem os acontecimentos vividos por cada indivíduo [...]” (CATROGA, 2015, p. 16).

Sobre tal aspecto e evidenciando como a memória passa a ser pensada a partir de uma aproximação com as ciências humanas e sociais destacamos:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2012, p. 408).

Compreendemos que o que é lembrado, trazido pela memória à tona perpassa por intencionalidades, incertezas e que os silenciamentos podem ocorrer, dentre outros fatores, mediante a repercussão que o vivido teve tanto na época em que ocorreu, como posteriormente. Concordamos com o entendimento de que “[...] abordar a memória leva, naturalmente, a discutir o problema do esquecimento” (VIANA, 2006, p. 9). Nessa direção, Paulo Freire em diálogo com Sérgio Guimarães sobre as interferências na memória ressalta: “É preciso ver que é também um mecanismo de medo que dificulta a memória. Como uma tentativa de defesa, você se esquece, ou melhor, você deixa de querer conhecer. E aí, então, você esquece o que aconteceu porque nem sequer sabe o que aconteceu” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 35).

Em interface com o exposto, consideramos que ao realizar pesquisas no campo da memória a partir da perspectiva metodológica da história oral, por exemplo, o pesquisador pode se deparar com elementos de uma situação vivida sobre os quais o entrevistado não deseja se debruçar, tendo em vista que a memória é seletiva e este ato de selecionar está perpassado pelas questões evidenciadas por Le Goff (2012). De tal modo, retomamos uma fala de Sérgio Guimarães em diálogo com Paulo Freire quando ressalta:

Nesse exercício que a gente faz, nós estamos sujeitos a todas essas oscilações, erosões da memória: os esqueceres, os não lembrares, os “já não sei o nome”, “já não sei onde”. Tudo isso, de um lado, tira talvez o encadeamento, a compreensão maior de um determinado episódio; mas, de

outro, por ser um fenômeno histórico também a que nós estamos sujeitos – tanto quanto a pausa faz parte da música, como a nota – faz parte desse rever a própria história (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 29).

Este exercício do trato com a memória se torna primaz, tendo em vista que para Le Goff (2012, p. 455, grifo do autor), “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Em interface com o exposto por Freire e Guimarães (2011) e considerando a vinculação feita por Le Goff (2012) entre memória e identidade, pensamos que “censurar” as memórias de determinados grupos é negar a estes o direito ao acesso às suas histórias, o que interfere nas suas identidades e no pertencimento ao território ou ao segmento social do qual fazem parte. Nesse sentido, trabalhar com a memória de acontecimentos relativos ao território do campo como a Luta do Povo de Alagamar, permite trazer para o debate uma centralidade na História do Brasil que é a luta pela terra e provocar um repensar das leituras que foram tecidas para o campo e seus povos.

Também refletindo sobre a relação entre memória e identidade, D’Alessio (1998) evidencia que a partir da memória se busca a efetivação de elos entre presente e passado, tempos e espaços, o que seria base para a construção da identidade. Assim, destaca: “Nas lembranças, o espaço localiza o tempo. Perdido o espaço, a identidade vacila à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior do qual o sujeito se re-co-nhe-ce” (D’ALESSIO, 1998, p. 273). Destaca, ainda, tomando como referência a discussão de memória em Michael Pollak, como a relação entre memória e identidade pode ser utilizada pelo poder hegemônico na perspectiva de criar uma “memória nacional” e uma “identidade nacional”, forjando uma compreensão de unidade e pertencimento. Ressalta:

A uniformização da memória feita pelo poder tem a função, dentre outras, de construir e manter a identidade nacional. O significado da criação desse tipo de “comunidade de destino” revela-se à medida que a nação torna-se a referência grupal fundamental de pessoas que vivem num mesmo território, sob a mesma organização social. No entanto, a fragmentação provocada pela emergência de memórias paralelas, desorganiza esse referencial maior, criando novas identidades e questionando a estabilidade do poder estabelecido (D’ALESSIO, 1998, p. 277).

No caso do Brasil a construção da ideia de nação em ressonância com o modelo de colonização aqui adotado/efetivado, ocorreu a partir de uma identidade nacional construída a partir da negação das memórias de diversos povos tais como indígenas, negros, camponeses,

dentre outros. O que foi legitimado como sendo a História do Brasil é perpassado por um olhar colonizador, hegemônico, urbanocêntrico e homogeneizador que recorre a diversos mecanismos de poder na busca de silenciar as memórias e histórias que vão de encontro à “narrativa oficial”. Em interface com D’Alessio (1998), pensamos que as tentativas de silenciamento se devem ao fato de que o pronunciar das vozes, das memórias destes povos provocaria tensionamentos, apontando que para além do que foi legitimado como a História do Brasil, existem diversos outros caminhos, capítulos, protagonistas e narrativas. Compreendemos que “assim, também na relação história/poder, a questão da memória encontra-se com a questão da identidade, construindo/desconstruindo referenciais” (D’ALESSIO, 1998, p. 277). Nessa diretiva, Sérgio Guimarães, em diálogo com Paulo Freire, destaca:

Ora, o que eu vejo do ponto de vista de um indivíduo me parece acontecer também às vezes na memória de todo um povo, a quem é negado – por uma série de recursos, de censuras, de boicotes – o direito de conhecer, de saber do seu passado, de saber de onde veio esse processo todo: eu, como povo, de onde vim, o que é que me trouxe a isso etc. (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 34).

Realizando uma aproximação entre o trecho citado e a discussão evidenciada, pensamos que o silenciamento, a negação do “direito de conhecer” seus passados e memórias incide sobre a construção da identidade e na maneira como compreendem/leem o território ao qual pertencem. Se tomarmos como exemplo o campo, veremos que a maneira como comumente foi retratado direciona para uma associação deste ao atraso, perspectiva construída a partir de uma leitura urbanocêntrica e que teve ressonâncias, por exemplo, no Paradigma de Educação Rural que foi direcionado ao referido território e que para utilizar um conceito freireano, aproximava-se de uma ótica bancária de educação (NEVES; SILVA; ARAGÃO, 2020).

Tal assertiva se torna primaz principalmente quando pensamos a produção do conhecimento no campo da Educação Popular pautado, como evidenciado anteriormente, no compromisso com o rompimento com as diversas formas de opressão e de silenciamentos. Pensar a memória, por esse ângulo, possibilita trazer para o debate leituras do vivido por segmentos sociais cujos cotidianos foram marcados por travessias de lutas, de resistência, de enfrentamento a uma lógica de sociedade desigual e excludente. Lembramo-nos da frase com a qual Le Goff (2012) encerra suas reflexões sobre a memória, afirmando: “[...] Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos

homens” (LE GOFF, 2012, p. 457). Isto nos faz refletir como a memória é um fenômeno em disputa.

Pensando sobre isto e a partir das “erosões” e “oscilações” da memória, remetemos a Viana (2006) quando refletindo sobre a memória destaca a existência de uma dimensão social no processo de evocação das lembranças, o que, a nosso ver, afina-se com a discussão que estamos realizando, partindo de Le Goff (2012), quando enfatizamos a importância de pensá-la não apenas a partir de uma dimensão biológica, mas, também, em uma perspectiva histórica e social. Nesse sentido, o autor destaca: “Os mecanismos de seleção se encontram nos valores e sentimentos dos indivíduos, bem como na pressão social e na associação das ideias” (VIANA, 2006, p. 9).

No que se refere aos *valores* destaca que são construídos socialmente pelos indivíduos em suas trajetórias de vida, compreendendo-os, assim, como uma produção. Da mesma maneira, situa os *sentimentos* como produzidos socialmente e evidencia, por exemplo, como um sentimento como o amor desencadeia determinadas recordações. Em seguida, faz uso do termo *pressão social* para se referir a processos de recordação que emergem a partir de situações/elementos externos e menciona o caso das entrevistas, datas comemorativas, dentre outros. Ou seja, são situações que contribuem para trazer à tona elementos relativos à memória sobre um ocorrido. Como afirma Halbwachs (2006, p. 41): “Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las [...]”.

Ainda segundo o mesmo autor, “nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos que esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (HALBWACHS, 2006, p. 53). Os mecanismos elencados por Viana (2006) funcionam como estas “circunstâncias”, que permitem acionar tais lembranças que são postas não em sua totalidade, mas a partir de recortes. Esta reflexão nos leva ao entendimento de que “sendo assim, temos uma determinada relação entre memória e sociedade. A memória individual é constituída socialmente, pois os mecanismos de evocação de lembranças são de origem social” (VIANA, 2006, p. 9).

Entendemos que as nossas memórias são tecidas no entrelaço entre as trajetórias individuais, as formas como compreendemos, concebemos o vivido e as relações sociais as quais estabelecemos. Constituem-se memórias que circulam entre o individual e o coletivo e que, em muitos casos, disputam lugares de verdade. Assim sendo, “a memória reatualiza-se,

portanto, num ‘campo de experiência’ aberto à recordação e às expectativas, horizonte que a recebe como herança e como um imperativo de vencer a morte” (CATROGA, 2015, p. 30).

Esta reflexão nos direciona aos momentos em que ao dialogarmos com trabalhadores rurais de Alagamar e/ou outros moradores da localidade, em outras pesquisas, principalmente, os idosos, estes destacam uma preocupação com as memórias do movimento social ocorrido no território, tendo em vista que alguns partícipes do mesmo já faleceram. Evidenciam, assim, uma preocupação de que os jovens conheçam a história do local ao qual pertencem para que esta não se “perca”. Compreendemos isto como este “imperativo de vencer a morte” evidenciado, ou seja, pensar a memória como um instrumento, um elo entre as gerações que possibilita que as memórias, as histórias que são significativas para o território, não sejam apagadas pelo tempo, pela morte.

Esse diálogo entre idosos, adultos, jovens e crianças sobre as memórias permite a “transmissão” desta contribuindo, inclusive, para a construção do sentimento de pertencimento ao local. Nessa interface, tais memórias vão sendo “reatualizadas”, como mencionou Catroga (2015), tendo em vista, dentre outros fatores, as experiências de cada indivíduo. Acrescentamos que:

[...] devemos ressaltar que existe uma luta pela memória e os principais agentes desta luta são as classes sociais e os seus representantes intelectuais. Tanto na esfera das representações cotidianas (“senso comum”) quanto na do pensamento complexo, esta luta se faz presente. [...]. As diversas abordagens do passado (tanto das representações cotidianas quanto do pensamento complexo, principalmente a historiografia) estão envolvidas neste processo. Mas esta luta não termina aí e ocorre também em torno da definição de memórias e suas determinações. A luta pela memória é, portanto, simultaneamente, teórica e prática (VIANA, 2006, p. 10).

Consideramos que a memória é um campo de/em disputa, de poder, de contradições, de busca por afirmações/construções de narrativas. Seus usos direcionam ou a conformação do modelo de sociedade dominante legitimado a partir de um olhar colonizador e de exaltação das memórias dos “grandes nomes”, “heróis” ou a contestação deste, o que se relaciona, dentre outros fatores, ao olhar teórico a partir da qual é pensada e da prática, conforme destacou o autor. Nesta “luta” da e pela memória o silenciar, o lembrar, o esquecer estão em permanente embate frente a forças diversas de ordem cultural, política, econômica, histórica e social. De tal modo, evidenciamos que “ela [a memória] é retenção afectiva e ‘quente’ dos ‘traços’ inscritos na tensão tridimensional do tempo que permanentemente a tece” (CATROGA, 2015, 16–17, grifos do autor).

Em interface com o exposto por Viana (2006), e ao encontro do que estamos evidenciando a respeito da memória, direcionamos a Le Goff (2012) quando ressalta a relação entre memória e poder e os usos desta. Assim destaca:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2012, p. 456).

Tomando como referência o lugar a partir do qual realizamos a nossa pesquisa, a saber, o da Educação Popular, trabalhamos com a memória pensando-a como um instrumento de libertação (LE GOFF, 2012), como pedra de toque para a escrita de uma História que problematiza as opressões e as exclusões a que determinados segmentos sociais, dentre eles, os trabalhadores rurais foram submetidos e pensando questões atinentes ao campo tomando como ponto de partida a Luta do Povo de Alagamar. Assim, lutamos pela e com a memória em interface com a Educação Popular na tentativa de tecer leituras para o campo a partir de um olhar ao Sul, apresentando e compreendendo o referido território como espaço de tessituras de memórias e histórias.

Nesse intento, lembramos de uma reflexão de Sérgio Guimarães quando em diálogo com Paulo Freire destaca que “respondeu, mas eu queria acrescentar a isso que você está dizendo sobre a memória, a percepção que eu tenho, sempre muito desagradável, de estar diante de pessoas que correm o risco de ser *sujeitos sem memória*” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 33, grifo nosso). “Sujeitos sem memória” não no sentido de que estes não as tenham ou não as construíram em seus cotidianos, mas na perspectiva em que foram silenciadas e negadas por uma ótica de História e de leitura da sociedade hegemônicas.

Em interface com os autores citados, pensamos que se forja, assim, uma luta dos segmentos excluídos e oprimidos no sentido do dizer as suas palavras sobre as suas memórias, de “conquistá-las”. Em tal diretiva, compreendemos que:

Os territórios da exclusão têm não somente um vazio de direitos, uma ausência do Estado e de políticas públicas consistentes; *mas também um vazio recorrente de memória* que forneça os sentidos de pertencimentos e as bases sociais, culturais, políticas e cognitivas constituintes dos sujeitos coletivos e movimentos sociais. Reconstruir a história do lugar com os moradores, como um processo contínuo não apenas de dar voz a estes, mas como *forma de se contrapor ao discurso hegemônico, um lado apenas da história* – aquela contada pelos “fortes”, pelos “vencedores”. Esse vivenciar

coletivo da história do lugar, acreditamos, é um caminho seguro para a construção de sujeitos individuais e coletivos autônomos, com auto-estima suficiente para a luta política, para se contrapor, como nos fala Milton Santos, às fabulações de um mundo imaginário. Tal mundo é possibilitado pelas ciências a serviço da ideologia dominante, que escamoteia as desigualdades sociais e homogeneiza os lugares, como se iguais fossem e não contivessem diversidades e potenciais criativos, essenciais para a transformação da sociedade e produção de *uma outra história humana*. (PIVETTA; PORTO, 2009, p. 14, grifos nossos).

A expressão “vazio recorrente de memória” caminha na mesma diretiva de sentido evidenciada sobre o uso do termo “sujeitos sem memória”, ou seja, esse vazio decorre não da ausência de memórias, mas dos mecanismos de poder que operam na tentativa de invisibilizá-las. Como evidencia Paulo Freire em diálogo com Sérgio Guimarães: “No fundo, não é nem a falta de memória, é a inexistência da possibilidade de se ter memória como tu dizias” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 34).

Mediante as reflexões postas sobre a memória e considerando esta possibilidade evidenciada por Pivetta e Porto (2009) no que se refere a pensar a memória como contraposição a um discurso hegemônico, entendemos que o trato com as memórias dos oprimidos se torna significativo para a Educação Popular, ao passo que o diálogo com e a partir das memórias permite conhecer elementos das historicidades dos homens e mulheres e dos seus territórios, fornecendo subsídios para a compreensão dos contextos.

Compreendemos, assim, que percorrer os caminhos do silêncio e do esquecimento a que os oprimidos foram submetidos, é uma base e um fazer significativo para a Educação Popular possibilitando olhar e pensar com os oprimidos a partir de suas memórias, trajetórias de vida, experiências e histórias e desvelar as relações de poder e desigualdades sociais. Assim, para retomarmos os termos utilizados por Sérgio Guimarães em diálogo com Paulo Freire, os quais destacamos anteriormente, percorrer os caminhos das memórias dos segmentos excluídos, dentre eles, os trabalhadores rurais, dialogando sobre suas lembranças, “*esqueceres*” e “*não lembrares*”, permite trazer ao debate outras possibilidades de leitura do real, da nossa História e de transformação. Possibilita-nos pensar/fazer uma História a partir dos territórios de luta e dos saberes nela construídos, da resistência, dos cotidianos e dos seus protagonismos, dentre outros espaços, no âmbito dos movimentos sociais como a Luta do Povo de Alagamar. Neste sentido, a seguir refletimos acerca do conceito de território.

1.4 Para a construção de leituras do território em uma perspectiva multidimensional

Assim como *memória*, *território* também é um termo que comumente ouvimos em nossos cotidianos. Na maioria das vezes, tendemos a associá-lo a uma delimitação de uma área como, por exemplo, os limites de uma fazenda, município, a dimensão espacial deste. Porém, ao nos direcionarmos a autores como Saquet (2015) e Bernardo Fernandes (2008), compreendemos que esta visão se refere apenas a uma das concepções de território e despertamos para a necessidade de pensá-lo em uma perspectiva multidimensional contemplando elementos geossociopolíticos.

Destacamos que “o território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente se tornou um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço” (FERNANDES, B., 2009, p. 198). O campo e os movimentos sociais nele ocorridos têm sido pensados tendo como referência o conceito de território, como nos estudos realizados por Bernardo Fernandes (2008, 2009), produções com as quais dialogamos, tendo em vista a análise que empreendem para o campo, no Brasil, compreendendo-o em uma perspectiva multidimensional, pensando-o enquanto perpassado por disputas, relações de poder, elementos de ordem política, geográfica, dentre outros.

Mediante a diversidade de compreensões que perpassam o conceito, um primeiro elemento a ressaltar é que sua definição é permeada por intencionalidades. Assim como o conceito de memória remete a usos e perspectivas diversas, o território também se encontra em disputa. Para Bernardo Fernandes (2008, p. 278): “De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito”. Segundo o autor, ao pensarmos o território apenas pela perspectiva da governança, de uma determinação geográfica, desconSIDERAMOS a diversidade de territórios e como estes são perpassados por conflitos, tensões e relações de poder.

Destaca que “a definição de ‘território’ por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no ‘território’ de um determinado projeto de desenvolvimento territorial” (FERNANDES, B., 2008, p. 278, grifos do autor). Pensamos que, por exemplo, analisar o território de Alagamar apenas por essa dimensão, não nos permitiria visualizar as diferentes leituras sobre este e os diversos fatores que incidiram sobre a sua (re)configuração, mediante as práticas educativas gestadas no movimento social, no recorte temporal a que a nossa pesquisa se refere.

Ao olharmos o campo, percebemos que este é compreendido, muitas vezes, de forma homogênea, deixando de entendê-lo enquanto um território múltiplo, desconSIDERANDO suas historicidades, os acontecimentos e relações de poder que nele foram travadas e que

contribuíram para que este fosse configurado e reconfigurado como, por exemplo, através dos impactos dos movimentos sociais que ali ocorreram, com o objetivo de garantir a permanência ou a posse de um espaço no qual possam trabalhar e desenvolver suas outras atividades cotidianas. Pensar o campo enquanto território homogêneo, desconsidera as relações econômicas, sociais, culturais, os conflitos e histórias nele vividas, bem como as formas que os povos que o compõem o percebem e nele e com ele interagem e como se relacionam com a terra e a compreendem.

Este olhar homogeneizador e hierarquizador para o território do campo não é neutro, mas perpassado por intencionalidades, como a busca por construir e consolidar uma leitura do território do campo que atenda aos interesses do agronegócio. Balizamos esta assertiva no autor citado quando ao refletir sobre uma perspectiva restrita e homogeneizadora de entendimento do território, destaca: “É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio” (FERNANDES, B., 2008, p. 279).

Para exemplificar como as intencionalidades tecem compreensões e usos distintos do território, pedimos licença ao leitor para apresentar um trecho de Fernandes (2008) no qual destaca as diferenças de compreensão do território do campo a partir de duas óticas, a saber: a do agronegócio e a dos povos do campo. Vejamos:

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, *porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos*. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, B., 2008, p. 285–286, grifos nossos).

De tal modo, inspirados pelo autor, esta perspectiva multidimensional de entender o território, permitir-nos-á compreender quais eram as compreensões que os trabalhadores rurais de Alagamar e os agentes externos que os apoiavam possuíam do campo e de Alagamar, bem como as dos novos proprietários e dos governos estadual e federal. Consideramos que este entendimento é fundamental para que possamos pensar as disputas que perpassaram as propostas de solução para a situação. De tal modo, compreendemos o território não como um dado natural, mas como resultado de uma construção perpassada por dimensões econômicas, políticas, geográficas, sociais, históricas, dentre outras.

Estas dinâmicas e leituras distintas dos territórios do campo interferem na construção de políticas públicas, bem como nos modelos educacionais quando podemos visualizar a existência do Paradigma da Educação Rural construído de forma externa, na perspectiva de uma educação bancária, desconsiderando as realidades do território, as suas especificidades e povos, tecendo para estes uma leitura urbanocêntrica e afinada à ótica do agronegócio e o Paradigma da Educação do Campo que emerge a partir das lutas dos movimentos sociais, tendo dentre suas bases a Educação Popular, sendo construído não de forma destinada a, mas junto com o território e os indivíduos que o integram, pautando a perspectiva da agricultura familiar. Nesse sentido e considerando o exposto por Fernandes (2008), lembramo-nos de Maria do Socorro Silva (2009), quando discorrendo sobre a Educação do Campo, evidencia:

A Educação do Campo tem na sua materialidade de origem a necessidade de superação de um modelo de desenvolvimento gerador de assimetrias sociais, políticas e econômicas, e de um campo sem gente. A concepção de Educação tem na sua tessitura um território com gente, que produz suas existências, culturas, saberes e afetos, numa ruralidade caracterizada pela agricultura familiar/camponesa, numa perspectiva da sustentabilidade da vida, do ambiente e das comunidades (SILVA, Maria do Socorro, 2009, p. 381).

Em diálogo com a autora, poderíamos, então, ratificar como a Educação do Campo e a Educação Rural se assentam em perspectivas distintas do território do campo e direcionam a construção de territórios também divergentes. No “com gente” a representação de um paradigma educacional que é tecido a partir dos que, em suas diversidades, integram o campo, com seus saberes, experiências, trajetórias de vida, resistências. No “sem gente”, a de um modelo que se constitui de modo excludente, hierárquico, descontextualizado e antidialógico.

Assim sendo, para Fernandes e Molina (2004, p. 37), “enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios”.

Pautam-se, assim, em compreensões distintas, conflituosas do território do campo e que disputam significados e usos deste e para este.

Para estabelecerem esta diferenciação, os autores tomam como ponto de partida a problemática: “Qual o campo da Educação do Campo?”. Recorrem ao conceito de território, destacando em suas reflexões: “O conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 32). Partem do entendimento de que “o conceito de território não é utilizado neste trabalho apenas como referência ao espaço geográfico controlado por determinada instituição ou relação social. Também é utilizado para representar o poder das teorias nos processos de transformação da sociedade” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 32).

Nesse sentido, o território e a sua definição conceitual se constituem como espaços de disputas e de significações. Nesse caminho, para pensar um fenômeno pela ótica de uma compreensão multidimensional de território, é necessário perceber tais disputas. Direcionamos a compreensão de que “as disputas territoriais são, portanto, significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais” (FERNANDES, B., 2009, p. 200).

A nosso ver, esta disputa de significações do território entre o agronegócio e a agricultura familiar, ajuda-nos a compreender que o território, para além de uma dimensão geográfica, é perpassado por relações de poder, políticas e econômicas, dentre outras, sendo assim, configurado mediante elementos como as intencionalidades e os usos que se deseja fazer deste. A depender da compreensão de campo que desejamos adotar, são construídas leituras distintas para este território. Isto nos remete ao entendimento de que, como destaca Saquet (2015, p. 163, grifos do autor): “O território pode ser pensado como um *texto* num *contexto*, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações, econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o *ser* e o *nada*, (i)materialmente”. Ao analisar um objeto seguindo esta perspectiva de território, é preciso pensá-lo em suas múltiplas relações e heterogeneidades tanto internas como externas a este, pensando-o de maneira contextualizada.

Mediante o evidenciado, operamos pensando que é pertinente compreendermos o território em uma perspectiva multidimensional e não apenas pelo prisma da governança e, é neste sentido, que enveredaremos em nossas análises. Ressaltamos que “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, Milton, 1999, p. 7).

De tal modo, a princípio ressaltamos que na perspectiva adotada, o território e as maneiras como é vivenciado são dinâmicas, variando a partir de relações de poder, políticas, econômicas, conforme evidenciado, e de outros acontecimentos que são desencadeados neste. Pensamos que os movimentos sociais ocorridos no campo podem ser vistos como um destes contribuintes para (re)configurações do território, mediante, por exemplo, os saberes que a partir da participação nestes são produzidos. Entendemos que:

Experimentamos, vivemos territorialidades distintas e plurais, múltiplas, tanto política como econômica e culturalmente, num único movimento. As relações religiosas modificam-se e permanecem; alteram-se relações entre os Estados, que também têm elementos que são conservadores; as relações entre os Estados e as empresas; enfim, há *novas* territorialidades, reterritorializações, constantemente que contêm, em si, o *velho*: há descontinuidades históricas e multiescalares; um movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i)material (material – imaterial) do território (SAQUET, 2015, p. 158, grifos do autor).

De acordo com Bernardo Fernandes (2008, p. 273), “o conceito também passou a ser tema principal muito utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural”. Pensamos que trazer para o debate o conceito de território para refletir sobre Alagamar como um local de lutas, de coletividade, mas, também, de conflitos, de relações de poder pode ser uma base para que sejam construídas ações e políticas para o território, ao permitir perceber as (re)configurações que o referido território adquiriu a partir da Luta do Povo de Alagamar.

Partindo do diálogo com os autores citados, pensaremos o território enquanto dinâmico, construído e reconstruído, perpassado, dentre outras questões, por relações de poder e pelas ações cotidianas dos indivíduos que o integram e considerando que os movimentos sociais contribuem neste processo.

Para Saquet (2015, p. 163), “o território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade (s)”. Nessa compreensão, o território é um espaço de vivência no e a partir do qual os indivíduos desenvolvem suas relações cotidianas, laços, sociabilidades e identidades o que nos direciona a compreensão de que “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação” (MEDEIROS, R., 2009, p. 217).

Deste modo, entendemos que um movimento social que é organizado no campo, ao reivindicar a permanência na terra nos direciona a pensar como esta luta não perpassa

somente pela continuidade naquele espaço, mas pela busca da manutenção das relações ali construídas, das histórias, memórias, trajetórias de vida que foram tecidas entrelaçadas ao território. Há, também, uma nova configuração ligada aos interesses dos seus partícipes, existindo continuidades, diferenças, outros campos de disputas e conquista. Remetem, assim, a lutas por terra, território, identidades, memórias e histórias. Ou seja, “território é pois um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (MEDEIROS, R., 2009, p. 218).

A expulsão de trabalhadores rurais e seus familiares de um território em disputa, no qual muitos desenvolvem suas atividades cotidianas há décadas, remete a um processo de desterritorialização, de rompimento das atividades trabalhistas e de outras esferas que integram o cotidiano, como os vínculos entre vizinhos. Direciona, ainda, a construção de outras territorialidades, a partir dos novos territórios que passaram a ocupar e, também, considerando as continuidades como, por exemplo, as experiências que foram construídas no território anterior, o que interfere em suas identidades. Nesse sentido,

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de *novas* relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. Como já mencionei, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos. Na des-continuidade, há a reprodução de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, no mesmo ou em diferentes lugares (SAQUET, 2015, p. 16–164, grifo do autor).

Estes processos perpassam por uma disputa territorial, tendo em vista que, como evidencia Bernardo Fernandes (2009, p. 208), “a disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios; ou seja, controlando as territorialidades”. No caso de Alagamar, por ocasião do movimento social ocorrido nesta, perceberemos que essa disputa se deu entre uma perspectiva que almejava a venda do território e a expulsão dos moradores para que neste fosse expandida a plantação da cultura canavieira e, por outro lado, os trabalhadores rurais que há décadas construíram suas relações trabalhistas no âmbito da agricultura e da criação de animais e cotidianas no território e reivindicavam a permanência e a posse das terras, conforme veremos. Trata-se, então, de

duas perspectivas de entendimento do território e que são conflitantes. Nesta disputa, na tentativa de pressionar a saída dos moradores, interferiam nos usos que os trabalhadores rurais faziam do território, por exemplo, destruindo os seus roçados.

Em continuidade e em interface com o exposto por Saquet (2015), destacamos: “O território também pode ser um lugar de ritos, expressando valores e comportando crenças” (MEDEIROS, R., 2009, p. 218). Ou seja, para além de um recorte espacial, o território remete a um local de existência, de vida a partir do qual os indivíduos constroem as suas identidades e atribuem sentidos a este partindo de suas experiências, práticas e leituras de mundos. Expulsar trabalhadores rurais do campo remete não apenas a um deslocamento geográfico, mas à retirada destes dos seus territórios de pertencimento, dos seus “chãos” dos quais retiram não apenas “lucro”, bem materiais, mas a partir do qual semeiam suas vidas, relações cotidianas, existências, tradições e rituais. Entendemos que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, Milton, 1999, p. 8, grifo do autor).

Nesse sentido, mediante os processos de expulsão ou deslocamento por outros motivos, os trabalhadores rurais se veem diante do desafio de construir novas territorialidades e identidades a partir de outro território até então desconhecido para estes e com o qual, muitas vezes, não possuíam um vínculo anterior. De tal modo, remetemos a Rosa Medeiros (2009) quando ao pensar o território e a construção de identidades em assentamentos, evidencia o desafio dos assentados em construírem suas novas relações cotidianas, identidades e pertencimento considerando o novo território. Para a autora, esta construção ocorre de maneira processual e “pouco a pouco, o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações” (MEDEIROS, R., 2009, p. 219). Assim,

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamentos dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos.

Ao partir, este agricultor sem terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que lhe é dado neste

momento. O que ocorre aqui, é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido (MEDEIROS, R., 2009, p. 224–225).

No que se refere especificamente a Alagamar, o que nos desafia e inquieta a pensar o território é o fato de que diferentemente do exemplo citado, em que ocorre esta “saída de um universo” e essa perda simbólica, no caso deste não ocorreu um deslocamento para uma área, uma propriedade externa. A nova realidade com a qual se defrontam foi construída a partir da permanência no território. Interessa-nos pensar as novas territorialidades que foram construídas mediante a conquista do direito de permanecer no território e considerando a mudança da situação de foreiros para donos do “chão” em que residem, praticam a agricultura, criação de animais e outras atividades cotidianas, ou seja, como constroem novas territorialidades para o território ao qual já pertenciam, muitos destes, desde os momentos de seus nascimentos. Destacamos que “a conquista do território pode ser vista de diferentes ângulos, uma vez que a conquista da terra é uma vitória tanto pelo pedaço de chão, quanto pelo alimento, pela nova identidade, pela relação com os outros assentamentos, pela continuidade da luta” (MEDEIROS, R., 2009, p. 221).

Mediante o exposto, compreendemos que mesmo ocorrendo uma permanência dos trabalhadores rurais no território, pensamos que os diálogos que estes empreenderam com moradores de outros territórios que estavam vivenciando situações de conflitos agrários, com os agentes externos tais como um segmento da Igreja Católica, com advogados, as aprendizagens que construíram a partir da participação no movimento social, dentre outros fatores, contribuíram para que fossem tecidas novas leituras e (re)configurações para o território, territorialidades, pertencimentos ao local e identidades.

Além de local de construção de identidades e para retomar Saquet (2015) que pensa o território como perpassado por interações, cabe mencionar que este, também, constitui-se como um lugar de conflitos, de tensões. No caso do campo, no Brasil, estes conflitos se atrelam e emergem, dentre outros fatores, mediante a nossa historicidade, as marcas colonizadoras a partir dos quais fomos construídos e que ressoaram, inclusive, nas propostas educacionais, conforme evidenciamos. Podemos mencionar que:

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades, [...]. (SAQUET, 2015, p. 162).

Isso se torna pertinente para pensarmos, tomando por referência o campo, que ao analisá-lo a partir do território, tendemos a encontrar territórios diversos, ou seja, territorialidades que aqueles que o integram constroem. Como destaca o autor citado, “estou, sou (faço parte), vivo e produzo o território e, percebo-o, concebo-o, compreendo-o, com os meus sentidos, podendo chegar a um nível sempre mais profundo de conhecimento” (SAQUET, 2015, p. 171). Pensando-o a partir de um olhar externo, tendemos a compreendê-lo como uma unidade, desconsiderando estes múltiplos sentidos que são atribuídos ao território. Mas ao adentrar as tramas do cotidiano, a uma análise de elementos da história do local, poderemos compreendê-lo como território de conflitos, de tensões e de diferenças para fazer usos de termos apontados por Saquet (2015). Nesta direção, lembramo-nos da compreensão de que “para tanto, precisamos ter sutileza, cautela, dedicação e competência para compreender a miríade de processos e elementos que compõe o território” (SAQUET, 2015, p. 171).

Nesse intento de capturar estas “sutilezas” que perpassam o território e em uma perspectiva que se afina com o que estamos dialogando, remetemos a Bernardo Fernandes (2008, 2009) que apresenta três tipos de territórios, compreendendo-os na perspectiva da *multidimensionalidade*. Assim, evidencia que “o princípio da multidimensionalidade permite a compreensão que o processo de formação do território implica em conceber *sua área, seus recursos e as relações que os transformam*” (FERNANDES, B., 2008, p. 283, grifos nossos).

Dito isto, pensamos que fica compreensível que a tipologia apresentada pelo autor não visa abordar o território de maneira hierárquica, mas evidenciar como deve ser visto de maneira multidimensional, relacional, considerando os vários elementos que o formam. Assim, evidencia como sendo o *primeiro território* aquele que remete a governança. Percebemos que ampliar o entendimento sobre o território de modo a ultrapassar leituras reducionistas, não significa desconsiderar o prisma da governança, mas de modo a entendê-la em sintonia com outras dimensões do território, tendo em vista que para Bernardo Fernandes (2009, p. 206), “primeiro, segundo e terceiro territórios, assim com as formas material e imaterial são indissociáveis, [...]”.

Considerando este entrelaço, o autor destaca: “O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança” (FERNANDES, B., 2009, p. 207). Esta tipologia se torna pertinente para analisar Alagamar tendo em vista que as três dimensões nos

permitem tecer compreensões distintas e conectadas sobre a localidade. A *primeira dimensão* nos possibilita pensar Alagamar em interface com as formas como o Estado interferiu e pensou, por exemplo, a desapropriação das terras e, também, as maneiras como interveio após este acontecimento, o que nos direciona a embates entre Estado, trabalhadores rurais e outros partícipes do movimento social.

O *segundo território* remete às propriedades sejam elas do âmbito público ou privado, propriedade compreendida como “[...] espaço de vida, que pode ser particular ou comunitária” (FERNANDES, B., 2009, p. 208). Para o autor “os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que as produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança” (FERNANDES, B., 2009, p. 208). Esta dimensão nos remete a entender como se deu o processo de desapropriação e divisão da propriedade chamada “Grande Alagamar” para os trabalhadores rurais, pensando as dinâmicas, tensões que envolveram este fato, bem como as ressonâncias desta para a atual configuração do território.

Por último, o *terceiro território* que dialoga com os anteriores, remete aos usos que os indivíduos fazem deste e às maneiras como o percebem, permitindo-nos, assim, pensar as territorialidades construídas pelos trabalhadores rurais de Alagamar, os usos da terra, dentre outras questões. Compreendemos que o entrelace entre as três dimensões nos fornece elementos para compreender o território de pesquisa antes e depois do processo do movimento social percebendo, de tal modo, como a Luta do Povo de Alagamar contribuiu para um processo de (re)configuração do território, visto como campo de disputas. De tal modo, sobre este tipo de território evidenciamos que:

O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e *reúne todos os tipos de territórios*. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinada a ela. [...]. O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades. No entanto, é importante alertar para não se confundir o terceiro território com a produção de sua territorialidade. Esta é a representação das formas de uso dos territórios (FERNANDES, B., 2009, p. 210, grifos nossos).

De tal modo, esta dimensão do território nos permite problematizar como a questão jurídica, a saber, a desapropriação e a posse da propriedade por parte dos trabalhadores rurais,

após diversas tensões e conflitos com os antigos proprietários e com o Estado, contribuiu na construção de leituras e usos do território conquistado que mediante o resultado alcançado com o movimento social, deixa de ser uma propriedade de outrem da qual os moradores faziam uso mediante o pagamento do foro e alguns condicionantes, limitações e passa a ser um território destes por direito.

Essa tipologia apresentada, a compreensão multidimensional do território e a conexão que estabelecemos com o movimento social, nos direciona a compreender que “há descontinuidades na relação tempo-espço-território, na qual a mudança social se dá com a mudança territorial e vice-versa: nada se faz, muda, permanece ou se pensa sem se articular, identificar e se concretizar *na e com* a territorialidade cotidiana” (SAQUET, 2015, p. 177, grifos do autor).

Assim sendo, recorremos à discussão de território na perspectiva aqui evidenciada, compreendendo que a Luta do Povo de Alagamar, enquanto um instrumento de mudança social, desencadeou mudanças territoriais e, tendo como referência a perspectiva de Saquet (2015), essas (re)configurações no território alimentam outras transformações sociais.

É no território e em situações diversas, como nos movimentos sociais organizados no campo, que as histórias e memórias são construídas. Frente ao exposto, a seguir evidenciamos a compreensão de movimentos sociais a partir da qual, em interface com os conceitos evidenciados, construiremos as nossas reflexões.

1.5 Movimentos Sociais: espaços de resistência e de construção de práticas educativas

Leonilde Medeiros (1989) em seu livro *História dos Movimentos Sociais do Campo*, problematiza o desafio de “recuperar” (termo utilizado pela autora) aspectos da história no tocante às lutas dos trabalhadores rurais. Para esta “a própria trajetória desses trabalhadores – explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais – *implica na dificuldade de preservação da sua memória social*” (MEDEIROS, L., 1989, p. 11, grifo nosso). Isso nos remete aos autores a partir dos quais operamos o conceito de memória, como Freire e Guimarães (2011), Le Goff (2012) quando pensam as relações de poder e políticas, dentre outros fatores, que perpassam o lembrar, esquecer e silenciar. No entanto, apesar das diversas tentativas de silenciamentos, as ações de resistência e as organizações dos trabalhadores, dentre eles, os trabalhadores rurais, perpassaram a historicidade do Brasil.

Nesse sentido, Leonilde Medeiros (1989) cita, por exemplo, revolta de escravos, de homens livres e pobres, de colonos e destaca como nos anos 50, a luta dos trabalhadores rurais ganha destaque mediante as Ligas Camponesas. Para Batista (2006), os conflitos ocorridos no território do campo podem ser situados nas ressonâncias da estrutura agrária que foi implantada no Brasil. No âmbito das resistências realizadas por estes últimos, podemos situar a Luta do Povo de Alagamar, que se constituiu como um movimento social contestador da estrutura agrária desigual e excludente. De tal modo, para compreendê-la e situá-la nesse contexto, torna-se pertinente explicitarmos a compreensão de movimentos sociais com que dialogamos.

Refletindo sobre a análise dos movimentos sociais, Gohn (2012) evidencia quatro pontos que considera fundamentais para tal. O primeiro remete para “[...] a necessidade de qualificação do tipo de ação coletiva que tem sido caracterizado como movimento social” (GOHN, 2012, p. 11), que direciona a percepção destes situados em seus contextos. Exemplifica que os movimentos sociais ocorridos no século XIX, no início do século XX e no contexto atual são diferentes. O segundo aponta para que “[...] no novo cenário, as relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociopolíticos presentes na cena pública alteram-se neste milênio” (GOHN, 2012, p. 12). Menciona as implicações que as novas tecnologias, os meios de comunicação, as organizações dos indivíduos em redes, tem tido nas ações dos movimentos sociais.

Em continuidade, o terceiro ponto, “[...] as alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu próprio interior” (GOHN, 2012, p. 13), sinaliza para mudanças no papel do Estado que estaria priorizando a inclusão social de vulneráveis e excluídos. Para a autora, “esse papel é realizado de forma contraditória. Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas” (GOHN, 2012, p. 13).

Por fim, o quarto e último, trata que “[...] grandes lacunas permanecem na produção acadêmica sobre os movimentos sociais, embora elas tenham estado presentes na literatura há algum tempo e alimentado o debate a respeito” (GOHN, 2012, p. 13). Dentre as lacunas evidenciadas, destacamos o conceito de movimentos sociais e as teorias utilizadas para as análises destes. Em outra obra, a autora citada destaca que “desde logo afirmamos que não há um conceito sobre movimento social mas vários, conforme o paradigma utilizado” (GOHN, 1997, p. 13). Esses pontos nos inquietam a pensar sobre a complexidade da tarefa de apresentar um conceito de movimento social. Assim como as discussões referentes à

Educação Popular, para tratar deste é preciso compreender seus contextos, territórios, participantes, demandas, dentre outras questões. Isto posto, consideramos que:

Movimento social é um fenômeno de diversas facetas, que acompanha a história das diferentes sociedades. Portanto, é mais apropriado tratar de movimentos sociais relacionando-os ao cenário social ao qual emergem: revolta de escravos, seitas sociais e levantes camponeses da Antiguidade e da Idade Média; motins rurais do século XVIII; movimentos milenares do século XIX; movimentos socialista e trabalhista pós-Revolução Industrial; movimentos de bairro ou populares urbanos, os movimentos rurais brasileiros das últimas décadas e anteriores, bem como novos movimentos sociais, já na segunda metade do século XX (KAUCHAKJE, 2008, p. 670).

De tal modo, considerando o nosso objeto de estudo, direcionamos, ainda, ao seguinte entendimento:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2012, p. 14).

Conforme trataremos, na Luta do Povo de Alagamar existiam demandas comuns, aliados, uma base, assessorias, articulações, formas diversas de comunicação e formas de apresentar as reivindicações e que possuíam aproximações e distanciamentos em relação aos outros movimentos sociais do campo que ocorreram na mesma temporalidade. Partir dessa definição de movimento social nos permitirá tecer diálogos entre o vivido em Alagamar e outros territórios.

Além dos elementos constituintes mencionados, compreendemos que outra centralidade para pensar os movimentos sociais se refere às condições que contribuem para que esses surjam. No caminho de pensar aspectos que potencializam a organização de movimentos sociais, remetemos a Leonilde Medeiros (1989) quando discorrendo sobre as lutas no campo, sobre o conflito destaca que:

Este surge a partir de contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência

cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração, à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo (MEDEIROS, L., 1989, p. 13).

Assim, retomamos uma frase do poema utilizado como epígrafe da presente tese, a saber, “mãos que semeiam, sementes de vida, de denúncia, de anúncio, de transformação” que nos sinaliza alguns elementos sobre os movimentos sociais e que estão presentes na definição evidenciada, a saber, a construção de um coletivo pautado na denúncia de situações de exclusão, de opressão, de lutas por direitos e/ou garantia destes, no anúncio de possibilidades para a realidade e, por conseguinte, de transformação desta. No caso de Alagamar, como veremos, ocorre uma denúncia, mediante a divulgação pelos moradores da situação que é desencadeada no território a partir de 1975, o anúncio de possibilidades com a reivindicação da desapropriação das terras via Estatuto da Terra como a saída, a “solução”, para a situação por estes vividas e a transformação a partir do momento em que ocorre a desapropriação de parcela das terras e os trabalhadores rurais mudam da condição de foreiros para proprietários de parcelas das terras, anos depois.

Isso nos permite partir de uma compreensão de movimento social que perpassa por um entrelaçar coletivo de mãos, mãos estas que são diversas, perpassadas por experiências de vida múltiplas, e que lutam partindo de uma situação em comum, uma problemática que os une e os desafia. Logo, acionamos Paulo Freire quando discorrendo sobre uma justificativa para a *Pedagogia do Oprimido*, evidencia: “Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema” (FREIRE, 2011a, p. 39). Na sequência, destaca: “Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas” (FREIRE, 2011a, p. 39).

Além desses elementos evidenciados acerca do conceito, ressaltamos que no âmbito dos debates sobre os movimentos sociais, uma questão que tem sido posta, remete à articulação entre estes e a educação. A partir do diálogo com autores tais como Batista (2007), Gohn (2009, 2011), Antonio Pereira (2009), Ribeiro (2010), podemos pensá-la mediante duas perspectivas que são: a educação como um das bandeiras de luta dos movimentos sociais e os movimentos sociais enquanto detentores de um caráter educativo.

A primeira perspectiva nos remete a pensar como os movimentos sociais têm tido uma contribuição histórica no sentido de lutar por uma educação que atenda às demandas e às necessidades dos diversos segmentos sociais. Podemos acionar, por exemplo, a contribuição dos movimentos sociais como espaços de disputa para a construção de uma educação que rompa como uma leitura colonizadora e excludente. Para Gohn (2011, p. 346), “lutas e

movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais”.

A autora tratando das demandas que são pautadas pelos movimentos sociais, no tocante à educação escolar, ressalta itens como: lutas por acesso, qualidade da escola pública, gestão democrática da escola, condições de trabalho e salariais de professores e profissionais da educação, Educação de Jovens e Adultos (EJA), respeito às culturas locais, dentre outras (GOHN, 2011). Nesse contexto, podemos situar o compromisso e a atuação dos movimentos sociais do campo no sentido de pensar/construir/fazer uma educação não na perspectiva do “para o campo”, mas tecida a partir do referido território, considerando suas realidades, necessidades, especificidades, historicidades e memórias.

De tal modo, conforme mencionamos, quando pensamos o conceito de território e problematizamos como as leituras distintas para o campo ressoam na construção de políticas públicas, a Educação do Campo emerge dos povos do referido território (FERNANDES; MOLINA, 2004). Ratificamos:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2008, p. 71).

Constituiu-se, assim, uma educação que resiste e problematiza a perspectiva da Educação Rural que, mediante a um olhar urbano, tece análises excludentes e hierarquizadoras para o campo, colocando-o enquanto ausente de saberes, conhecimentos e histórias. Assim,

Porém, os povos do campo não são passivos diante dessas tentativas de impor uma nova cultura e uma educação atreladas a um modelo de desenvolvimento econômico que os expulsa da terra e da escola. O confronto de interesses, entre o que o Estado oferece e as demandas que provêm dos movimentos sociais populares do campo, suscita indagações que ampliam a compreensão dos princípios de *liberdade* e *autonomia* dentro de suas propostas pedagógicas (RIBEIRO, 2010, p. 184, grifos da autora).

A segunda perspectiva da relação entre educação e movimentos sociais, remete a pensar uma dimensão pedagógica, educativa destes. Isso remete a pensar uma concepção de educação para além do espaço escolar. Para Gohn (2011, p. 333), “portanto, trabalha-se com

uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes”. Ou seja, enquanto lutam, desvelam suas realidades e as transformam, os participantes do movimento social elaboram aprendizagens, educam e se educam na e a partir da luta.

Conforme Antonio Pereira (2009, p. 128, grifo do autor), “trata-se de um conhecimento que brota da práxis e forma para a práxis, para a luta. Os fatos acontecidos na luta são situações pedagógicas para se ‘entender e aprender’ [...]”. No mesmo caminho, para Gohn (2009, p. 51): “Essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos, constituem um instrumento poderoso das classes populares, no sentido de atingirem seus objetivos”. Em outra obra, menciona: “Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (GOHN, 2011, p. 333).

De tal modo, a autora apresenta doze aprendizagens que considera que podem ser desenvolvidas, no contexto dos movimentos sociais, tanto no decorrer deste como após o término da luta. Dentre elas, destacamos: aprendizagem prática, aprendizagem política, aprendizagem cognitiva e aprendizagem reflexiva. Nessa diretiva, Gohn (2009) aponta algumas fontes mediante as quais se constituem as aprendizagens, a partir destes. Assim, destaca que:

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 2009, p. 50–51).

Estas reflexões nos moveram, na pesquisa que realizamos no mestrado, a pensar em diálogo com a Educação Popular, uma dimensão educativa presente na Luta do Povo de Alagamar. Nesse sentido, foi possível compreender que no contexto do movimento social, os trabalhadores rurais participantes, mediante o diálogo entre si, com agentes externos, nas estratégias de resistências adotadas, construíram experiências que eram educativas e que se aproximavam da perspectiva da Educação Popular (NEVES, G., 2014). Tais aprendizagens

eram construídas, principalmente, a partir do diálogo e da problematização das realidades vividas. Enquanto lutavam, construíam aprendizagens que foram significativas, inclusive, para os caminhos que o movimento social seguiu e para seu término que resultou na permanência dos trabalhadores rurais no território.

Tais aprendizagens direcionam ao entendimento de como se organizar, do participar do movimento social, da percepção de que são detentores de direitos, das vias que podem ser utilizadas para lutar por estes, do contato com novas temáticas e debates e uma problematização de suas próprias ações (GOHN, 2011). São aprendizagens tecidas a partir das indagações e leituras sobre as e das suas realidades de opressão e negação de direitos e na busca por caminhos, possibilidades de superação e transformação do vivido.

Em uma perspectiva próxima, Lucena (2017) refletiu sobre as aprendizagens construídas no âmbito de um movimento social. Em sua dissertação, *Aprendizagens em movimentos sociais: um estudo a partir das narrativas biográficas dos partícipes do Levante Popular da Juventude*, verificou que os participantes construíram saberes que perpassam por questões como organização coletiva, diversidade sexual e igualdade de gênero, autogestão, direito à cidade, dentre outros. Nas palavras da autora: “Essa luta por transformação da realidade a partir de uma organização coletiva é rica em construção de saberes [...]” (LUCENA, 2017, p. 146).

Outra pesquisa que evidencia essa dimensão educativa é realizada por Antonio Pereira (2003), na dissertação intitulada *Práticas Educativas na luta pela terra: uma análise freireana da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Assentamento Nova Vida/PB*. Para este, “a educação ultrapassa os limites da escola. Ela é o resultado da influência de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. Ela emerge do cotidiano. É o exercício de viver e conviver que realmente educa” (PEREIRA, A., 2003, p. 19).

Essas pesquisas mencionadas em interface com o exposto, permitem-nos ratificar que “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2011, p. 333). Assim sendo, pensamos os movimentos sociais como espaços de resistência e, também, em que são gestadas práticas educativas aqui compreendidas como situações que resultam na construção de aprendizagens e conhecimentos que possibilitam aos participantes destes, um repensar de suas realidades e um vislumbrar de possibilidades de transformação.

Nesse sentido, direcionamos a Paulo Freire quando em seu livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, evidencia que:

É esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. (FREIRE, 2011b, p. 142, grifo do autor).

Guardadas as devidas proporções, tendo em vista que, neste caso, o autor discute as práticas educativas no tocante ao contexto da prática docente, compreendemos as práticas educativas tecidas nos movimentos sociais como uma possibilidade para aprender e ensinar, mutuamente e dialogicamente, e para, a partir disso, intervir na realidade social, transformando-a. São, assim, situações geradoras de conhecimentos que permitem um desvelar, por exemplo, de opressões, exclusões e negações de direitos. Práticas educativas estas forjadas na e a partir da própria luta e que possibilitam, inclusive, um redimensionamento desta. De tal modo, conforme Batista (2005, p. 4-5), “Ressalta-se a importância dos movimentos como instituintes de práticas educativas que constroem novas sociabilidades, que buscam e afirmam a cidadania para os setores excluídos da sociedade capitalista no Brasil”.

Acionando a autora citada, quando discorre sobre a Educação Popular nos movimentos sociais e a construção de práticas educativas, vemos que:

Nos movimentos sociais predominam as práticas educativas libertadoras, são ações culturais dialógicas que têm o oprimido e seu mundo, sua cultura como pontos de partida para extrojeção da cultura dominante em busca de uma consciência crítica, da liberdade, da formação humana numa perspectiva de igualdade, liberdade, solidariedade, diferente das práticas educativas bancárias dominadoras, silenciadoras, subordinadoras presentes na lógica das relações dominantes. (BATISTA, 2005, p. 9).

Partindo da compreensão dos movimentos sociais como espaço coletivo de lutas, de construção de práticas educativas, aprendizagens e de transformação de realidades, é que direcionaremos olhares para o nosso objeto de estudo. Nessa direção e considerando as reflexões teóricas postas no presente capítulo, pensamos que os conceitos aqui operacionalizados nos possibilitam pensar as (re)configurações do território de Alagamar, mediante as práticas educativas construídas no movimento social. Nesse sentido, no capítulo que segue, evidenciamos os caminhos metodológicos que trilhamos na presente tese.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA EM UM TEMPO DE NOVOS/ OUTROS DESAFIOS

[...] A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. *Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes* (FREIRE, 2011b, p. 24, grifo nosso).

Desde as primeiras experiências com a realização de pesquisas, no âmbito da graduação e, mais especificamente, na iniciação científica, construímos três aprendizagens sobre o ato de pesquisar, a saber: 1) pesquisar é percorrer caminhos; 2) a pesquisa possui um lugar, contexto de produção; 3) a pesquisa é um ato que nos desafia e que questiona nossas (in)certezas. Essas assertivas nos acompanharam e inquietaram na feitura da monografia da graduação, no mestrado e, agora, de forma mais intensa, tem ocupado uma centralidade nas reflexões e problematizações do nosso fazer enquanto pesquisador, no doutorado. Tal fato se deve a alguns acontecimentos que foram sendo vivenciados a partir do ingresso no curso, ocorrido em 2018 e, principalmente, a partir de março de 2020 quando, em decorrência da crise sanitária mundial provocada pela Covid-19, ocorreram modificações nos cotidianos, nas relações humanas, nas atividades laborais, na educação e em diversas outras áreas.

No âmbito educacional, as escolas e universidades tiveram as suas aulas e outras ações, suspensas, de modo presencial, e mediante a este novo contexto, instituições, pró-reitorias, programas de pós-graduação e órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicaram portarias, notas, comunicados para regulamentar as atividades a serem desenvolvidas durante o período de crise sanitária. Dentre os aparatos legais publicados, podemos evidenciar no âmbito⁵: a) da CAPES, a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020 – que trata sobre a suspensão dos prazos das defesas de dissertações e teses em programas de concessão de bolsas Capes e apresenta recomendações como a realização das referidas defesas de modo não presencial (CAPES, 2020); b) da UFPB, a Portaria nº 090/GR/Reitoria/UFPB, de 17 de março de 2020 – o documento apresenta medidas e dispõe sobre o funcionamento da instituição frente ao contexto do vírus mencionado, onde foram evidenciadas questões sobre a suspensão das aulas e bancas de modo presencial na graduação e na pós-graduação, o calendário acadêmico, estágios, rotina de

⁵ Com o decorrer da pandemia e as atualizações nos dados referentes aos contágios, dentre outros, foram sendo publicados novos documentos, com medidas e orientações adequadas a cada momento que era vivenciado, versando, por exemplo, sobre o uso de espaços públicos, retorno gradual do ensino presencial, realização de eventos, dentre outras pautas.

trabalho das atividades técnico-administrativas, pesquisa e extensão (UFPB, 2020); e c) da Pró-reitoria de Pós-Graduação – PRPG/UFPB: o Comunicado nº 01/PRPG/UFPB, de 31 de março de 2020, que trata do funcionamento da PRPG, da suspensão das bancas presenciais e orientações para que ocorram de modo remoto, dos processos seletivos em andamento, da suspensão da entrega presencial ou reconhecimento de diplomas, dentre outras pautas (PRPG/UFPB, 2020).

Delineia-se, então, uma realidade perpassada por universidades com suas atividades sendo executadas em modo remoto, bibliotecas fechadas, arquivos públicos com visitas presenciais suspensas, impossibilitando, em muitos casos, o acesso aos acervos. Além disso, ressalta-se a necessidade de distanciamento social, dentre outras medidas adotadas com vistas a contribuir para o controle da circulação do vírus. Os exames de pré-banca, qualificação e defesa passaram a ocorrer de maneira remota, conforme orientado pelos documentos mencionados acima, a partir do uso de plataformas como o *Google Meet*. Esse novo cenário impactou o fazer pesquisa e exigiu do pesquisador, um repensar de sua prática, do seu contexto, objetos e objetivos, problemáticas e escolhas teóricas e metodológicas.

No nosso caso, quando do início da pandemia, estávamos em um momento de construção da versão da tese para qualificação. Em um primeiro instante, pensamos que a quarentena seria por um curto período de tempo e que, posteriormente, as atividades retornariam presencialmente, de modo que não impactaria, mais intensamente, no andamento da pesquisa, e, assim, seria possível a pesquisa de campo, mediante a feitura de entrevistas a trabalhadores rurais que participaram do movimento social.

Porém, após o nosso exame de qualificação, que ocorreu em 24 de novembro de 2020, frente ao aumento do número de contágios, de mortes, as novas ondas do vírus que eram anunciadas por pesquisadores e instituições de saúde e considerando as questões que apontavam para um atraso no início da vacinação, no Brasil, percebemos que seria necessário redimensionar alguns elementos da pesquisa como a metodologia. A princípio, a pesquisa contaria, além da pesquisa documental, com a realização de pesquisa de campo que não foi viável frente ao contexto do isolamento social, as especificidades do público com o qual desejaríamos dialogar, a saber, pessoas idosas, e de dificuldades logísticas como, por exemplo, o uso de plataformas virtuais que possibilitassem a efetivação das entrevistas de modo remoto.

Constitui-se, assim, uma questão metodológica central nesse contexto pandêmico, principalmente, no que se refere à construção de pesquisas que perpassam pela pesquisa de campo: como manter, em meio à necessidade de distanciamento, na construção de pesquisas,

uma presença e proximidade com o território e os participantes desta? Em outras palavras, considerando a pesquisa como um momento de interações, de diálogo e, nesse sentido, retomando Freire (2011a) quando evidencia o diálogo como um encontro, questionamo-nos: Como construir, na pesquisa e no ato de pesquisar, o encontro, o diálogo, em um instante em que o não encontrar, o distanciar-se, tornou-se uma medida necessária para a preservação da saúde e de respeito a vida do eu, do outro e do coletivo?

Surgem então desafios, inquietações referentes a como realizar a coleta de dados em campo, mediante a necessidade de distanciamento social e o fato de que a realização das entrevistas, de modo remoto, não seria viável por, dentre outros fatores, questões técnicas, como o uso de plataformas remotas e acesso à internet pelos entrevistados, conforme mencionado. Nesse sentido, foi preciso redimensionar os olhares de modo a perscrutar outros caminhos e fontes que contribuíssem para a feitura da pesquisa e escrita da presente tese, tendo em vista que, como destacamos no título deste capítulo, constituiu-se “um tempo de novos/outros desafios”.

Frente ao cenário delineado, a forma que nos foi possível para manter a proximidade com o objeto de pesquisa, construir o “encontro”, em meio ao “não encontrar”, foi recorrer às fontes documentais que já possuíamos e enveredar por uma busca de outras, em arquivos digitais. Nessa busca, tivemos acesso a um acervo digital (sobre este trataremos posteriormente na presente tese), no qual localizamos um conjunto de jornais que nos forneceu indícios para, juntamente com as documentações que já possuíamos, construir as nossas reflexões.

Essa contextura nos direcionou a Freire (2011b), a uma de suas reflexões, a saber, a que consta como epígrafe para o presente capítulo, a qual comumente acionamos para pensar sobre a educação e a nossa construção enquanto docentes, mas que aqui retomamos no sentido de problematizar como o contexto atual exigiu de nós, pesquisadores, ajustes no velejar da pesquisa, nas “velas”, nas escolhas teóricas e metodológicas. Dentre esses ajustes no “velejar”, a impossibilidade da realização da pesquisa de campo e o trato com outros/novos documentos escritos, exigiu, por exemplo, a construção de um recorte temporal (1975–1983) para as nossas análises.

O ano de 1975 remete ao momento em que ocorre, como veremos, a morte do antigo proprietário das terras e começam a acontecer as ameaças de venda da propriedade e de expulsão dos trabalhadores rurais que, para resistir, organizam-se em um movimento social, em Alagamar. 1983, especificamente, 27 de outubro a 02 de novembro de 1983, constituiu-se como a data de publicação, no jornal *O Pasquim*, da reportagem *Roça comunitária ou de*

como revolucionar a terra. Esta é a data da última reportagem que identificamos, no decorrer da nossa pesquisa, acerca do movimento social ocorrido em Alagamar. A realização das entrevistas nos permitiria compreender aspectos do território em que ocorreu o movimento social até o contexto atual, porém, os documentos escritos, com os quais trabalhamos, fornecem pistas sobre Alagamar anteriormente ao movimento social, perpassando-o e evidenciando o momento da desapropriação de parcela das terras até 1983.

Além desse repensar dos caminhos da pesquisa, o contexto pandêmico nos fez refletir sobre a importância da Ciência para a vida e a sociedade e do incentivo e investimentos em pesquisas tendo em vista que a partir do empenho de diversas instituições de pesquisa como, por exemplo, o Butantan⁶, mesmo mediante tantos discursos negacionistas e ataques à Ciência e à pesquisa, foi possível o desenvolvimento de vacinas como a Coronavac/Sinovac e de outros estudos que permitiram pensar formas de conter o avanço, a circulação do vírus e a pandemia. Em meio a um contexto de tantas dores, de partidas, a Ciência foi/é uma das possibilidades que nos permitiu/permite esperar.

Assim, cientes desse fato e da necessidade de ir de encontro aos negacionismos, é que, nas páginas que seguem, apresentamos a metodologia a partir da qual operamos, considerando os vários caminhos que precisamos construir ou (re)construir, os elementos postos anteriormente sobre o contexto de produção desta pesquisa e os redimensionamentos que foram necessários frente a este.

2. 1 A pesquisa qualitativa enquanto abordagem

Do ponto de vista da sua abordagem, a presente pesquisa se situa no campo da pesquisa qualitativa. Para contextualizar tal abordagem, dialogamos com Flick (2009) quando ao apresentar o que chama de *Um breve histórico da pesquisa qualitativa*, destaca como esta possui uma tradição nas Ciências Sociais e na Psicologia. Porém, para o autor “Durante o posterior estabelecimento dessas duas ciências, no entanto, abordagens cada vez mais ‘duras’, experimentais, padronizantes e quantificantes superaram as estratégias de compreensão ‘suave’, aberta e qualitativo – descritiva” (FLICK, 2009, p. 25, grifos do autor). Assim, destaca que

⁶ A respeito do Instituto Butantan, direcionamos ao Decreto nº 64.518, de 10 de outubro de 2019, que publicado pelo governador do estado de São Paulo, dispõe sobre a reorganização do Instituto e evidencia sua estrutura, níveis hierárquicos, dentre outras demandas. Em seu artigo 3º destaca dez finalidades do órgão, dentre as quais: “I – desenvolver: a) estudos e pesquisas, básicos e tecnológicos, em qualquer ramo do conhecimento relacionado direta ou indiretamente com a saúde; [...] II – promover cursos de especialização e pós-graduação de nível superior, colaborando com o aperfeiçoamento de pessoal em pesquisa e inovações; [...]” (SÃO PAULO, 2019, [s./p.]). Tem, assim, a sua historicidade perpassada por estudos e pesquisas que têm contribuído para a saúde em diversas áreas.

apenas nos anos 1970, tal abordagem se tornou centralidade, novamente, nas disciplinas mencionadas.

De tal modo, segundo o autor evidenciado, “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” (FLICK, 2009, p. 20). Tomando por base a nossa pesquisa e outras que se situam no âmbito da problematização de questões que perpassam o campo, percebemos como, em muitos casos, as fontes centrais as quais recorremos são narrativas, memórias, experiências com as quais os pesquisadores comumente dialogam a partir de entrevistas ou de documentos como jornais, cartas que se reportam ao fenômeno estudado e fornecem indícios para compreender as dinâmicas, as relações sociais e outras questões que perpassam o objeto investigado. Assim, pensamos que olhá-lo a partir de um viés quantitativo, não nos permite adentrar as diversas maneiras como os indivíduos vivem os fenômenos e as experiências desencadeadas, por exemplo, no âmbito de movimentos sociais.

Compreendemos que a pesquisa qualitativa, através do trato com documentos tais como jornais, cartilhas, possibilita um diálogo com leituras acerca de uma problemática. Permite uma aproximação com vivências, experiências e historicidades dos territórios, trazendo-os para o diálogo, tendo em vista, que, como destaca Richardson (2017, p. 67), “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

A pesquisa qualitativa nos ajuda a pensar e a executar uma pesquisa que não nega o que as diversas narrativas têm a nos fornecer de indícios sobre o vivido. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa tem uma aproximação com a história das disciplinas da área de humanas, o que entendemos que remete a ênfase, nestas, às compreensões que os indivíduos tecem dos fenômenos, como em relação a questões que emanam da eclosão e organização de um movimento social. De tal modo, remetemos a compreensão de que:

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

No nosso caso, conforme veremos, operamos a partir da pesquisa documental, mediante documentos de diversos tipos e lugares de produção, o que permite ter acesso a interpretações que emergem de leituras distintas de modo a, inclusive, a partir do diálogo entre estes, perceber silenciamentos, intencionalidades, dentre outros elementos que estão presentes nos mais diversos tipos de fontes e, também, para, conforme evidenciado pelos autores, buscar compreensões mais aprofundadas sobre o objeto em estudo.

Compreendemos que a pesquisa qualitativa, enquanto abordagem, torna-se pertinente em nossa pesquisa, sobretudo, por construirmos as análises partindo do campo da Educação Popular e ao buscarmos operar de modo a construir um conhecimento que dialoga com o território do campo, inclusive, a construção do problema a ser pesquisado emerge de vivências neste. De tal modo, remetemos ao entendimento de que as pesquisas qualitativas “[...] pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (CHIZZOTTI, 2011, p. 29).

No intuito de captar as compreensões, significados e sentidos acerca de um fenômeno, como evidencia a pesquisa qualitativa, balizamos a nossa pesquisa, metodologicamente, a partir da pesquisa documental, no trato com o documento, sobre o que discorreremos no item que segue.

2.2 Sobre a pesquisa documental e o documento

De acordo com Mello (2005, p. 68), “a Pesquisa Documental é, necessariamente, parte integrante de qualquer pesquisa e pode preceder ou acompanhar o trabalho de campo, [...]”. No nosso caso, constituiu-se como a base a partir da qual nos foi possível fontes para construirmos leituras sobre o objeto de estudo e construir uma “aproximação” com este e o território, conforme mencionamos anteriormente.

Para Severino (2007, p. 122–123, grifos do autor), “no caso da *pesquisa documental*, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais”. Esta compreensão nos remete a problematizar o conceito de documento. Assim, torna-se pertinente pensar uma historicização deste e dos seus usos, tendo em vista os sentidos que adquiriu em contextos históricos distintos. Nas palavras de Bacellar (2008, p. 25), “dos que viam nos documentos fontes de verdade, testemunhos neutros do passado, aos que analisam seus discursos, reconhecem seus vieses, desconstróem seu conteúdo, contextualizam suas visões, muito se passou [...]”.

Tomando como ponto de partida os jornais, uma das fontes centrais em nossa pesquisa, direcionamos a Luca (2008), quando destaca que na década de 1970, era pequeno o uso desta fonte e de revistas no trato com a história do Brasil, mesmo em um contexto em que já existia uma produção por parte da imprensa. Refletindo sobre explicações para este fato, evidencia que:

Vários fatores explicam tal situação, que não constituía particularidade brasileira. Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sobre o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008, p. 111–112).

Essa discussão nos remete a Le Goff (2012), quando evidencia que a partir da escola positivista o recurso aos documentos se torna centralidade. De acordo com este, “a partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do *mister* de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento” (LE GOFF, 2012, p. 513). Porém, conforme evidenciamos, este remetia apenas ao escrito e oficial. A partir da renovação historiográfica, mediante a Escola dos Annales, ocorre uma ampliação do entendimento do documento, o que foi significativo para o trato com as memórias e as histórias daqueles que não foram contemplados pelo entendimento de documento enquanto o escrito e oficial.

De acordo com Le Goff (2012) esta ampliação do documento se deve à diversidade de temas e de indivíduos com as quais a escrita da História passa a dialogar, sendo constituídas, assim, novas fontes. Para o autor,

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos, [...]. (LE GOFF, 2012, p. 515).

Poderíamos exemplificar partindo de um movimento social protagonizado em um território do campo, mas cujo acontecimento não foi registrado pelas ditas “fontes oficiais”. No entanto, à época do ocorrido, diversos veículos de imprensa publicaram reportagens evidenciando as situações que estavam sendo vivenciadas pelos trabalhadores rurais e a repercussão no cenário nacional. Além disso, posteriormente, quem viveu o corrido escreve um cordel narrando as suas impressões do que foi vivenciado. Estes jornais e cordéis se constituem como um documento no sentido em que apresentam indícios, elementos a respeito da memória do ocorrido, memória esta narrada e escrita pelo olhar analítico e a partir das leituras de mundo de quem o escreveu. Frente ao exemplo mencionado, em consonância com Le Goff (2012), lembramo-nos da assertiva de que “tais mudanças alteraram a própria concepção de documento e sua crítica, [...]” (LUCA, 2008, p. 113).

Com este repensar do conceito de documento, compreendemos que é nos “registros dos fragmentos do presente”, para retomar uma expressão utilizada por Luca (2008), ao discorrer sobre as críticas sofridas pelos jornais, que reside a potencialidade de tais fontes. Quando analisamos os jornais que tratam de Alagamar, no contexto do recorte da presente pesquisa, percebemos que esta era uma pauta praticamente diária, em determinados momentos. Em períodos em que ocorria o aumento da tensão no território, como veremos, a prisão de algum religioso ou a divulgação de medidas por parte do governo estadual e federal, existe uma série de reportagens detalhando o ocorrido e as ressonâncias deste, apontando relatos e perspectivas de moradores, trabalhadores rurais de outras localidades, políticos, religiosos, dentre outros.

Observando o conjunto dos jornais pesquisados, temos a impressão de que cada reportagem se constitui como “um capítulo”, “um trecho”, um “fragmento” de narrativas sobre o movimento social e que nos fornecem pistas sobre temáticas várias, dentre as quais, a que ocupa centralidade na presente tese. Tais fragmentos, ora parecem se complementarem, ora caminham em direções distintas, contraditórias, apresentando elementos que direcionam a várias interpretações sobre o vivido em Alagamar, no âmbito do movimento social.

Quando da leitura e análise das fontes, tínhamos a impressão de (re)percorrer diversos caminhos entre as pistas fornecidas nos documentos com os quais dialogamos. Construíamos algumas “certezas”, que logo eram questionadas, repensadas mediante outros vestígios que se apresentavam a cada nova leitura e releitura do mesmo documento ou outro. Exemplo disso, são os vários pontos de vistas apresentados, nas fontes, em relação às medidas que foram postas pelo governo estadual e federal ou às compreensões sobre a presença de religiosos e suas ações no território.

Do mesmo modo, os “fragmentos” apresentados, principalmente, nos jornais, nos despertaram uma curiosidade de modo que a cada reportagem lida, sentíamos a necessidade de retomar reportagens anteriores ou de avançar para as próximas no sentido de perceber os desdobramentos do fato evidenciado e compreender o “desfecho” de cada ação. Isso nos fez rememorar Bacellar (2008), quando ao discorrer sobre a realização de pesquisas em arquivos, narra que “os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte” (BACELLAR, 2008, p. 24).

É interessante evidenciar que os diversos documentos tais como jornais, cartas, livros, cordéis, não registram os fatos em sua totalidade, mas operam a partir de recortes, de seleções, o que deve ser considerado no contexto da análise. Nessa diretiva, lembramo-nos de Alberti (2004), quando refletindo sobre a história oral, destaca a necessidade de saber ouvir, ou seja, de conhecer os mecanismos que perpassam o trato com a oralidade. Para elucidar as reflexões, a autora destaca o trato com a memória e a história oral como a construção de um filme – feito de recortes, seleções, ângulos, o ato de relatar, trazer à tona fatos ocorridos, também o é. Nas suas palavras: “Não existe filme sem cortes, edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito” (ALBERTI, 2004, p. 15).

Na feitura da monografia da graduação e da dissertação de mestrado, quando operamos, principalmente, a partir da história oral, do diálogo com alguns trabalhadores rurais que participaram do movimento social, visualizamos esses elementos postos pela autora, especificamente, no que se refere aos cortes, as seleções do que se deseja narrar. No entanto, na construção desta tese, respeitadas as diferenciações entre a história oral e a pesquisa documental, também observamos esses itens constitutivos de um “filme”, no trato com as fontes documentais, no que se refere aos recortes e seleções.

Frente a esta percepção, recorreremos à pesquisa documental, mediante as diversas fontes, cientes da impossibilidade de trazer à tona o passado tal qual ocorreu, questão que evidenciamos quando discutimos sobre o conceito de memória. Interessa-nos, nas fontes, captar narrativas, fragmentos, versões para o vivido em Alagamar e seu território, percebendo nos “encadeamentos” que as compõem, indícios que nos permitam compreender o objeto de estudo.

Considerando o exposto, ratificamos que compreendemos os documentos não apenas como os ditos documentos oficiais, mas como elementos que nos fornecem indícios, subsídios para o entendimento de um determinado objeto. Deste modo jornais, cartilhas, cartas

pastorais, informativos são considerados como documentos e são significativos para a pesquisa ao passo em que nos permitem enveredar em seus meandros e tecer leituras acerca do ocorrido. De tal modo, no item que segue, apresentamos os documentos com os quais trabalhamos.

2.2.1 Caracterização das fontes/documentos

No que se refere às fontes com as quais dialogamos a partir da pesquisa documental, uma primeira fonte que ressaltamos remete a duas cartas pastorais de autoria de Dom José Maria Pires. De acordo com Vanderlan Pereira (2012, p. 129), “esse momento⁷ da atuação de Dom José Maria Pires é marcado pela produção de cartas pastorais”.

De tal modo, a primeira a que recorremos é intitulada *Sobre o sofrimento dos agricultores*. Constitui-se como a Segunda Carta Pastoral escrita pelo religioso, em que é apresentada a situação vivida em Mucatu, fazenda situada em Alhandra–PB, na qual moradores passaram por situações de ameaças de despejo mediante as vendas da propriedade. O documento problematiza a situação, narra a resistência empreendida pelos moradores e, também, reflete sobre o papel da Igreja frente às opressões e desigualdades sociais. Permite-nos, realizar leituras sobre a situação da questão agrária, no Brasil, no contexto em que eclodem os referidos episódios em Mucatu e em Alagamar, possibilitando estabelecer aproximações e diálogos entre as duas realidades.

A segunda, remete à quinta carta pastoral, *Sobre o compromisso da igreja com os fracos e oprimidos*, em que Dom José Maria Pires se dedica a socializar o contexto de luta e de resistência que estava ocorrendo em Alagamar, ao mesmo tempo, convidando a sociedade para refletir sobre este e apresentando qual a posição da “Igreja” e as razões que justificam tal posicionamento. Ambos os documentos integram um conjunto de cartas pastorais publicadas por Dom José Maria Pires e, nesse sentido, evidenciamos:

[...] Tais escritos tinham a preocupação de tematizar algumas questões sociais e políticas e ainda deveriam ser proclamadas nas celebrações dominicais de todas as comunidades eclesiais da Arquidiocese. Era um modo de fazer ressoar a voz do Arcebispo e suas preocupações políticas, religiosas e sociais (PEREIRA, V., 2012, p. 129).

⁷ Refere-se à atuação deste na Arquidiocese da Paraíba.

Nos documentos mencionados percebemos estes elementos postos por Vanderlan Pereira (2012), no sentido em que, por exemplo, a situação de Alagamar não é apresentada apenas como um relato, mas para, a partir do narrado, desencadear problematizações a respeito da opressão e da exclusão social e suas origens. Sendo, assim, são documentos produzidos e perpassados por uma compreensão de fé e igreja que busca a transformação e a conscientização.

Os espaços de divulgação das referidas cartas, podem ser visualizados nos documentos quando na segunda carta pastoral consta: “Seja esta Carta lida aos Fiéis no 2º domingo da Quaresma. Inclua-se, nas preces, uma intenção pelos agricultores ameaçados de despejo” (PIRES, 1980a, p. 40). Na quinta carta pastoral consta uma orientação semelhante onde é destacado: “Seja esta carta lida aos fiéis na 1ª Missa de preceito ou Culto Dominical e na primeira reunião das Comunidades de Base e dos Grupos de Reflexão” (PIRES, 1980b, p. 50).

Ambos os documentos apresentam contribuições para o entendimento do nosso objeto, ao passo que o segmento católico ao qual o autor das cartas pastorais estava vinculado possui uma ampla presença e atuação na questão agrária, na Paraíba. Constituem-se, assim, como fontes que nos possibilitam pistas sobre o território da pesquisa e dos posicionamentos dos agentes envolvidos tais como Igreja, novos proprietários, trabalhadores rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

O acesso a tais cartas pastorais se deu através do livro intitulado *Do Centro para a Margem*, de autoria de Dom José Maria Pires, prefácio de Dom Helder Câmara, em sua segunda edição, publicado pela Editora Vozes, situada em Petrópolis, em 1980 e que reúne diversas cartas pastorais escritas e publicadas pelo autor. Deve-se a isto o fato de que quando fazemos referências a estas utilizamos como chamada da citação Pires (1980a) e Pires (1980b). Porém, cabe ressaltar que a Carta Pastoral *Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos* data de 12 de fevereiro de 1978. Já a Carta Pastoral *Sobre o sofrimento dos agricultores* é datada de junho de 1975.

Nessa mesma diretiva de contribuição para a pesquisa e, também, tendo como autor Dom José Maria Pires, destacamos mais dois documentos aos quais tivemos acesso a partir do livro *Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social*, organizado por Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro e publicado pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), em 2012. Este reúne produções do religioso entre os anos de 1966 a 1994. O primeiro se trata do artigo “*A fome do nordestino é consequência da estrutura econômica e política*”, publicado originalmente no jornal *O Norte*, em 31 de outubro de 1983. Neste, o autor faz reflexões

acerca da questão econômica, dos projetos nesta área e como eles têm impactado nos humanos, se estes são tomados como prioridade ou menosprezados.

O segundo remete à última Carta Pastoral escrita por Dom José Maria Pires, no período em que atuou como arcebispo da Paraíba, a saber, *Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de despedida*. Como a frase “Mensagem de despedida”, presente no título, sugere, trata-se da apresentação de uma memória das ações efetivadas no decorrer do seu bispado, de modo que Alagamar aparece como uma das evocações narradas. Tais documentos permitem refletir sobre a situação vivida em Alagamar no contexto do movimento social, as ações de resistências realizadas pelos trabalhadores rurais e as ressonâncias destas na conquista da terra e permanência no território.

Outro documento remete ao livro *A Fazenda Modelo do Doutor Odilon Maroja*, de autoria de Mario Melo, que teve a sua primeira reimpressão realizada em 2009, na Sal da Terra Editora, em João Pessoa. Conforme informações na ficha catalográfica, a edição original data de 1913, tendo sido realizada na Imprensa Industrial do Recife. Na obra, o autor faz um relato de uma ida à Fazenda Modelo e fornece elementos sobre o percurso entre Itabaiana e o povoado no qual se situa a propriedade, aspectos geográficos do território, econômicos, arquitetônicos e culturais da época, apresentando pistas para contextualizar a história local do município de Salgado de São Félix–PB e nela, Alagamar, entendendo as maneiras como estes territórios foram construídos. Chama-nos atenção, a descrição da obra feita pelo seu autor, no prólogo, quando afirma que:

A razão deste opúsculo é muito simples; são impressões de um agradável passeio à FAZENDA MODELO, em companhia de nosso amigo e colega⁸ doutor Odilon Maroja, escriptas imediatamente sem outra preocupação além de gravar em letra de fôrma o que vimos e observamos.

Estampadas no MUNICÍPIO de Itabayanna, apesar dos erros typográficos, acharam algum mérito nessas observações, motivo porque o proprietário da zona descripta entendeu enfecha-las em brochura, para distribuição aos amigos (MELO, M., 2009, p. 3, grifos do autor).

Tal fonte nos permitiu acessar elementos que ajudam a compreender tanto questões territoriais de Alagamar, como para pensá-la dentro da história local de Salgado de São Félix

⁸ As reproduções de trechos das fontes utilizadas na presente tese foram realizadas preservando as escritas do modo que constam nestas, tendo em vista, dentre outros fatores, que este é um dos elementos que pode indicar, ao pesquisador, indícios sobre o seu contexto de produção. Deste modo, visualizamos, no documento citado, por exemplo, as palavras “colega”, “escriptas” e “imediatamente” transcritas como “collega”, “escriptas” e “imediatamente”.

– PB que, conforme evidenciamos, é um dos municípios que comporta a maior parcela do seu território.

Em uma perspectiva de contribuição para a pesquisa próxima ao documento mencionado anteriormente, destacamos a fonte intitulada *Cartilha Salgado de São Félix*, publicada em 2015, disponibilizada na internet. A Cartilha se constitui como um dos resultados da presença do Projeto Rondon no município acima citado e faz um apanhado da história local, de maneira sintética, porém, com pistas e elementos que podem desencadear outras pesquisas, enfatizando desde o processo de colonização, os vários nomes que adquiriu, aspectos relativos à história educacional do local, a cultura, a política, dentre outros aspectos.

Outra fonte remete a uma espécie de dossiê composto por reportagens, recortes de jornais, fotografias, cartas de organizações e trabalhadores rurais de outras áreas e charges que se debruçam sobre a Luta do Povo de Alagamar, publicados pela mídia impressa em veículos como os seguintes jornais: *Correio da Paraíba*, *A União*, *O Norte*, *Diário da Borborema*, *O Momento*. O material se constitui como significativo para o trato com a história e memória do movimento social, tendo em vista as pistas que nos apresenta acerca de questões como as ações de resistência realizadas, as diversas formas de violência sofridas pelos moradores, a presença de religiosos como Dom José Maria Pires e a maneira como se posicionaram e agiram frente ao contexto desencadeado no território, e, também, sobre a questão agrária e as experiências de resistência protagonizadas por outros trabalhadores rurais em seus territórios. Tivemos acesso ao material a partir de moradores de Alagamar e realizamos o processo de *scanner* para contribuir com a preservação do material.

Destacamos que não identificamos o ou os responsáveis pela sistematização do referido material, porém, fica perceptível que o *dossiê* foi organizado como uma maneira de preservar e divulgar as memórias construídas no decorrer do movimento social. Na Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos, encontramos referência ao recebimento de materiais para a feitura do “Dossiê de Alagamar”, inclusive, evidenciando o endereço para o qual estes deveriam ser enviados. De acordo com o documento,

Conclamamos todos aqueles que perceberam a justiça dessa causa a juntarem suas vozes à nossa para a defesa do fraco e do oprimido. Sugerimos que escrevam ou telegrafem às Autoridades encarecendo a urgência de acolherem o pedido de desapropriação de Alagamar já encaminhado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. Solicitamos aos agricultores de outras áreas que escrevam aos seus irmãos de Alagamar animando-os e confortando-os. Podem encaminhar as cartas ao endereço da Arquidiocese (Caixa postal 13 – 58000 João Pessoa – Paraíba), e ela as fará chegar aos destinatários.

Pedimos que mandem cópia de toda correspondência enviada às autoridades, aos órgãos de classe ou aos trabalhadores do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (mesmo endereço da Arquidiocese) para que possa organizar o dossiê de Alagamar. Às Paróquias, Casas Religiosas, Comunidades de Base e Grupos de Reflexão recomendamos que façam o mesmo (PIRES, 1980b, p. 49).

Não encontramos subsídios que nos possibilitassem entender a origem do material em comento e se possui alguma relação com o *dossiê* ao qual Pires (1980b) faz referência. Considerando a presença e a contribuição de religiosos e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos no e para o movimento social, pensamos, a princípio, que estes podem possuir alguma relação com a organização.

Ao trabalhar com os jornais que constam no dossiê e com os demais aos quais tivemos acesso mediante ao acervo digital que evidenciaremos, lembramo-nos que, “sendo um meio de comunicação influente, o jornal tem sido analisado em seu papel formador da opinião pública ligado a interesses variados [...]” (BITTENCOURT, 2004, p. 336). Nesse sentido, a partir destes podemos problematizar, além dos acontecimentos que retratam acerca de Alagamar e do movimento social, como contribuíram para construir leituras e representações, por parte da sociedade, a respeito das ações que eram protagonizadas pelos trabalhadores rurais.

Reafirmamos a contribuição da presente fonte ao passo que nos permitiu o acesso a reportagens, dentre outras que acionamos no decorrer da presente tese, tais como a intitulada *Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais* que, sendo publicada no jornal *A União*, em 13 de Janeiro de 1980, destaca o posicionamento de um segmento da Igreja Católica frente a Alagamar e evidencia a problemática agrária como uma realidade não apenas da Paraíba. O documento permite pensar, também, as compreensões divulgadas na mídia acerca das ações realizadas pelos trabalhadores rurais que eram partícipes do movimento social e por aqueles que os apoiavam.

Outra reportagem que destacamos e que consta no dossiê é o texto intitulado *Injustiça fundiária* publicada no jornal *Correio da Paraíba*, em 13 de janeiro de 1980, assinado por Pedro Gomes que problematiza a estrutura agrária no Brasil, as injustiças no tocante ao acesso à terra, no campo, destacando a questão “pecuário-agrícola” como uma das que incidem sobre esta realidade. Apresenta Alagamar como símbolo da tensão e dessa estrutura desigual. Ao fazer esta abordagem, situa Alagamar entendendo-a em articulação com um cenário mais amplo e atrelado à historicidade do Brasil, bem como compreende o significado que o

movimento social em pauta possui para a luta pela terra e conquista de direitos, no campo, no país mencionado.

Cabe destacar que tanto o texto em comento como os documentos com os quais trabalhamos, apresentam uma diversidade de informações e falas com um teor crítico e problematizador do vivido no campo, evidenciando as opressões sofridas pelos que o integram e as resistências por estes organizadas. Fornecem, assim, possibilidades de leitura e de construções de pesquisas sobre o território de Alagamar pela perspectiva do movimento social que carrega o seu nome.

Outra fonte que integra o dossiê evidenciado e com a qual dialogamos, remete ao texto *República Bovina de Alagamar*, assinado por F. Pereira Nóbrega e publicado no jornal *O Norte*, em 1980. Este nos fornece elementos para pensar as ações realizadas pelos novos proprietários no sentido de forçar a saída dos trabalhadores rurais do território tendo, dentre estas, a soltura de gado nas plantações dos moradores como uma prática presente (assunto recorrentemente abordado nos documentos que integram o dossiê e também em outros aos quais tivemos acesso) em mais de um momento. O autor evidencia a problemática, partindo da metáfora “República Bovina de Alagamar” e nos serve de base para pensar as disputas pelo território e as leituras divergentes que a perpassam.

Evidenciamos, também, a reportagem *Fetag levará à justiça o caso de agricultor* publicada no jornal *Correio da Paraíba*, em 13 de janeiro de 1980 e que relata a ocorrência de novas solturas de gados na lavoura dos moradores, a repressão sobre reuniões realizadas em Alagamar e o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo. Esta fonte fornece elementos para ratificar a tensão vivida em Alagamar, o ataque aos direitos dos trabalhadores rurais e o desencadeamento de situações que colocaram em risco a saúde e, até mesmo, a vida dos moradores da localidade. Evidencia ainda a concordância, por parte do governo do estado, de que deveria ocorrer a desapropriação da Grande Alagamar.

Em continuidade, destacamos a reportagem *DCE repudia a violência da Polícia*. Publicada pelo jornal *O Norte*, em 4 de janeiro de 1980, apresenta uma nota divulgada pelos estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em que denunciam as repressões instauradas em Alagamar, problematizam a função do governo estadual na resolução do conflito e questionam os posicionamentos deste frente à situação. O documento permite refletir sobre a repressão presente em Alagamar, no contexto do movimento social, e as compreensões e ações que dirigentes políticos direcionam para este.

Isto fornece indícios para entender as diversas leituras para o vivido e o apoio recebido pelos trabalhadores rurais por parte de diversos segmentos sociais, dentre eles, estudantes. A

presença destes últimos pode ser visualizada, também, a partir da reportagem intitulada *Estudantes hoje com posseiros*, divulgada no jornal *O Norte*, em 4 de janeiro de 1980 e que destaca a ida de estudantes do curso de Direito da UFPB e de jornalistas para a área com o intuito de tomar conhecimento dos acontecimentos lá desencadeados.

Com vistas a contextualizar o material que consta no referido dossiê, além desse resumo de algumas reportagens, apresentamos, a seguir, um quadro em que detalhamos algumas outras informações sobre este. De tal modo, apontamos aspectos tais como: a) os veículos de comunicação em que as reportagens foram publicadas; b) a quantidade destas por veículos; c) a presença ou ausência de data de publicação dos materiais; e, d) o período que comporta o intervalo de tempo entre a publicação da primeira e da última reportagem por jornal, e que constam no dossiê.

Como exemplo para a leitura do referido quadro, podemos destacar o preenchimento deste a partir do veículo de comunicação jornal *A União*. No dossiê encontramos um total de 7 reportagens deste veículo. Deste quantitativo, em 7 constam as datas em que foram publicados e que compreendem o intervalo de tempo entre 08 de janeiro (data da primeira publicação do referido jornal sobre a temática e que consta no dossiê) e 16 de janeiro de 1980 (data da última publicação do referido jornal sobre a temática e que consta no dossiê).

Além disso, ressaltamos que no item “Veículos”, com vistas a contemplar toda a documentação presente no dossiê, inserimos, além dos nomes dos jornais, as seguintes opções:

a) “colagens” – em correspondência a algumas ocorrências que constam no dossiê, em que existem, por exemplo, em uma mesma lauda, fotos, frases, palavras dispostas em diversos tamanhos, fontes e formatos, sem identificação do veículo e data de publicação. Remete à reunião, em uma mesma página, de elementos que direcionam a questões-chaves para o entendimento do movimento social. No tocante às palavras, encontramos registros como: luta, ação, união, meta é vencer, reunião, denunciam, solidariedade e o povo. Dentre as fotos, imagens de reunião, de religiosos no território (como: Dom Helder Câmara dialogando com policial, Dom José Maria Pires ao lado de trabalhadores rurais e de um policial, reunidos a moradores expulsando o gado das lavouras);

b) “sem veículo e data” – tendo em vista que identificamos ocorrências de reportagens que foram adicionadas ao dossiê, no entanto, sem a identificação do jornal a partir do qual foram publicadas e também a data desta;

c) “sem veículo/com data” – pois localizamos reportagens em que não é evidenciado o jornal em que ocorreu a publicação; no entanto, a data, elemento significativo para a contextualização de um documento, foi registrada.

Em decorrência deste fato, dividimos a coluna “Data” em “com” (documentos com datas) e “sem” (documentos sem data). Salientamos que as informações presentes no quadro consideram os registros que estão dispostos no dossiê em comento. Caso os dados sobre o veículo e data de publicação de algumas das reportagens estivessem presentes na fonte, teríamos outra configuração do mesmo. Elencados estes pontos, vejamos o quadro:

Quadro 2 – Reportagens que constam no dossiê sobre Alagamar

VEÍCULO	QUANTIDADE	DATA		PERÍODO
		COM	SEM	
A União	7	7	0	08/01 a 16/01/1980
Correio da Paraíba	9	9	0	05/01 a 16/01/1980
Diário da Borborema	2	1	1	06/01/1980
O Momento	5	3	2	03/01 a 06 – 12/01/1980
O Norte	35	32	3	12/1979 a 16/01/1980
Colagens	3	0	3	Sem data
Sem veículo e data	28	0	28	Sem data
Sem veículo/com data	1	1	0	08/01/1980
TOTAL	90	53	37	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no disposto no dossiê sobre Alagamar, 2021.

Frente ao quadro, chamou atenção o alto número de fontes presentes no dossiê sem o registro do veículo e data de publicação, o que interfere no uso e na análise das mesmas. Partimos do pressuposto que a data de publicação de uma fonte se constitui como um elemento significativo para a sua análise e uso, tendo em vista que nos fornece pistas sobre o seu contexto de produção e de ocorrência dos acontecimentos a que se reporta.

Isso nos fez refletir sobre a necessidade de pensar formas de catalogação, conservação e preservação das fontes e que nestas sejam observadas questões tais como a identificação da autoria, da data de publicação e outras que são fundamentais para o ofício do pesquisador e, também, para outros usos futuros de tais documentações. Além disso, pensamos sobre como no processo de pesquisa, deparamo-nos com lacunas, silenciamentos, intencionalidades nas fontes, tal como apontamos ao refletir sobre o conceito de memória no Capítulo 1, desta tese.

Outro fator direciona ao período de publicação das reportagens. Considerando as datas disponíveis no dossiê temos como primeira ocorrência de reportagem, dezembro de 1979 e a última ocorrência em 16 de janeiro de 1980. Como veremos no decorrer da tese, esse contexto

corresponde ao momento de intensificação das tensões em Alagamar e, também, de adoção de um conjunto de medidas por parte do governo estadual e governo federal, quando ocorreram fatos como a vinda do então presidente, João Batista Figueiredo, ao território. Pensamos que estes fatores podem ter contribuído para atrair as atenções da mídia para Alagamar, resultando nesse quantitativo de registros.

Apresentadas estas informações acerca do dossiê e em continuidade à contextualização das fontes às quais recorremos em nossa pesquisa, remetemos ao livro *Cartilha das Missões*, que reúne narrativas sobre problemáticas sociais, dentre elas, a questão agrária com o intuito de as problematizar mediante uma perspectiva bíblica e a uma leitura crítica da realidade. O livro faz parte do nosso arquivo pessoal e devido às suas condições de conservação, encontra-se sem a capa e contracapa, de modo que não conseguimos identificar a sua autoria. Porém, a parte de apresentação do mesmo é assinada por Dom Marcelo Pinto Carvalheira que, segundo o documento, à época, era o bispo da Diocese de Guarabira.

Próximo à assinatura, consta a data de 25 de dezembro de 1984. Na apresentação do mesmo é possível observar expressões como “caminhada do povo de Deus”, “luta de cada dia”, termos que direcionam a uma compreensão de viver a Igreja e a fé próxima à expressa nas cartas pastorais, as quais evidenciamos anteriormente. Dentre as histórias narradas, é apresentada uma ocasião em que trabalhadores rurais de Alagamar foram presos em Itabaiana e ao regressarem ao seu território, deparam-se com o riacho com águas. Para realizar a travessia, unem as suas mãos. A partir disso, o texto problematiza a importância do coletivo e da união. O documento possibilita indícios para pensar como Alagamar se constituiu como um marco na luta pela terra, no Brasil, e como as ações de resistência dos seus moradores foram tomadas, mesmo posteriormente ao término do movimento social, como exemplo.

Outra fonte com a qual dialogamos remete ao documento *Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final*, publicado em 2017 e que resulta de um trabalho de pesquisa desenvolvido no decorrer de quatro anos, tendo a referida comissão sendo instalada em 11 de março de 2013. A operacionalização da pesquisa ocorreu a partir de dez Grupos de Trabalho (GTs) que são respectivamente: Mortos e desaparecidos políticos do regime militar, Mapa da Tortura, Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional, Cassação de mandatos eletivos e a magistrados, Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais, Ditadura e Gênero, Estrutura de repressão na Paraíba, Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil, Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses e A bomba estourada no Cineteatro Apolo XI (PARAÍBA, 2017). Conforme os títulos dos GTs, pode ser visto que a

comissão tem por centralidade o trato com as memórias de violências e negações de direitos ocorridas durante a Ditadura Militar.

De acordo com o Decreto nº 33.426 de 31 de outubro de 2012 que pode ser visualizado, na íntegra, nos anexos do relatório final,

Art. 1º Fica criada a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, cuja finalidade será a de buscar, por todos os meios de provas, o esclarecimento às graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros Estados ou Países, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica na edificação do Estado Democrático de Direito (PARAÍBA, 2012, p. 2).

A Luta do Povo de Alagamar ocorreu no recorte de tempo situado entre 1975 e 1980, ou seja, justamente no momento em que o Brasil estava vivenciando uma Ditadura Civil-Militar. Este é um dos elementos comumente ressaltados quando são feitas referências ao movimento social, destacando como, mesmo em um contexto marcado por repressões, perseguições e violências, trabalhadores rurais constituem uma resistência e conseguem a permanência e conquista do território. De tal modo, situa-se no período histórico ao qual o documento se debruçou.

Aspectos referentes à história e à memória do movimento social aparecem em diversos momentos do relatório, principalmente quando apresenta a trajetória de advogados e religiosos que a partir de uma perspectiva de ser Igreja pautada em um compromisso com os pobres e oprimidos prestaram auxílio aos trabalhadores rurais participantes da resistência. Dentre estes agentes externos, o documento faz referência a Wanderley Caixe e Júlio César Ramalho – advogados e a irmã Marlene Burgers, freira holandesa e Dom José Maria Pires, à época, arcebispo da Arquidiocese da Paraíba. O documento se torna pertinente, dentre outros fatores, para pensar a Luta do Povo de Alagamar em articulação com o contexto histórico no qual se situa, a saber, a ditadura civil-militar.

Além das fontes evidenciadas, dialogamos com um livro em verso escrito por Maria de Lourdes V. de Oliveira, moradora de Salgado de São Félix–PB, intitulado *São Félix de Cantalice*, divulgado em fevereiro de 2004, por ocasião das comemorações de 144 anos do padroeiro da cidade. Narra a presença dos jesuítas no território e a construção de uma capela para a qual foi escolhido o santo católico evidenciado como padroeiro, bem como apresenta aspectos referentes à religiosidade católica no município. Recorremos ao documento no

sentido em que este nos ajuda a contextualizar o nome Salgado de São Félix, tendo em vista que, conforme veremos, a chegada da estátua de São Félix de Cantalice interfere na denominação atribuída ao povoado que, posteriormente, tornar-se-ia município. O acesso ao referido documento se deu a partir do nosso arquivo pessoal, tendo em vista que o adquirimos quando este foi disponibilizado para venda.

Recorremos, ainda, a reportagem *Assentamento da PB exporta algodão colorido orgânico para Europa*, veiculada pelo portal *Correio*, no dia 18 de abril de 2018 e que nos forneceu elementos para discorrer sobre uma das atividades econômicas presentes atualmente no município de Salgado de São Félix - PB, a saber, o plantio do algodão colorido. O acesso a esta se deu mediante o portal eletrônico no qual foi divulgada.

Além dos documentos mencionados, fazemos usos, também, de fotografias que nos permitem compreender, por exemplo, transformações em alguns espaços do território. Destacamos que tais imagens não serão utilizadas apenas como ilustrações, mas como documentos que nos permitem tecer leituras tanto sobre o momento no qual foram realizadas, como a aspectos passados aos quais os objetos fotografados remetem. Tomando, por exemplo, uma fotografia utilizada em nossa pesquisa e que registra o estado atual do Casarão dos Marojas, a partir desta refletimos questões relativas ao estado de conservação do monumento, como sobre aspectos da simbologia que este possui para Salgado de São Félix–PB, mesmo anteriormente à sua emancipação e constituição enquanto município.

De tal modo, remetemos à perspectiva de que “A fotografia registra fatos, acontecimentos, situações vividas em um tempo presente que logo se torna passado” (BITTENCOURT, 2004, p. 366). Além disso, a autora evidencia que “rever fotos significa relembrar, rememorar ou mesmo ‘ver’ um passado desconhecido” (BITTENCOURT, 2004, p. 366, grifo da autora). Isto nos direciona a pensar a fotografia, enquanto fonte para a feitura de pesquisas, como um lugar de memória e de vestígios de um passado que “não falam por si só”, mas têm a nos informar, quando problematizadas e contextualizadas.

De tal modo, operamos com as fotografias partindo da compreensão de que: “É sempre necessário perguntar o que está sendo fotografado, a fim de compreender *por que e para que* algumas fotografias foram feitas. Uma foto é sempre produzida com determinada intenção, existem objetivos e há arbitrariedade na captação das imagens” (BITTENCOURT, 2004, p. 367, grifos da autora).

Considerando, por exemplo, as três primeiras fotografias que são evidenciadas na presente tese, estas são de nossa autoria e elaboradas com a intencionalidade de serem utilizadas nesta pesquisa, o que no momento da sua feitura nos levou a pensar sobre questões

como o ângulo, o objeto que desejávamos evidenciar o que é divergente de uma fotografia produzida durante o movimento social ocorrido em Alagamar com o objetivo de registrar determinado acontecimento para que este fosse evidenciado em uma reportagem de jornal ou em outro meio. Operaremos com as fotografias estabelecendo um diálogo destas com outras fontes para propiciar e alicerçar o processo de problematização das mesmas.

Além das fontes mencionadas acima com as quais dialogamos desde o momento anterior à qualificação da presente tese, nos “ajustes do velejar”, conforme mencionamos na abertura do presente capítulo, deparamo-nos com um acervo de jornais que remetem à situação vivida pelos trabalhadores rurais de Alagamar no âmbito do movimento social. Trata-se de uma documentação que consta na Hemeroteca Digital Brasileira⁹, da Fundação Biblioteca Digital, onde é possível encontrar diversos documentos como periódicos, jornais, boletins, revistas, dentre outros, abrangendo diversos períodos históricos e temáticas a respeito da História do Brasil. No que se refere ao nosso objeto de estudo, localizamos jornais publicados pelos seguintes veículos: *A Tribuna*, *Correio Braziliense*, *Diário da Tarde*, *Diário da Manhã*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal da República*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Luta Democrática*, *Movimento*, *O Fluminense*, *O Pasquim* e *Tribuna da Imprensa*.

Frente ao levantamento das fontes sobre Alagamar, presentes no referido acervo, chegamos ao cenário formado por 134 reportagens, distribuídas entre os veículos mencionados, no período entre 24 de fevereiro de 1978 (primeira reportagem que detectamos no acervo e que faz menção a Alagamar) e 27 de outubro a 02 de novembro de 1983 (última reportagem que localizamos no acervo e que faz referência a Alagamar), conforme dispomos no quadro que segue.

Para a construção da tabela, consideramos como: a) veículo – o meio de comunicação em que a reportagem foi publicada como *Jornal do Brasil* etc.; b) local – a cidade em que ocorreu a publicação da reportagem, como o jornal *Diário de Pernambuco*, em Recife; c) ocorrências – remete à quantidade de reportagens que fazem referência a Alagamar, por jornal pesquisado.

É importante destacar que no *site* do acervo existe a presença do termo “ocorrências”. No entanto, existe uma diferenciação entre o uso deste termo no *site* e na presente tese. No *site*, uma ocorrência corresponde a uma detecção do termo pesquisado. Ou seja, se em uma reportagem existe três vezes a presença da palavra Alagamar, logo o sistema contabiliza como

⁹ O acesso à referida hemeroteca pode ser realizado a partir do *link*: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

três ocorrências. Já na presente tese, uma ocorrência remete a um documento (uma reportagem) que trata da temática Alagamar; d) período – considera, em cada veículo, a data da primeira e da última ocorrência de reportagem que faz referência a Alagamar. Considerando, por exemplo, o jornal *Diario de Pernambuco*, 5/01/1980 remete ao primeiro jornal que localizamos sobre o território e 05/09/1983, a última data de ocorrência. Dito isto, vejamos o quadro que segue:

Quadro 3 – Jornais que fazem referência a Alagamar presentes no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira

VEÍCULO	LOCAL	OCORRÊNCIAS	PERÍODO
A Tribuna	São Paulo	2	22/03/1979 – 30/12/1979
Correio Braziliense	Distrito Federal	3	25/02/1978 – 16/11/1979
Diário da Tarde	Curitiba	6	8/11/1979 – 20/3/1981
Diário da Manhã	Pernambuco	1	19/12/1979
Diario de Pernambuco	Recife	41	5/1/1980 – 5/9/1983
Jornal da República	São Paulo	3	16/01/1980 – 22/01/1980
Jornal do Brasil	Rio de Janeiro	44	26/9/78 – 24/7/1983
Jornal do Commercio	Rio de Janeiro	1	24/02/1978
Luta Democrática	Rio de Janeiro	3	28/2/1978 – 26/3/1981
Movimento	Rio de Janeiro	23	07/08/1978 – 07 a 13/09/1981
O Fluminense	Rio de Janeiro	1	26 a 27/02/1978
O Pasquim	Rio de Janeiro	4	9 a 15/03/1979 – 27/10 a 02/11/1983
Tribuna da Imprensa	Rio de Janeiro	2	27/02/1978 – 08/11/1978
Total de ocorrências		134	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira, 2021.

Evidenciamos que chegamos aos números de ocorrências apresentados na tabela, após realizar a busca a partir do termo “Alagamar” em cada jornal e a leitura das reportagens localizadas, o que foi fundamental para realizar uma filtragem da documentação, tendo em vista que algumas ocorrências apontadas pelo sistema, mediante a busca inicial, faziam menção a outras localidades que também eram denominadas de “Alagamar” e não ao território da presente pesquisa. Realizada a busca, a leitura e a filtragem, direcionamos para o preenchimento da ficha da pesquisa documental, à qual faremos referência posteriormente.

Nas reportagens identificadas no acervo, observamos que a referência a Alagamar ocorre a partir de duas perspectivas, a saber, como: 1) foco da reportagem – nessas o movimento social, as ações protagonizadas pelos trabalhadores rurais e outras questões que o perpassam são centrais no documento; e, 2) em articulação com outros acontecimentos –

quando a pauta central não é Alagamar, mas existe alguma referência ao vivido pelos moradores no território ou a elementos do movimento social.

Como exemplo da primeira perspectiva, mencionamos as reportagens *Querem despejar mais de dois mil posseiros*, publicada no jornal *Luta Democrática*, em 28 de fevereiro de 1978 e que tem por centralidade uma contextualização das situações que foram instauradas em Alagamar, mediante a morte do antigo proprietário e *Bispo acusa desumanidade*, do jornal *Diário de Pernambuco*, datada de 14 de janeiro de 1980 em que evidencia uma nota de Dom José Maria Pires onde trata do impedimento de que os moradores recebessem a visita de advogados e de uma médica.

Para a segunda, referenciamos a reportagem *Político vai hoje a júri*, veiculada no jornal *Diário de Pernambuco*, em 16 de fevereiro de 1981 e que discorre sobre um processo sofrido pelo ex-deputado, Rui Gouveia, que teria proferido palavras “ofensivas” em relação a autoridades como ministros e ao presidente, Ernesto Geisel. Existem diversas reportagens no acervo sobre este processo e nestas, as referências a Alagamar ocorrem em virtude de as supostas ofensas terem sido proferidas durante um ato em apoio aos trabalhadores rurais do referido território, realizado em João Pessoa–PB.

Ainda pode ser evidenciado o exemplo da reportagem *Papa clama por justiça social diante de 150 mil*, do *Jornal do Brasil*, de 4 de julho de 1980, que apresenta elementos sobre um evento com a presença do Papa João Paulo II, ocorrido no Morumbi, em São Paulo, destacando a programação deste. Um dos momentos, contou com a execução de um resumo da Cantata pra Alagamar. Ambas as reportagens não tomam Alagamar e o movimento social como centralidade, mas evidenciam acontecimentos em que, de algum modo, existe referência ao território e à resistência realizada pelos trabalhadores rurais e fornece pistas para a leitura do nosso objeto de estudo.

Por fim, evidenciamos que as fontes apresentadas neste capítulo, em suas diversas formas e formatos, abarcando jornais, cartilha, cartas pastorais e de autorias situadas em diversos lugares sociais incluindo jornalistas, instituições, religiosos, poetas, escritos por agentes externos e internos ao território de Salgado de São Félix–PB, fornecem elementos para pensar Alagamar, compreendendo-o de forma entrelaçada a outros territórios e a partir de olhares e ângulos diversos e que nos permitem, tal como na pintura de uma tela, operar com nuances distintas, com cores diversas e enquadramentos que possibilitam construir análises e leituras para o nosso objeto de estudo.

2.2.2 Percurso de análise das fontes e a dimensão educativa do trato com os documentos

Considerando o exposto, conforme dito, recorreremos à pesquisa documental e do ponto de vista da análise dos documentos coletados, operamos seguindo o disposto por Bacellar (2008), Barros (2012) e Le Goff (2012). De acordo com Bacellar (2008), é preciso questionar o documento, ou seja, evidenciar o seu lugar de produção, sua autoria, entendendo que além de remeter a memórias do ocorrido, o próprio documento também é detentor de uma história. De tal modo, “contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador” (BACELLAR, 2008, p. 63) ou, nas palavras de Barros (2012, p. 419) “[...] a Contextualização constitui um aspecto fundamental para a compreensão da fonte histórica”.

Em uma perspectiva próxima aos autores citados, para Le Goff (2012, p. 111) “[...] é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história”. Nesse sentido, compreendemos que o documento deve ser problematizado, de modo a entender seu lugar de produção, as intencionalidades e os silêncios que o perpassam. Pensamos que as fontes nos fornecem indícios sobre um objeto, não apenas a partir daquilo que seleciona para ser dito, mas, também, mediante o que silencia e exclui.

Constitui-se, assim, um exercício de diálogo com a fonte e não de ausência de questionamentos frente a esta. Nesse sentido, percebemos que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...]. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 2012, p. 521–522).

Assim como os territórios e as memórias se constituem, conforme evidenciamos, como campos de disputa de hegemonias, significados, de tensões, as narrativas que se deseja afirmar sobre um acontecimento e temporalidade e que estão presentes nas fontes, a partir das quais construímos nossas pesquisas e análises, também o são. Elaboramos essa compreensão a partir da afirmativa de que:

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade

compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder da perpetuação, deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado (LE GOFF, 2012, p. 112).

O exposto pelo autor nos permite ratificar as reflexões que evidenciamos, de modo a pensarmos as fontes situadas historicamente e como se inserem nos usos das memórias, nas disputas pela escrita/legitimação de uma História. Nas fontes com as quais dialogamos, especificamente, nos jornais, encontramos olhares distintos, conflitantes para a presença de religiosos como Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, em Alagamar e que oscilam entre o reconhecimento da importância de suas participações na reivindicação dos trabalhadores rurais e a associação destes a agentes de subversão, que estariam incentivando a desordem no território, conforme veremos. Cabe-nos, então, interrogá-las de modo a perceber, a partir de quais lugares, percepções de campo, de Igreja e de movimentos sociais aquelas narrativas presentes nos documentos partem.

Nessa direção, Barros (2012) destaca alguns elementos para o trato com as fontes/documentos tais como o lugar de produção, do autor e outros textos que interferem na construção da fonte (intertextualidade). Próximo aos autores citados, discorrendo sobre a análise documental, Cellard (2008) evidencia a necessidade de considerar cinco dimensões que são respectivamente, o contexto do documento, a identidade do autor, a natureza do documento, sua autenticidade/confiabilidade, conceitos-chave e a lógica interna do texto. De tal modo, a partir do diálogo com os autores mencionados e na perspectiva de realizar esse processo de análise, de contextualização das fontes pesquisadas, elaboramos uma ficha, a qual denominamos de “Ficha Pesquisa Documental¹⁰”. Nesta constam os seguintes itens:

- a) Título – utilizado para identificar a fonte à qual cada ficha se refere;
- b) Autoria – onde elencamos o(s) nome(s) do(s) autor(es), instituições ou veículos de comunicação responsáveis pela elaboração do documento;
- c) Tipo de documento – momento em que especificamos se a fonte se constitui como um jornal, carta, cartilha, cordel, livro, panfleto, dentre outras;
- d) Ano – espaço em que assinalamos as datas do documento e de publicação. A diferenciação se fez necessária tendo em vista que identificamos alguns documentos como,

¹⁰ A referida ficha pode ser visualizada nos apêndices da presente tese.

por exemplo, cartas pastorais que são datadas de um determinado ano, mas cujo o nosso acesso a estas ocorreu a partir de um obra publicada em data posterior;

e) Arquivo/acervo – quando situamos o local a partir do qual ocorreu o acesso a referida fonte, como a Hemeroteca Digital Brasileira;

f) Disponível em meio – para evidenciarmos se o documento está digitalizado, impresso, na internet, dentre outras possibilidades;

g) Conservação – item em que registramos o estado de conservação do documento, mencionando se apresenta alguma falha na digitalização, rabiscos, rasuras, manchas, dentre outros fatores que podem interferir na leitura da fonte;

h) Temática – remete à apresentação do tema do documento analisado. Exemplo: Presença de Dom José Maria Pires em Alagamar e posicionamento do governo do estado. Esse item foi importante para que pudéssemos realizar um diálogo entre as fontes que tratam de um mesmo acontecimento ou indivíduo, no sentido de perceber aproximações e divergências entre estas.

i) Resumo – elaborado a partir da leitura de cada fonte, trata-se de uma apresentação, de forma concisa, dos acontecimentos/elementos que constam em cada documento. Assim como o item “temática”, a elaboração dos resumos possibilitou um mapeamento das fontes no tocante às suas abordagens sobre acontecimento em Alagamar e um diálogo entre estas;

j) Possibilidades de pesquisa – espaço em que, após a realização da leitura, da identificação da temática e do resumo de cada fonte, apontamos quais discussões, pistas, perspectivas de leitura da situação vivida em Alagamar, no contexto do movimento social, nos possibilitam, de modo a contribuir tanto com a presente pesquisa, como com outras que, posteriormente, possam ser desenvolvidas;

k) Outras observações – momento em que apresentamos elementos sobre a fonte catalogada, como a disponibilização do endereço eletrônico no qual pode ser acessada ou alguma especificidade observada naquele documento e que consideramos significativo registrar. Nesse item, assinalamos ainda quando verificamos que aquela temática abordada na fonte também constava em outro documento.

l) Pesquisador, data e local – onde constam informações sobre o nome do pesquisador que fez o preenchimento da ficha pesquisa documental, o local e a data com o objetivo de apresentar informações sobre o contexto/tempo em que foi feito o referido processo, dados que consideramos significativos para a presente pesquisa e para outros pesquisadores que possam ter acesso ao catálogo.

Do processo de preenchimento das fichas da pesquisa documental, tanto no que se refere às fontes disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, como dos demais documentos com os quais dialogamos, resultou um arquivo, o qual nomeamos de *Catálogo de fontes: Luta do Povo de Alagamar*. A princípio a elaboração e o preenchimento das referidas fichas, ocorreu no sentido de contribuir para a análise de dados. Porém, com o andamento da pesquisa documental, análise e mediante os itens que elencamos nestas como resumo, possibilidades de pesquisa, informações sobre o acervo, estado de conservação, percebemos que o material que estava resultando deste processo poderia servir de base para a realização não apenas da pesquisa desta tese, mas, também, contribuir com outras pesquisas e que esse conjunto de fichas se constituía como uma fonte.

A partir disso e motivados pela perspectiva de pensar formas de devolutiva da pesquisa e de socializar as fontes com as quais dialogamos na monografia, na dissertação e na tese, almejamos distribuir o referido catálogo em bibliotecas, escolas, sindicatos e associações no território de Salgado de São Félix, e, especificamente, em Alagamar. Pensamos este catálogo com uma das formas de contribuir para a divulgação das histórias e memórias do movimento social em tela.

A ideia de construção do catálogo foi ratificada no momento em que revisitamos Mello (2005), quando discorre sobre a pesquisa documental e bibliográfica e faz referência às possibilidades destas no trato com as histórias da escola e do que chama de comunidades. Assim, destaca que estas podem resultar na elaboração de um “dossiê ou memorial da comunidade”. Nas palavras do autor,

De primordial importância no processo, é o rastreamento da literatura existente sobre a comunidade investigada e os temas em pauta. Jornais de bairros, históricos de entidades, acervos em paróquias, pesquisas acadêmicas, cartilhas populares, publicações nos jornais e periódicos locais e regionais são fontes privilegiadas que podemos buscar para iniciar a constituição daquilo que podemos chamar de dossiê ou memorial da comunidade (MELLO, 2005, p. 68).

Esse “rastreamento” se aproxima do levantamento que realizamos a respeito de fontes sobre Alagamar e a partir do qual identificamos os documentos mencionados. Frente à diversidade de fontes, arquivos e meios em que estão disponibilizadas, emerge a vontade de organizá-los de modo a, a princípio, facilitar a construção de outras pesquisas. Conforme o autor referenciado,

Bem organizado, esse acervo pode constituir um Memorial da Comunidade, e ser incorporado pela biblioteca escolar, com a devida organização e classificação, vindo a transformar-se em fonte de consulta e pesquisa para os educadores, educandos e comunidade (MELLO, 2005, p. 69).

Porém, para além da elaboração de um material que contribua para novas pesquisas, observamos que o exercício de rastreamento/levantamento das fontes, preenchimento da ficha pesquisa documental, de organização do catálogo e de análise, fez pensar em uma dimensão educativa do trato com os documentos. De tal modo, passamos a compreendê-los como geradores de aprendizagens.

Nesse sentido, retomamos a derivação do termo documento, quando, para Le Goff (2012, p. 510, grifos do autor), “o termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente utilizado no vocabulário legislativo”. Na perspectiva dos usos que fazemos dos documentos na presente tese, conforme evidenciamos, podemos pensar essa relação com o “ensinar”, não é uma diretiva unilateral, como se o documento “falasse por si” e recebêssemos as informações prontas, acabadas, incontestáveis, mas em uma dimensão relacional, dialógica e problematizadora. Assim, refletimos: quais aprendizagens o trato com os documentos nos apresenta? O que os documentos têm a nos ensinar, mediante processos de problematização, análise e questionamentos destes?

Uma primeira aprendizagem perpassa pelo entendimento, por parte do pesquisador de que no território existem diversas fontes que fornecem indícios sobre a história local, as quais, muitas vezes, não são visibilizadas ou compreendidas em sua potencialidade histórica e documental. O exercício do levantamento documental requer um redimensionamento do olhar para o próprio conceito de documento (passando a entendê-lo no sentido que apresentamos acima e não apenas como os documentos oficiais), o local, seus monumentos e indivíduos. Permite-nos, assim, compreender/fazer, conforme evidencia o título de uma das seções da presente tese, uma história local com “escritos, vozes e versos múltiplos”, o que se torna significativo, principalmente, quando a pensamos em diálogo com os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular. De tal modo,

O uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade (BITTENCOURT, 2004, p. 333).

Essa aprendizagem direciona a duas outras, a saber: a compreensão da importância da preservação dos documentos e um despertar para a história local. Construímos essa assertiva ao refletir sobre a contribuição que os documentos a partir dos quais operamos tiveram para a construção da presente pesquisa. O acesso à documentação só foi possível tendo em vista ter sido preservada (de forma digital ou impressa), arquivada, seja por iniciativa particular ou institucional. Preservar fontes, organizar arquivos e acervos é contribuir para que capítulos da história e memórias de territórios e dos indivíduos não sejam esmaecidas, esquecidas com o passar do tempo.

No tocante ao despertar para a história local ou, em outras palavras, para a compreensão de que o local também é um detentor de histórias e memórias (MELO, V., 2015; SOUZA; SILVA, 2017), refletimos sobre tal fato quando, por exemplo, deparamo-nos com a diversidade de reportagens que fazem referência a Alagamar. Ao analisá-las, percebemos como o vivido no território ressoou no cenário da discussão agrária e política nacional, o que contribuiu para endossarmos a compreensão acerca do significado histórico do movimento social. Pensamos que o acesso a tais materiais e ao catálogo resultante da pesquisa documental podem contribuir nesse processo de reconhecimento da história local, de sua escrita e problematização.

Relacionado às aprendizagens evidenciadas, uma outra que construímos a partir do trato com os documentos, remete aos usos destes no contexto das aulas de História na educação básica, para a construção de discussões sobre a história local, tendo em vista que, muitas vezes, são ausentes materiais didáticos que contemplem a referida temática, sendo presentes, apenas, conteúdos relacionados ao que se denomina de História Geral e História do Brasil. Observamos que

São comuns nos livros didáticos referências e imagens que evidenciam os atos e feitos de reis, presidentes e líderes totalitaristas, mas que pouco tratam – ou representam de forma negativa – os movimentos sociais e as pessoas consideradas “comuns” pelas esferas política e econômica (SOUZA; SILVA, 2016, p. 183, grifo dos autores).

Bittencourt (2004) refletindo sobre os documentos nas aulas de História, apresenta uma proposta de trabalho considerando o que denomina de “dossiê de documentos”, a partir do qual os discentes possam trabalhar determinadas temáticas. Para esta, “a elaboração de *dossiês* é uma forma de selecionar documentos variados sobre um mesmo tema, a fim de fornecer aos alunos uma série de dados que possam ser confrontados ou comparados” (BITTENCOURT, 2004, p. 343, grifo da autora).

No entanto, a autora propõe que os usos dos documentos pelos pesquisadores e por professores possuem finalidades distintas. Assim, destaca que, sobre os historiadores, “para eles, os documentos são a fonte principal de seu ofício, a matéria-prima por intermédio da qual escrevem a história” (BITTENCOURT, 2004, p. 328). No tocante ao professor, este “[...] traça objetivos que não visam à produção de um texto historiográfico inédito ou a uma interpretação renovada de antigos acontecimentos, com o uso de novas fontes. As fontes históricas em sala de aula são utilizadas diferentemente” (BITTENCOURT, 2004, p. 329). Consideradas estas diferenciações, pensamos que o catálogo que organizamos poderia contribuir para a construção de atividades como a apontada pela autora, o que confirmou o nosso anseio em socializar o material produzido.

Outra aprendizagem construída com e a partir do trato com os documentos, remete ao fato de que o conhecimento não é dado e acabado. Elaboramos essa percepção a partir do momento que, em cada fonte pesquisada, nos deparávamos com outras informações, novos indícios ou pontos de vistas acerca de Alagamar, de modo a questionar muitas certezas e elementos que tínhamos ratificado em pesquisas anteriores sobre o movimento social.

De tal modo, entendemos que as pesquisas que já foram construídas sobre a temática, não encerraram os debates, mas, ao contrário, abrem outros caminhos e possibilidades que podem ser percorridos por pesquisadores. Como destaca Mello (2005), quando discorre sobre o uso do memorial no âmbito escolar¹¹:

A lógica de construção do memorial, como se depreende, é não servir apenas como local de guarda ou registro da pesquisa inicial, mas sim potencializar a continuidade das pesquisas sobre o entendimento da realidade, com os educandos, dando um uso cotidiano, na prática pedagógica, ao material coletado (MELLO, 2005, p. 69).

Nesse direcionamento, partimos da perspectiva de que no caminhar de elaboração de outras pesquisas que tomem por base o catálogo que organizamos, novas fontes podem ser acionadas e incorporadas às que constam neste, tendo em vista que pensamos que existem outros documentos com os quais, por diversos fatores como as interferências do contexto pandêmico, não tivemos acesso aos mesmos. Esperançamos que esse processo possa desencadear uma espécie de levantamento coletivo de documentos e de construção do conhecimento sobre as histórias e memórias de Alagamar que se dá de forma coletiva e

¹¹ Mello (2005) apresenta algumas dicas no que se refere à organização do memorial, compreendendo desde o local de disponibilização deste, a classificação do material por temas e estratégias para acesso e consulta ao material. Sobre o local para acesso ao arquivo, destaca que “o local mais apropriado na maioria das vezes é a própria biblioteca escolar” (MELLO, 2005, p. 70).

dialógica, entre os diversos pesquisadores que se debruçam sobre a temática. Conforme Mello (2005, p. 69), “quando da realização de novas pesquisas, vai-se enriquecendo o acervo, com atualização de informações e com a complementação através de novos depoimentos, registros e análises”. Operamos na esperança de que o catálogo possa ser um dos elementos que contribua para esse processo de complementação de um acervo sobre Alagamar e suscite um diálogo entre aqueles que direcionam suas análises para pensar a história local e o movimento social ocorrido no território.

Considerando os elementos anteriormente expostos, no capítulo que segue realizamos uma contextualização do território de Alagamar tendo como ponto de partida, o movimento social neste ocorrido.

3 ALAGAMAR DENTRE “OUTROS ALAGAMARES”: PROBLEMATIZANDO O TERRITÓRIO A PARTIR DA LUTA

“Encerro essa série de ‘profecias’ com um aceno sobre Alagamar. Só Alagamar poderia ocupar muitas páginas desta ‘Memória’” (PIRES, 2012a, p. 276, grifos do autor).

A epígrafe acima faz parte do documento *Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de despedida* que, escrita por Dom José Maria Pires, por ocasião da sua saída da Arquidiocese da Paraíba, narra as experiências e ações que viveu/construiu nesta, tais como a sua presença e atuação em Alagamar. A escolhemos por uma concordância com o seu autor, a saber: as diversas páginas e capítulos que as memórias e as histórias do movimento social ao qual nos debruçamos poderia ocupar.

Conforme tratamos na Introdução da presente tese, ainda existe muito a ser dito, problematizado, (re)pensado acerca deste movimento social, a partir das várias áreas do conhecimento. O que nos propomos a apresentar não se constitui como uma História única e acabada, mas reflexões construídas a partir dos nossos referenciais teóricos e metodológicos, bem como do (re)construir e (re)problematizar de algumas certezas que considerávamos possuir acerca das ações de resistências construídas pelos trabalhadores rurais partícipes e, também, das violências, opressões e repressões por estes sofridas.

De acordo com Certeau (1982, p. 66, grifos do autor): “Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de práticas ‘científicas’ e de uma *escrita*”. De tal modo, a escrita que teceremos, no presente capítulo, traz para o debate recortes das histórias e memórias do vivido em Alagamar no âmbito do movimento social, com vistas a pensar como a situação que então se instaura é construída e desencadeada a partir de leituras e usos distintos do território.

Nesse intento, na primeira seção do capítulo situamos Alagamar na historicidade de um dos municípios que comporta a maior parte da sua extensão territorial, evidenciando como na história local deste, o termo *Alagamar* foi sendo evidenciado. Em seguida, adentramos as tramas do movimento social, na perspectiva evidenciada nas linhas anteriores. Escrevemos alicerçados no desejo que os elementos que serão postos possam suscitar outras reflexões e que parafraseando o que acima destacou Dom José Maria Pires, que outras páginas possam ser preenchidas com memórias e reflexões acerca do referido território.

3.1 Situando Alagamar na historicidade de Salgado de São Félix – PB

Salgado de São Félix é um município localizado no Agreste do estado da Paraíba, às margens do Rio Paraíba. Segundo dados do IGBE (2021), possui uma área territorial estimada em 204,079 km² e conta com uma população de aproximadamente 12.123 pessoas. Seu território está dividido na área urbana e rural, que comporta o Setor Beira-Rio, o Setor Brejo e o Setor da Grande Alagamar. Uma parte significativa do seu território se situa no âmbito rural. Dentre suas principais atividades econômicas evidenciamos a agricultura e, também, a carcinicultura que tem se destacado e é responsável por uma produção que é distribuída tanto na Paraíba, como em outros estados.

De acordo a reportagem *Assentamento da PB exporta algodão colorido orgânico para Europa*, publicada no Portal Correio em 18 de abril de 2018, tem ocorrido, a partir de 2015, a produção de algodão colorido no Assentamento Campos, situado no município em comento, voltada para a exportação e, na Europa, utilizada como matéria-prima para produtos diversos como vestuários.

Geograficamente, o seu território faz fronteira com Itabaiana, Itatuba, Mogeiro, municípios paraibanos, e com Macaparana – Pernambuco. Com vistas a situá-lo, construímos o quadro que segue, considerando dados do *Google Maps*, na qual apresentamos a distância em quilômetros (km) deste em relação a outras localidades. Tomamos como referência os municípios mencionados e a capital do estado da Paraíba e outros que, na contextualização que faremos a seguir, são acionados com relação a algum acontecimento relativo às histórias e memórias de Salgado de São Félix. Deste modo, chegamos à tabela que segue:

Quadro 4 – Distância em quilômetros entre Salgado de São Félix e outros municípios

SAÍDA	CHEGADA	DISTÂNCIA (KM)	PERCURSO
Salgado de S F	Campina Grande – PB	96,0	BR 230
Salgado de S F	Goiana – PE	64,4	PE 075
Salgado de S F	Itabaiana – PB	12,9	PB 082
Salgado de S F	Itatuba – PB	36,3	PB 082
Salgado de S F	João Pessoa – PB	88,0	BR 230
Salgado de S F	Macaparana – PE	65,7	BR 408 e PE 089
Salgado de S F	Mogeiro – PB	30,5	PB 082 e BR 408
Salgado de S F	Natuba – PB	53,7	PB 082
Salgado de S F	Patos – PB	280	BR 230
Salgado de S F	Recife – PE	128	PE 075 e BR 101
Salgado de S F	Timbaúba – PE	46,3	PB 082 e BR 408

Fonte: Tabela organizada pelo autor com base em dados coletados no *Google Maps*, 2020.

Como evidenciamos, grande parte do território do município está situada na área rural e é nela que se desenrola um dos acontecimentos centrais que perpassam a sua história local, a saber, a Luta do Povo de Alagamar, movimento social ocorrido na “Grande Alagamar” e que se tornou uma referência para os debates sobre a questão agrária e da luta pela terra na Paraíba e no Brasil. É neste município que se situa a maior parte do território que comporta Alagamar, sendo a outra parte situada em Itabaiana, agreste da Paraíba.

Frente a isto, para contextualizarmos Alagamar estabelecemos um entrelace entre a sua história e a história local de Salgado de São Félix, movimento analítico que nos permite compreender como o território do campo e nele, Alagamar, no referido município, foi tecido em conexão com a lógica do latifúndio presente na historicidade do Brasil. Com isso não desconsideramos o contributo da história de Itabaiana, mas tomamos como critério o fato da maior localização de parte do território ser naquele município.

As histórias dos municípios mencionados se entrecruzam não apenas no que se refere a esta divisão, mas remete à colonização tendo em vista que, segundo o Projeto Rondon (2015), Salgado de São Félix pertencia a Itabaiana, sendo a sua emancipação datada de 1961. Sobre o processo de colonização do território que hoje o integra, o documento citado evidencia:

Pois bem, em 1759, dava-se início a colonização de Salgado de São Félix, através da sesmária de n. 515 de 13.12.1759, onde o sesmario Mathias Nunes Ângelo que recebeu uma porção de terra para criação de gado, o qual denominou o local de Riacho Salgado. Esse se deve ao acentuado gosto de sal das águas dos riachos que banhavam o local (PROJETO RONDON, 2015, p. 3).

É interessante observar que ao passo que nos permite compreender a colonização do território, em Projeto Rondon (2015) encontramos referência ao nome Alagamar como uma das sesmarias que integravam o território que, posteriormente, tornar-se-ia o município. De acordo com o documento:

Havia também outras sesmarias que com o desenrolar da história se fundiram contribuindo para o engrandecimento de Salgado de São Félix. Obedecendo a cronologia, observamos as seguintes sesmarias:

- **Dois Riachos** – “Em 14 de abril de 1726, o sesmario Capitão Caetano Leitão de Vasconcelos com três léguas de cumprimento pelos ditos Dois Riachos acima e uma de largura meia para cada banda”.
- **Alagamar** – “sesmária em 20 de novembro de 1795, sesmarios José Gomes Bezerra, capitão Thomaz de Oliveira Góes e Manoel Gonçalves da Cunha, descobriram terras desabitadas, pelo riacho do meio acima até o Alagamar, limitando pelo poente com Maria de Melo”.

- **Maria de Melo** - Diz a sesmaria nº. 1064 de 1º de setembro de 1806, sendo o sesmario, o Capitão Estevão José da Cunha morava no Pilar, que possuía uma sorte de terra conforme os títulos que juntava, no Riacho Salgado. As quais se incluem em si perto de uma légua e meia, pelo riacho acima chamado de alagamar, que contém em abundância pau – Brasil. “E pedia que se lhe concedesse uma pequena porção de terra que há entre Dois Riachos e entre as terras de Francisco de Sousa Leal e terras de Maria de Melo, pegando da serra do Bode pelo baixio abaixo, cuja terra não serve para cultivo e sim para criar” (PROJETO RONDON, 2015, p. 5–6, grifos do autor).

Ressaltamos que estas nomenclaturas apresentadas no documento e que denominavam sesmarias, hoje também designam territórios que compõem o município. O termo Dois Riachos atualmente remete a um distrito localizado na área rural, no Setor Beira-Rio. Já Alagamar e Maria de Melo são sítios que juntamente a outros como Piacas, Furnas integram o que se convencionou chamar de “Grande Alagamar”, em decorrência da extensão do território, cerca de 13.000 hectares, termo que já era presente no contexto do movimento social ocorrido na localidade. Como consta na Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos, Alagamar “é um extenso latifúndio composto de vários sítios ou fazendas entre eles Alagamar e Piacas. Fica nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix” (PIRES, 1980b, p. 43).

Posteriormente, encontramos referência a Alagamar como integrante da Fazenda Modelo, o que pode ser observado no livro *A Fazenda Modelo do Doutor Odilon Maroja*, de autoria de Mario Melo no qual descreve as suas impressões a respeito da Fazenda, tomando como ponto de partida uma visita realizada a esta. Chama-nos atenção, além da descrição que faz de Alagamar, os detalhes que menciona sobre o cenário que encontra no trajeto entre Itabaiana e, à época, o povoado de Salgado, o que nos ajuda a compreender questões da historicidade e da geografia do que, posteriormente, será o município de Salgado de São Félix–PB. O autor descreve, assim, elementos sobre o Rio Paraíba, destaca o encontro com o povoado de Guarita (hoje um distrito que pertence a Itabaiana pelo qual as pessoas que se direcionam a Salgado de São Félix, através da Rodovia PB–082, passam). Ao chegar ao povoado de Salgado faz o seguinte registro:

Segue o passeiante¹² margino o álveo, ora subindo pequenos serrotes ora atravessando estreitos e apertos lençóis de areia, encontrando aqui e ali uma casa sem feição artística, uma porteira encurralando o gado, uma pedra

¹² Conforme dito, destacamos que preservamos a ortografia original do documento. Por isso, o leitor encontrará diferenciações entre a maneira como algumas palavras estão postas no trecho citado e como deveriam ser escritas segundo a norma culta atual.

fincada sobre o solo com o apóio de duas menores denotando marco de divizão do terreno e, a uma hora de caminhar constante, após transpor, quaze na embocadura, *esverdeado fio d'agua que dá nome ao lugar*, tem attingido a povoação do Salgado (MELO, M., 2009, p. 8).

Este “esverdeado fio d’agua que dá nome ao lugar” trata-se do Riacho Salgado que passa por Alagamar e vai ao encontro do Rio Paraíba, passando sob uma ponte que dá acesso à entrada central do município. De acordo com o documento citado, o nome do riacho se deve à salubridade da água. Metaforicamente, podemos compreender que a história de Alagamar e a de Salgado de São Félix se encontram, conectam-se tal qual o Riacho Salgado e o Rio Paraíba. Posteriormente, o território antes nomeado apenas de Salgado passa a ser chamado de Salgado de São Félix, fato que pode ser visualizado a partir do trecho do documento que segue e que nos apresenta os vários nomes que recebeu no passar de sua história:

No decorrer dos anos o povoado recebe vários nomes na fase de sua colonização os quais devem ser lembrados:

a) Riacho Salgado – nome dado pelo o sesmario Mathias Nunes Ângelo de acordo com sesmária de nº. 515 de 13.12.1759.

b) Salgado de São Félix – com a chegada da imagem primitiva de São Félix de Cantalice, trazida pelos jesuítas da Missão do Pilar. E entre eles, como já foi citado, o frei Caetano, a quem por dedução histórica, atribuímos a ele o mentor do nome de Salgado de São Félix. Salgado, por causa do riacho que corta o povoado e de São Félix, em alusão a São Félix de Cantalice, imagem esta que foi presenteado (sic) a comunidade por volta dos idos de 1860.

c) Aburá – Nas divisões administrativas do Brasil de 1911, 1936, 1937 e no referente quinquênio 1939–1943 Salgado de São Félix, distrito de Itabaiana figurou com o nome simplificado para Salgado. Já no quinquênio 1944–1948 foi mencionado com o topônimo de Aburá, devido a influência de um rico proprietário de Pernambuco, um político que tinha grandes propriedades na serra da fortuna que significa Aburá, o qual infelizmente não sabemos o nome. Assim permanecendo até o quinquênio 1949–1953 quando aparece com a denominação de Salgado de São Félix (PROJETO RONDON, 2015, p. 6–7, grifos do autor).

Estas diversas nomenclaturas que designaram o território, permitem-nos pensar como o seu processo de colonização, assim como em outros territórios, esteve pautado no latifúndio e com a presença de religiosos, o que reverberou na organização territorial, no nome que até hoje designa o município e, também, em questões de cunho cultural e religioso tendo em vista, por exemplo, que o santo mencionado no documento é até os dias atuais o padroeiro e suas festividades são tradicionais e consolidadas como uma das maiores do Vale do Paraíba, reunindo muitos dos que residem no município, de outras localidades e, ainda, os que são oriundos de Salgado de São Félix, mas que, por motivos diversos, migraram para várias regiões do Brasil e retornam, temporariamente, para participar dos festejos.

Sobre a vinculação entre o nome do município e a chegada do santo católico, podemos ter pistas em Oliveira (2004), quando ao escrever em versos, a trajetória da tradição dos festejos católicos do padroeiro de Salgado de São Félix, destaca que:

Os Jesuítas pediu que fizessem uma capela/ O povo prometeu de fazer/
Carregaram pedra, areia, tijolos/ Cortaram a madeira com todo prazer/
Construíram a capela em multirão/ Com a esperança de vender
Depois da capela construída/ Os Jesuítas pediram um padroeiro/ O Santo
escolhido foi São Félix de Cantalice/ Já conhecido como milagreiro/ Doaram
uma imagem pequena/ E celebraram sua festa no mês de fevereiro
Em mil oitocentos e sessenta/ A capela foi construída/ Com a imagem de
São Félix/ Espalhando, paz, amor e vida/ Por este povo devoto/ De uma
esperança fortalecida (OLIVEIRA, 2004, p. 4–5).

Tanto as nomenclaturas como os outros elementos que perpassam a história local do município, expostos até o presente, inquietaram-nos no momento da pesquisa documental, análise dos documentos e na redação do presente texto, tendo em vista que nos direcionaram a ratificar o entendimento de como as relações sociais, os poderes, as questões políticas, econômicas e culturais que ocorrem em um local não estão ali por um acaso ou um dado natural, mas, são detentoras de uma historicidade, de um percurso. Além disso, remeteram-nos aos debates sobre o conceito de território que utilizamos na presente pesquisa, quando nos direcionam a pensá-lo em uma dimensão multidimensional, considerando um entrelace entre aspectos geográficos, sociais, políticos e históricos.

Ratificamos esse entendimento, quando em fevereiro de 2021, ao realizar um exercício de olhar¹³ a cidade, visualizando as suas historicidades, problematizando-a, observando suas ruas, placas, nomes, casas, escolas e tentando perceber pista, indícios sobre as histórias e memórias do município, deparamo-nos com os preparativos para a realização dos festejos do padroeiro anteriormente mencionado, e visualizamos algumas cenas, dentre as quais, a que registramos na fotografia que segue:

¹³ Assim como a construção de catálogos, de dossiês de documentos, pensamos que esse exercício de olhar o território, tem a nos ensinar sobre a história local, nos fornece indícios para a construção de leituras e para o entendimento de que as realidades são construções históricas. Os nomes dos bairros, a distribuição populacional entre estes, as casas e seus tipos diversos, as manifestações artísticas e culturais, são algumas destas pistas. Em diálogo com Paulo Freire e com a Educação Popular, poderíamos pensar esse exercício como uma inquietude, um ponto de partida para a construção de diversas problematizações. Nesse sentido, lembramos das contribuições de Sousa e Silva (2017) no sentido de pensar um diálogo entre a história local e a Educação Popular.

Figura 1 – Preparativos para a festa do padroeiro São Félix de Cantalice



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 3 de fevereiro de 2021.

Na fotografia visualizamos a Igreja Matriz da Paróquia de São Félix de Cantalice, no município de Salgado de São Félix–PB e nos fez refletir sobre a importância de olharmos para a história local e perceber o quanto de histórias e de memórias existem nos mais diversos momentos que integram o cotidiano de nossas realidades. Realizada há anos, a festividade, a igreja e o santo que até hoje é celebrado e que nomeia o território, remete-nos a indícios da historicidade que evidenciamos e da necessidade de compreender os territórios em suas dinâmicas históricas e geossociopolíticas. Ou seja, as atuais configurações do município, assim como de Alagamar, não estão dadas, postas, como algo natural que sempre esteve da maneira que é. Mas é resultado de uma (re)construção que é dinâmica e multidimensional.

Do mesmo modo, quando pensamos sobre a Luta do Povo de Alagamar em pesquisas anteriores, as fontes com as quais dialogamos não nos permitiram acessar aspectos da sua história anteriores ao movimento social no tocante ao como o território adquiriu aquela configuração, o que, de certo modo, dificultava as nossas análises. Ao perscrutar novas fontes e ampliando o olhar para alguns aspectos que integram a história local de um dos municípios no qual Alagamar se insere, percebemos a sua historicidade para além do movimento social, quando observamos, por exemplo, que o nome Alagamar aparece na história local desde o contexto da colonização, das sesmarias. Compreendemos que esse exercício de dialogar com a história local tem sido significativo tanto no sentido do entendimento do nosso objeto de estudo, como ao propiciar o conhecimento das histórias de onde crescemos e fomos nos

construindo, enquanto sujeitos históricos, em interface com outros territórios, histórias estas com as quais não dialogamos no decorrer de nossa trajetória escolar no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Escrever sobre os acontecimentos da história local, sendo oriundo do território no qual este fazer se debruça, parece, assim, ser um reencontro com elementos das histórias que perpassam a construção social, histórica de quem escreve. Portanto, ratificamos que “[...] o conhecimento do local de pertença oportuniza a consolidação da identidade social, e isso, por sua vez, pode possibilitar a capacidade de atuação dos sujeitos [...]” (MELO, V., 2015, p. 41).

Nessa diretiva, Mario Melo (2009) ao continuar as narrativas acerca de sua visita ao Povoado de Salgado, fornece outras pistas para contextualizar Alagamar, quando faz referência à Fazenda Modelo, tendo em vista que se constituía como uma das propriedades que integravam a referida fazenda, conforme veremos. Sobre a Fazenda Modelo e a sua sede, na qual o seu proprietário residia, o autor destaca que:

Quem, da povoação lançar o olhar para o oriente, vê na encosta de um serrote que aperta as águas do riacho Salgado e se mostra soberano às correntezas do rio, grande prédio assobradado, único talvez de um círculo de 14 léguas, só tendo semelhantes na capital do Estado, mostrando pela sua feitura embora de estylo não definido que por ali andou delineamento de artista não commum nas aproximações, dando-lhe pomposo destaque de paláceo entre as casarias que o cercam ao alcance da vista. É a habitação do possuidor da *Fazenda Modelo*, cujas terras alongadas por pequenas propriedades, pouco a pouco adquiridas, penetram em dois Estados, transpondo limites de Pernambuco e Parahyba (MELO, M., 2009, p. 10, grifo do autor).

O casarão descrito, ainda hoje pode ser visualizado na entrada do município e é uma referência, em termos de patrimônio, no que se refere à história local, sendo destacada a sua conexão com o processo de formação do povoado e, também, chama atenção, conforme evidenciado pelo autor, devido à sua estrutura arquitetônica e dimensões, sendo conhecido como o “Casarão dos Marojas”, o “Sobrado”. São comuns, relatos de pessoas que adentraram ao mesmo (quando este apresentava condições de acesso) e que evidenciam a ampla estrutura deste. Hoje, o monumento se encontra em ruínas, processo este que já ocorre há alguns anos e que, devido às chuvas em anos recentes, foi acentuado, o que nos direciona a pensar o significado do patrimônio, dos monumentos para a história local e a conservação e preservação destes, de modo que, conforme estamos evidenciando, constituem-se como fontes, vestígios de um passado que nos remetem a memórias, a um lugar de memória, para

fazermos uso de um conceito evidenciado por Nora (1993), que contribuem para o entendimento da historicidade do local.

Frente ao que foi evidenciado, a seguir, apresentamos três fotografias que nos permitem ter uma visualização do patrimônio citado e, em interface com outra descrição do casarão feita por Mario Melo (2009) que evidenciaremos, poderemos perceber a ação do tempo e da ausência de preservação sobre o mesmo. Na primeira fotografia que segue, apresentamos o portal de entrada no município na qual após este, pode ser visualizado um ginásio de esportes, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e, em seguida, o casarão. Na segunda e na terceira fotografia evidenciasse o atual estado do monumento¹⁴.

Figura 2 – Portal de entrada do município de Salgado de São Félix – PB



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 26 de dezembro de 2019.

¹⁴ Cabe destacar, que as figuras 1, 2 e 3 remetem a fotografias que foram realizadas pelo pesquisador em 2019. Ou seja, existe um distanciamento temporal entre o momento destes registros fotográficos e o relato de Mario Melo (2009). Escolhemos apresentá-las, no sentido de evidenciar, principalmente, o atual estado do Casarão, frente à ausência de iniciativas de preservação e restauração do referido patrimônio e provocar uma breve reflexão sobre os olhares e importância que têm sido atribuídos aos diversos lugares de memória que compõem as historicidades do local.

Figura 3 – Casarão dos Marojas



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 26 de dezembro de 2019.

Figura 4 – Casarão dos Marojas visto por outro ângulo



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 26 de dezembro de 2019.

As fotografias foram feitas em um dia em que, movidos pela “curiosidade” em conhecer um pouco mais dos monumentos que compõem a história local tanto de Salgado de São Félix – PB como de Itabaiana - PB, fizemos um percurso (parecido com o realizado por Mario Melo (2009), observando algumas igrejas, pontes, linha de ferro, antiga estação do trem

e o casarão em tela. Nesse percurso por tais lugares de memórias, refletimos sobre como existem muitos elementos da história local dos dois municípios que ainda carecem de registros, de serem problematizados e, também, preservados.

Especificamente, as fotografias evidenciadas e o fato de nos depararmos com o patrimônio em ruínas, direcionaram-nos a muitas das problemáticas que elencamos quando tratamos do conceito de memória no capítulo anterior, dentre as quais como este é perpassado por conflitos, disputas de poder e interesses diversos. Parafraseando Freire e Guimarães (2011), pensamos que a erosão de patrimônios remetem não apenas ao desgaste, ao desabamento de paredes de cimento e de concreto, a quedas de estruturas arquitetônicas, mas a erosões, à quebra, a lacunas nas histórias e nas memórias do local como, por exemplo, no que se refere a problematizar como aquele cenário contribui para questões diversas referentes ao poder local, à terra e à própria historicidade de Alagamar no que se refere a momentos anteriores à realização do movimento social.

Mesmo registrando o estado atual do casarão em que, praticamente, metade deste já não existe mais, é perceptível como, até nos dias atuais, a sua estrutura se destaca na paisagem e frente à arquitetura do município. Suas enormes paredes, grandes janelas, sua “imponência” arquitetônica e estética nos levam a pensar, também, sobre o significado do poder político e econômico da Fazenda Modelo e seu impacto para a região à época. Mais uma vez, Mario Melo (2009) evidencia a suntuosidade do monumento quando destaca:

A cavalheiro das intempéries no tempo das enxurradas, quando os pântanos desenvolvem moléstias, malárias, sem o mínimo impedimento para a correnteza do ar puríssimo da zona sertaneja, a qualquer direção do vento, desafaldando belíssimo horizonte visual, o palácio, que está em plano superior a Villa, é um verdadeiro oásis, especialmente pela purificação da aragem impregnada dos extractos deliciosos, que emanam dos jasmineiros que o circundam, e das quixabeiras em flor (MELO, M., 2009, p. 12).

Sobre a constituição territorial da Fazenda Modelo da qual o referido “palácio” era sede, o autor destaca que é feita a partir de cinco propriedades, a saber, Salgado, Alagamar, Campos, Amazonas e São José, sendo o seu território parte em terras da Paraíba e de Pernambuco. Sobre Alagamar, o autor faz registros como:

Imprensada entre a catanga e o sertão, a propriedade Alagamar, como vértice de um ângulo, em terreno inteiramente calcáreo, por montes e valles fertilíssimos, tem o solo classificado entre os de brejo, produzindo toda a vegetação da natureza dos mesmos, com um soffrível reservatorio d’agua e uma fonte salina perenne (MELO, M., 2009, p. 13).

O trecho evidenciado permite inferir a riqueza natural do território de Alagamar de modo que adquiriu destaque em atividades como a extração do calcário, atividade que hoje pode ser rememorada a partir da presença do forno de cal, que ainda existe na localidade, mas que se encontra desativado. Além disso, o documento nos permite entender que algumas atividades que atualmente são desenvolvidas no município, já eram praticadas no âmbito da Fazenda Modelo, dentre elas, o algodão e a criação de gados. Vejamos:

Ao envez da polycultura, porem, possuindo thesouro inestimável como a natureza desses solos, o proprietário da *Fazenda Modelo*, aproveita este abundante celeiros (sic) somente para o cultivo do algodão, no reino vegetal e a criação do gado vacum, em grande escala, cavallar e muar (MELO, M., 2009, p. 18).

Além dos elementos expostos, outra questão que perpassa a historicidade de Salgado de São Félix é a presença dos tropeiros tanto através dos que exerciam a atividade e eram oriundos deste, como enquanto ponto de passagem para os que faziam a rota entre o Recife – Pernambuco com destino ao sertão da Paraíba, conforme pode ser visto em Projeto Rondon (2015). Segundo o documento citado, “no início do século XX, os tropeiros de Salgado de São Félix, todo o bando de burros somavam quase 2.000” (PROJETO RONDON, 2015, p. 35).

Os tropeiros eram responsáveis pelo transporte de produtos, sendo este realizado a partir de animais. As atividades econômicas por estes desenvolvidas foram registradas a partir de fontes como músicas que referenciam a estes como, por exemplo, a intitulada *Tropeiros da Borborema* interpretada por Luiz Gonzaga e composta por Rosil Cavalcante e Raymundo Yasbeck Asfora em que constam versos como “Saindo mais cedo que a barra da aurora/ Riqueza da terra que tanto se expande/ E se hoje se chama de Campina Grande/ Foi grande por eles que foram os primeiros/ Ó tropas de burros, ó velhos tropeiros” ou em monumentos como *Os Pioneiros* que localizado as margens do Açude Velho, em Campina Grande, ressalta-os como um dos responsáveis pela constituição do referido município.

De acordo com Silvana Fernandes (2011), os Tropeiros da Borborema são um dos responsáveis para que este se tornasse um centro comercial referência no Nordeste. Assim, para Aguiar (2014, p. 122), “no caso de Campina Grande, a feira se deve ao encontro dos tropeiros que atravessavam a região, vindos do interior em direção ao litoral. Os tropeiros paravam em Campina Grande para descansar os animais e se abastecer de produtos que lhes eram necessários”.

Sobre as rotas seguidas por estes e que incluíam a passagem por Salgado de São Félix, destacamos que:

No entanto, é reconhecido os tropeiros da Borborema, porque todos que faziam este comércio, o trajeto para os sertões dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, integrava todo o complexo do Planalto da Borborema. A trilha mais frequentada pelos tropeiros (sic) era partindo de Goiana, Itabaiana, Salgado de São Félix, Ingá, Riachão do Bacamarte e Campina Grande. Quando a carga da tropa não era destinada a Campina Grande, esta margeava o rio Paraíba até Aroeiras, saía em Queimadas, Cabaceiras, São João do Cariri. Pela mesma trilha vinha o gado comprado no Piauí, Ceará para o Recife (PROJETO RONDON, 2015, p. 35).

Pensamos que esta presença do município na rota dos tropeiros se deve, dentre outros fatores, a sua localização geográfica às margens do Rio Paraíba e por fazer divisa com o território do Pernambuco e estando situado próximo a Campina Grande como pode ser observado no Quadro 3. Além disso, é interessante destacar como no exercício de pesquisar, ao enveredar pelas fontes, deparamo-nos com indícios que nos apontam para diretivas as quais, muitas vezes, pensamos que não estavam relacionadas com o que estamos pesquisando. Foi assim com essa presença e passagem dos tropeiros por Salgado de São Félix - PB.

Antes da feitura desta pesquisa, não tínhamos o conhecimento deste fato. Quando por ocasião da graduação em História, em diversos momentos, ao tratar da História da Paraíba, deparamo-nos com discussões sobre estes, porém, não os compreendíamos como sendo parte, também, da historicidade do local ao qual pertencemos. Isto nos fez ratificar como na História, o local possui aproximações e distanciamentos com outras escalas e, ao mesmo tempo, sobre o problematizar os conteúdos sobre os quais comumente nos debruçamos quando tratamos da História do Brasil, da História da Paraíba de modo a pensar/compreender de que maneira estes tiveram ressonâncias no território ao qual pertencemos (SOUSA; SILVA, 2017).

Outra atividade econômica que pode ser destacada na história do município é a produção do cal que ocorria no território de Alagamar. Uma das partes que era utilizada nesse processo, o forno de cal, pode ser visualizada na fotografia a seguir, que realizamos em uma visita ao território.

Figura 5 – Forno de Cal em Alagamar



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 12 de fevereiro de 2021.

Para esta fotografia, cabe a mesma ressalva apresentada em relação as figuras 2, 3 e 4. Trata-se de um registro atual (realizado em 2021, conforme consta na legenda). A apresentação da mesma ocorreu no sentido de evidenciar o monumento, forno de cal, como uma fonte histórica, um indício de uma atividade econômica que ocorria em Alagamar. Conforme evidenciamos, o que a fotografia registra é apenas uma dentre as partes que compunham o processo de extração do produto. Assim sendo, sobre a atividade, o documento citado a seguir nos apresenta alguns indícios:

[...] na fazenda Alagamar já funcionou o forno de cal, fabricando cal para construções e uma substância para usinas e engenhos, desde o início do século XX, pelos anos de 1905 a 1910.

A matéria-prima, o calcário era tirado da serra da margarida no próprio município. Segundo conta-se que o forno funcionava seis semana (sic) seguidas e suspendiam o fogo por mais seis semanas para retirar os produtos. Eram fabricados em média 60 sacos de cal por semana, na época o dia de serviço custava em torno dois cruzeiros.

No ano de 1947 o forno passou a funcionar na sede da fazenda Alagamar com novas instalações e o forno com sua estrutura continuou produzindo cerca de 20.000 kg de cal por semana (PROJETO RONDON, 2015, p. 32).

O referido documento além de registrar uma das atividades econômicas desenvolvidas no território de Alagamar, permite-nos pensar, frente ao que foi exposto em outros momentos do presente capítulo, a respeito da riqueza do solo que a integra, do ponto de vista mineral e,

também, para o cultivo de plantações diversas. Este fato pode ser observado nos registros feitos por Mario Melo (2009) que ao falar de uma “natureza pródiga” na Fazenda Modelo evidencia que “[...] claro é que todos os productos explorados ao norte do Brasil ahi poderiam fructificar, cultivando-se assim a polycultura” (MELO, M., 2009, p. 36). Em continuidade o autor evidencia Alagamar e São José como espaços que, dentro da propriedade, se destacavam em relação à qualidade do solo e faz menção à presença do calcário na região e seu processo de extração. Em suas palavras,

Muito diferentes das rochas abundantes, do granito e do quartzo que cobrem as ladeiras de Campos e Salgado, a pedra calcárea logo sobressae entre as outras, não sendo necessário o derramamento de ácidos para lhe distinguir a natureza.

E a quantidade é tal que, numa circunferência de duas léguas, o arado não poderá jamais penetrar abrindo cavidades para o plantio, porque as pedras estão á flor da terra, partidas, esparsas a distancia de menos de um metro. (MELO, M., 2009, p. 36–38).

Destacamos que durante todo esse período e acontecimentos evidenciados anteriormente, Salgado de São Félix esteve atrelado à Itabaiana tendo a sua emancipação ocorrido na década de 60 do século XX, mais precisamente em 1961, ou seja, 14 anos antes da eclosão da luta do Povo de Alagamar. Sobre o processo de emancipação encontramos em um dos documentos pesquisados que:

Em 1960, um Ato Presidencial, decretado pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, de que as vilas que possuíssem mais 10.000 habitantes podiam ser emancipadas. Então o Sr. José Bezerra das Neves com o apoio dos vereadores Genésio Luiz Neves e Miguel Paulo da Silva, logo organizou um abaixo-assinado pedindo a emancipação política do Distrito e Vila de Salgado de São Félix. [...].

No dia 05 de dezembro de 1961 de acordo com a lei 2.610, assinado (sic) pelo Governador Pedro Moreno Gondim, Salgado de São Félix desmembrou-se do município de Itabaiana (PROJETO RONDON, 2015, p. 36–37).

Decorridos alguns anos desse processo de emancipação política, observamos que existem vínculos, principalmente, no que se refere à efetivação de atividades cotidianas, entre os dois municípios citados, tendo em vista que podemos compreender Itabaiana como um município polo no Vale do Paraíba e que devido ao seu comércio, as agências bancárias que comporta, a rodoviária que conecta a Campina Grande, João Pessoa, Recife–PE, dentre outros destinos, atrai habitantes não apenas de Salgado de São Félix, mas de outros municípios do

entorno, em busca de serviços e outras demandas, principalmente, às terças-feiras quando é realizada a feira livre e estas a esta se destinam tanto com fins de venda como de compra de produtos diversos.

Percorrendo alguns dos caminhos da memória e da história local do município de Salgado de São Félix–PB, deparamo-nos para além das questões políticas, econômicas evidenciadas, com outro acontecimento que perpassa a sua historicidade, a saber, ter sido um dos *lócus* de efetivação da Teologia da Enxada que integra o campo de iniciativas e propostas no sentido de pensar/fazer/viver uma fé que não é alheia aos problemas terrenos, mas que os pauta e traz para o debate as contradições sociais. Conforme Souza (2011, p. 39): “Expressão mais nordestina da Teologia da Libertação, a Teologia da Enxada, trata-se de uma fecunda experiência popular de cunho religioso, político e antropológico que se mostrou aberta e sensível aos sinais do seu tempo”.

Nessa diretiva, para Silva Júnior (2014, p. 52) “[...] o Pe. José Comblin, em 1969, na época prefeito de estudos do ITER, acolheu a iniciativa de nove seminaristas que queriam viver uma experiência de inserção no meio do povo como forma de aprofundamento teológico da sua formação”. Para o autor, esta se aproximava da Teologia da Libertação (TL) e tinha como foco o “mundo rural”. Sobre o local de desenvolvimento dessa Teologia, de acordo com Guedes Neto (2013, p. 30), “consideramos inicialmente a região agreste como ambiente, o lugar social, político, pastoral da Teologia da Enxada, já que se desenvolveu inicialmente em cidades do agreste nordestino, especialmente na cidade de Salgado de São Félix – agreste da Paraíba e Tacaimbó – agreste pernambucano”.

Deste modo, tratava-se de uma formação que rompia com uma perspectiva apenas de disciplinas a cursar, para a abertura a um processo de aprender com o outro, com a realidade e a problematizar à luz do evangelho. Frente à referida proposta, podemos pensar que Salgado de São Félix se constituía, para os partícipes da formação, como um espaço de novas aprendizagens, de trocas de saberes e de diálogo. Acrescentamos que:

Nesses pequenos grupos, os jovens vocacionados repartiam seu tempo de formação entre o trabalho na roça, junto com a comunidade local, e os estudos dirigidos, acompanhados por um formador ou uma equipe de formadores, além do tempo consagrado à oração e às visitas às casas da comunidade local (CALADO, 2014, [s.p.]).

Ao nos depararmos com esse achado sobre a Teologia da Enxada no município, compreendemos que, ao contrário do que pensamos em pesquisas anteriores, a presença de religiosos no território e que se afinavam com um repensar da forma de ser igreja e pautada

em um compromisso com os pobres e oprimidos, é anterior à realização da Luta do Povo de Alagamar que, conforme veremos, contou com a presença de religiosos como Dom José Maria Pires e outros. Esta nossa inquietude sobre o fato de se a presença dos religiosos era anterior ou posterior ao movimento social decorria da percepção dos vínculos que possuíam com o território e com os moradores e estes com aqueles. Este fato foi ratificado quando nos deparamos com uma nota distribuída pela Arquidiocese da Paraíba e assinada por Dom José Maria Pires, datada de 7 de janeiro de 1980, na qual, ao destacar a posição da Igreja frente a Alagamar, evidencia em um dos seus itens que “4.1 A tensão não foi criada nem alimentada pelos agentes pastorais, qualquer que seja a sua nacionalidade. *Eles já atuavam na área, antes de 1976 [...]*”¹⁵.

Considerando o trecho citado, bem como que a experiência formativa da Teologia da Enxada é organizada a partir de 1969 e a situação de resistência em Alagamar passa a ser desencadeada, como veremos, em 1975; entendemos que anteriormente ao movimento social, alguns religiosos já possuíam atuação e vínculos com o território do município e com a área rural. Ao perscrutar os documentos com os quais dialogamos em busca de pistas que nos fornecessem elementos sobre a presença destes em Salgado de São Félix, nos deparamos com uma narrativa de Dom José Maria Pires na qual destaca que:

Algo semelhante aconteceu numa das minhas visitas ao grupo de seminaristas da “teologia da enxada”. O grupo morava em Salgado de São Félix. Depois de termos conversado e rezado, me indicaram o quarto. Os quartos da casa que eles alugaram não tinham porta, o que é comum nas casas dos pobres no Nordeste. Porta em quarto é uma espécie de luxo dispensável. Para mim, colocaram uma cortina onde deveria ser a porta. Eu me deitei e já estava prestes a adormecer quando senti que a cama balançava. Abri os olhos e vi alguém que havia subido na cama e tentava amarrar uma rede nos caibros. Era um hóspede que havia chegado. Conseguiu! Deitou-se na rede e começou a balançar-se por cima da minha cama. Em Minas isso seria impensável. O Nordeste me fez mais simples (PIRES, 2012a, p. 270).

O narrado, ao fornecer detalhes sobre a moradia dos seminaristas, vai ao encontro de uma perspectiva de vivência que, conforme evidenciado, estaria em sintonia com a ótica pautada na Teologia da Enxada. Como destaca Calado (2014, [s.p.]) “Partiam, num primeiro momento, de ajudar os formandos a irem ao povo dos pobres, como seus aprendizes, a verem, a ouvirem, a sentirem o seu dia a dia, em casa, no trabalho, sua visão de mundo, suas necessidades, suas alegrias, suas esperanças, seus sonhos”. O tipo de residência adotado pode

¹⁵ A referida nota consta no dossiê sobre Alagamar ao qual fizemos menção no capítulo 2 da presente tese. No entanto, não consta o veículo de comunicação em que foi publicado. No documento, encontramos o registro de que a mesma foi distribuída a toda a imprensa da Paraíba.

ser visto, assim, como uma das formas de “sentir o dia a dia” daqueles com os quais buscavam dialogar e construir aprendizagens.

Além disso, permite-nos visualizar a presença de Dom José Maria Pires em Salgado de São Félix em um episódio para além e anteriormente à sua participação na Luta do Povo de Alagamar, o que evidencia como o município é marcado, em sua historicidade, pela atuação deste. Podemos situá-lo, assim, como um território que é um marco para as memórias e histórias da referida experiência formativa, de modo que a comemoração dos quarenta anos desta contou com atividades no referido município, inclusive, com a participação de jovens de Alagamar apresentando o Hino de Alagamar, conforme registra Calado (2014).

Ao enveredarmos por alguns elementos da história e da memória de Salgado de São Félix, dentre estes no que se refere à Teologia da Enxada, e tendo em vista o nosso ponto de partida de olhar para a história local a partir da Educação Popular, construímos uma aprendizagem: enquanto pesquisadores precisamos aprender a entender o nosso entorno, a compreendê-lo em sua historicidade, a desvelá-lo. Ao realizar o exercício de pesquisa para a construção deste tópico do presente capítulo, deparamo-nos com elementos sobre o município do qual somos oriundos, com os quais não tínhamos tido contato e/ou conhecimento em trinta anos de vivências neste território.

Compreendemos que, ao contrário do que, muitas vezes, pensamos ou afirmamos, existem muitas histórias no local e estas não estão fixadas, presas a um passado, mas reverberam no presente e no cotidiano. Fazem-se presentes nas fachadas das casas, em monumentos diversos, nos nomes das ruas, das escolas, das praças, nos sobrenomes dos indivíduos e nestes. A sensação que nos envolve é que (re)descobrimos o nosso lugar de pertença e que começamos a enxergar elementos que estavam aparentes diante dos nossos olhos, mas a nossa retina ainda não tinha compreendido em suas complexidades, rupturas e continuidades históricas.

3.2 Um movimento social pelo direito de permanecer na terra

Mediante os elementos postos acerca da historicidade de Salgado de São Félix, podemos observar como a organização deste território foi perpassada pela presença do latifúndio, dentre eles a “Grande Alagamar” em que diversas famílias viviam e mediante o pagamento do foro, a elas era permitido permanecer na terra onde produziam alimentos e trabalhavam nas terras da fazenda. De tal modo, após situarmos Alagamar no âmbito da

história local de um dos municípios no qual parte da sua área fica situada, iremos nos ater em pensar os usos do referido território e suas disputas no contexto do movimento social.

Assim sendo, para pensarmos o território da “Grande Alagamar”, especificamente no que se refere à Luta do Povo de Alagamar, iniciamos remetendo a um trecho do jornal *A União*, publicado em 13 de janeiro de 1980 e intitulada *Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais*. De acordo com o documento:

Quanto a esse problema de mudança fundiária com sérias implicações na ordem social e econômica, o Bispo de Campina Grande quis deixar claro que tal problema não só acontece no Estado da Paraíba, *mas sim em todo o País resultado de toda uma estrutura que é quase a mesma em toda a extensão do Brasil* (JORNAL A UNIÃO, 13 de janeiro de 1980, [s.p.], grifos nossos).

Tal como outras reportagens, à época publicadas, o trecho mencionado problematiza a presença e o posicionamento de um segmento da Igreja Católica frente ao movimento social. Especificamente, evidencia reflexões de Dom Manoel, então bispo de Campina Grande, no que se refere a pensar uma Igreja que se coloca ao lado dos oprimidos, dentre eles, os trabalhadores rurais de Alagamar e nos serve de base para situar o movimento social em um cenário histórico composto por diversos conflitos agrários que são desencadeados no Brasil e nos leva a pensar como o território do campo e as trajetórias dos que o integram, são permeadas por lutas e resistências.

Nesse sentido, interessa-nos percorrer alguns caminhos das histórias e memórias do movimento social em discussão, não apenas no sentido de evidenciar os motivos que levaram à sua organização e como foi desenvolvido, mas, sobretudo, no sentido de perceber as tensões que o perpassaram, principalmente, e pensar o território em disputa, a partir dos interesses do Estado, dos trabalhadores rurais e dos novos proprietários, o que nos servirá de base para compreender questões que contribuem para a (re)configuração do território, no recorte temporal mediante o qual operamos.

A princípio destacamos que o conflito que desencadeou o movimento social teve início em 1975 – em uma conjuntura em que o Brasil vivia um golpe civil-militar –, a partir do falecimento do então dono da propriedade da Grande Alagamar, Arnaldo Maroja, sendo, então deixada em testamento para ser dividida, tendo em vista que o mesmo não possuía herdeiros diretos, acontecimento que pode ser visto a partir de documentos diversos, dentre eles, na *Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos*, de autoria de Dom José Maria Pires, onde consta: “O Sr. Arnaldo Maroja faleceu no dia 7 de novembro de 1975. Não tinha herdeiros necessários. Mas deixou um testamento em que

determinava que as terras fossem vendidas e o dinheiro distribuído com as pessoas cujos nomes estão no testamento” (PIRES, 1980b, p. 43). Com vistas a evidenciar a dimensão do território a ser dividido, apresentamos uma fotografia¹⁶, realizada em uma das idas a Alagamar, em que comportamos apenas uma parte de um dos vários sítios que compreendem os 13.000 hectares deixados em testamento.

Figura 6 – Vista de uma das áreas que integram a “Grande Alagamar”



Fonte: Fotografia realizada pelo autor, 2019.

Sobre a disponibilidade para venda deste latifúndio, o qual visualizamos uma pequena parcela na fotografia, encontramos, também, um registro deste momento em Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final quando destaca: “Com a morte do antigo latifundiário as terras passaram para os herdeiros que venderam a usineiros pernambucanos, que implementaram a exploração segundo uma nova lógica do capital” (PARAÍBA, 2017, p. 531).

O referido acontecimento abre um novo contexto em Alagamar tendo em vista o vínculo que os moradores possuíam em relação ao antigo proprietário e as ações que começam a ser desencadeadas pelos novos proprietários e que distavam das relações as quais vivenciavam anteriormente. Como evidenciamos em Gildivan Neves (2014), o movimento social começa a ser organizado e provocar uma resistência e mobilização quando por ocasião

¹⁶ Considerando a mesma observação em relação às fotografias anteriores.

do pagamento do foro, conforme era feito juntamente ao proprietário anterior, os novos proprietários não realizam a expedição do referido documento.

Os moradores passam, então, a buscar o apoio das instituições que os representavam, no sentido de tentar assegurar o direito de permanecer na terra de acordo com o que estava disposto no Estatuto da Terra, conforme veremos. Porém, Cantalice (1985) nos permite ampliar o olhar para a eclosão do movimento social de modo a pensarmos como relacionado não apenas a este acontecimento local, mas em articulação com um cenário nacional no qual ocorre um processo de intensificação da presença do capital no campo, levando a modificações nos tipos de produção e dos usos do território. A autora nos permite, também, empreender uma leitura das relações trabalhistas e econômicas presentes em Alagamar na fase anterior a 1975, o que é pertinente para que possamos compreender as novas configurações que são construídas para o território a partir da desapropriação.

Para a autora, as ameaças e expulsão de trabalhadores rurais, os despejos são reflexos do processo de ampliação do capital e nos levam a problematizar que este estava em desenvolvimento em Alagamar, mesmo anteriormente à morte do antigo proprietário. Destacamos que, mediante a crise do petróleo, é criado, no Brasil, o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL¹⁷), com o objetivo de aumentar a produção do álcool, o que requeria a ampliação das áreas destinadas ao plantio da cana-de-açúcar. De acordo com Antonio Pereira (2003, p. 62), “o Programa Nacional do álcool (PROALCOOL) criado em 1975, apoiado numa forte política de incentivos fiscais e de créditos tanto à produção industrial quando agrícola, permitiu a expansão da cana-de-açúcar desde o litoral até o agreste paraibano”. Nessa diretiva, na reportagem *A violência cresce mudam sua ação: da resistência para as invasões*, publicada no jornal *Movimento*, em 4 a 10 de fevereiro de 1980, consta que:

Vários conflitos que ocorrem hoje no Nordeste, como o de Alagamar, já são decorrência do PNA. Os latifundiários querem desocupar logo as terras ocupadas por posseiros, para beneficiarem-se dos créditos especiais e subsídios que receberão em abundância, ou mesmo para especular com o preço da terra (JORNAL MOVIMENTO, 4 a 10 de fevereiro de 1980, p. 11).

Registramos que na reportagem mencionada, existe referência a um estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), acerca do

¹⁷ Sobre a sigla que identifica o Programa Nacional do Álcool, deparamo-nos com fontes que o apresentam como PROALCOOL e também como PNA; por isso, no presente momento desta tese, esta é apresentada das duas formas. No entanto, em outros momentos do texto, optamos por fazer uso da sigla PROALCOOL, tendo em vista que esta é a com que nos deparamos na maior parte dos documentos com os quais dialogamos.

PNA em que sinaliza que o programa provocará um aumento da “latifundização no país”. Nas palavras do documento: “A novidade neste processo é que a concentração será violentamente acelerada com o Programa Nacional do Alcool, solução que o governo encontrou para diminuir os pesados ônus da importação do petróleo” (JORNAL MOVIMENTO, 4 a 10 de fevereiro de 1980, p. 11). Faz referência, ainda, a um documento encaminhado pelas federações dos trabalhadores rurais dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em que evidenciam como o Programa tem impactado a produção de alimentos e ocasionará um êxodo rural.

De tal modo, a permanência dos trabalhadores rurais de Alagamar, no território, com as mesmas relações que existiam no momento anterior à morte do antigo proprietário, constituía-se como um impedimento para a efetivação dessa nova forma de uso e de lucro da e a partir da terra. Assim, retomando Cantalice (1985, p. 9, grifo da autora): “Em suma, é o capital necessitando ‘libertar’ a terra, enquanto meio de produção, de formas de organização que não se coadunavam com a sua expansão na esfera produtiva e que só foram permitidas apenas enquanto não se constituíam impedimento a essa expansão”. “Libertar a terra”, no caso de Alagamar, remetia a provocar um rompimento das formas de produção efetivadas pelos trabalhadores rurais e deixar sem condições de sobrevivência e de sustento centenas de famílias que tinham no trabalho com a terra, na agricultura e pecuária, sua única fonte de renda, o que direcionaria a realização de uma saída do campo, um êxodo rural, conforme acenou o documento direcionado à SUDENE, mencionado a partir da reportagem em tela.

É neste contexto de disputas, de direcionamentos de programas ao campo com vistas à ampliação do capitalismo neste território, que Cantalice (1985) situa o movimento social com o qual dialogamos e evidencia que:

Dentre desse quadro de tensão que vem caracterizando o Estado, ressalta-se o caso das “Fazendas Reunidas Alagamar”. Primeiramente, devido à grande extensão da terra em questão que atinge cerca de 13.000 hectares, parte dos quais no município de Salgado de São Félix e outra parte no de Itabaiana. Em segundo lugar, porque na última fase de recrudescimento dos conflitos pela terra na Paraíba esse foi um dos primeiros a eclodir, perdurando de forma acirrada por quase cinco anos. Considere-se também a grande repercussão por ele alcançada, inclusive a nível nacional (CANTALICE, 1985, p. 10).

É interessante observar que em Gildivan Neves (2014), considerando a análise das fontes com as quais dialogamos à época, afirmamos que o episódio da não expedição dos

recibos teria sido um elemento que despertou a consciência, nos trabalhadores rurais, como pertencentes a um coletivo e do significado de lutarem por direitos, mas não problematizamos os elementos que anteriormente a este fato contribuíam para dificultar o diálogo entre os moradores. Para Cantalice (1985) a maneira como o território estava organizado, no tocante ao distanciamento entre as casas dos trabalhadores rurais, dificultava a articulação destes. Isto posto, “a distribuição, de forma dispersa, dessas moradias, associada à produção atomizada desse tipo de agricultor, dificultava agrupamentos, debates, reduzindo-lhes as oportunidades de formação e desenvolvimento de uma consciência de exploração” (CANTALICE, 1985, p. 18).

Observamos, então, que a morte do antigo proprietário pode ser vista como um primeiro elemento que começou a desencadear outras configurações, no contexto do movimento social, para o território e disputas pelos usos deste, tendo de um lado, a partir dos novos proprietários, a proposta de venda da propriedade para usineiros pernambucanos o que, de tal modo, direcionaria para uma ampliação da plantação de cana-de-açúcar na região e, também, da criação de bovinos. Do outro, em contraposição, os trabalhadores rurais que buscavam permanecer no território, não apenas por uma dimensão econômica, mas considerando o próprio sentido identitário, afetivo que este detinha, tendo em vista que os trabalhadores rurais, como aponta a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final “[...] ocupavam esta terra há mais de 40 anos como arrendatários, e gozavam de uma certa ‘liberdade’” (PARAÍBA, 2017, p. 531, grifo do autor). Nesse sentido, lembramo-nos de Bernardo Fernandes (2008, 2009), quando destaca que existem leituras distintas para o território do campo e como o sentido dado aos trabalhadores rurais a este dista da ótica do capital, da posse da terra enquanto lucro.

Considerando o exposto e o evidenciado por Cantalice (1985) acerca do capitalismo, problematizamos: quais formas de produção e relações eram necessárias serem rompidas para que os novos modos de produção, sintonizados com este pudessem ser efetivados em Alagamar? De acordo com Pires (1980b, p. 43), “enquanto vivia o sr. Arnaldo Maroja dava liberdade aos moradores de cultivarem a terra plantando lavouras de subsistência e criando animais”. Porém, esta fonte não nos esclarece algumas questões que nos inquietam desde as pesquisas anteriores, a saber: quais tipos de lavouras e de animais eram permitidos? Quais usos do território eram feitos pelo antigo proprietário e pelos trabalhadores rurais? De que maneira ocorria o pagamento do foro? Quais relações trabalhistas eram tecidas? Quais os direitos que o pagamento do foro garantia aos foreiros e quais “deveres”? Estas questões são pertinentes para que possamos compreender as (re)configurações nos usos e compreensões do

território após o movimento social. Nesta diretiva acerca dos usos do território realizados pelo proprietário, pode ser evidenciado que:

O antigo proprietário desse imóvel destinava-o a diferentes usos: manutenção de uma parte com finalidade especulativa, desenvolvimento da pecuária subextensiva (2.000 cabeças) e exploração indireta de culturas alimentares e de um produto comercial, geralmente indicado pelo proprietário, no caso, o algodão (em fase mais recente, a cana-de-açúcar em menor escala).

Constituíam-se em produção de mercadorias: a criação de gado voltada, sobretudo, para o abastecimento do mercado interno e a cotonicultura para a exportação e para a indústria têxtil nacional (CANTALICE, 1985, p. 4).

Mediante as modificações neste cenário e as ameaças de expulsão sofridas, os trabalhadores rurais se organizam em um coletivo dando início a um movimento social pautado na reivindicação e no entendimento de que a solução para o vivenciado seria a desapropriação das terras, compreensão esta formulada a partir dos diálogos que os partícipes do movimento social teciam com agentes externos como representantes de um segmento católico e, também, advogados que se direcionavam ao território com o intuito de prestar assistência jurídica aos trabalhadores rurais (NEVES, G., 2014). Tais advogados eram fornecidos, por exemplo, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), criado com a finalidade de proporcionar defesa jurídica aos camponeses em conflito com os proprietários de terras. Assim sendo, de acordo com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final, “é dentro deste processo acelerado de valorização da terra e do processo de distensão política do regime militar que se deu a luta dos camponeses por sua permanência na terra. Um dos principais conflitos do período foi o de Alagamar” (PARAÍBA, 2017, p. 531).

Para a permanência na terra o mecanismo defendido pelos trabalhadores rurais era a desapropriação via Estatuto da Terra, tendo em vista as orientações recebidas a partir do diálogo com as entidades representantes do segmento e dos membros da Igreja Católica que apoiam a causa de Alagamar. A defesa da desapropriação das terras como a “solução” para Alagamar pode ser observada na *Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*, de autoria de Dom José Maria Pires onde consta:

Tratava-se, portanto, de uma terra desimpedida e posta à venda. Terra sem proprietários. Os agentes de pastoral que trabalham na região eram de parecer que o governo devia comprar a fazenda e implantar ali um núcleo de colonização e reforma agrária. Temos a impressão que o INCRA falhou e deixou escapar essa excelente oportunidade de aplicar o Estatuto da Terra.

Falharam também os órgãos de informação do Governo deixando de alertar as Autoridades competentes sobre a existência dessa grande área disponível. E como “por falta de um grito se perde a boiada”, lá se foi para as mãos de poucos uma extensa propriedade que o Governo, se advertido em tempo, poderia ter colocado a serviço de pelo menos 446 famílias. Isso não impede, é claro, que o Governo, se quiser, possa ainda resolver a questão em favor do povo (PIRES, 1980b, p. 43–44, grifo do autor).

Cabe destacar que esta “solução” via Estatuto da Terra não era uma orientação destinada apenas a Alagamar, mas uma prática que foi sendo adotada por sindicatos e federações que, conforme Leonilde Medeiros (1989), passam a prestar auxílio jurídico aos trabalhadores rurais. Em Alagamar, tal como veremos, a presença de advogados para prestar orientação e auxílio aos partícipes do movimento social era marcante, como podemos visualizar a partir do exposto em Paraíba (2017) de modo que o documento registra, inclusive, as perseguições sofridas por estes profissionais devido às suas presenças no território do conflito. Segundo Leonilde Medeiros (1989, p. 94), “além dessa cobrança de reforma agrária enquanto princípio geral, cada caso de despejo, de ameaça aos trabalhadores era motivo de reivindicação de desapropriação das terras em questão, sempre invocando os termos do Estatuto da Terra”.

Mediante o exposto até o momento e tendo em vista a contextualização do ocorrido em Alagamar, dentro de um cenário de expansão do Capitalismo no campo, conforme Cantalice (1985), compreendemos a situação desencadeada como pautada e almejando compreensões e usos distintos do território. Sobre esta disputa pelo território, alguns documentos ajudam a compreendê-la.

De início, na perspectiva dos novos proprietários, destacamos o uso do território para a criação de bovinos, mediante ao que consta no trecho da reportagem intitulada *Injustiça fundiária*, assinada por Pedro Gomes, publicada em 13 de janeiro de 1980, no jornal *Correio da Paraíba*, onde consta que:

Um dos sérios problemas da realidade fundiária brasileira é a relação pecuário-agrícola. Dom José Maria Pires (Do Centro para a margem), analisando a questão do campo no Nordeste aponta bem para este aspecto. O gado exige espaço, cada vez mais espaço para pastagem, na proporção em que o rebanho cresce. E a lavoura míngua, perde terreno. Do *ponto de vista do proprietário*, o gado é mais rendoso e exige muito menos trabalho, é melhor emprego de capital, sem os riscos das intempéries, porém com menor exigência de trabalho humano. Do *ângulo do camponês*, todavia, ele significa desemprego e falta de terra, desespero, empobrecimento ou fuga do habitat.

Aí está Alagamar, para simbolizar (*sic*) tudo isto. Uma população tensa na lavoura, dependente de medidas superficiais e paliativas. Sob o risco de

contínuos prejuízos, ante o todo poderoso rebanho bovino. Uma tensão crescente. Uma denúncia, um desafio aos poderes públicos, uma séria advertência sobre o futuro próximo. Da solução definitiva de Alagamar, e de todas as *outras alagamares pelo Brasil afora*, depende a tão desejada paz social (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 13 de janeiro de 1980, grifos nossos).

A partir do trecho da reportagem, ressaltamos três elementos. O primeiro se refere a uma questão que evidenciamos anteriormente; quando ao discorremos sobre a história local, destacamos a necessidade de pensar o local em articulação com outras esferas tal como o local em articulação com o nacional tendo em vista que estes se relacionam e sofrem interferências mútuas. Assim sendo, a frase “A solução definitiva de Alagamar, e de todas as outras alagamares pelo Brasil afora” reforça o entendimento de que a realidade agrária vivenciada em Alagamar não se constitua como uma situação apenas deste território, mas, também, de outros, situados não apenas na Paraíba, mas no país como um todo, o que nos remete às marcas excludentes, desiguais, alicerçadas no latifúndio sobre a qual foi constituído.

Como destaca Leonilde Medeiros (1989, p. 107), “[...] foi na intensidade dos conflitos pela terra, envolvendo principalmente posseiros, que os anos 70 encontraram a face mais conhecida da violência no campo”. Nesse sentido, o movimento social e a situação vivida em Alagamar são perpassados por aproximações e distanciamentos em relação a outros territórios e ações coletivas, inclusive no que se refere à violência vivenciada, problemática sobre a qual nos debruçaremos posteriormente. Analisá-lo sem uma articulação com o contexto nacional, com as lutas travadas por outros trabalhadores rurais, bem como sem pensar Alagamar dentro da própria configuração política, territorial e econômica dos municípios em que se situa, pode interferir no entendimento da complexidade do fenômeno. Ratificamos que:

Destarte, da mesma forma que a história nacional pretensamente intenta ser homogeneizante, no sentido de não apresentar diversidades e desigualdades em seu processo histórico constitutivo e, absoluto, quando não admite diferenças e contradições, a história local pode, erroneamente, ficar circunscrita ao localismo, se for tratada apenas em seu aspecto físico e individualizador, desconsiderando outras esferas relacionais (MELO, V., 2015, p. 35).

Quando situamos Alagamar dentre “os outros alagamares”, entendemos a amplitude da problemática agrária, no Brasil, o que nos remete à compreensão de que “a concentração atual de terras no Brasil, assente numa estrutura de monopólio, remonta ao período da colonização portuguesa” (SALDANHA, 2018, p. 43). Além disso, essa contextualização

evidencia a necessidade de tecer olhares para este território de modo a trazer para o debate tais memórias de luta e de resistência, não apenas para que não sejam esquecidas e silenciadas, mas para que sirvam de base para problematizar e pensar possibilidades de transformação da realidade local e de outros territórios com vivências próximas.

No caso de Alagamar, conforme veremos, a pauta de permanência dos trabalhadores rurais foi conquistada, porém, em quantos outros *alagamares* estes não tiveram seus direitos assegurados e foram expulsos dos seus territórios, dos seus espaços de vivências e de trabalho? E, ainda: quantos outros *alagamares* não tiveram suas memórias registradas e acabaram sendo silenciados?

Estas questões podem ser observadas quando nos reportamos a autores comumente mencionados, quando tratamos da questão agrária no Brasil tais como José Martins (1986) e, também, Leonilde Medeiros (1996), dentre outros, e em documentos como na segunda Carta Pastoral escrita por Dom José Maria Pires, em 1975, e intitulada *Sobre o sofrimento dos agricultores*, quando partindo das situações que estavam sendo vivenciadas em Mucatu, problematiza:

E não se trata de um fato isolado. O atual proprietário não é diferente de muitos outros que há por aí. Os despejos de moradores, o esbulho dos direitos daqueles que cultivam a terra e a fazem produzir para a comunidade não são fatos que ocorrem somente na Paraíba: dir-se-ia que este é *o método adotado em todo o Brasil*. [...].

Até quando o progresso do país, a industrialização, a urbanização ou a organização das grandes empresas agrícolas terão que ser feitas à custa do sacrifício de humildes trabalhadores e de suas famílias? Até quando assistiremos impassíveis às arbitrariedades que reduzem à miséria e à fome honrados agricultores? (PIRES, 1980a, p. 30, grifo nosso).

O trecho corrobora com a reflexão que evidenciamos acerca da questão agrária no Brasil e nos permite entender as situações de exclusão, de exploração, de violência, do trabalho, de marginalização, de expulsão dos trabalhadores rurais do campo como reflexo do modelo de desenvolvimento hegemônico direcionado a este que a partir de um entendimento urbanocêntrico não o considera como espaço de vida, de existência, de produção de saberes e conhecimentos, percebendo-o, apenas, como espaço de exploração e de acúmulo de riquezas.

De tal modo, remetemos a Ribeiro (2010) quando evidencia, no campo, embates, conflitos entre a “terra de negócio” e a “terra de trabalho”. O entendimento da “terra de trabalho” direciona a perspectiva da formação de vínculos com e a partir deste, de unidade, de identidades, de culturas, de costumes, de cotidianos. De acordo com a autora,

Estes trabalhadores, que têm sua unidade de interesses no vínculo com a terra, materializam-se em uma diversidade de sujeitos, conforme a região onde vivem, o trabalho que os liga à terra, o conhecimento que produzem a partir deste trabalho, a linguagem com a qual se expressam e estabelecem relações e, por fim, a cultura associada a uma religiosidade através das quais estabelecem regras de convivência comunitária, se integram ao meio e constroem uma identidade coletiva (RIBEIRO, 2010, p. 134).

Esta compreensão nos direciona ao segundo elemento que gostaríamos de destacar, considerando o documento do *Correio da Paraíba* (13 de janeiro de 1980), que remete às disputas do território. A fonte evidencia tal aspecto quando destaca dois ângulos que perpassam a questão fundiária, a saber, o ponto de vista dos proprietários com vistas a pautar perspectivas de lucros mais rentáveis e a do que denomina de camponeses e as ameaças por estes sofridas frente à preferência de que o território seja ocupado por bovinos em detrimento da presença dos moradores e suas trajetórias de vidas construídas, em grande parte, atreladas ao local.

Como pode ser observado, a reportagem apresenta Alagamar como *símbolo* desta realidade, ou seja, como um espaço de disputa a partir de leituras e usos do território, entre um olhar meramente pautado na busca por um maior lucro e outro que, mediante a esta percepção, acaba tendo a sua sobrevivência e permanência no território posta em risco. Dialogando com o documento em análise com o exposto por Ribeiro (2010), pensamos que as ameaças de expulsão dos moradores de Alagamar incidiam sobre os elos criados por estes, em suas identidades coletivas, enquanto membros do local e que partilhavam leituras da terra e do território próximas.

Pensando sobre o território em disputa e fazendo uso da metáfora do *alagamares* presente no documento em análise, indo além do sentido dado pelo autor a este, podemos inferir que, no contexto do movimento social, existiam alguns *alagamares* na própria Alagamar, ou seja, conforme estamos argumentando, ocorriam leituras diversas para este, a saber: um Alagamar visto como fonte de lucro, de economia na ótica do grande capital e outro Alagamar que vai além deste entendimento e é visto como local de vida no sentido integral, de pertencimento a um coletivo. Ratificamos que são, assim, compreensões distintas de um território e contraditórias – que têm sido a base de eclosão de diversos movimentos sociais no campo.

Por fim, o terceiro elemento que o documento nos permite inferir, a saber, o clima de tensão, de medo, de perseguições, opressões e violências, mas, também, de resistência que são instaurados frente a este cenário de conflitos entre interesses antagônicos, elemento este que

pode ser visualizado, também, em outro documento, a Carta Pastoral *Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*, que nos fornece pistas acerca desta disputa do território, no âmbito do movimento social. Nesta, conforme evidenciamos, Dom José Maria Pires toma como referência para pensar a situação dos oprimidos, a questão agrária e a Igreja, o que pode ser visto na introdução da mesma quando destaca:

Hoje o fraco a ser protegido não é só a criança que atravessa uma rua movimentada ou o órfão que passa fome ou a viúva sem teto... O fraco é o operário que vive com salário mínimo, *o trabalhador forçado a emigrar da terra em que nasceu. O fraco a ser protegido é o lavrador de Alagamar, de Piacas e de tantos outros sítios ou fazendas invadidas pelo boi ou pela cana.* É sobre esta situação que vamos refletir na presente Carta Pastoral (PIRES, 1980b, p. 43, grifos nossos).

Através do seu escrito, Dom José Maria Pires nos permite refletir sobre um aspecto resultante desta disputa, a saber, o alto número de migrações, de saídas dos homens e mulheres do campo para o meio urbano, tendo em vista que, em muitos casos, “o poder e a força” do boi e da cana-de-açúcar predominaram. Sobre este fenômeno Cantalice (1985) destaca que a partir do período 1954–1959 ocorre um aumento das migrações oriundas do interior do estado com destino à capital tendo, dentre seus fatores, a concentração fundiária, a expulsão das terras, a alteração nas formas de produção e, também, mediante a política do PROALCOOL.

De acordo com a autora mencionada, “por outro lado, os agricultores que permaneciam no campo, procurando resistir às tentativas de expulsão, provocam, com isto, a continuidade e a intensificação do processo conflituoso [...]” (CANTALICE, 1985, p. 7). No caso de Alagamar, frente às ameaças de expulsão, os trabalhadores rurais construíram formas de resistência com vistas a permanecer no local.

Além disso, o trecho da carta pastoral mencionado ratifica a lógica de uso do território dos novos proprietários pautado na expansão do cultivo da cana-de-açúcar e da criação bovina, em detrimento da presença dos moradores. Este fato nos direciona à reportagem *Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações*, publicada no *Diário da Borborema*, em 6 de janeiro de 1980, onde é encontrado um trecho de uma carta elaborada pela Coordenação Geral dos Grupos de Trabalhadores de João Pessoa em que consta:

Diante de tanta ganância dos proprietários das terras, os agricultores lutam para defender suas lavouras, tanjendo o gado para não comer o que plantaram. *Os proprietários dão mais valor aos bois como se eles fossem a principal alimentação desta gente, visando assim, somente os grandes lucros.*

Esse trecho faz parte da carta de solidariedade da Coordenação Geral dos Grupos de Trabalhadores de João Pessoa aos trabalhadores rurais de Alagamar, Piacas, Maria de Melo e Caipora. A carta salienta que o governador está fazendo um jogo político (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 de janeiro de 1980, [s.p.], grifos nossos).

Conforme evidenciamos em Gildivan Neves (2014), à medida que as situações de tensões em Alagamar eram intensificadas, mais possuía repercussão na mídia e em diversas esferas da sociedade de modo que adquiria muitos apoios e instituições e organizações passam a enviar cartas aos trabalhadores rurais partícipes. A carta citada pelo jornal se insere nesse âmbito e ratifica a ênfase dos novos proprietários no uso da terra de modo a ampliar os lucros, desconsiderando os vínculos que os trabalhadores rurais possuíam com esta, bem como suas formas de produção e o direito que tinham do seu uso mediante ao pagamento do foro.

Deste modo, podemos situar Alagamar dentro das ressonâncias do modelo político e econômico adotado com o Golpe de 1964, a que Cantalice (1985) sinaliza quando trata do capitalismo no campo, no Brasil e que pode ser visualizado, também, a partir de Leonilde Medeiros (1989) quando ao falar da “atomização das lutas”, mediante a repressão construída pelo novo regime, destaca em suas reflexões:

[...] Foi a partir daí, sem nenhum espaço para a manifestação das diversas forças sociais, que se passou a definir a política econômica que daria origem ao chamado “milagre brasileiro”. Marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais, processou-se um rápido crescimento econômico, fundado na concentração de capitais e de renda, tanto a nível pessoal como regional. Ampliou-se a produção de bens de capital, modernizou-se o parque industrial, estimulou-se a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos incentivados. O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional (MEDEIROS, L., 1989, p. 85, grifo da autora).

Considerando este cenário, o território de Alagamar passa a ser alvo de leituras e de perspectivas de uso distintas. Encontramos indícios sobre estes olhares quando após contextualizar a realidade vivida em Alagamar, Dom José Maria Pires lança os seguintes questionamentos: “Qual está sendo o comportamento das pessoas, dos grupos ou entidades presentes em Alagamar? Como agem os compradores, os moradores, a Federação?” (PIRES, 1980b, p. 45). Os questionamentos nos fornecem bases para continuarmos na linha de reflexão de pensar os diferentes interesses e leituras do território presentes no contexto em discussão. De tal modo, como resposta, evidencia que:

1 – *Os compradores*: Um deles plantou cana em 14 sítios arrendados, invadindo assim posses legítimas. Outros levantaram cercas para dividir em mangas para o gado terras onde os agricultores fazem suas plantações. Estes mesmos trouxeram gado de fora e o soltaram na região causando sérios prejuízos às culturas dos moradores, sobretudo as bananeiras.

2 – *Os agricultores*: Mesmo antes que surgissem problemas na área, já se mostravam unidos e dividiam entre si o que possuíam. Quando começaram as dificuldades, sempre procuraram seus órgãos de classe, a saber, o Sindicato e a Federação. Nunca recorreram à violência. Procuraram agir dentro da lei e buscaram contato com as autoridades. Arrancaram as cercas que foram feitas em suas posses. Tangeram e prenderam o gado solto que devorava suas plantações. Reuniram-se em grande número (cerca de 300) para arrancar a cana plantada indevidamente. Deram toda assistência possível aos oito companheiros que foram presos por ordem judicial ou detidos por ordem da Segurança Nacional.

3 – *A federação*: A princípio teve uma atitude lúcida e corajosa denunciando os fatos lesivos aos agricultores e pleiteando a desapropriação da área. Aos poucos foi abandonando a causa da desapropriação não por convicção mas em razão das pressões recebidas. Está se tornando um freio mais do que um incentivo e apoio ao esforço dos agricultores para permanecerem na terra sem aceitarem um acordo que lhes é prejudicial (PIRES, 1980b, p. 45, grifos do autor).

Considerando o exposto, pensamos que estes “comportamentos”, para fazer uso do termo utilizado por Dom José Maria Pires, ratificam o que evidenciamos a respeito das leituras distintas para o território e como isto o coloca em disputa considerando os interesses díspares. Como destaca Rosa (2012), o campesinato e o latifúndio possuem concepções diferentes sobre a terra, interesses e vínculos que com ela estabelecem. De acordo com o autor,

Os interesses desde o processo de ocupação do espaço rural (tamanho da área, morar ou não na terra, inclusive a forma de produção) são muito diferentes entre esses dois sujeitos, pois o campesino produz para garantir o autoconsumo e o excedente para a comercialização. Diferentemente, o que irá apontar os caminhos da produção para o latifúndio será o que lhe trará mais lucro, ignorando as necessidades de consumo da população em geral (ROSA, 2012, p. 100).

Assim, pensamos que esta disputa é materializada, por exemplo, a partir da soltura dos gados nas plantações, o que remeteria à ocupação e destruição destas, forçando a saída dos moradores e, também, mediante a ação dos trabalhadores rurais em expulsar os gados dos roçados. Por um lado, a soltura afirma uma perspectiva e estratégia de poder alçada na força, no destruir as lavouras e, assim, forçar a desocupação das terras por parte dos trabalhadores e demarcar os novos usos que seriam dados a esta. Por outro, a retirada do gado, sem a

utilização da violência, direciona a outro entendimento do uso da terra, da relação com a natureza e, também, como símbolo da resistência frente a um poder que destrói como forma de intimidar e de negar o direito da permanência no território. Soltar o gado e o derrubar das cercas, enquanto materialização da disputa, possui ainda uma dimensão simbólica ao passo que, ao destruir as plantações, é eliminada a perspectiva de produção, de trato com a terra até então realizada pelos trabalhadores rurais, por gerações.

De tal modo, percebemos como costumes, tradições, sociabilidades das diversas famílias que residem no território, são desconsideradas em detrimento da implantação de uma lógica de produção balizada na obtenção máxima de lucro, cenário este que caracterizava a realidade vivida em Alagamar, mas, também, em outros territórios do campo como, por exemplo, em Mucatu. Ao discorrer sobre o referido território, Dom José Maria Pires destaca: “Eis que vem o novo proprietário. Ao que tudo indica, ele pretende transformar a propriedade num extenso canal a exemplo do que faz na fazenda Pitanga, no município de Caaporã, de onde foram despejados moradores sem indenização legal” (PIRES, 1980a, p. 28). Fica perceptível a semelhança entre o ocorrido em Mucatu e Alagamar. Em ambos os casos, a situação é deflagrada mediante a mudança de proprietários e dos usos dos territórios, situando-se, assim, nos cenários expostos por Cantalice (1985) e Leonilde Medeiros (1989).

Além disso, em continuidade às reflexões sobre Mucatu, o documento destaca um episódio que nos permite entender as violências vividas no campo no âmbito do contexto histórico no qual ambos movimentos sociais se situam. De acordo com a Carta Pastoral,

Vinte e três homens armados chegaram num caminhão e destelharam a igreja. Um trator completou a destruição e o material foi posto no caminhão e transportado [...]. A missa foi celebrada ao ar livre no mesmo local onde, até a semana anterior, se via a *capela construída pelo povo* [...].
E agora? O povo de Mucatu vai ficar sem sua capela construída com *tanto amor e tanto sacrifício*? (PIRES, 1980a, p. 29, grifos nossos).

Ultrapassando o sentido da destruição de um prédio, de uma estrutura arquitetônica, o caso narrado incide sobre um lugar de memória, de um elemento a partir do qual diversas memórias acerca do processo de construção deste e de outros momentos vividos, poderiam ser evocados. Interfere, também, nas subjetividades, à medida que se constitui como a destruição de um espaço, detentor de significados diversos para estes e, por fim, como uma forma de destruir, apagar, um produto resultante de uma ação e trabalho coletivo. Parece, então, remeter a tentativas de desarticulação das diversas formas de usos do território que distem dos novos ideais e formas de lucro.

Encontramos referência ao caso da destruição da capela também em Vanderlan Pereira (2017). Segundo este “em Mucatu, local que foi palco de diversos conflitos que envolviam o drama da política do Proálcool, foi destruída a capela que funcionava como escola e posto de saúde” (PEREIRA, V., 2017, p. 144–145). O evidenciado pelo autor nos permite acrescentar outras consequências do ato violento que se constituiu a destruição da capela, a saber, no que se refere ao acesso à saúde e à educação tendo em vista que o prédio também possuía esses usos.

Nesse sentido, compreendemos que as violências sofridas pelas mulheres e homens do campo possuem facetas e configurações diversas, tendo como elo comum a busca pela expulsão destes do campo, do rompimento com as suas tradições e instauração de outro modelo de desenvolvimento para o território. São violências que, em muitos casos, resultam na morte de líderes com a líder sindical paraibana Margarida Maria Alves que, não raro, podemos observar nos jornais e outras mídias, e outras que são ausentes de marcas físicas, mas que abrem “feridas” nas subjetividades, nos costumes, nos cotidianos destes povos.

Frente a isto, direcionamos a Mendonça (2017), quando na apresentação do livro *Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933–1983) através das práticas educativas das Margaridas*, de autoria de Ana Paula Romão de Souza Ferreira, destaca que “Margarida retornou à terra, mas ressurgiu como uma espiga fecunda, em meio a um arado onde se cultiva a dignidade e o direito de plantar os grãos que alimentam a nação” (MENDONÇA, 2017, p. 14).

Considerando o dito até o momento e inspirados pelas memórias da líder sindical postas no livro mencionado, às discussões neste presente e sua apresentação, podemos situar as ações de resistência dos trabalhadores rurais partícipes da Luta do Povo de Alagamar, como sementes que foram lançadas ao solo por mulheres e homens, inclusive aqueles e aquelas que tiveram seus sangues derramados através de assassinatos, enquanto lutavam por terra e outros direitos em diversos territórios do campo, pelo Brasil.

Estas sementes germinam em Alagamar a partir de um movimento social que se contrapunha aos usos do território feitos pelos novos proprietários e ao contexto de violências e de ameaças de expulsão instaurado. Esta situação pode ser visualizada na reportagem *República Bovina de Alagamar*, publicada no jornal *O Norte*, em 1980, onde consta:

É assim na República Bovina de Alagamar. As mãos valem pelos anéis e as vacas pelos seus donos. *A polícia tange os homens e os bispos tangem as rezes.* A polícia tange espancando. Os bispos tangem sem tocar. O crime campeia nas grandes cidades, seus lares, suas prais (sic), com roubos e

mortes. Campeia impune porque não há polícia suficiente. Mas *as vacas engordam* em Alagamar (sic), sob os auspícios de soldados e pistoleiros, comendo a única esperança de salvar da *inanição centenas de filhos* de camponeses (JORNAL O NORTE, 1980, [s.p.], grifos nossos).

A reportagem evidenciada permite ratificar como em Alagamar os interesses econômicos dos novos proprietários se sobressaíram à permanência dos trabalhadores rurais durante o período do conflito. Ou seja, a partir de mecanismos de poder diversos, a perspectiva de uso do território pautada pelos novos proprietários, legava as diversas famílias que residiam no local a situações de exclusão ou até mesmo de ausência de alimentos tendo em vista a destruição das lavouras destes como um dos mecanismos adotados. Os alimentos produzidos pelos trabalhadores rurais com vistas a alimentar as suas famílias, acabavam sendo consumidos pelos gados e substituídos pela cana-de-açúcar. Era o avanço de uma nova forma de produção, de “modernização” do campo, pretendendo se afirmar a partir da negação dos povos do campo, seus saberes, modos de produzir e relações.

Discorrendo sobre a problemática “Produzir para quem?”, Morissawa (2001) evidencia como na historicidade do Brasil, a produção de alimentos esteve em segunda ordem em relação ao cultivo de produtos como a soja e a cana-de-açúcar. Sobre esta última, destaca uso desta para a fabricação do álcool, combustível, e apresenta os seguintes números: “Sua área de cultivo, que era de 345 mil hectares em 1960, chegou a quase dois milhões em 1993” (MORISSAWA, 2001, p. 118). Em interface com os dados expostos, pensamos que esse avanço da área cultivada se deu sobre territórios que antes eram utilizados por trabalhadores rurais com vistas ao trato com a produção de alimentos para subsistência e venda do excedente em feiras, por exemplo.

Poderíamos exemplificar as distintas perspectivas de produção pautadas pelos trabalhadores rurais de Alagamar e novos proprietários, a partir de indícios que localizamos na reportagem *Alagamar: longe do Sul – maravilha*, publicada no jornal *O Pasquim*, no período entre 4 e 10 de abril de 1980 e assinada por Maria Teresa Porciuncula Moraes.

Esta se constitui com um relato de uma ida da autora a Alagamar, em que descreve situações vivenciadas, insatisfações dos moradores e leituras destes frente às soluções que estavam sendo postas pelo governo estadual e federal. Em um dos trechos do seu detalhado relato, menciona: “Descobrimos então com a ajuda de um amigo o emaranhado de pequenos caminhos cheios de mil porteiras que temos que abrir e fechar, seguindo as instruções de mapas e indicações do próprio Dom José e de um fotógrafo de João Pessoa, consegui chegar a Alagamar” (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 10).

Após chegar ao território, realizou um processo de diálogo, observação e vivências, a partir do qual apresenta elementos como o que segue e que se refere à produção de farinha pelos trabalhadores rurais. Assim, destaca:

E chegar a Alagamar é principalmente defrontar-se com a produção, é conhecer um povo acolhedor e simples que trabalha com as próprias mãos, é ver que as duas casas de farinha das comunidades funcionam, em regime de mutirão, quase 24 horas por dia.

Cada morador leva a sua mandioca para fazer farinha e muitos outros vêm ajudar o farinheiro do dia. E se alguém, por alguma razão, não conseguiu, naquele ano, plantar uma quantidade de mandioca suficiente para fazer a sua farinha, não vai ficar sem comer, recebe farinha dos vizinhos. Há também o dia em que os moradores fazem a farinha com a mandioca do roçado comunitário. Nesse caso, a farinha é geralmente vendida e o que apuram serve para reinvestir em melhorias para a comunidade. Em Piacas tinham acabado de comprar um motor novo para a casa de farinha (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 10–11).

O documento permite, assim, pensar um uso do território, por parte dos trabalhadores rurais, pautado em um produzir que se centra não no enriquecimento de um pequeno grupo e na exclusão de dezenas de famílias do acesso, até mesmo, de um local para residir. Mas em uma perspectiva de solidariedade, de pertencimento a um coletivo. Em contraposição, conforme destacamos, em muitos casos, estas roças foram destruídas pelo gado como forma de forçar a saída dos moradores do território. Configuram-se, assim, dois usos antagônicos: um que alimenta, que pensa as necessidades do coletivo. Outro em que a centralidade é a ampliação, ao máximo, do lucro, com concentração das riquezas e no qual a produção de alimentos não é uma ênfase.

Em outro trecho da referida reportagem, podem ser encontrados novos elementos que evidenciam essa diferenciação nos usos do território. Conforme o documento:

MILHO, MANDIONCA E FEIJÃO X CANA E GADO

Os novos proprietários partiram para um esquema mais rentável do ponto de vista capitalista optando por criar gado para exportação e, animados pelas perspectivas do PROÁLCOOL, decidiram plantar fundamentalmente cana-de-açúcar. E mandavam soltar o gado para pastar... e o gado comia a lavoura dos moradores. Os novos donos desejam o aproveitamento cada vez maior daquelas terras para a cana-de-açúcar e mandavam plantá-la inclusive no roçado dos lavradores tentando por todos os meios forçá-los a mudarem-se para outras regiões ou para pedaços de terra menos cultiváveis nas encostas das montanhas (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 9).

Nas palavras “Milho, mandioca e feijão x cana e gado”, a expressão de duas leituras distintas sobre o território e que ressoam nos tipos e formas de produção adotados. O milho, a

mandioca e o feijão não apenas como produzidos para a venda e geração de lucros. Mas, conforme vimos, como perpassando por uma dimensão de vivência coletiva, no âmbito dos roçados comunitários, nas casas de farinha. Na cana e no gado, a transformação destes em estratégias para expulsão e opressão de indivíduos que residiam no território há décadas. De tal modo, lembramo-nos de Antonio Pereira (2009) quando discorrendo sobre as diferenças entre a perspectiva do camponês e do agronegócio, destaca: “Estamos numa encruzilhada da história, diante de dois modelos de desenvolvimento, duas culturas, duas pedagogias, dois modos de produção” (PEREIRA, A., 2009, p. 76). Em continuidade, apresenta que são “duas culturas opostas, duas pedagogias: a pedagogia do capital e a pedagogia da liberdade” (PEREIRA, A., 2009, p. 76).

Sobre esta questão do produzir e do seu destino, remetemos a um artigo escrito por Dom José Maria Pires que tem por título “*A fome do nordestino é consequência da estrutura econômica e política*”, quando ao problematizar elementos referentes à pobreza, as desigualdades sociais no Nordeste, destaca:

Há 15 anos, antes do PROALCOOL, saíam centenas de caminhões de sacos de farinha e feijão ali da Usina Tabu. Hoje não sai um grão de feijão nem uma cuia de farinha. Há 15 anos, na região do Brejo, tinham muitas fruteiras, hoje passando por lá só vemos cana-de-açúcar e capim. A terra que deveria ser para a produção de alimentos, hoje só produz cana para fazer açúcar, e capim para alimentar o gado. Portanto, *a terra que é um bem para produzir o alimento para o homem, está sendo desviada* (PIRES, 2012b, p. 233, grifo nosso).

Mediante situações como esta, próximas às vividas em Alagamar e em outros *alagamares*, para retomar a expressão mencionada anteriormente, remetemos a Freire (2011a) quando reflete como a afirmação do opressor ocorre mediante a negação do outro, o oprimido, e do seu direito de ser, de existir. Nas palavras do autor, “[...] para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez *mais*, à custa, inclusive, do *ter menos* ou do *nada ter* dos oprimidos” (FREIRE, 2011a, p. 63, grifos do autor).

No caso de Alagamar, visualizamos, por parte dos novos proprietários, uma busca em “ter mais”, “cada vez mais”, em contraposição aos trabalhadores rurais que passam a “ter menos”, ou melhor, “nada ter”, tendo em vista que mediante a expulsão das terras estes perderiam sua forma de subsistência e local de moradia. Consolida-se uma disputa pelo território, na qual o “*ter mais*” desconsidera a historicidade e as realidades daqueles que “*menos tem*”. Como visto no documento, surge um cenário no qual “*A polícia tange os homens e os bispos tigem as rezes*” (JORNAL O NORTE, 1980, [s.p.]).

Estes interesses e usos do território por parte dos novos proprietários foram defendidos não apenas a partir de atos como a soltura do gado, conforme evidenciado, mas, também, por outras ações de violência, como pode ser visto em diversos documentos, dentre os quais, na reportagem *Fetag levará à justiça o caso de agricultor*, publicada no jornal *Correio da Paraíba*, em 13 de janeiro de 1980, o que nos permite compreender que esse uso do gado como forma de disputa do território e de expulsão dos moradores não remetia a uma ação isolada, mas contínua. De acordo com a fonte:

Os camponeses, cerca de 30, que estiveram recentemente em João Pessoa, denunciaram que o gado retirado com a ajuda dos bispos foi novamente solto nas roças depois que os capangas dos donos das terras cortaram os arames e retiraram as alavancas que prendem as porteiras. Um desses agricultores denunciou que o gado só é retirado de dentro das lavouras quando existe autoridades no local, quando estas saem, as reses são soltas novamente para pastar nas roças plantadas, o que já ocasionou a destruição de cerca de 7 mil pés de roça, o equivalente a 50 mil cruzeiros (JORNAL CORREIRO DA PARAÍBA, 13 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Cabe destacar que as ações de resistências dos trabalhadores rurais de Alagamar, mesmo sendo pautadas em uma dimensão da “não violência” foram, em muitos casos, consideradas como “subversão”, “desordem” e o segmento católico presente no movimento social, visto como um dos agentes que incentivavam o “conflito entre classes” conforme pode ser observado no trecho da reportagem *Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais*, à qual fizemos menção anteriormente e publicada no jornal *A União*, em 13 de janeiro de 1980. Segundo um trecho do documento referenciado:

“A missão da Igreja é a mesma do Evangelho, é uma missão integral. Ela deve zelar pelo homem integralmente. E, quando a Igreja procura estar mais sensível às situações do homem oprimido no plano social, a sua doutrinação não é muito entendida e está sendo combatido. Mas, faz parte constitutiva da missão da Igreja, a defesa da Justiça, com respeito a todos aqueles que se sentem injustiçados.”

A afirmação acima é do Bispo da Diocese de Campina Grande, Dom Manoel Pereira da Costa, referindo-se às acusações que estão sendo impostas à Igreja, na Paraíba de, esquecendo o lado espiritual, colocar-se como impulsionadora de choque de classes sociais, especialmente no recente problema de Alagamar e Piacas, *quando bispos, inclusive D. Manoel juntamente com os camponeses, expulsaram o gado da plantação dos agricultores daquela região* (JORNAL A UNIÃO, 13 de janeiro de 1980, [s.p.], grifos nossos).

É interessante observar como a acusação de uma incitação por parte dos religiosos para que supostamente os trabalhadores rurais de Alagamar desencadeassem situações de conflito, no caso do documento em comento, é balizada a partir da ação de expulsão dos gados. Ou seja, ocorre uma inversão no ângulo de análise e de entendimento do fato, desconsiderando que a expulsão dos gados resulta de uma resistência frente a uma ação primeira, a soltura destes nas lavouras por parte dos novos proprietários, não vislumbrando que a permanência dos moradores era um direito, tendo em vista o fato de que eram arrendatários e realizavam o pagamento anual do foro.

A paz e a “ordem social”, nesse sentido, parecem atreladas ao silêncio dos oprimidos, ao seu conformismo e aceitação das realidades de opressão, o que nos direciona a Freire (2011a), quando ao evidenciar como a educação bancária se pauta na passividade, em uma adaptação mediante o mundo, o que contribui para legitimar o prisma do opressor e seu domínio, destaca que “esta é uma concepção que, implicando uma prática, somente pode interessar aos opressores, que estarão tão mais em *paz*, quanto mais adequados estejam os homens ao mundo. E tão *mais preocupados, quanto mais questionando* o mundo estejam os homens” (FREIRE, 2011a, p. 88, grifos nossos).

Em diálogo com o autor e estabelecendo uma conexão com a discussão em pauta, entendemos que se constrói uma leitura que compreende como conflito, desordem, subversão não o fato de destruir lavouras com vistas a expulsar os moradores, mas a ação simbólica e não violenta realizada por estes tendo em vista que esta interferiu na “paz” dos que detinham o poder, “paz” que parece que seria mantida frente à expulsão das centenas de famílias do território e não mediante o pronunciar das vozes deste em busca dos seus direitos. O ato de expulsar os gados das plantações, enquanto gesto simbólico e de questionamento do vivido, interfere na “paz” dos que não leem o mundo pelo ponto de vista dos oprimidos.

Essa inversão no ângulo de análise nos fez lembrar uma reflexão posta por Dom José Maria Pires na Quinta Carta Pastoral, quando problematiza:

Quem tem mais direito de ficar com aquelas terras? As 446 famílias (700 segundo outros) que ali moram e trabalham ou um dúzia de pessoas abastadas que residem confortavelmente em Pernambuco? Nessa demanda, quem é o agressor? o comprador que faz cercas para dividir em mangas terras cultivadas pelos moradores ou os moradores que retiraram essas cercas.

- Quem é o agressor? os compradores que trazem gado de fora e o soltam nas terras ou os lavradores que tangerem e prendem o gado para que não estrague as suas lavouras?

- Quem é o agressor? o comprador que planta cana nas posses dos moradores ou os que arrancam a cana para defender sua posse?

- Quem é o agressor? o homem pacato que reside ali há 30, 40, 50 anos ou o chegante que, só pelo fato de ter mais dinheiro, se investe no direito de senhor absoluto da terra? (PIRES, 1980b, p. 45–46, grifos nossos).

Seguindo o raciocínio de Pires (1980b) e retomando a pauta anterior, torna-se possível questionar se a ação de violência residiria na destruição das lavouras ou na resistência dos trabalhadores rurais frente a esta. Além disso, podemos pensar esta tentativa de construir uma imagem negativa para o movimento social, também, como sendo uma estratégia para deslegitimar as resistências e a causa dos participantes, tendo em vista a repercussão e o apoio que estes passaram a ter de diversos segmentos da sociedade, dentre estes o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que, conforme a reportagem *DCE repudia a violência da Polícia*, publicada pelo jornal *O Norte*, em 4 de janeiro de 1980, elaboraram uma nota na qual repudiavam as situações de violência decorridas em Alagamar e problematizavam o contexto vivido neste território e, também, de estudantes do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que, inclusive, realizaram idas ao locus do movimento social para dialogar com os partícipes, o que pode ser afirmado considerando a reportagem *Estudantes hoje com os posseiros*, veiculada no jornal *O Norte*, em 4 de janeiro de 1980. De acordo com o documento mencionado:

Uma delegação de universitários concluintes do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba, vai hoje pela manhã à Alagamar, para prestar ampla solidariedade aos posseiros que, há mais de dois anos, vem sofrendo pressões de latifundiários para deixarem as terras.

[...]

As 8 horas, os estudantes saíram de João Pessoa, juntamente com os jornalistas que farão a cobertura dos entendimentos dos agricultores com a delegação.

Esta é a segunda delegação que vai a Alagamar para, “in loco”, conhecer o problema social que vem se agravando nos últimos dias. A primeira foi há cerca de dois meses e era formada por representantes de várias instituições defensoras dos direitos [...] (JORNAL O NORTE, 4 de janeiro de 1980, [s.p.]).

A presença desses agentes externos no território contribuía tanto no sentido da aprendizagem dos direitos e de como poderiam proceder na reivindicação da permanência no local (NEVES, G., 2014). Além disso, conforme problematiza Lidianie Silva (2010), este “boca a boca”, a socialização do que estava sendo vivenciado pelos trabalhadores rurais contribuía para a divulgação do movimento social e para que ocorressem mais adesões à causa. Conforme a autora, através de diversas estratégias de comunicação, “[...] os agricultores conseguiram as informações necessárias para conhecer seus direitos e por outro

lado divulgar sua causa, para adquirir o apoio de outros setores da sociedade, que se tornaram indispensáveis à vitória” (SILVA, L., 2010, p. 21). Negativar a imagem das ações protagonizadas por estes, principalmente no que se refere a uma das bandeiras centrais defendidas que era a construção de uma resistência “não violenta” seria, assim, uma estratégia para interferir no recebimento de apoios que eram significativos para o movimento social.

Dentre estas tentativas, pode ser destacada a circulação da informação da morte de uma vaca para exemplificar essa “desordem” que estaria instaurada em Alagamar, conforme pode ser visto na reportagem *República Bovina de Alagamar*, assinada por F. Pereira Nóbrega e que foi divulgada no jornal *O Norte*, em 1980. Segundo a reportagem:

Um dia destes uma vaca lá morreu. Implantou-se o estado de sítio. Foram suspensas garantias constitucionais, como o direito de reunião, de ir e vir. Porque uma vaca morreu. Explodiram bombas de gás e mulheres gestantes adoeceram. Um camponês foi arrastado, duas freiras foram presas. Porque uma vaca morreu. O ingresso foi denegado a estrangeiros. Seus documentos, apreendidos, não foram mais devolvidos. O vigário local, brasileiro da gema, não pôde mais entrar lá. Porque uma vaca morreu. (JORNAL O NORTE, 1980, [s.p.]).

De tal modo, remetemos a Lidianne Silva (2010) que evidencia a preocupação dos trabalhadores rurais em esclarecer as informações que eram divulgadas, tendo em vista as ressonâncias que isto poderia ter para a Luta do Povo de Alagamar. Afirma que “eles, que se reconheciam frágeis do ponto de vista econômico, sabiam o quanto uma informação errada ou mal interpretada poderia prejudicá-los” (SILVA, L., 2010, p. 22). Compreendemos que esta leitura da ação de resistência tecida pelos trabalhadores rurais em diálogo com os religiosos e os argumentos utilizados para caracterizá-la como tal, remetem-nos a Freire (2011a) quando destaca como as tentativas dos oprimidos em buscarem a sua humanização e libertação são consideradas como atos de subverter, por aqueles que detêm o poder. Conforme o autor,

Por isto tudo é que a humanização é uma “coisa” que possuem como direito exclusivo, como atributo herdado. A humanização é apenas sua. A dos outros, dos seus contrários, se apresenta como subversão. Humanizar é, naturalmente, segundo seu ponto de vista, subverter, e não ser mais.
[...]
Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado (FREIRE, 2011a, p. 63–64, grifos do autor).

Em Alagamar, esta “subversão” remetia a uma tentativa de assegurar direitos e de romper com um contexto de violências, de proibições, então instaurados no território. Direcionava a, a partir do entendimento dos seus direitos e de que existia uma legislação que garantia a permanência no território, pensar estratégias de luta e de resistência que resultassem na desapropriação. Constituiu-se, de tal modo, como uma não aceitação de serem, pelo gado, pela cana-de-açúcar expulsos dos seus territórios.

Nessa diretiva, remetemos ao entendimento de que “na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia da busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida” (FREIRE, 2011a, p. 65). Em Alagamar, não ocorreram mortes, apesar dos atos violentos, de casos de bombas de gás lacrimogêneo, dentre outras situações, sobre as quais discorreremos, mas, metaforicamente, podemos pensar as diversas estratégias utilizadas no sentido de “dominar” e expulsar os trabalhadores rurais, bem como estas leituras do movimento social como subversão, desordem, como um mecanismo que buscava cercear a “ânsia de busca”, “a inquietação” dos participantes no sentido de entender seus direitos, reivindicá-los e, assim, permanecer no território. Este cenário delineado em Alagamar e em outros territórios nos leva a entender que:

A emergência dos trabalhadores, apresentando reivindicações – ou seja, buscando colocar-se na cena pública como iguais, como portadores de direitos -, implica em que os proprietários de terra tenham que aceitar um interlocutor onde antes havia espaço apenas para o controle (não necessariamente coercitivo). Significa ter de reconhecer um “outro”, abrir espaço para a negociação e colocar em risco os privilégios e a capacidade de mando que se assentam sobre a propriedade da terra. E esse é um elemento que escapa totalmente ao universo da cultura política consolidada na sociedade brasileira, marcada, como já foi sobejamente tratado na literatura, pelo poder sem limites dos proprietários de terra não só sobre sua propriedade, mas por toda uma vasta área por onde se estende sua capacidade de dominação (MEDEIROS, L., 1996, p. 7).

Visualiza-se, então, leituras distintas do território e formas de disputá-lo, também diversas, que direcionam ao entendimento de como o território é constituído não apenas por uma dimensão geográfica conforme evidenciamos anteriormente, mas por relações de poder, por tensões entre segmentos e pertencimentos. Esta contextualização do movimento social nos instigou a “[...] compreender que a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território campesino” (FERNANDES, B., 2008, p. 274).

Estas questões evidenciadas a respeito do contexto instaurado em Alagamar mediante a morte do antigo proprietário vão ao encontro do exposto por Leonilde Medeiros (1996),

quando discorrendo sobre a violência no campo evidencia algumas formas sobre as quais se apresenta. De tal modo, destaca que:

Em áreas de posse ou de ocupação da terra sob a forma de arrendamento e parceria, é possível constatar uma série de procedimentos que traduzem as formas recorrentes de violências presentes nessas relações: *expulsões da terra sem respeitar os prazos contratuais estabelecidos; soltar o gado sobre as roças ainda não colhidas, para apressar saídas; matança de animais domésticos como sinalização de que o próximo pode ser o seu dono; desvio de córregos e riachos, para impedir o abastecimento de água; construção de cercas, de forma a dificultar o acesso a estradas, etc.* Esses procedimentos são recorrentemente relatados em diferentes trabalhos de pesquisa, sobre diferentes regiões do país (MEDEIROS, L., 1996, p. 4, grifos nossos).

Podemos acrescentar, também, que pensamos o movimento social como um elemento, uma situação limite que ao aguçar nos trabalhadores rurais o sentimento de pertencimento a um coletivo, conforme Gildivan Neves (2014), provoca nestes um outro olhar para o território, para si e para o outro, remetendo, assim, à construção de outros *alagamares* por aqueles que o integram. Frente a isto, partimos da compreensão de que:

O processo de organização dos trabalhadores, por mais molecular que seja, introduz uma clivagem nas relações de dominação vigentes, produzindo novas identidades, possibilitando o desvendamento de contradições antes encobertas pela fidelidade pessoal, permitindo a construção de interesses e demandas (MEDEIROS, L., 1996, p. 7).

É, justamente, por este desvelar e fazer denunciativo e transformador que tais ações são, em muitos casos, reprimidas através das formas de violência evidenciadas e de outras estratégias com vistas a desarticulá-las, criminalizá-las ou negativá-las frente à opinião pública. Reprimir estas ações remeteria a uma possibilidade de manutenção das relações de dominação e opressão que estavam instauradas.

A respeito do contexto de violência e repressão deflagrado em Alagamar, a Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos nos fornece indícios quando destaca: “Denunciamos os expedientes de toda sorte – intimidações, ameaças, insinuações, promessas que *visam a afastar os agricultores do direito que lhes assiste* de pleitearem para si a posse exclusiva daquela terra” (PIRES, 1980b, p. 48, grifos nossos). O trecho mencionado corrobora com o que mencionamos a respeito das diversas formas de violência como instrumento de desmobilização e em interface com o que expomos a partir de Freire (2011a) podemos pensar tais ações como uma forma de restaurar a “paz”, a

“tranquilidade” daqueles a quem o despertar dos oprimidos afeta as estruturas de poder e econômicas que os sustentam.

De tal modo, foram instauradas ações de perseguição tanto aos partícipes do movimento social, como aqueles que se constituam como agentes externos, mas que se direcionavam ao território com vistas a apoiar a causa. Compreendemos que Alagamar se constituía como um “perigo” para a forma de governo que estava instaurada, o que desencadeou as opressões e perseguições instauradas no território. Como destaca Leonilde Medeiros (1989, p. 86): “Nas áreas de conflito mais intenso foram realizadas verdadeiras ocupações militares. Muitos trabalhadores também foram presos”.

Frente a este cenário e sobre as violências destinadas aos trabalhadores rurais, além da Carta Pastoral mencionada, podemos evidenciar o que consta registrado, por exemplo, no jornal *O Norte*, edição do dia 13 de janeiro de 1980, onde na reportagem intitulada *Dom José agora condena também desumanidade em 2 fazendas de Alagamar* pode ser visto que:

O arcebispo da Paraíba, dom José Maria Pires, distribuiu ontem nova nota, assinada, a respeito da situação em Alagamar, afirmando a certa altura que “mais uma vez se caracterizou a arbitrariedade e agora também a desumanidade, quando o povo humildade é isolado e privado de receber assistência de quem pode e tem o dever de prestá-la”.

Explica também o arcebispo paraibano, na nota que deve ser lida nas missas de hoje, após a leitura da carta do Conselho Pastoral, que “o povo de Caipora, da Fazenda Maria de Melo, da Grande Alagamar, foi novamente vítima de sucessivas violências dos seus direitos, ao ser impedido, ontem e hoje (dias 11 e 12 de janeiro) de receber a visita do bispo-auxiliar da Paraíba, dom Marcelo Pinto Carvalheira, de dois advogados, sendo um deles da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de uma médica”.

- Todos foram à região no cumprimento dos seus deveres profissionais – diz ainda dom José Maria Pires – Eis que o bispo foi dar assistência espiritual ao povo, os advogados foram prestar-lhes assistência jurídica e a médica foi atender a diversas senhoras que não se sentiam bem há mais de uma semana. [...] (O NORTE, 13 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Considerando o exposto na fonte, pensamos que uma primeira questão que pode ser evidenciada remete às violências, negação de acesso a direitos e serviços como uma tentativa de desarticular o movimento social e, assim, manter os interesses dos novos proprietários que estavam em sintonia com a continuidade da implementação da lógica de produção que, então, estava sendo configurada no campo a partir dos incentivos evidenciados por Cantalice (1985).

Uma segunda remete à observação, conforme apontamos em Gildivan Neves (2014), de como o desfecho final do movimento social, a saber, a continuidade no território, esteve perpassado pela contribuição dos diversos agentes externos que, presentes em Alagamar e nas

ações de resistência construídas, forneceram subsídios para que os trabalhadores rurais pudessem planejar os caminhos a seguir. Impedir o acesso destes ao território se configuraria como uma tentativa de romper ou interferir nesse processo de diálogo, de construção, de modo a influenciar os rumos do movimento social.

Em decorrência deste fato, em determinado momento foi decretado estado de sítio em Alagamar de modo a ser impedida a presença de agentes externos, resultando, inclusive, na prisão de alguns destes como, por exemplo, a freira holandesa Helena Wilhermina Maria Silvestre Burgers, irmã Marlene Burgers. Esta, de acordo com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final “[...] juntou-se à ‘Equipe Promoção Humana’ para acompanhar as comunidades na Arquidiocese da Paraíba” (PARAÍBA, 2017, p. 71) Dentre tais “comunidades”, podemos situar a sua presença na Luta do Povo de Alagamar, como consta no documento quando destaca o fato de que “Junto com o advogado Júlio Cesar Ramalho, na sede de Alagamar, quando iam se informar sobre os camponeses, foram recebidos pelo exército, e este a levou presa para a Delegacia de Itabaiana – PB” (PARAÍBA, 2017, p. 393).

Sobre o fechamento do território de modo a evitar a entrada de agentes externos, encontramos pistas na reportagem *Mesmo sem provas, Bronzeado acha Cornelius “agente da subversão”*, veiculada pelo jornal *O Norte*, em 5 de janeiro de 1980, em que é registrado:

- Soube hoje, através dos jornais, que uma comissão de estudantes pretendia ir até a área. Acho muito difícil eles terem chegado lá, a não ser de helicóptero, pois determinei expressamente o bloqueio de todas as estradas para evitar a entrada de qualquer pessoa estranha a região”, declarou Luiz Bronzeado (O NORTE, 5 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Compreendemos este “bloqueio de todas as estradas”, também, como uma forma de tentar “bloquear” os vários “caminhos” que o movimento social estava construindo no sentido de assegurar a permanência no território e os impactos sociais que estava causando. Porém, se as estradas estavam fechadas, os trabalhadores rurais e os que manifestavam apoio à causa, estrategicamente, encontravam outras veredas a partir das quais poderiam seguir, denunciando e vislumbrando a transformação das realidades às quais pertenciam, de modo que mesmo mediante as repressões e perseguições sofridas, os diálogos não foram interrompidos.

Compreendemos, então, que os partícipes liam as suas realidades a partir da dinâmica que as situações conflituosas lhes apresentavam e escreviam outras possibilidades de resistência, pautando-se em uma postura não violenta, conforme os documentos apontam. Nesse sentido, remetemos à percepção de que, “ao alcançarem, na reflexão e na ação em

comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes” (FREIRE, 2011a, p. 78). Ou seja, compreendiam que, enquanto sendo a história um fazer, um acontecer e não um dado acabado, imutável, era possível refazê-la, o que perpassava por problematizar, repensar, (re)planejar as suas próprias estratégias de resistências.

Em continuidade, podemos evidenciar, dentre as cartas que manifestavam apoio aos trabalhadores rurais, a que consta na reportagem *Alhanda se solidariza*, publicada no jornal *O Norte*, em 3 de janeiro de 1980. Na carta é perceptível uma escrita que manifesta apoio aos partícipes, denuncia as violências cometidas e reivindica a solução para o caso via aplicação da Lei 4.504, o Estatuto da Terra. No trecho, a seguir, podem ser destacadas as tensões e violências sofridas quando registra:

O Conselho Paroquial do Município de Alhandra também se manifestou solidário com os agricultores de Alagamar, distribuindo documento no qual pede urgentemente que “a lei seja cumprida, que há 15 anos está só no papel, como é o caso da lei 4.504: o Estatuto da Terra”.

O texto distribuído em Alhandra é o seguinte: “Excelentíssimas autoridades: nós que fazemos o Conselho Paroquial do município de Alhandra, acompanhando os jornais, vimos como está a situação dos moradores da Grande Alagamar, nas fazendas Caipora e Maria de Melo, pertencente ao sr. José Valdomiro. Achamos que todo esse ocorrido, em toda a sua história há mais de três anos e principalmente esses últimos acontecimentos nas fazendas Caipora e Maria de Melo, foi um ato de violência cometida pelos patrões e pela Polícia enviada pelo secretário de Segurança Pública, Luiz Bronzeado para levar a “paz e tranqüilidade”. Por isso, nos achamos responsáveis de vir a público denunciar: a invasão de 200 reses nos roçados dos moradores mandado pelo proprietário José Valdomiro, para amedrontar e despejar os moradores; as agressões cometidas pelo destacamento policial enviado pelo Secretario de Segurança Pública, Luiz Bronzeado, contra os moradores das mais variadas formas; utilização de bombas explosivas contra os moradores deixando crianças doentes com o mau cheiro que dela saía; a tomada das facas e peixeiras e foices do moradores, que tudo são ferramentas do trabalho. E ao mesmo tempo não e (sic) fala que a Polícia desarmou nenhum proprietário; as coronhadas de fuzis, socos, pontapés, prisões, apontar com me-ralhadoras (sic) e fuzis para os moradores a ponto de haver um dis-aro (sic) e matar os trabalhadores; as coisas que não são verdade e saiu no jornal” (JORNAL O NORTE, 3 de janeiro de 1980, [s.p.]).

É interessante observar que a referência à questão da soltura dos gados nas plantações é uma constante nos documentos que tratam do movimento social, dentre estes, os que dialogamos anteriormente. Além disso, observamos a existência da divulgação de notícias não verdadeiras acerca das situações ocorridas e como a estratégia adotada pelos trabalhadores rurais frente a estas consistia em denunciá-las, esclarecê-las à sociedade.

Estas ações violentas possuíam ressonâncias diversas não apenas nos adultos, mas também em crianças. Na reportagem *Guilhermino relata seus problemas*, do jornal *A União* (16 de janeiro de 1980) consta o relato de um partícipe do movimento social acerca de uma bomba de gás lacrimogêneo que foi lançada e teria impactado uma criança. De acordo com o documento,

Outro agricultor, Expedito Francisco Gonçalves, disse ao governador que a polícia havia soltado uma bomba dentro de sua residência e, em consequência disso, um de seus filhos, com apenas três meses de idade estava com uma forte disenteria.

“CORRE – CORRE”

O governador mandou que o secretário Aloysio Pereira, da Saúde, e o médico Romildo Domingues de Melo examinassem a criança. Minutos depois, o secretário da Saúde explicou que a disenteria do menino não era consequência do gás lacrimogênio mas, de um “choque neurogênico” causado pelo *corre-corre* das pessoas na hora que soltaram a bomba (A UNIÃO, 16 de janeiro de 1980, [s.p.], grifos do autor).

A forma como a reportagem foi escrita nos permite, mentalmente, construir a cena descrita e isto, em interface com o que estamos evidenciando no decorrer da presente tese, leva-nos a pensar como as disputas pelo território de Alagamar alcançaram uma amplitude, em termos de violência empregada no sentido de forçar a expulsão. Por outro lado, o entendimento do direito, da legislação despertou nos trabalhadores rurais uma consciência que os fez resistir a todas estas situações de modo a conseguir a permanência e a desapropriação.

Esta violência nos direcionou à compreensão de que “daí que tendam [os opressores] a transformar tudo o que os cerca em objetos de seu domínio. A terra, os bens, a produção, a criação dos homens, os homens mesmos, [...]” (FREIRE, 2011a, p. 63). A partir do momento em que os homens e mulheres, antes oprimidos, começam a desvelar os seus mundos e a não aceitar mais essa condição e lugar de objeto, de domínio e percebem-se, mediante o reconhecimento dos seus direitos, como protagonistas, passam a sofrer diversas formas de violência, assim como os trabalhadores rurais de Alagamar.

De tal modo, lendo o documento, fica a impressão de que substituindo os nomes dos indivíduos citados, certamente, a narrativa posta na reportagem é relativa, também, a outros territórios do campo, a outros *alagamares*. Entendemos que “em meio a um oceano de dificuldades, aqui, acolá, a resistência camponesa segue presente na longa marcha da história” (PEREIRA, A., 2009, p. 97), dificuldades estas que perpassam, dentre outros fatores, pela repressão e violência, principalmente, quando pensamos um movimento social que é efetivado em um contexto de uma ditadura civil-militar que tem, entre as suas bases, a perseguição, a

censura ao que diverge e contesta o regime posto. Conforme a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final: “Porém, até que isso fosse conquistado [o desfecho do movimento social], muitos confrontos aconteceram, inscrevendo Alagamar na história da luta pela terra no Brasil” (PARAÍBA, 2017, p. 670).

Em meio a esta “marcha” de resistência protagonizada pelos participantes do movimento social, encontramos, também, outra referência a situações de violências que envolveram menores de idade na reportagem intitulada *Denunciando espaçamento de menores em Alagamar*, publicada no jornal *O Norte*, em 10 de janeiro de 1980, em que é apresentada uma carta de apoio aos trabalhadores rurais de Alagamar elaborada por animadores da Igreja de Santa Rita. Vejamos um trecho no qual consta:

Santa Rita, 9 de janeiro de 1980.

Caros Irmãos.

A gente, os Animadores da Igreja de Santa Rita, tem sabido do sofrimento de vocês registrado nos seguintes fatos:

- Destruição de parte da roça de vocês pelo gado do Sr. José Waldomiro Ribeiro Coutinho;

Espancamento por policiais, ferindo 12 pessoas, inclusive crianças;

- Calúnia do proprietário que vocês mataram algumas reses dele;

- Proibição pelo Governo de vocês se reunirem, se organizarem e andarem livremente para onde quiser;

- É proibido pelo Governo de vocês serem assistidos pelo padre e as irmãs que há muito tempo acompanham vocês;

A gente tem pensado muito em tudo isso, e não agüenta mais ficar calado, porque, como diz o canto:

“Aí de mim se eu não disser

a verdade que eu ouvi

aí de mim, se eu me calar

quando Deus me mandar falar” (JORNAL O NORTE, 10 de janeiro de 1980, [s.p.]).

A carta nos aponta para outra estratégia de tentativa de desmobilizar o movimento social, a saber, a proibição das reuniões. Em Gildivan Neves (2014) evidenciamos como as reuniões que ocorriam tanto no território como externo a este e em lugares diversos como forma de não serem interrompidas, constituíam-se como um espaço educativo, de diálogo, de problematização da realidade e de delineamento de estratégias podendo, assim, ser pensado como um meio em que as práticas ali efetivadas se aproximavam com elementos da Educação Popular. Tais reuniões logo passam a sofrer intervenções diversas e os agentes externos que destas participavam, impedidos de adentrar em Alagamar.

A proibição das reuniões perdurou por certo tempo conforme podemos visualizar em reportagem publicada no dia 9 de janeiro de 1980, no jornal *O Norte*, na qual constam

algumas recomendações expressas pelo secretário da segurança e que deveriam ser observadas em Alagamar pelos moradores e proprietários. No documento consta que:

Temendo novos conflitos entre os moradores de Alagamar e proprietários o secretário de Segurança Luís Bronzeado, enviou anteontem, por volta das 17h, a pedido da guarnição que lá atua, considerações que fizessem valer para ambas as partes em conflitos, minimizando a situação existente, até que seja solucionado os problemas de desapropriação.

SENHOR DELEGADO:

A Secretaria de Segurança Pública reitera as seguintes recomendações:

1 – O gado deve ser contido fora da lavoura do agricultor, devendo a polícia evitar qualquer interferência que possa obstacular essa ordem;

2 - Faça saber ao proprietário que ele deve consertar as cercas a fim de impedir a invasão do gado nas lavouras remanescentes;

3 - Se houver dificuldade na contenção do gado faminto, deve ele ser retirado para outra região; ou alimentado com recursos trazidos de fora pelo proprietário. É um sacrifício que se exige dele para evitarmos o agravamento da situação.

4 – As reuniões continuam proibidas até que se acalme a situação, bem como vedado fica o acesso de pessoas estranhas, com exceção do senhor Arcebispo D. JOSÉ MARIA PIRES, à região de “MARIA DE MELO” e “ALAGAMAR”.

5 – Continua de pé a ordem de desarmamento geral, para garantia da tranquilidade de todos.

ATENCIOSAMENTE,

LUIZ DA COSTA ARAÚJO BRONZEADO

Secretário da Segurança

Ao Ilmº Snr.

Tem DIRSON CLEMENTINO DE ARAÚJO (JORNAL O NORTE, 9 de janeiro de 1980).

No documento a questão do gado aparece não como algo intencional como no documento anteriormente mencionado, quando era narrado que estes eram soltos nas plantações para destruir as lavouras e forçar a saída dos trabalhadores rurais. Neste é feito referência ao “gado faminto”, “dificuldade de contenção”, “sacrifício que se exige” de modo que aparenta que os bovinos se direcionam de forma “natural” aos roçados em busca de alimentação, tendo em vista que são/estão “famintos” e não direcionados propositalmente.

Percebemos, então, leituras divergentes, de certo modo, antagônicas em relação a tal fato. Além disso, outro aspecto remete à problematização do significado da expressão “que se acalme a situação”. O que significaria acalmar a situação no contexto de um movimento social e de uma situação da complexidade do vivido em Alagamar? A quem esta calma, este acalmar interessaria? Seria o acalmar e o silenciar verbos conjugados com sentidos próximos no que se refere ao ato de denunciar e pronunciar das vozes dos trabalhadores rurais? Estas são algumas questões que emergem quando entrecruzamos as fontes e as problematizamos

considerando um olhar alicerçado na Educação Popular e de uma escrita da História que desvela as opressões e formas de silenciamentos direcionadas a diversos segmentos, dentre eles, os povos de campo em suas trajetórias de resistência.

Para Freire (2011a, p. 88), “quanto mais se adaptam as grandes maiorias às finalidades que lhes sejam prescritas pelas minorias dominadoras, de tal modo que careçam aquelas do direito de ter finalidades próprias, mais poderão estas minorias prescrever”. A partir do momento que se compreendem enquanto membros de um coletivo e passam a não mais aceitar prescrições, mas a escreverem as suas histórias e as dos territórios aos quais pertencem com suas próprias mãos e canetas, os antes oprimidos passam a ser acusados por interferir na paz, na calma, por gerar conflitos e desordens.

Outro elemento que chama atenção é o fato de, no contexto de proibição das reuniões e de fechamento do território para a entrada de agentes externos, ser permitida a entrada apenas de Dom José Maria Pires o que nos acena para pensar a representatividade e expressão que este possuía frente à sociedade. Cabe assinalar que a postura deste não foi de aceitação desta situação, mas de crítica e questionamento, de defesa frente às acusações direcionadas aos membros do segmento católico atuantes no movimento social e, também, afirmando a liberdade dos trabalhadores rurais como um direito. Isto pode ser assinalado considerando o disposto na reportagem *“Freiras voltam a Alagamar” é uma promessa do Arcebispo*, publicada no jornal *A União*, em 8 de janeiro de 1980. De acordo com esta,

“Pediria ao Secretário Luis Bronzeado que apresente as provas, se não eu diria que e (sic) uma informação gratuita. Não há nenhuma prova apresentada por ele para incriminar estas pessoas de estarem fomentando clima de agitação, subversão ou coisa semelhante”

Segundo Dom José Maria Pires, é um direito previsto na Constituição o que os agricultores têm de circular livremente na área de Alagamar. “Quem impede esta circulação ou reuniões – disse – está violando os direitos humanos. Como nós, ao mesmo tempo, defendemos os direitos humanos e somos pela não violência, continuaremos tranquilamente dando assistência ao povo de Alagamar” (JORNAL A UNIÃO, 8 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Esta postura de Dom José Maria Pires era adotada também em outras áreas em situações de conflito, nas quais buscava construir uma prática pautada na defesa dos direitos humanos, o que pode ser visto, por exemplo, a partir da criação da Equipe de Promoção Humana, sobre a qual discutiremos, e a sua presença nos próprios territórios, participando ativamente das ações de resistência. Pode ser destacado, assim, de acordo com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final, que “sua trajetória pastoral é marcada por atritos que estabeleceu com os agentes do governo e

setores da classe dominante” (PARAÍBA, 2017, p. 523), o que é visualizado na reportagem citada quando o religioso interpela o secretário de segurança acerca das medidas adotadas pelo governo para Alagamar.

Sobre a presença e participação de Dom José Maria Pires nas ações de resistências dos partícipes do movimento social, outro documento, a saber, uma reportagem do jornal *Diário da Borborema*, publicada em 6 de janeiro de 1980 e intitulada *Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações* nos fornece indícios quando pauta que:

Com a volta de 350 reses da Fazenda Maria de Melo ao cercado dos proprietários, os camponeses conseguiram salvar, ao que se calcula, 123 mil pés de mandioca dos 146 mil plantados no roçado da comunidade. O gado começou a ser tanguido, ontem, às 8 h da manhã, quando o arcebispo paraibano responsabilizou-se por esta operação. Comandando pessoalmente a expulsão dos animais de dentro das lavouras, ele teve ajuda dos demais religiosos. O grupo de bispos manteve diálogo com o superintendente policial da área, tenente Dirson Clementino não tendo sofrido nenhuma coação por parte da polícia. Em Alagamar, os bispos sustentaram o que chama de “movimento simbólico em prol da não violência”. Constatou a visita, também, de uma marcha silenciosa de colonos e religiosos pelos roçados da fazenda Maria de Melo (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Retomando o exposto na introdução da presente tese, quando apontamos os caminhos que nos levaram a pesquisar sobre o movimento social, ratificamos que era justamente essa postura de religiosos que iam ao povo e com estes enfrentavam as suas lutas e problematizavam os seus problemas, que foi uma das nossas primeiras inquietações. Padres que tanguiam o gado, que caminhavam em meio e com os moradores, tendo contato direto com os seus cotidianos. No decorrer das pesquisas anteriores, fomos entendendo que esta postura estava alinhada à perspectiva de ser Igreja, com a qual estes religiosos se afinavam, a saber, a Teologia da Libertação.

De acordo com Mitidiero Junior (2008, p. 75, grifo do autor), “a Teologia da Libertação nasce, portanto, da tentativa e do engajamento de parte dos setores eclesiais para **territorializar a Igreja**, dando uma feição mais real e objetiva à missão desta instituição no mundo”. Por este entendimento, os problemas, as desigualdades sociais deixam de ser percebidas como sendo “vontade” de Deus e passam a ser problematizadas considerando as estruturas terrenas desiguais nas quais a sociedade se assenta.

De acordo com o autor, ocorre uma mudança no discurso que ressoa em uma nova prática e, em consequência, outro discurso. Sobre esta nova prática destaca: “A mudança da prática significa *colocar-se como ator que age e como sujeito que incentiva* as ações que

objetivam a realização de um mundo mais fraterno, solidário e igualitário, palavras providas de uma raiz bíblica, e não da revolução democrático-burguesa” (MITIDIEIRO JUNIOR, 2008, p. 76, grifo nosso). Isto nos ajuda a compreender a ação de Dom José Maria Pires em Alagamar, de modo a entender este ir ao território, tanger o gado como essa forma de não apenas direcionar palavras, mas de agir junto a. Não falar por, mas pensar com o outro, dialogar e transformar, neste entrecruzar de experiências e de leituras de mundo.

Esta postura frente ao vivido em Alagamar pode ser notabilizada na *Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*, quando após problematizar tal realidade, apresentar a sua posição e as razões que levaram a decisão, destaca: “A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos, [...]” (PIRES, 1980b, p. 46). No documento consta que “[...] o plano de Deus está sendo desrespeitado quando se negam condições de desenvolvimento a grupos humanos como o de Alagamar, pois <a glória de Deus é o homem feliz>” (PIRES, 1980b, p. 49).

Além disso, essa participação efetiva pode ser visualizada quando as plantações da roça comunitária foram arrancadas. Vejamos:

Em uma manhã chega-me a notícia de que um dos proprietários havia mandado arrancar 12.000 pés de roça comunitária feita pelos agricultores. Notícias dessa natureza eu procurava, sempre que possível, confirmar pessoalmente. Fui logo para Alagamar acompanhado do Pe. Antônio Kamps e Pe. José Diácono. E pudemos contar! Eram realmente mais de 12.000 covas de roça já crescadinha! As plantas murchavam sobre a terra. Os agricultores que haviam plantado a roça estavam ali perto. Nós nos aproximamos e lhes falamos: “Por que vocês não reagiram? Não era necessário ferir ninguém. Vocês eram uns sessenta como disseram e os capangas, apenas quatro. Vocês tinham suas enxadas. Se o tivessem cercado, eles não teriam como reagir. Um dos agricultores falou em nome da turma e nos deu esta edificante lição de Bem – aventuras: “A gente podia mesmo resistir. Mas então, ou eles matavam algum de nós ou nós tínhamos que acabar com eles. E o que foi que os senhores nos ensinaram? **‘Nunca matar! Jamais ferir!’** Por isso nenhum de nós estava armado. Eles estavam. E o patrão deles também. Ele estava dentro do carro e com o revólver apontado para nós” (PIRES, 2012a, p. 277, grifos do autor).

O trecho citado permite visualizar os aparatos utilizados no sentido de forçar a saída dos trabalhadores rurais. Neste ponto, chama atenção um elemento: tanto a soltura do gado, como o fato de arrancar a “roça já crescadinha” tinha uma base comum, a saber, eliminar os itens cultivados e o modo que realizavam este. Arrancar as plantas e deixá-las murchar sobre a terra pode ser pensado, também, como uma simbologia na qual a expulsão, a saída dos

moradores do território pode ser compreendida como este “arrancar”, “eliminar as raízes”. Porém, através dos saberes que os partícipes construíram em suas vivências no movimento social e em diálogo com os agentes externos, conforme apontamos em Gildivan Neves (2014) construíram ações que impediram o murchar da planta e o arrancar das raízes e sementes.

Este fato vivido em Alagamar nos remete a Bernardo Fernandes (2008) e à discussão que evidenciamos no primeiro capítulo da presente tese, quando o autor destaca que os territórios do agronegócio e do campesinato são distintos e que consubstanciam paisagens diferenciadas. Uma homogênea e com poucos indivíduos e a outra diversa, tanto do ponto de vista dos produtos cultiváveis como dos povos que neste residem. Podemos pensar que as tentativas de expulsão dos trabalhadores rurais de Alagamar estavam alinhadas a uma leitura homogênea do território, pautada na monocultura canavieira, a qual dispensava a presença destes ou de sua maior parte. Em contraposição, a perspectiva da permanência defendida pelos moradores se afina a uma leitura plural, diversa e busca da construção de um território de existências e cultivos de alimentos e de formas de viver múltiplos.

As resistências dos trabalhadores rurais de Alagamar, retomando uma metáfora que evidenciamos, esse germinar das sementes que foram lançadas em outros diversos *Alagamares*, o não conformismo frente a estas situações de violência e de intensa opressão vividas, reverberaram no âmbito das discussões no segmento católico afinado com o viés evidenciando, tanto no contexto do movimento social como posteriormente sendo compreendida como um caso de luta coletiva, de união em que o entrelace entre as diversas mãos possibilitou provocar fissuras no poder hegemônico e passando a ser entendida como um exemplo de reforma agrária.

Isto pode ser evidenciado no documento *Cartilha das Missões* (1984), que ao propor uma leitura/reflexão do evangelho em conexão com a realidade vivida destaca que:

O povo de Alagamar, por denúncia dos fazendeiros, estava preso e intimado em Itabaiana, Paraíba. Ao ser solto caminhou duas léguas a pé. No caminho encontrou o riacho cheio, pois estava chovendo muito. Não tendo como passar o riacho, deram-se as mãos e formaram uma grande corrente e entraram na água. Quem ta na frente ou atrás não era levado pelas águas. E assim, todos passaram o riacho cheio, cantando e se lembrando do tempo de Moisés, quando o povo atravessou o Mar Vermelho, que se abriu, história contada no livro do Êxodo. Naquele tempo quando o povo saiu do Egito e fugia do Faraó e hoje: a união dos pobres que confiam em Deus vence toda dificuldade (CARTILHA DAS MISSÕES, 1984, p. 107).

Analisando a cartilha da qual retiramos o trecho evidenciado, percebemos que esta é escrita a partir de uma perspectiva de fé e de Igreja próxima com a que evidenciamos e que

esteve presente em Alagamar. Consta um movimento de escrita no qual os acontecimentos terrenos e as escrituras bíblicas não são tratados de forma dicotômica ou distanciada, mas interconectadas, de modo que pode ser percebido uma ênfase na defesa da organização coletiva como uma possibilidade de enfrentamento às desigualdades sociais, às diversas opressões. Metaforicamente, poderíamos dizer que esse “dar-se” as mãos frente à “correnteza” remeteu, no território no qual nos debruçamos, a percepção de que a saída para a execução da travessia do “Mar Vermelho”, ou seja, para a superação do problema que os afligia (as ameaças de expulsão), seria via uma reivindicação coletiva dos seus direitos. Ao entender a problemática local como uma demanda coletiva, parafraseando o documento citado, ressaltamos que nenhum dos partícipes foi levado pela “grande corrente” e “águas”.

Percebemos, então, como as sementes que foram semeadas em Alagamar, mediante as histórias, lutas e resistências de outros trabalhadores rurais pelo Brasil, conforme destacamos, foi lançada em solo fértil de modo que o movimento social conquistou a sua causa e, anos e décadas depois, tem tido repercussão tanto em pesquisas como as que destacamos na introdução da presente tese, como em outros materiais como cartilhas, cordéis que enfatizam o legado do movimento social e dos seus partícipes.

Este legado pode ser visto, também, no documento *Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de despedida*, quando Dom José Maria Pires destaca: “Foram muitos anos de luta em defesa da posse da terra, e o povo de Alagamar soube se mostrar unido e valente, sempre dentro dos princípios da *Não Violência Evangélica*” (PIRES, 2012a, p. 277, grifo do autor). Para este a questão da não violência não era apenas uma estratégia, mas uma mística presente no movimento social (PIRES, 2012a). Conforme apontamos em Gildivan Neves (2011), o movimento social, em sua pedagogia, ensinou e ensina acerca do significado da resistência, da união e do direito como formas de transformação de realidades de opressão.

Ao contrário do entendimento que tivemos em Gildivan Neves (2011, 2014) estas ações violentas e embates não ocorriam simultaneamente e na mesma intensidade em toda a “Grande Alagamar”. Os documentos com os quais dialogamos nesta tese nos permitiram entender que existiam focos, pontos de maior tensão os quais contavam, inclusive, com a presença de forma mais intensa da polícia. Afirmamos isto com bases em pistas que constam, por exemplo, na reportagem *Monteiro diz que incidente em Alagamar está superado*, publicado no jornal *O Norte*, em 30 de dezembro de 1979, onde consta:

Arlindo Monteiro de Carvalho, falando a nossa reportagem disse que ao chegar na propriedade Maria de Melo, conseguiu resolver o problema, onde atualmente foi colocado um treiller que estava em Alagamar e transferido para lá o comando do tenente Dirson a fim de manter a ordem pública local.

[...]

Conforme noticiamos cerca de 30 soldados da PM da Guarnição da cidade de Guarabira foram enviados para a fazenda Maria de Melo, para manter a ordem pública a pedido de Luiz Bronzeado, que vem evitando derramamento de sangue.

[...]

Disse Arlindo Monteiro de Carvalho que em Alagamar não vem ocorrendo nenhum problema grave pois todo o caso agora é na propriedade Maria de Melo e para isto a polícia já se encontra lá para a manutenção da ordem. (JORNAL O NORTE, 30 de dezembro de 1979, [s.p.]).

Ao pensar Alagamar a partir do conceito de território com o qual dialogamos e ao nos depararmos com a referida reportagem, dois pontos nos inquietaram, a saber: 1) a percepção, conforme evidenciado, de que no âmbito do movimento social, existiam, em Alagamar, pontos de conflitos e que a situação ora era mais tensa, ora menos neste e 2) o entendimento de que entre o período administrativo do antigo proprietário e os novos proprietários ocorre uma reconfiguração do território. Sobre o primeiro item, no jornal podem ser visualizados dois pontos de tensão que são Alagamar e a Fazenda Maria de Melo. Compreendemos isso quando no documento consta que em Alagamar a situação estava ausente de “problemas” e que o posto policial teria sido deslocado desta para Maria de Melo, que também recebeu policiais por ordem do secretário de segurança pública. Nesse sentido, e visualizando o *corpus* documental com o qual dialogamos, entendemos a Fazenda Maria de Melo, dentre os outros sítios que compõem a “Grande Alagamar” como um dos pontos centrais das tensões.

Em continuidade e referente ao segundo item, ocorre uma mudança no território tendo em vista que a época anterior ao movimento social, quando a propriedade era de posse do antigo proprietário, Arnaldo Maroja, esta era composta por uma série de sítios cuja extensão territorial chegava a 13.000 hectares. Porém, a partir dos novos proprietários ocorre o desmembramento do território de modo a ter posses distintas como no caso da Fazenda Maria de Melo que passa a ter como novo dono, José Valdomiro. Sobre esse processo de fragmentação, encontramos que “após a morte do senhor Arnaldo no final de 1975, os herdeiros *fragmentaram* a área e a venderam sem comunicar a nenhum dos quatro mil moradores da Grande Alagamar” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 299, grifo nosso).

Considerando o evidenciado pelo autor, pensamos que isso atribui uma nova configuração administrativa para o território e explica porque as tensões tinham focos distintos, tendo em vista que remetiam às ações diferentes tomadas pelos proprietários. Deste

modo, pensamos ser preciso compreender a “Grande Alagamar” como uma unidade para entender a dimensão do território, a quantidade de famílias que comportava e o impacto que teria mediante as expulsões dos trabalhadores, bem como por sua extensão atraía olhares do ponto de vista da possibilidade dos grandes lucros. Porém, ao mesmo tempo, torna-se significativo problematizar essa heterogeneidade em relação aos novos proprietários e suas posturas para entender as tensões e os conflitos. Cabe destacar que na luta, os moradores eram munidos do sentimento de pertença à “Grande Alagamar” e não aos sítios ou às novas fragmentações. Deste modo, lembramos do entendimento de que:

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades, como afirmei e mostrei em *Os tempos e os territórios da colonização italiana* (SAQUET, 2015, p. 162, grifo do autor).

Assim sendo, os elementos até o momento posto nos servem de subsídios para compreender a historicidade de Alagamar desde o momento da colonização do território que hoje é o município de Salgado de São Félix e, principalmente, permitindo entender o movimento social como uma disputa pelo território e seus usos, disputa esta que ressoou nas posturas e ações evidenciadas no decorrer do presente capítulo.

Por fim, ressaltamos que no exercício de pesquisar, deparamo-nos com algumas pistas que se constituem em achados que nos permitem tanto entender questões acerca do objeto estudado partindo do sentido que este possui no documento, como, de maneira metafórica, direcionam a pensar outros usos e outras possibilidades de leitura do que estamos a estudar e a observar. Foi assim com o termo *alagamares* que apareceu no jornal sendo empregado no sentido de despertar para a existência de outros territórios vivenciando contextos de luta, resistências, violências, negação de direitos, semelhantes ao de Alagamar.

O termo nos inspirou para a feitura do título do presente capítulo, a saber, *Alagamar dentre “outros alagamares”: problematizando o território da pesquisa a partir da luta*, o que nos serviu de ancoragem, de “mote”, tal qual no fazer do violeiro que, ao se deparar com um termo, geralmente, lançado por outrem, constrói visões para este e sentidos, para tentarmos problematizar e contextualizar Alagamar mediante os *alagamares* (no sentido atribuído pelo documento), aos *alagamares* (no sentido de pensar as disputas pelo território e como estas se pautam em leituras distintas para o território) e poderíamos acrescentar que, enquanto pesquisador, escrever o presente capítulo e a tese a partir de *alagamares* (aqueles que nos

foram postos e aos quais a partir de nossos referenciais teóricos e metodológicos adotados em pesquisas diversas no decorrer de nossa trajetória, emergem com nuances diferenciadas, que se aproximam, distanciam-se, às vezes se contradizem e em outras se complementam).

Nesse sentido, após esta contextualização do movimento social, no capítulo que segue adentramos as disputas no que se refere às propostas de “solução” para o movimento social que entendemos que também partiam de leituras do território do campo e de Alagamar, para que, no último capítulo, possamos nos debruçar nos novos *alagamares*, enquanto (re)configurações e usos do território que são feitos a partir do movimento social.

4 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: “SAÍDAS” PARA A CONQUISTA DA TERRA

*“A história de Alagamar é a história mais comum do campo nordestino”
(JORNAL DO BRASIL – RJ, 18 de dezembro de 1979, p. 9).*

No capítulo anterior, enveredamos pelas memórias e histórias da Luta do Povo de Alagamar, no sentido de contextualizá-la, no âmbito da questão agrária no Brasil, compreendendo-a situada na historicidade de Salgado de São Félix e pensando o cenário que se delineia no território a partir de 1975, após a morte do antigo proprietário. No presente, continuamos o diálogo com tais memórias, percebendo como as leituras sobre o território ressoaram em propostas de soluções, saídas diversas para resolver a situação, sendo assim, alvo de disputas, de embates, soluções estas que se pautam, dentre outros fatores, na compreensão e perspectivas de uso do território do campo, que quem as propõe possui.

Partimos do entendimento de que o vivido em Alagamar, no contexto a que nos reportamos, atraiu olhares de diversos segmentos da sociedade tendo em vista, por exemplo, as violências e opressões às quais os trabalhadores rurais foram submetidos. De tal modo, diversos eram os posicionamentos e perspectivas de solução apontadas por setores da sociedade para as problemáticas que estavam sendo vivenciadas no território.

Considerando a análise das fontes, poderíamos afirmar que o início de 1980 se constituiu como um dos momentos em que o referido fato adquiriu mais repercussão, se considerarmos a quantidade de reportagens publicadas, quase que diariamente, sobre o fato, especificamente, no período entre os dias 5 e 16 do referido mês e ano. A título de exemplo, considerando as reportagens presentes no Dossiê sobre Alagamar, podemos citar os seguintes documentos:

a) *Dos leitores*, jornal *O Momento*, publicado em 5 de janeiro de 1980 em que um morador do Bairro Ernesto Geisel, João Pessoa, posiciona-se frente a Alagamar e destaca a ausência de cumprimento do Estatuto da Terra;

b) *Burity*¹⁸ *não permitirá subversão no campo*, jornal *Correio da Paraíba*, 5 de janeiro de 1980, que evidencia o posicionamento do governo do estado em relação a Alagamar, menciona os decretos de desapropriação e que não serão permitidas “ações subversivas”;

¹⁸ Nos documentos com os quais dialogamos, encontramos divergências em relação à escrita do nome do então governador do estado da Paraíba, Tarcísio Burity. Em algumas ocorrências, consta como Tarcísio Buriti. Em outras, Tarcísio Burity. Decorre disso, que nesta Tese, o leitor encontrará aparições ora de uma grafia, ora da outra quando realizarmos citação de alguma fonte. No entanto, no que se refere a trechos de nossa autoria, optamos em fazer uso do termo Tarcísio Burity, tendo em vista que esta é a grafia adotada em publicações oficiais por este assinadas, como, por exemplo, no Decreto nº 8.687, de 09 de setembro de 1980, que trata do regimento interno, estrutura básica e organizacional do Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP)

c) *Mesmo sem provas, Bronzeado acha Cornelius “agente da subversão”*, jornal *O Norte*, 5 de janeiro de 1980, em que consta a compreensão do secretário de segurança do estado da Paraíba de que existiam “falsos religiosos” que divulgavam ideologias de cunho comunista;

d) *Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações*, jornal *Diário da Borborema*, 6 de janeiro de 1980, que narra a participação de Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara, dentre outros religiosos, juntamente aos moradores, de um ato simbólico de retirada dos gados dos roçados;

e) *Dom José se responsabiliza pela retirada do gado*, jornal *O Norte*, 6 de janeiro de 1980, que faz referência à presença de religiosos em Alagamar, aos gados soltos nas roças e a um diálogo efetivado entre Dom José Maria Pires, Dom Hélder Câmara e um tenente, em que foi pautado de quem seria a responsabilidade sobre a retirada do gado;

f) *Colono diz que Burity fez promessa de retirar gado*, jornal *O Norte*, 13 de janeiro de 1980, que discorre sobre a problemática da soltura do gado nas roças, evidenciando as compreensões do governo estadual, dos proprietários e dos trabalhadores rurais para o caso;

g) *Denúncia*, jornal *Correio da Paraíba*, 13 de janeiro de 1980, onde é registrada denúncia, feita pelos trabalhadores rurais, de que os gados estavam soltos nos roçados, de modo que os moradores não estavam dormindo temendo a destruição das plantações;

h) *Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais*, jornal *A União*, 13 de janeiro de 1980, que apresenta o posicionamento do religioso citado, frente às acusações de que a Igreja Católica estaria contribuindo para a desordem em Piacas e Maria de Melo;

i) *Para Fetag o governo terá que respeitar lei da terra*, jornal *Correio da Paraíba*, 16 de janeiro de 1980, que ressalta o entendimento de que os encaminhamentos deveriam ser feitos respeitando o Estatuto da Terra;

j) *Governador esteve em Alagamar para ouvir agricultores sobre violência*, jornal *A União*, 16 de janeiro de 1980, que destaca a ida de Tarcísio Burity, então governador do estado da Paraíba, a Alagamar e o diálogo que construiu com os trabalhadores rurais. No diálogo foi ressaltado, pelos trabalhadores rurais, um aborto que teria ocorrido, mediante a explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo. Evidencia que, neste encontro, o governador liberou a entrada de pessoas externas no território;

e a Lei nº 4.191, de 18 de novembro de 1980, que dispõe sobre pensões pagas a viúvas de ex-governadores, ex-deputados estaduais e outros grupos. Em ambas, consta o uso do nome Tarcísio de Miranda Burity (Governador). O Decreto e a Lei estão disponíveis em: <http://pbprev.pb.gov.br/25-2/legislacao/>.

k) *Bronzeado inicia implantação de seis medidas em Alagamar*, jornal *A União*, 16 de janeiro de 1980, onde são destacadas ações direcionadas pelo governo do estado ao território e que seriam cumpridas a partir da secretaria de segurança.

Os documentos mencionados nos permitem inferir que o início do ano de 1980 configura, em Alagamar, um momento de acirramento das tensões e de novos acontecimentos, quase diários, que transformaram o território mencionado em uma pauta sempre presente nos veículos de comunicação do estado da Paraíba. Dentre as principais questões presentes nas reportagens podemos destacar: 1) a soltura do gado nas roças dos moradores; 2) os episódios de violência ocorridos em Alagamar; 3) as ações tomadas pelo governo estadual e federal em relação a Alagamar; 4) os posicionamentos de agentes externos e dos trabalhadores rurais frente a Alagamar, e 5) as soluções para o término do conflito, dentre elas, a desapropriação das terras. Especificamente, neste momento da presente tese, focaremos nos item 3, 4 e 5 que nos fornecem subsídios para compreender como em meio às desapropriações e soluções, a luta, a ação de resistência dos trabalhadores rurais continuou de modo a que fossem tomadas medidas que atendessem às reais demandas do território.

No âmbito destas três últimas questões destacadas, emergem, nas fontes, elementos como embates entre oposição e governo estadual e, até mesmo, de discordância internas ao próprio governo estadual. Outros remetem a quem seria o responsável para solucionar o problema, a saber: o governo estadual ou federal? Qual o local e deveres de cada um destes frente a Alagamar? Estas são algumas das pautas que nos propomos a refletir, nas páginas que seguem, enfatizando como em meio às soluções que foram sendo apontadas, os trabalhadores rurais, participantes do movimento social, dialogavam, posicionavam-se, no sentido de pensar saídas que atendessem às suas demandas e expectativas.

De tal modo, iniciaremos refletindo sobre a proposta e pauta de reivindicação dos trabalhadores rurais, que consistia na busca pela desapropriação da propriedade via Estatuto da Terra e como sindicatos, religiosos e órgãos como a FETAG se posicionaram, evidenciando quais eram as suas propostas e de que maneira agenciaram, no sentido de apoiar a causa dos trabalhadores rurais e garantir a permanência destes no território. Problematizaremos como a partir do diálogo entre si e com os agentes externos, os trabalhadores rurais, participantes do movimento social, construíram o entendimento de que a solução seria via a legislação citada.

Em seguida, deter-nos-emos nas tensões travadas entre o governo estadual e os trabalhadores rurais, bem como mediante a situação que foi sendo desenrolada em Alagamar e as resistências dos participantes, começam a ser tomadas algumas medidas, ressaltando quais

leituras foram construídas para a atuação deste em relação a Alagamar. Problematicaremos de que maneira estas ações se constituíam como medidas para resolver o problema e/ou uma estratégia para “acalmar” as tensões. Evidenciaremos, assim, como os trabalhadores rurais se portaram frente a tais medidas, bem como de que maneira foram ou não efetivadas e os desdobramentos que tiveram para o andamento do movimento social.

Discorreremos, ainda, sobre as ações do governo federal, no sentido de entender como operou a desapropriação e quais intencionalidades que perpassaram este ato. Refletiremos sobre as leituras dos trabalhadores rurais frente a tais medidas, pensando as tensões e as disputas pelos usos do território.

Trata-se, então, de um capítulo no qual nos debruçamos nas disputas, nas diversidades de leituras que perpassaram as propostas para solucionar o vivido em Alagamar, entendendo as relações econômicas, políticas e de poder que nestas estavam presentes. É nessa diretiva que enveredaremos pela tessitura dos itens que compõem o capítulo.

4.1 A perspectiva dos trabalhadores rurais participantes do movimento social e dos agentes externos na busca pela desapropriação

Conforme mencionamos no capítulo 3, a solução pautada pelos trabalhadores rurais participantes do movimento social consistia na desapropriação das terras, com base no que estava assegurado no Estatuto da Terra. Partimos da compreensão que esse entendimento foi sendo construído a partir dos diálogos que foram construídos com os agentes externos que os apoiavam. De tal modo, vejamos quais eram os posicionamentos adotados por estes e como os trabalhadores rurais foram incorporando esse diálogo em sua luta.

De início, assinalamos que a busca em pensar/requerer soluções para Alagamar, tornou-se objeto de discussão não apenas entre os trabalhadores rurais participantes do movimento social e os governos estadual e federal, mas reverberou em outros territórios, de modo que instituições como sindicatos, FETAG, conselhos de igreja emitiram notas em apoio e solidariedade, articularam ações exigindo, principalmente, a desapropriação das terras.

Como exemplo do evidenciado, podemos destacar um telegrama enviado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (posteriormente, faremos uma reflexão da atuação do referido centro em Alagamar) ao presidente da República, ministros da agricultura e justiça, dentre outros órgãos em que evidenciam questões como a violência que estava sendo direcionada aos trabalhadores rurais e pautam a desapropriação das terras. O documento pode

ser visualizado através da reportagem *Incidentes são comunicados ao Presidente da República*, publicada pelo jornal *O Norte*, em 4 de janeiro de 1980. De acordo com a fonte:

O telegrama é o seguinte: “Agricultores de Caipora e Maria de Melo, parte da Grande Alagamar, espancados pela Polícia Militar, previamente tomados utensílios de trabalho, 28 de dezembro, quando, pacificamente estavam reunidos após tangerem o gado das lavouras. Foram feridos homens, mulheres e crianças, todos já submetidos a exame de corpo delito. No dia 31 de dezembro, o gado foi reintroduzido com a polícia proibindo sua retirada, com violência. As autoridade estaduais não toma (sic) providência, distorcem os fatos, tentando transformar os agressores em vítimas, afirmando que policiais foram feridos. Solicitamos urgentes e imediata desapropriação da área da Grande Alagamar. (Ass) – Antonio Heliton de Santana, pela equipe de Coordenação do CDDH (JORNAL O NORTE, 4 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Na mesma linha, evidenciamos o posicionamento do Sindicato de Alhandra. De acordo com a reportagem *Sindicato de Alhandra também faz denúncias*, publicada no jornal *O Norte*, em 6 de janeiro de 1980, o presidente da instituição procurou a redação do veículo de comunicação mencionado, com vistas a denunciar o ocorrido em Alagamar, Piacas e Caipora e, ao mesmo tempo, pautando a desapropriação via Estatuto da Terra. Vejamos:

A denúncia foi feita também através de um telegrama que os trabalhadores enviaram ao Presidente da República e demais autoridades, nos seguintes termos: Telegrama ao Presidente da República, Ministro da Agricultura e Presidente da CONTAG. “Denunciamos destruição lavoura agricultores Grande Alagamar violência policial. Solicitamos urgente desapropriação cumprimento Estatuto da Terra. Ass. Presidente Antônio Severino Monteiro” (JORNAL O NORTE, 6 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Chama-nos atenção o caráter de denúncia presente nos dois pronunciamentos mencionados, principalmente, no que se refere às violências sofridas pelos trabalhadores rurais e à recorrência ao governo estadual e federal para que solucionassem a situação. Isso nos direciona a refletir sobre as ressonâncias que os fatos vivenciados adquiriram, para além de Alagamar, e sobre a partir de quais leituras do território do campo eram pautados os posicionamentos destes agentes externos que se mobilizavam no sentido da desapropriação das terras, elemento que retomaremos posteriormente.

Outro aspecto a ressaltar é que em ambos os documentos existe o uso do termo “urgente” associado à desapropriação, o que nos faz pensar sobre como a intensidade da violência que estava ocorrendo em Alagamar despertava para esse entendimento de que a situação deveria ser resolvida com brevidade e, ao mesmo tempo, evidencia um alinhamento

entre trabalhadores rurais participantes do movimento social, instituições e agentes externos que os apoiavam no sentido de visualizar a desapropriação, como esta saída para a permanência no território e para o término desse contexto de violências.

Salientamos que o apoio, em prol da desapropriação, ocorria não apenas mediante a publicação de notas e envio de telegramas, mas, também, com idas ao território. Sobre isto, a reportagem *Líderes sindicais visitam área de tensão de Alagamar*, veiculada pelo jornal *Correio da Paraíba*, em 16 de janeiro de 1980, apresenta indícios, quando dispõe sobre ida de líderes sindicais de Alhandra, Salgado de São Félix e Itabaiana a Alagamar. Segundo a fonte,

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alhandra, o Secretário e o primeiro fiscal, respectivamente os Srs. Antonio Severino Monteiro, Antonio José de Oliveira e Cláudio Costantino da Silva, em depoimento ao CORREIO DA PARAÍBA, na noite de ontem na Igreja do Rosário, disseram que a finalidade principal da ida à zona conflitada foi dialogar com os “companheiros daquela região, dando a eles nosso total apoio, em todos os sentidos, na luta que eles hoje enfrentam para conseguir um direito sagrado, o direito de permanecer na terra em que trabalham e vivem desde muito tempo”.

O Presidente do Sindicato fez ver aos agricultores de Alagamar e Maria de Melo, que o direito que eles tinham de ficar na terra era assegurado “pelo Estatuto da Terra, ele garante vocês. Ele está aí e não foi a gente que criou, foram as autoridades e agora eles não podem pisar o Estatuto” (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 16 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Além do apoio recebido pelos moradores de Alagamar, mediante a ida de agentes externos ao território, a fonte mencionada permite refletir sobre outro elemento, a saber: a compreensão do movimento social como um espaço de práticas educativas, de construção de aprendizagens. Tal questão pode ser observada, quando o ato de dialogar é apresentado como uma das finalidades da ida à área em conflito e a partir da afirmação de que o Estatuto da Terra fornece bases para a permanência no território.

Nesse direcionamento, retomamos Gohn (2009), quando discorrendo sobre a existência de um caráter educativo nos movimentos sociais, evidencia que este é construído a partir de dimensões e planos diversos, dentre eles, no que chama de “dimensão da organização política”. Sobre isto, menciona que “a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo” (GOHN, 2009, p. 17).

Pensamos que, no trecho, “O Presidente do Sindicato fez ver aos agricultores de Alagamar e Maria de Melo, que o direito que eles tinham de ficar na terra era assegurado

“pelo Estatuto da Terra, ele garante vocês. Ele está aí e não foi a gente que criou, foram as autoridades e agora eles não podem pisar o Estatuto” (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 16 de janeiro de 1980, [s.p.]), existem indícios que nos apontam para este caráter evidenciado por Gohn (2009), na perspectiva em que apresenta o instrumento legal, Estatuto da Terra, a partir do qual teriam bases para reivindicar a permanência no território, fomentando, assim, a organização do grupo para reivindicar o cumprimento deste. Ou seja, existe uma aprendizagem sobre os direitos, o como estes foram construídos e que devem ser efetivados.

No entanto, compreendemos ser pertinente não restringir essa aprendizagem apenas a este momento e diálogo ocorrido entre os trabalhadores rurais e representantes sindicais que estiveram presentes no território, apresentado no documento, mas, também, a outros diálogos que foram tecidos com instituições e indivíduos diversos no decorrer das ações de resistências, realizadas pelos participantes do movimento social. Como mencionou a autora, trata-se de “uma consciência adquirida progressivamente”. Retomando as suas palavras, acrescentamos: “Esse processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes. As assessorias técnicas, políticas e religiosas que atuam junto aos grupos populares desempenham um papel fundamental no processo” (GOHN, 2009, p. 17).

Nesse sentido de pensar a perspectiva de solução defendida pelos agentes externos que apoiavam o movimento social e as aprendizagens construídas no diálogo entre estes e os trabalhadores rurais, mencionamos a reportagem *Denunciando espancamento de menores em Alagamar*, publicada no jornal *O Norte*, em 10 de janeiro de 1980 e que destaca uma carta, datada de 9 de janeiro de 1980, Santa Rita, direcionada pelos animadores da Igreja deste município aos moradores de Alagamar. Esta denuncia situações que, então, estavam sendo vividas no território, tais como destruição de roças e a proibição das reuniões. Pedimos licença ao leitor para expor um trecho, relativamente longo, do documento, que nos fornece indícios para refletir sobre a pauta em tela. Percebamos:

A gente tem pensado muito em tudo isso, e não aguenta mais ficar calado, porque, como diz o canto:

“Ai de mim se eu não disser
a verdade que eu ouvi
aí de mim, se eu me calar
quando Deus me mandar falar”

Tudo isso que o Governo e os proprietários estão fazendo com vocês é uma grande injustiça. Eles estão desrespeitando as leis, até a maior do Brasil, a Constituição, e até os direitos humanos. Isso acontece porque no Brasil tudo é “organizado” para o bem dos grandes. Aqui só vale quem tem.

[...]

O que dá muita esperança a gente também é a união de vocês. Continuem unidos. Deus está com quem tem fome e sede de justiça. Deus está com os pobres.

Lutem daí, que a gente luta daqui. A gente está animando toda a população a participar de um abaixo-assinado, protestando contra todas as ações repressivas e enganosas do Governo e dos proprietários, e exigindo do Governo a desapropriação das terras, o respeito aos direitos humanos que todo mundo tem de se reunir, de se organizar, de andar livremente por onde quiser, e a punição dos policiais que espancaram vocês e também a punição dos proprietários pelos crimes de ter colocado o gado na roça de vocês e ainda mentir dizendo que vocês mataram algumas reses dele.

Contem com o apoio da gente. Na esperança da libertação, Animadores de Santa Rita (JORNAL O NORTE, 10 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Frente ao documento apresentado, é possível observar que assim como os agentes externos mencionados, os animadores de Santa Rita também visualizam a desapropriação das terras como a solução para a problemática. Além disso, remete a um instrumento que contribuía para que os trabalhadores rurais de Alagamar construíssem um entendimento sobre seus direitos, sobre as leis e a necessidade de que estas sejam respeitadas e os direitos humanos. Chamou-nos atenção o trecho: “Isso acontece porque no Brasil tudo é “organizado” para o bem dos grandes. Aqui só vale quem tem”, o que remete ao entendimento de que o ocorrido no território não era uma situação isolada, mas reflexo da estrutura desigual, excludente sobre a qual o Brasil foi construído.

Este nos remeteu à autora mencionada anteriormente quando discorrendo sobre a “dimensão da organização política”, faz referência ao entendimento dos interesses e das “engrenagens”. Nesse sentido, propõe:

Este processo, bastante conflituoso e tortuoso, de avanços e recuos possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos. A identificação de interesses processa-se segundo as ópticas de classes. [...] A identificação dos interesses opostos ao movimento é a outra dimensão do processo (GOHN, 2009, p. 17–18).

Em “tudo é organizado para o bem dos grandes” e “Aqui só vale quem tem”, percebemos elementos que podem ter permitido aos trabalhadores rurais, participantes do movimento social, problematizar estas “engrenagens”, os interesses que perpassam as medidas ou a ausência destas a partir do governo estadual e federal e identificar, conforme veremos, se eram opostas ou consoantes as suas reivindicações e necessidades. Este desvelar das “engrenagens” contribuiu para o conhecimento dos direitos e para a continuidade da luta

pela permanência na terra, mediante a efetivação destes. Além disso, através do uso da letra de um cântico, a carta dos animadores de Santa Rita convida a um exercício de pronúncia das realidades, do “dizer”, do “falar”.

Dito isto, é possível perceber que frente ao movimento social e o desenrolar deste, ocorreram aprendizagens não apenas por parte dos moradores participantes da resistência, mas, também, por agentes externos que acompanhavam os fatos e se solidarizavam. Estes ao se solidarizar, ao tomar conhecimento das violências e negações de direitos que estavam ocorrendo naquele território, também construía, refletiam leituras sobre realidades de exclusões e endossavam as vozes de denúncia. Afirmamos isso a partir da frase: “A gente tem pensado muito em tudo isso”, que remete ao desenvolvimento de reflexões, por parte dos autores da carta, sobre as violências, as negações de direitos que estavam sendo vivenciadas em Alagamar.

Visualizamos, então, uma prática educativa que se constituía não apenas em uma perspectiva de os agentes externos ensinarem aos trabalhadores rurais de Alagamar, mas, também, em uma via de aprender com e a partir destes e suas experiências de luta. De tal modo, lembramos da compreensão freireana, quando discorrendo sobre uma educação problematizadora, propõe que “já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011a, p. 96).

Esse ato de pensar a construção de leituras sobre o que estava ocorrendo no território, não se encerra em si, mas desencadeia a elaboração de denúncias, no sentido de buscar saídas, soluções para as problemáticas. Pensamos isso, em consonância com o trecho “[...] e não aguenta mais ficar calado”. Ou seja, a indignação frente às situações, sobre as quais construíram reflexões, os impulsiona a romper com os silenciamentos e lutar pela transformação, o que assinala que, a partir das vivências e experiências nos movimentos sociais, “aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas” (GOHN, 2009, p. 19).

Entendemos, assim, através da carta mencionada e de outros documentos que apontam para as manifestações de apoio e solidariedade por parte de agentes externos aos trabalhadores rurais de Alagamar, um instrumento de diálogo, problematizações e denúncias e que nos elucidam indícios de construções de aprendizagens no e a partir do movimento social e das ações de resistências realizadas. Enquanto buscavam a permanência na terra, os participantes ensinavam e aprendiam sobre luta, resistência, direitos, transformação da realidade. Tais

aprendizagens que não se constituem pautadas em uma dimensão bancária e de feitura de depósitos, mas, “em comunhão”, para fazer uso de um termo mencionado por Freire (2011a), dialogicamente e considerando os indivíduos enquanto fazedores desse processo e não objetos.

Afirmamos isto mediante o entrelace entre as fontes, o exposto por Gohn (2009) e inspirados em Freire (2011a), quando discorrendo sobre uma ação libertadora e a atuação de uma liderança revolucionária no convencimento dos oprimidos, para que lutem por sua libertação, evidencia que “precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização” (FREIRE, 2011a, p. 74). Acrescenta ainda que:

É necessário que a liderança revolucionária descubra esta obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação (FREIRE, 2011a, p. 74–75).

Em diálogo com o exposto pelo autor, podemos pensar em aprendizagens construídas no âmbito da Luta do Povo de Alagamar, que se constituem não como uma doação feita, por exemplo, pelos agentes externos, mas tecidas a partir da reflexão sobre a realidade e nas ações com vistas a transformá-la. Entendemos, assim, nas cartas expostas, não uma transposição ou depósito de informações, mas um convite ao diálogo e à feitura de problematizações. Conforme Antonio Pereira (2009, p. 128, grifo do autor): “Trata-se de um conhecimento que brota da práxis e forma para a práxis, para a luta. Os fatos acontecidos na luta são situações pedagógicas privilegiadas para se ‘entender e aprender’, muito mais eficazes que os discursos”.

Frente ao exposto e em continuidade à apresentação do entendimento da perspectiva de solução do vivido em Alagamar afirmada por agentes externos, destacamos a Carta de apoio aos agricultores da Grande Alagamar, de autoria do Conselho Comunitário do Bairro do Rangel e datada de 8 de janeiro de 1980. O acesso ao referido documento ocorreu a partir da reportagem *Conselho Comunitário envia carta de apoio a agricultor*, publicada pelo jornal *O Norte*, em 09 de janeiro de 1980. Assim como as evidenciadas anteriormente, possui uma dimensão de denúncia e problematização, conforme pode ser observado no trecho:

Já estamos cansados de ouvir o governo falar em justiça social e distribuição de renda. Então nos perguntamos:

Se realmente o governo quisesse fazer o que fala não realizaria a desapropriação da área em favor das 700 famílias?

O que solucionaria o problema: Desapropriar a área ou enviar policiais para amedrontar os colonos.

[...]

Diante destes acontecimentos, queremos de público trazer o nosso apoio e solidariedade a todas as famílias da Grande Alagamar que por lutarem por seus direitos, tem sofrido as mais diversas formas de perseguição. Achamos também que a única solução para a região é desapropriação das terras e a retirada da polícia (JORNAL O NORTE, 09 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Em consonância aos agentes externos mencionados, o referido conselho comunitário faz referência à desapropriação e acrescenta a saída dos policiais como solução para Alagamar. Dentre os jornais pesquisados, não raro foram detectadas menções à problematização da presença da polícia no território e de a serviço de quem estariam. Na referida carta, em aproximação com os documentos anteriores, percebemos elementos que direcionam a ajudar os trabalhadores rurais do território em conflito, a desvelarem as “engrenagens”, perceber as intencionalidades que perpassam a atuação ou a ausência desta, por parte daqueles que teriam a incumbência de resolver a situação.

Em continuidade e no contexto dos apoios recebidos pelos trabalhadores rurais de Alagamar, evidenciamos o recebido a partir de Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e religiosos que se afirmavam com uma concepção de Igreja pautada na causa dos pobres e oprimidos. Estes, conforme destacamos no capítulo anterior, atuaram com uma presença constante no território. Para Severino Silva (2011, p. 93), “o caso de Alagamar foi um conflito de terra que provocou uma intervenção da Igreja a nível internacional, pela forma intensa que alguns bispos da região Nordeste se envolveram com os problemas vivenciados pelos camponeses”.

Assim como os agentes externos mencionados acima, tais religiosos pautavam a desapropriação como a perspectiva de solução. Isso pode ser compreendido na Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos onde consta: “Os compradores de Alagamar não precisam daquelas terras para viver. Os agricultores que nelas residem e trabalham dependem delas para sua sobrevivência. O bem comum está, pois, exigindo que elas sejam desapropriadas” (PIRES, 1980b, p. 47).

Ao realizarmos a leitura da fonte e de outras cartas pastorais do mesmo autor, chamou atenção como estas não se constituíam apenas como um documento de orientações para a Igreja, mas enquanto um instrumento de diálogo com a sociedade e denúncia de marcas, de

problemáticas do contexto em que foram elaboradas. Sobre isto, recorremos a Severino Silva (2011) quando discorrendo sobre mudanças ocorridas no âmbito da Igreja, na Paraíba, a partir de Dom José Maria Pires e as cartas pastorais, propõe que “no entendimento do novo bispo, esse discurso assumiu outra dimensão: o que importava era divulgar uma religião associada ao seu tempo, de forma que aquela visão sacra se tornasse mecanismo de libertação dos oprimidos” (SILVA, S., 2011, p. 91). Frente a isto e, em continuidade, o autor acrescenta:

Sob este prisma da opção pelos oprimidos, a Igreja da Paraíba estava, naquele momento, vivenciando um dos seus princípios fundamentais: ser uma instituição do seu tempo, da sua História. E as Cartas Pastorais seriam, naquele contexto histórico-social, um veículo de divulgação do seu pensamento para a sociedade e orientação para os padres, freiras e agentes de pastorais. O discurso que se perpetuava nestas cartas era por excelência religioso, [...] (SILVA, S., 2011, p. 91).

Assim sendo, estabelecendo um diálogo entre Severino Silva (2011), o exposto por Pires (1980b) e o contexto do território ao qual nos debruçamos na presente tese, podemos afirmar que as tensões, lutas, resistências e violências que estavam ocorrendo em Alagamar e em outros territórios do campo, no contexto dos anos 1970, constituía-se como uma das questões “do seu tempo”, no que se refere à Igreja na Paraíba. Como consta na epígrafe do presente capítulo, mediante trecho extraído da reportagem *O bispo, o judeu e o ateu cantam a saga do Alagamar*, assinada por José Nêumanne Pinto, em que consta: “A história de Alagamar é a história mais comum do campo nordestino” (JORNAL DO BRASIL, 18 de dezembro de 1979, p. 9). “Comum” utilizado no documento, não como referência a uma naturalização da situação, mas a constante recorrência das histórias de luta, de negação de direitos, de ameaças de exclusão. Deste modo, podemos entender o porquê da questão de a terra ter sido incorporada pela Igreja na Paraíba, no contexto em discussão, como uma das pautas “do seu tempo”.

Nesse sentido, compreendemos a defesa da desapropriação da área em conflito, como fruto desse novo momento e posicionamento vivido por parte da instituição mencionada, defesa esta que se pautou não apenas na publicação de notas de apoio, de discursos sobre a realidade que os trabalhadores rurais estavam vivenciando, mas na participação em atos, em reuniões, no fornecimento de auxílio jurídico, dentre outras questões, conforme evidenciamos.

De tal modo, em defesa do direito à terra, encontramos, na carta pastoral, o argumento:

Sustentamos que a compra por dinheiro não pode ser a única nem a principal fonte do direito de propriedade. A necessidade e o trabalho são títulos mais

nobres e mais legítimos. Quem precisa da terra tem mais direito do que quem não precisa. Quem a cultivou com carinho e dela tira o sustento é mais dono do que aquele que tem dinheiro mas <<nunca plantou um caroço de nada>> (PIRES, 1980b, p. 47, grifo do autor).

Ao problematizar o direito à propriedade, o trecho evidenciado nos remete às leituras distintas para o território que evidenciamos no capítulo anterior e que podemos pensar como sendo um dos pontos de partida que contribuíram para a eclosão da situação que foi vivenciada em Alagamar, após 1975. Por um lado, a compra via recursos financeiros, poder econômico. Por outro, um pertencimento e entrelace com a terra que remete a uma trajetória de vida, de cultivo e de afetos. A partir de Freire (1967) podemos pensar como desde o nosso processo de colonização, o primeiro lado se constituiu como hegemônico no que se refere à posse da terra, de modo a ocasionar situações próximas à ocorrida no território sobre o qual nos debruçamos.

Esta reflexão sobre o direito de propriedade, o ser dono da terra, rememorou-nos a obra literária *Torto Arado*. De autoria de Itamar Vieira Junior, tem como cenário um território do campo situado no sertão baiano, denominado Água Negra, em que as irmãs Bibiana e Belonísia, juntamente com suas famílias, assim como os outros moradores da localidade, vivem do trato com a terra. No entanto, chega o momento em que algumas determinações começam a ser impostas pelos proprietários e, em seguida, é desencadeado um processo de disputa pela terra. Frente a isto, em uma das idas de uma das donas da propriedade à Água Negra, Salu – mãe das irmãs mencionadas, pronuncia o seguinte discurso, em desabafo:

“[...] Não sei se a senhora sabe, mas eu peguei em minhas mãos a maioria desses meninos, homens e mulheres que a senhora vê por aí. Sou mãe de pegação deles. Assim como apanhei cada um com minhas mãos, eu pari esta terra. Deixa ver se a senhora entendeu: esta terra mora em mim”, bateu com força em seu peito, “brotou em mim e enraizou.” “Aqui”, bateu novamente no peito, “é a morada da terra. Mora aqui em meu peito porque dela se fez minha vida, com meu povo todinho. No meu peito mora Água Negra, não no documento da fazenda da senhora e de seu marido. Vocês podem até me arrancar dela como uma erva ruim, mas nunca irão arrancar a terra de mim.” (VIEIRA JUNIOR, 2021, p. 230, grifo do autor).

Existe uma vasta produção e problematização sobre a relação História e Literatura, aproximações, distanciamentos entre estas e no que se refere ao real e à ficção. No entanto, na presente tese, não enveredaremos por este debate, mas com vistas a atender e evidenciar os usos que fizemos da obra literária mencionada, recorreremos a Bittencourt (2004) quando evidencia que a literatura tem sido utilizada de maneira interdisciplinar e, na História, aponta

para a possibilidade de compreendê-la como “documentos de época”, ou seja, como fornecedores de indícios sobre seu contexto de produção, sendo uma possibilidade, por exemplo, para refletirmos sobre a questão agrária¹⁹.

Nesse sentido, no tocante a *Torto Arado*, os personagens, o território, a disputa pela terra, bem como o discurso evidenciado são fictícios. Porém, não tão distante de contextos reais e contraditórios como Alagamar e tantos outros alagamares, para retomar uma expressão mencionada no capítulo anterior e “Águas Negras”. Especificamente, apresentamos o trecho da literatura no sentido de problematizar a posse, a propriedade da terra. Assim como mencionou Pires (1980b) em seus argumentos para justificar o direito dos trabalhadores rurais, os escritos de Vieira Júnior (2021)²⁰ permitem compreender e repensar o sentido da posse, do ser dono da terra. Inspirados na personagem quando afirma que “‘Aqui’, bateu novamente no peito, ‘é a morada da terra. Mora aqui em meu peito porque dela se fez minha vida, com meu povo todinho [...]’” (VIEIRA JÚNIOR, 2021, p. 230), podemos afirmar que em Alagamar não apenas as famílias que lá estavam há décadas moravam na terra, mas esta também nestes “morava” e, nessa interface, muitas aprendizagens e vidas foram germinadas.

Considerando esse raciocínio, a carta pastoral citada, além de denunciar a situação dos trabalhadores rurais, ao pautar a desapropriação, apresenta o aparato legal que asseguraria este ato e justifica o porquê. Segundo o documento,

[...]. A campanha dos agricultores e de seus órgãos de classe é para que se dê legalidade ao direito proveniente da necessidade e do trabalho. O Governo o fez em Mucatu, que tinha menor extensão e menor número de famílias. Pode fazê-lo com maior razão em Alagamar e em casos semelhantes até que uma nova legislação consagre o direito do fraco e do necessitado. De certo modo, essa legislação já existe. É o Estatuto da Terra. Ele prevê o caso de Alagamar quando diz: <<As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público nas áreas prioritárias recairão sobre (...) as áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros>> (Art. 20, V). Alagamar está nesse caso. Fica dentro da área declarada prioritária para reforma agrária e tem centenas de arrendatários e posseiros (PIRES, 1980b, p. 47, grifo do autor).

¹⁹ Como exemplo de uma produção que se propõe a pensar a questão agrária a partir da Literatura, destacamos *Representações literárias da questão agrária na primeira metade do século XX*, de autoria de Saldanha (2018). Nesta é realizado um estudo sociológico sobre a temática a partir de obras que integram a Literatura brasileira e a Literatura portuguesa, de modo a pensar as mudanças nas relações de produção no campo e as desigualdades sociais, ocasionadas pelo capitalismo industrial e financeiro.

²⁰ Além dos elementos expostos na presente Tese, a obra literária mencionada permite construir uma série de outras reflexões sobre o território do campo e identidades, latifúndio e violências, disputas e usos do território do campo, religiosidade, a mulher e o campo, cultura, dentre outras.

Em um olhar para a realidade de Alagamar próximo ao apresentado por Dom José Maria Pires na carta pastoral mencionada, Dom Helder Câmara pautava a efetivação do Estatuto da Terra, o que pode ser visto a partir do disposto na reportagem *Dom Hélder: Camponês virou gado*, publicada pelo *Diário de Pernambuco*, em 8 de janeiro de 1980. Nesta o religioso aborda, dentre outros aspectos, o tratamento dispensado aos gados e aos trabalhadores rurais, elementos que evidenciamos no capítulo anterior, ressalta Alagamar como um símbolo da não violência e pauta que “quanto à expulsão dos animais das terras, da qual participou, o arcebispo disse que juntamente com os camponeses ‘afastamos o gado, na esperança de que o Estatuto da Terra, lei da Revolução, fosse respeitado’” (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8 de janeiro de 1980, p. 6, grifo do autor).

Além de Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, outros religiosos buscavam uma solução para a situação de Alagamar, dentre eles, os que podem ser visualizados a partir da reportagem *Querem despejar mais de dois mil posseiros*, veiculada pelo jornal *Luta Democrática*, em 28 de fevereiro de 1978. Conforme consta na fonte consultada:

JOÃO PESSOA (AE-LD) – A desapropriação da Fazenda Alagamar, que se estende por dois municípios paraibanos e abriga famílias de agricultores, ameaçados de despejo, foi solicitada ao Presidente Ernesto Geisel por 72 frades franciscanos e leigos do Nordeste, depois de uma reunião em que refletiram sobre o problema e concluíram pela decisão de apelar ao chefe da Nação.

O documento esclarece a urgência do acolhimento da solicitação de desapropriação da fazenda. Nos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, em favor das 446 famílias cadastradas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba, num total de 2.723 pessoas, ameaçadas em seus direitos ao trabalho e à vida. Lembra, ainda, o documento que o caso se enquadra no Estatuto da Terra (JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 28 de janeiro de 1978, p. 5).

Chama-nos atenção, na reportagem, a compreensão da existência de ameaças ao trabalho e à vida. Isso nos inspira, para em interface com os aportes teóricos que balizam a presente pesquisa, a pensar tais ameaças a partir de duas dimensões. Primeiro, na perspectiva adotada no documento, que direciona a ameaça à vida, enquanto possibilidades de ocorrências de mortes, de assassinatos, considerando o clima de tensão, de violências diversas tais como soltura de bombas de gás lacrimogêneo que estavam ocorrendo. Segundo, como ameaça à vida, retomando o que expomos anteriormente sobre a conexão entre a vida e o trabalho para os homens e mulheres do campo e como as suas existências estão pautadas na conexão com o território a que pertencem. Retirá-los deste, é, também, ameaçar as suas vidas e a continuidade destas.

Além disso, o trecho mencionado nos permite refletir, retomando Severino Silva (2011) sobre a forma como religiosos do Nordeste se envolveram com a situação de Alagamar. Outro elemento a considerar, é que o posicionamento dos 72 frades franciscanos e leigos tem em comum com o adotado por Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, não apenas o seu âmbito de produção – partindo da esfera do religioso, a defesa da desapropriação, mas, também, a referência ao Estatuto da Terra como o aparato que a garante, ênfase esta que era recorrente, também, em discursos de outros agentes externos que requeriam a desapropriação de Alagamar, como, por exemplo, na FETAG na Paraíba.

Isso pode ser observado mediante a reportagem *Fetag encaminha relatório para Confederação*, publicada no jornal *O Norte*, em 16 de janeiro de 1980. Esta trata de que a FETAG encaminhou um relatório para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em que destacam as situações ocorridas em Alagamar, Piacas e Maria de Melo e solicita a desapropriação de toda a área. Conforme a fonte,

O presidente da Fetag citou mais uma vez o Estatuto da Terra, bem como a Mensagem de nº 33 do Presidente Castelo Branco, enviada ao Congresso em 1964 disciplinando a Lei, e ressaltou que “ele nunca foi cumprido, uma vez que foi criado com o objetivo de acabar com o minifúndio e o latifúndio. O minifúndio já não mais existe mas o latifúndio, por sua vez, cresceu muito mais” (JORNAL O NORTE, 16 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Essa ênfase no Estatuto da Terra nos inquietou a pensar sobre a forma como a referida legislação era compreendida no âmbito do movimento social ocorrido em Alagamar. Nesse intento, lembramo-nos da compreensão de que “tal lei se destinava a reformular a estrutura agrária brasileira e servia de aparelho estatal no controle e administração das lutas pela terra” (SILVA, S., 2011, p. 84). No mesmo entendimento, Leonilde Medeiros (1989), refletindo sobre o primeiro governo militar, destaca como este contexto foi perpassado por repressões sofridas pelos trabalhadores rurais e suas formas de organização. Assinala que uma das primeiras medidas adotadas pelo novo governo foi anular um decreto anterior que possibilitava a desapropriação de áreas que estavam situadas às margens de rodovias. Problematisa o fato de que foi neste momento, especificamente, em novembro de 1964, que ocorreu a aprovação do Estatuto da Terra.

Nesse sentido, destaca; “Um dos componentes do projeto modernizante do governo militar, mas também, explicitando sua preocupação com as tensões sociais, o Estatuto da Terra acabou por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta pela reforma agrária” (MEDEIROS, L., 1989, p. 87). Também situando a construção deste no âmbito de

um projeto modernizante para o campo, Salis (2008) apresenta diversos pontos de vista em relação à aprovação e execução do mesmo, as dificuldades de operacionalização deste, e, dentre as suas reflexões, menciona que “[...], a iniciativa que moveu o governo a elaborar o Estatuto da Terra não decorreu de uma motivação meramente política, mas sim do objetivo de alavancar o desenvolvimento capitalista no campo, [...]” (SALIS, 2008, p. 221).

De tal modo, nos autores com os quais dialogamos, percebemos que uma das pautas comumente presentes no que se refere ao Estatuto da Terra, remete às suas intencionalidades. De acordo com Leonilde Medeiros (1989, p. 87), “o questionamento de seus fundamentos só apareceria com vigor quase vinte anos depois, em uma conjuntura bastante distinta. No momento de sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações”. Nessa mesma diretiva, Martins (1986) contextualiza a aprovação do aparato legal mencionado, no âmbito do governo militar. Para ele, “o Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornou tenso, oferecendo riscos políticos” (MARTINS, 1986, p. 96).

Considerando as fontes mencionadas no presente capítulo e que direcionam para a efetivação da desapropriação da área em conflito via Estatuto da Terra, percebemos que, em Alagamar, pela perspectiva dos trabalhadores rurais e dos agentes externos que apoiavam a causa destes, existia uma aproximação com a compreensão desta legislação como uma esperança. No entanto, para retomar Freire (2011b), era uma esperança pautada na luta, no mover-se com o objetivo de que um direito reconhecido por lei fosse assegurado.

Enveredando pelas perspectivas dos trabalhadores rurais e dos agentes externos que os apoiavam, encontramos, conforme evidenciado, uma repetição, uma ênfase, em vários documentos sobre o Estatuto da Terra como o meio para solucionar a problemática de Alagamar. Por outro lado, certa resistência do governo em recorrer a este. Isto nos direcionou a Leonilde Medeiros (1989) quando tratando do referido aparato legal, afirma:

Do ponto de vista do Estatuto da Terra, pelo menos no que diz respeito à reforma agrária, a cobrança do seu cumprimento era feita predominantemente às “autoridades” em especial ao presidente da República. No entanto, na medida em que esse documento tratava das condições de acesso à terra pelo trabalhador e que, portanto, tocava em instituições extremamente sólidas, nota-se nos ofícios e relatórios dirigidos às “autoridades” uma necessidade de legitimar os próprios princípios legais. (MEDEIROS, L., 1989, p. 94, grifos da autora).

Em sintonia com a autora, percebemos que, no tocante a Alagamar, conforme pode ser visualizado nos documentos citados, existia uma menção ao Estatuto da Terra e uma apresentação do vivido no território, de modo a endossar e legitimar que este se enquadrava no disposto em tal lei. Assim sendo, compreendemos que além das diversas formas de violência utilizadas para expulsar as mulheres e homens do campo, essas dificuldades de legitimação, a lentidão deste processo pode ser vista como uma estratégia para forçar a saída destes dos seus territórios.

Ressaltamos que não conseguimos localizar, no caso do movimento social sobre o qual nos debruçamos, um questionamento das bases, dos fundamentos do Estatuto da Terra, para fazer uso de termos evidenciados por Leonilde Medeiros (1989), mas existia um direcionamento para uma problematização e entendimento das contradições que perpassavam o não cumprimento de tal lei, por parte do Estado, tendo em vista que esta por este foi elaborada. Isso pode ser visualizado quando, em uma das reportagens que referenciamos anteriormente, o presidente do Sindicato de Alhandra mencionou que “ele está aí e não foi a gente que criou, foram as autoridades e agora eles não podem pisar o Estatuto” (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 16 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Sobre a atuação da FETAG no contexto de Alagamar, conforme evidenciamos, ocorria no sentido de requerer a desapropriação via Estatuto da Terra e, além disso, cobrando ações do governo, mas, também, socializando em outros espaços a situação que estava sendo vivenciada pelos trabalhadores rurais de Alagamar. Verificamos este fato, por ocasião da vinda do Papa João Paulo II ao Brasil, em julho de 1980, em que fez passagens por localidades como São Paulo–SP e Recife–PE. Encontramos registros dessa visita em reportagens que constam nos jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Brasil*. Nestas constam detalhes da logística que foi preparada, da expectativa que se estabeleceu frente à presença do mesmo no país e no sentido de apresentar a este as realidades de alguns segmentos, dentre eles, os trabalhadores rurais e, nestes, os de Alagamar.

Na reportagem *Agricultor expõe a crise no campo*, publicada no jornal *Diario de Pernambuco*, em 6 de julho de 1980, consta que:

JOÃO PESSOA – O Papa João Paulo II tomará conhecimento dos principais problemas enfrentados pelos agricultores paraibanos. A promessa é de Álvaro Diniz, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (Fetag) e uma das 10 convocadas pela Contag para encontro, no Recife, com o Papa. “Trataremos de mostrar ao chefe da Igreja que a tensão no campo, provocada por ameaças de expulsão e o estado de miséria, atinge

os agricultores em praticamente todos os recantos da Paraíba” – afirma Diniz.

[...]

Pretende Álvaro Diniz fazer com que a Contag encaminhe ao Papa cópia de um memorial entregue ao presidente Figueiredo, durante recente visita à Paraíba, solicitando a desapropriação de 13 mil hectares de terras na região de Alagamar, a 80 quilômetros de João Pessoa, e cobrando a intervenção governamental em disputas entre agricultores e empresas agroindustriais na região canavieira paraibana (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 6 de julho de 1980, p. 7).

Percebemos esta ação como uma tentativa de ampliar a visibilidade do movimento social e do que estava sendo vivenciado em Alagamar, tendo em vista a repercussão e o destaque na mídia que a vinda do referido Papa ocasionou. Como evidenciamos a partir de Lidiane Silva (2010), o vivido no território circulou tanto a partir das manchetes de jornais, como no boca a boca e isso teve uma contribuição significativa para o desfecho do movimento social, tendo em vista o impacto e o destaque que adquiriu no contexto em que ocorreu.

É interessante destacar que por ocasião da visita do Papa João Paulo II em São Paulo, em um evento realizado no Estádio do Morumbi, dentro da programação deste, constou a apresentação de uma parte da Cantata pra Alagamar. Conforme a reportagem *Papa faz pronunciamento social aos operários no Morumbi*, publicada em 03 de julho de 1980, no *Jornal do Brasil*, “Às 16h30m será apresentado um resumo da Cantata de Alagamar, recital de um texto de Waldemar José Solha com música do Maestro José Alberto Kaplan, a respeito da disputa entre camponeses e fazendeiros pelas terras da região de Alagamar, nos municípios paraibanos de Itabaiana e Salgado de São Félix” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 03 de julho de 1980, p. 24). Encontramos vestígios sobre este fato em outra reportagem, a saber, *Papa clama por justiça social diante de 150 mil operários*, do mesmo jornal e publicada em 04 de julho de 1980, onde é evidenciado que “Às 17h15m, o povo já tinha visto o Madrigal Vereda apresentar um resumo da Cantata pra Alagamar, [...]” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 04 de julho de 1980, p. 15).

É interessante assinalar, tomando por base, por exemplo, a última reportagem mencionada, que o evento contou com a presença de líderes sindicais, como o líder sindical metalúrgico, Luís Inácio da Silva (Lula), operários e existia uma expectativa de que o discurso do Papa tivesse uma centralidade em questões pertinentes à classe trabalhadora. No entanto, no documento existem comentários de quatro destes líderes e que remetem a falas como o fato de que este não foi tão incisivo, que teria sido diplomático, genérico, para não

ferir a classe patronal. Apesar disso, sinalizam para a presença de elementos que direcionam a um compromisso com os pobres e oprimidos. Vejamos um dos depoimentos:

Luís Inácio: “Acho que o documento do Papa não está tão incisivo como esperava que estivesse nas questões da classe trabalhadora. Entretanto, é necessário que a gente analise o documento num contexto de todos os pronunciamentos que ele tem feito e foram favoráveis à organização do povo brasileiro. Mesmo não sendo incisivo, o documento deixa clara a definição da Igreja ao lado dos trabalhadores e dos oprimidos. Acho que, de qualquer forma, os trabalhadores aqui presentes terão condições de analisar seu conteúdo com mais sabedoria do que eu” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 04 de julho de 1980, p. 15, grifo do autor).

Estas inquietações quanto ao discurso do pontífice nos direcionaram a Vanderlan Pereira (2012, 2017) quando destaca o perfil conservador deste, as críticas que direcionou à Igreja na América Latina, a forma que era apresentado pela mídia, dentre outros aspectos. Para o autor, “embora sendo apresentado pela mídia mundial como um papa moderno, o papa polonês trouxe para o ambiente eclesial uma série de medidas conservadoras” (PEREIRA, V., 2012, p. 163). Em sua outra obra, evidencia, que “O pontificado do Papa João Paulo II interferiu no modo de se pensar e fazer teologia na América Latina. João Paulo II geralmente se apresentava ao mundo como um papa pop aberto ao diálogo, mas sua experiência com os teólogos foi marcada por dificuldades e sanções” (PEREIRA, V., 2017, p. 116).

Isto nos levou a pensar até que ponto o posicionamento religioso e político do referido pontífice estava afinado, caminhava ao encontro das expectativas que os líderes religiosos, sindicais e trabalhadores construíram em relação à sua vinda ao Brasil. Entendemos ser este distanciamento um dos elementos que contribuiu para que os discursos pronunciados durante a sua presença no país não tenham atendido, em sua completude, a tais expectativas.

Outro elemento que gostaríamos de evidenciar acerca do evento, é que embora existisse uma expectativa de que a fala do religioso fosse destinada às classes trabalhadoras, existiu um clima de controle, por parte da polícia militar, no que se refere às frases que constavam nas faixas, que o público que se destinava ao estádio de futebol, portava, o que podemos observamos a partir de outro trecho da reportagem mencionada, quando destaca:

Faixas proibidas

A Polícia Militar impediu que diversas pessoas entrassem no Estádio do Morumbi portando faixas que diziam: “O operário é um injustiçado pelos homens.” “Segurança é o povo”, “Temos fome e sede de justiça” “A terra é para quem trabalha.” No entanto, alguns trabalhadores conseguiram burlar a vigilância policial e ingressaram no Estádio com faixas que tinham as inscrições: “Pelo fim da lei de segurança nacional” e “Exigimos o fim da

política salarial” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 04 de julho de 1980, p. 15, grifo do autor).

Estes dois elementos nos direcionam a pensar sobre a expressividade e representatividade que a resistência dos trabalhadores rurais de Alagamar adquiriu no cenário nacional, sendo apresentada como uma das possibilidades para problematizar/pensar a luta de classe, no Brasil. Permite refletir, ainda, sobre o contexto de repressão que estava sendo vivido, no país, de censura, de controle, o que pode ser visto a partir da seleção das faixas que poderiam adentrar ao estádio.

Frente a estes elementos, realizando a leitura das fontes, vimo-nos refletindo sobre de onde e por quais motivos teria surgido a temática dos trabalhadores como a centralidade para o discurso do Papa em sua vinda ao país. No *Jornal do Brasil* – RJ, de 08 de julho de 1980, deparamo-nos com a reportagem *Dom Hélder acha que visita sacudirá consciência de todos*, em que é ressaltada a alegria e expectativa de Dom Helder Câmara, frente à vinda do Papa e, além disso, evidencia que:

Dom Helder lembrou que antes de visitar o Brasil, o Papa pediu à CNBB que escolhesse os temas sobre os quais ele deveria falar no país: “foi assim que em São Paulo ele abordou os problemas dos trabalhadores urbanos. No Rio se dirigiu às favelas; em Curitiba, aos imigrantes; aqui, natural que a sua mensagem fosse dirigida aos camponeses, que enfrentam muitas dificuldades”.

- Mas – frisou – essas dificuldades não são privilégio do Brasil. Esse problema não é monopólio nosso (JORNAL DO BRASIL – RJ, 08 de julho de 1980, p. 18).

Podemos perceber, então, indícios de que a pauta com foco nos trabalhadores emerge a partir dessa solicitação feita à CNBB. Destacamos, na fala de Dom Helder Câmara, o uso da expressão “naturalmente” em relação à escolha dos camponeses como o tema escolhido em relação ao Recife. Isso nos remete a compreender como a problemática da terra era intensa em Pernambuco e em estados vizinhos do Nordeste, como a Paraíba. Pensamos que decorre deste fato a presença de Alagamar como um dos assuntos recorrentes dentre as pautas que seriam apresentadas ao Papa, da repercussão do movimento social e a opressão que estava sendo vivida pelos moradores do referido território. É interessante ressaltar que, embora Alagamar tenha sido pautada tanto no evento que ocorreu no Morumbi, como também em Recife, existiu uma movimentação, anterior à vinda do pontífice, no sentido que este realizasse algumas visitas, dentre as quais, aos trabalhadores rurais de Alagamar. Sobre isto

encontramos pistas na reportagem *CNBB diz que Papa quer ver a todos*, do *Jornal do Brasil* – RJ, em 30 de maio de 1980.

Nesta fonte existem dois olhares para o roteiro e vinda do pontífice, a saber: 1) o da CNBB; e, 2) o presente em um abaixo-assinado cuja autoria foi atribuído a agentes de pastorais e comunidades populares da Arquidiocese de Olinda e Recife. No tocante à CNBB, dentre outros elementos, apresenta uma mensagem desta sobre sua leitura da vinda do Papa, onde afirma: “Vindo ao encontro de todos, de modo especial vem ao encontro dos pequeninos, dos mais sofridos, dos migrantes e marginalizados” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 30 de maio de 1980, p. 8). Já no abaixo-assinado, encontramos uma postura mais incisiva em relação a com quem o religioso deveria dialogar e, também, críticas ao governo então em vigor. Nesse sentido, sugere, conforme dito, a realização de algumas visitas, como podemos observar no trecho que segue:

IRMÃO ENTRE IRMÃOS

O abaixo-assinado sugere que “o Papa João Paulo II venha simplesmente como bispo da Igreja de Deus, como irmão entre irmãos, como pobre no meio dos pobres, para anunciar aos pobres a esperança do Evangelho, o Deus dos oprimidos, a libertação dos escravizados, o mundo novo de justiça, igualdade e da fraternidade”.

Propõe, também, uma visita a Lula, “vítima de um sistema de ambição e repressão que desrespeita (sic), inescrupulosamente, os mais sagrados direitos da pessoa humana, os direitos mais elementares do povo”, aos camponeses de Alagamar, área em conflito na Paraíba e aos índios do Araguaia (JORNAL DO BRASIL – RJ, 30 de maio de 1980, p. 8).

É perceptível no trecho do abaixo-assinado evidenciado na reportagem, uma escrita e defesa da vinda do Papa, partindo de uma perspectiva de Igreja afinada com a que esteve presente em Alagamar e expressa, por exemplo, em Pires (1980a, 1980b), apoiando a causa dos trabalhadores rurais mediante diversas ações que elencamos no decorrer da presente tese. Uma vinda que remeteria a um exercício de diálogo com oprimidos, tais como os trabalhadores mencionados e que pudesse trazer à tona problemáticas do tempo atual (a que o documento se refere), como a dos homens e mulheres do campo.

Na simbologia do irmão entre irmãos, uma abertura ao diálogo e de visibilidade a estes e não apenas uma visita diplomática, demarcada por uma postura hierárquica, que fosse restrita apenas a visitas a lideranças políticas e religiosas. Nos termos presentes no documento:

Recife – “Será péssimo se o Papa João Paulo II vier ao Brasil como Chefe de Estado. Como cristãos e patriotas, nos angustiamos só em imaginar o nosso Pastor Universal sentado à mesa dos Palácios, comendo e bebendo com os Anás e Caifaz, Herodes e Pilatos de hoje, de ‘mãos estendidas’ aos que promovem a espoliação de nossa gente, matam o povo de fome, prendem e torturam as lideranças autênticas do povo e sufocam os clamores dos oprimidos” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 30 de maio de 1980, p. 8, grifos do autor).

No entanto, além de registros da atuação da FETAG no tocante a requerer a desapropriação das terras e pensar formas de divulgação da situação vivida em Alagamar como na ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, encontramos críticas que direcionam a uma suposta mudança de posicionamento da referida federação, frente ao caso. Observamos este fato na reportagem *Alagamar: longe do Sul – maravilha*, publicada em *O Pasquim*, entre os dias 4 e 10 de abril de 1980, em que, conforme mencionamos, consta uma entrevista do então arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Segundo a fonte:

Ao fazer uma análise do comportamento das pessoas, grupos ou entidades presentes em Alagamar, o Arcebispo fez algumas críticas a FETAG porque “a princípio teve uma atuação lúcida e corajosa, mas aos poucos foi abandonando a causa da desapropriação, não por convicção, mas em razão das pressões recebidas”. D. José diz que a FETAG aconselhou agricultores detidos a aceitarem um acordo e “desistirem de lutar por aquilo que é direito deles”. O envolvimento direto da Igreja nessa luta deveu-se em parte a esse tipo de vacilação da FETAG, que, segundo D. José, “é a organização que normalmente deveria defender os direitos dos agricultores, mas eles não podiam ficar sem apoio naquele momento” (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 9–10).

Mediante o documento, é possível perceber como existia uma tentativa de controle, uma “pressão”, para usar um termo presente na fonte, sobre aqueles que apoiavam a causa dos trabalhadores rurais de Alagamar. Visualizamos isto em relação a diversos discursos que visavam negatizar a imagem de um segmento, ocorrendo, inclusive, prisões de membros deste e, agora, no tocante à FETAG. No entanto, chama-nos atenção o fato dos participantes do movimento social, mesmo em meio a este recuo, a perseguições, pressões, optarem por uma continuidade da luta e da reivindicação dos seus direitos, o que pode ser atribuído, dentre outros fatores, ao nível de organização que constituíram e à consciência dos seus direitos. Este aspecto, retomaremos no capítulo 5 da presente tese.

Entendemos, nas solturas dos gados nos roçados dos trabalhadores rurais, nas proibições das reuniões, nas perseguições e pressões aos que manifestavam apoio a estes, uma expressão da intensidade da violência e das diferentes formas de opressão que foram

instauradas no território, de tentativas de desmobilização, em resposta à postura questionadora e contestadora adotada pelos participantes do movimento social. Deste modo, recorremos a Leonilde Medeiros (1996), quando realizando uma análise da violência no campo, em diferentes contextos, podemos pensar este conjunto de violências ocorridos em Alagamar como “códigos conhecidos de demonstração de força”, “mecanismos de sujeição”, termos utilizados pela autora. Vejamos:

Os despejos sumários, a matança de animais domésticos, a ronda de ‘jagunços’ em torno das casas são conseqüências mais imediatas da desobediência, constituindo, ao mesmo tempo, enquanto ameaças antecipadas e códigos conhecidos de demonstração de força, mecanismos de sujeição (MEDEIROS, L., 1996, p. 5).

No entanto, conforme dito, estes mecanismos não foram capazes de silenciar as vozes dos participantes do movimento social e, assim, prosseguiram reivindicando, do governo federal e estadual, saídas para a situação. De tal modo, considerando os elementos que apresentamos sobre as leituras dos trabalhadores rurais e dos agentes externos acerca das “saídas”, soluções para a situação que estava sendo vivenciada em Alagamar, no tópico que segue, evidenciaremos as posturas e ações adotadas pelo governo federal e estadual, enfatizando, dentre outros aspectos, aproximações e distanciamentos entre as duas esferas no tocante às pautas dos moradores do território.

4.2 Entre o Governo Estadual e o Governo federal: de onde virá a solução?

Conforme evidenciamos, a situação vivida em Alagamar, no contexto do movimento social, adquiriu amplitude nacional e, podemos acrescentar, constituiu-se como uma das agendas do dia no cenário político estadual e nacional. Exigências de soluções por parte do governo federal e estadual eram realizadas não apenas pelos moradores do território, como por agentes externos. Além disso, forja-se um embate no sentido de definir e afirmar de quem era a responsabilidade acerca da construção de uma solução para o problema. Outro aspecto: frente aos posicionamentos tomados, de qual “lado” tais governos estavam? Dos trabalhadores rurais? Dos novos proprietários? Estas são algumas questões presentes nas fontes com as quais dialogamos e que evidenciaremos nas páginas que seguem, no intento de pensar as saídas propostas pelo governo federal e estadual e as disputas que as perpassam.

Frente a isto, permita-nos o leitor, inverter a sequência linear da escrita, de modo a iniciarmos nossas reflexões a partir de um dos atos finais elaborados pelo governo federal em

Alagamar, no tocante ao recorte temporal em que ocorreu o movimento social, a saber, a vinda do então presidente, João Batista Figueiredo, ao território, episódio com o qual tivemos contato, por exemplo, a partir de reportagens publicadas no *Jornal do Brasil* – RJ e, também, jornal *Diário de Pernambuco*.

No *Jornal do Brasil* – RJ nos deparamos com uma reportagem intitulada *Figueiredo visitará região de Alagamar*, de 19 de junho de 1980, que narra o fato de que um deputado ao saber da ida do presidente ao território, sugeriu que esta visita não fosse realizada para não reacender conflitos. Frente a isto, João Batista Figueiredo apresenta qual o objetivo da sua ida: “Mas o Presidente Figueiredo não concordou com sua tese e acentuou: ‘Eu não vou lá fazer política. Vou para ouvir de todos as suas reivindicações e pontos de vista’” (JORNAL DO BRASIL – RJ, 19 de junho de 1980, p. 5). Frente a esta afirmativa, apresentamos uma questão que será pertinente para problematizarmos como se deu a ação do governo federal em Alagamar, a saber: quais pontos de vista foram ouvidos? A esta, retomaremos posteriormente.

No tocante ao jornal *Diário de Pernambuco*, destacamos duas reportagens. A primeira, tem por título *Figueiredo inicia hoje visita ao NE*. Datada de 26 de junho de 1980, permite compreender que a vinda a Alagamar estava inserida em uma agenda do presidente, que contemplava compromissos pelo Nordeste. Segundo a fonte, “BRASÍLIA – Com o objetivo de assinar convênios, inaugurar obras e fiscalizar projetos governamentais, o presidente João Figueiredo inicia, hoje, uma viagem de dois dias pelos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia, com chegada prevista para as 10 horas em Campina Grande [...]” (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26 de junho de 1980, p.1).

Na agenda, considerando a fonte consultada, estavam, em: a) Campina Grande–PB: inauguração da estrada Queimadas–Boqueirão e do contorno viário; b) Alagamar–PB: entrega dos lotes aos trabalhadores rurais e outras ações; c) João Pessoa–PB: assinatura de convênios entre o governo federal e o governo estadual; d) Sobradinho–PE/BA: inauguração em uma barragem e acionamento de máquinas de um sistema; e) Petrolina–PE: inauguração do novo aeroporto, de uma escola profissional e visita a um projeto de irrigação; e, f) Juazeiro–BA: assinatura de convênios, visita a um estaleiro para lançamento de um dique flutuante no Rio São Francisco e a estandes da Embrapa e da Codevasf.

A segunda reportagem, publicada no jornal mencionado, em 27 de junho de 1980 e intitulada *JBf entrega terra aos camponeses* apresenta, em detalhes, o fato mencionado, ressaltando até o clima (segundo a mesma, um dia chuvoso, mas em que o “sol brilhou” quinze minutos antes da chegada do presidente a Alagamar), a refeição feita por este (comeu

canjica em uma escola, com as mãos, pois recusou o uso do garfo) e um *show* de Luís Gonzaga (organizado pelo INCRA e governo do estado). Conforme a reportagem,

O presidente chegou a Alagamar com 10 minutos de atraso, em um helicóptero do Exército, tendo desembarcado exatamente às 15h18min, após sobrevoar a área que abrange todas as terras desapropriadas e compradas pelo Governo Federal para distribuição com os agricultores. Mais de três mil pessoas compareceram à solenidade de entrega dos títulos de propriedade de terras, espalhadas nas proximidades do palanque coberto de palha de coqueiro.

[...]

O general Figueiredo, após entregar os títulos de propriedade da terra, fez um discurso de improviso, falando a linguagem do povo, afirmando categoricamente que logo ao tomar conhecimento da tensão em Alagamar, determinou a adoção de medidas para solucionar o impasse, com justiça e sem desrespeitar a lei, mas sem o emprego da violência. E adiantou ter *re----do*²¹ apoio dos agricultores que dialogavam com as autoridades enviadas possibilitando a solução de todos os problemas (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 de junho de 1980, p. 18, grifo nosso).

Chama-nos atenção a maneira como o evento foi organizado, o discurso e atitudes do político no mesmo, que direcionavam a uma ideia de “harmonia”, festa, celebração e efetivação de uma solução para Alagamar ou, nas palavras apresentadas pelo presidente e que são evidenciadas no documento citado, “a solução de todos os problemas”. No entanto, a mesma reportagem nos fornece indícios para perceber que a busca de saídas não foi harmônica, nem imediata, mas, perpassada por disputas e embates, conforme evidenciaremos. Tampouco, solucionava “todos os problemas” existentes no território.

Dentre as divergências, pode ser mencionada a questão da adesão ao Cooperativismo, sobre o qual nos debruçaremos no capítulo seguinte, haja vista que mediante os títulos entregues, conforme a fonte consultada, a exploração da terra deveria ocorrer de forma comunitária. Segundo a reportagem,

O presidente da Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar Limitar (sic), Manoel Alves da Silva, voltou a denunciar a ação dos religiosos paraibanos que tentam confundir os agricultores para que não se filiem à Coagral. Na semana passada, segundo revelou, o próprio bispo de Campina Grande, dom José Maria, esteve em Alagamar e exigiu que os agricultores não se dobrassem e só aderissem ao cooperativismo quando o Governo houvesse desapropriado os 17 mil hectares da Região (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 de junho de 1980, p. 18).

²¹ A palavra *re----do*, por nós grifada em itálico na citação, apresenta uma rasura no documento da qual a extraímos, impedindo a sua leitura. As sílabas que substituímos pelos traços (----), correspondem ao trecho não legível da mesma. Pelo contexto da frase em que se situa e da reportagem, pensamos tratar-se da palavra “recebido”.

Nesse ponto, retomamos o questionamento apresentado no início do presente tópico, quando, ao evidenciar o objetivo elencado por João Batista Figueiredo para a sua vinda a Alagamar, questionamos se todos e/ou quais pontos de vista seriam ouvidos. Conforme a fonte mencionada e em outras reportagens com as quais tivemos contato, existiam divergências em torno da adoção do cooperativismo e pelo que observamos a partir de uma publicação em 27 de junho de 1980, do *Jornal do Brasil*, os trabalhadores rurais que não eram favoráveis a esta medida, não conseguiram apresentar o que poderíamos chamar, dos seus “pontos de vista” ao político mencionado. Conforme consta na reportagem *Figueiredo distribui terras em Alagamar*,

Apesar da festa, o Presidente Figueiredo frustrou alguns agricultores de Alagamar, que pretendiam reclamar pessoalmente contra a organização da cooperativa administrada pelo INCRA. Segundo eles, a cooperativa só irá para a frente quando os próprios agricultores a organizarem e dela tomarem conta. Tanto é que das 347 famílias da área, apenas 90 aderiram à cooperativa criada pelo Governo (JORNAL DO BRASIL–RJ, 27 de junho de 1980, p. 6).

Isso nos direciona a pensar, até que ponto as soluções adotadas para a situação de Alagamar, consideraram os “diversos pontos de vista” e as necessidades e expectativas dos trabalhadores rurais. Os elementos até o momento apontados nos direcionam a pensar não a existência de um contexto de diálogo entre trabalhadores rurais e seus representantes e o governo federal, mas de vigilância, de controle, por parte deste último, contando, inclusive, com a presença do Serviço Nacional de Informações (SNI), conforme veremos. De tal modo, retomamos Freire (2011a) quando refletindo sobre o diálogo destaca:

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2011a, p. 109).

Frente a esta definição de diálogo, podemos pensar que a base de um governo situado em uma ditadura, como ocorria nacionalmente no contexto da Luta do Povo de Alagamar, é o antidiálogo, pautado no endereçamento a, e não no decidir com. De tal modo, compreendemos o não exercício de escuta dos pontos divergentes, dos diversos pontos de vista sobre o cooperativismo que seria implantado no território, como uma manifestação dessa marca antidialógica do governo que estava em curso. Em um contexto em que o dialogar e se manifestar era um perigo à “manutenção da ordem”, Alagamar emerge ocasionando

tensionamentos, disputas, (re)leituras e (re)configurações sobre a discussão da posse da terra, o sentido de “ser dono” e desvelando situações de opressões, exclusões e negação de direitos.

Além disso, em relação ao governo federal, outro elemento recorrente e que percebemos no discurso de dois presidentes que estiveram representando esta esfera, durante o contexto em que ocorreu o movimento social, remete a uma ênfase na agilidade e na prontidão em resolver as demandas que emergiam do território em conflito. Observamos este fato no discurso pronunciado por João Batista Figueiredo durante a sua ida a Alagamar e, também, no do seu antecessor, Ernesto Geisel.

Afirmamos isto, partindo da reportagem *Alagamar*, do *Diario de Pernambuco*, de 7 de janeiro de 1980. Esta evidencia que nos últimos meses do mandato, Ernesto Geisel visitou a Paraíba e teve contato com manifestações de moradores do território em conflito em que solicitavam a posse da terra. O documento afirma que este ficou comovido e que, “dispensando burocracia, concedeu títulos de propriedade a algumas dezenas de posseiros, reconhecendo implicitamente como legítimo o direito dos demais” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 de janeiro de 1980, p. 2). Fazendo uma conexão entre os discursos de prontidão pronunciados pelos governos e observando as diversas ações que foram realizadas pelos trabalhadores rurais, é possível pensar que as soluções não foram tão imediatas, urgentes como se buscava afirmar, basta pensar, por exemplo, que as reivindicações dos trabalhadores rurais começam a partir de 1975, e apenas no início de 1980 são postas as medidas as quais referenciamos anteriormente.

Em contraposição ao discurso do referido presidente, mediante a sua vinda a Paraíba, verificamos a partir de Vanderlan Pereira (2017) que os trabalhadores rurais de Alagamar tentaram um encontro com o mesmo, em uma destas vindas, mas não foram atendidos. Nas palavras do referido autor, “em 07 de novembro de 1978, por ocasião da vinda do presidente da República Ernesto Geisel à Paraíba, os agricultores de Alagamar tentaram se encontrar com ele para relatar o drama no qual estavam imersos e denunciarem as atrocidades ocorridas em Alagamar” (PEREIRA, V., 2017, p. 241). Cabe destacar que essa postura de buscar apresentar a situação vivida, de denunciar, de dialogar, era uma constante nas ações realizadas pelos trabalhadores rurais participantes do movimento social, no sentido de fazer ver as situações de opressão que estavam ocorrendo. No entanto, “os camponeses ficaram diante do Palácio do Governo à espera do chefe da nação, mas esse passou indiferente com relação aos manifestantes” (PEREIRA, V., 2017, p. 241).

Sobre este episódio, encontramos registros na reportagem *Geisel não fala com o povo*, publicada em 8 de novembro de 1978, no jornal *Tribuna da Imprensa*, em que consta:

O encontro de Geisel com os líderes políticos regionais em João Pessoa durou apenas cinco minutos, ao deixar o Palácio, Geisel entrou rapidamente no carro que o conduziu ao bairro de Mandacaru, para inaugurar o centro social urbano. O presidente ignorou a presença na praça João Pessoa de cerca de 500 agricultores, representando 700 famílias, que pretendiam entregar-lhe um manifesto pedindo sua interferência para sustar a expulsão desses agricultores das terras que ocupam, em Alagamar e Piacas. Durante duas horas, os agricultores permaneceram no sol, diante do Palácio, cantando versos de uma composição musical em que diziam: “Alagamar, Alagamar, no_ssa vitória é nosas (sic) união²²”. A segurança do presidente procurou, por duas vezes, impedir a manifestação, que todavia, foi mantida em tom sereno. Mais tarde, o assessor de Imprensa do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwing, mostrou interesse em procurar os manifestantes, em sua maioria crianças com bandeiras da Paraíba. Mas, a essa altura, Geisel já deixava o Palácio da Redenção (JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA, 08 de novembro de 1978, p. 7).

A fonte mencionada nos fornece indícios que corroboram com o exposto no sentido de que as ações elaboradas para Alagamar não resultaram de uma “prontidão” por parte do governo federal, em resolver a situação de maneira mais rápida possível, como alguns discursos apresentados por líderes políticos que visavam ratificar evidenciavam. Nesse sentido, compreendemos tais medidas como resultado dos embates, das tensões, das resistências que os trabalhadores rurais continuamente construíram, mesmo em alguns momentos não sendo ouvidos, no sentido de fazer ver o que estava ocorrendo no território e, a partir disso, que medidas fossem tomadas. Permite-nos, assim, romper com uma compreensão das medidas adotadas como uma doação, algo harmônico, mas situando-a em um conjunto de interesses, de leituras e usos divergentes do território.

Conforme Freire (2011a, p. 46), “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca”. Em interface com o exposto e compreendendo a Luta do Povo de Alagamar, também, como uma busca por liberdade (para plantar sem o gado destruindo as plantações, para a entrada de agentes externos no território, para construir seus usos da terra e vivenciá-la como espaço de vida), entendemos a postura adotada pelos trabalhadores rurais, como situadas dentro desse exercício de “permanente busca”, tanto que, como veremos posteriormente no capítulo 5, em meio às propostas de solução por parte do Estado, a luta precisou continuar. No caso do movimento social, esse exercício de “permanente busca” perpassava por construções de reflexões acerca de suas realidades, das ações tomadas pelos governos e da problematização se estas atendiam às suas necessidades.

²² Os versos evidenciados apresentam aproximações com trechos do Hino de Alagamar. Pensamos, então, que era este hino que estava sendo entoado pelos trabalhadores rurais presentes no ato.

É interessante ressaltar, ainda, que na reportagem *Alagamar*, anteriormente mencionada, do jornal *Diario de Pernambuco*, de 7 de janeiro de 1980, existe uma afirmação, por parte do jornal, de uma diferenciação entre a postura adotada pelo governo federal e por outras autoridades. Conforme a fonte,

Nesta semana, repetiram-se na Paraíba os conflitos pela posse de terras em Alagamar e as autoridades agem diferentemente do que recomendaria Geisel: atendendo pedido do industrial José Valdomiro Ribeiro Coutinho, policiais prendem e espancam agricultores, causando vexames ao governador Burity (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 7 de janeiro de 1980, p. 2).

Percebemos, então, como a busca para a solução, por uma saída para Alagamar desencadeou leituras diversas que, inclusive, associavam o governo do estado como responsável pelas violências ocorridas no território, ao passo que a polícia, supostamente, atendia aos interesses de um dos novos proprietários das terras, conforme exposto no trecho citado. Verificamos que, além de um debate referente a quem seria o responsável por resolver a situação, existia, também, muitas inquietações a responsabilidade pelas violências que estavam ocorrendo e tensões. Para uns, o governo estadual. Para outros, o federal. No que se refere às tensões, como vimos, até mesmo o segmento católico que prestava apoio aos trabalhadores rurais, era acusado de incentivar a subversão. Como afirmamos, alicerçados nos autores com os quais dialogamos, tais questionamentos e respostas para estes, partem de leituras distintas do território do campo e de seus usos.

Considerando as fontes com as quais dialogamos, inquietamo-nos no sentido de se as posturas adotadas pelo governo federal e estadual seriam tão distintas como aponta a reportagem. Em ambos, percebemos o uso de instrumentos de controle, de repressão. Se no âmbito do segundo, conforme a fonte, existia o uso da polícia, no primeiro, como veremos, ocorria um controle a partir da presença do SNI. De tal modo, compreendemos que suas atuações foram gestadas próximas a uma perspectiva de desmobilização do movimento social e não de solução das problemáticas existentes no território.

No entanto, se existiam essas acusações de posturas distintas entre o governo estadual e o governo federal, encontramos, também, aproximações entre ambos. Afirmamos isto a partir da reportagem *Situação em Alagamar pode ser normalizada*, do jornal *Diario de Pernambuco*. Datada de 17 de janeiro de 1980, menciona uma reunião ocorrida entre o governador do estado, Tarcísio Burity e representantes do Gabinete Militar da Presidência da

República, do INCRA e o chefe do SNI, em que foram tomadas medidas conjuntas entre as duas esferas. Segundo a reportagem, as medidas são:

1 – Os agricultores poderão, de imediato iniciar todo o trabalho de cultivo da terra, sem nenhum impedimento, nem de área a ser escolhida, nem relativamente à espécie de lavoura a ser plantada.

2 – O gado do proprietário será imediatamente afastado, não só da área de cultivo, mas de toda a propriedade Maria de Melo, pois a criação de reses no local é incompatível tecnicamente, com o destino da lavoura de subsistência.

3 – O Governo do Estado, ao lado do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, iniciará, a partir de hoje, toda uma ação de apoio ao trabalho dos agricultores, consistindo em oferta de sementes para plantação, assistência técnica e de mecanização da lavoura, em distribuição, de silos metálicos, implantação de sistema de abastecimento de água, programas de saúde, de educação e de construção de estradas vicinais.

4 – O governo do Estado e o Governo Federal vão comprar a propriedade Maria de Melo, cujas terras serão revertidas em benefício dos agricultores locais. Logo após a compra, o Governo do Estado criará uma cooperativa a ser constituída pelos agricultores e por eles dirigida cabendo ao Estado dar assistência para que tenha boa produção e condições de comercialização.

5 – As terras serão tituladas para os agricultores e eles receberão a ação supletiva do Governo do Estado em todos os setores de atividades.

6 – Amanhã, o governador constituirá um grupo de trabalho para elaborar e pôr em prática todas as medidas.

As área total a ser comprada (sic) é de 739 hectares, correspondente à propriedade Maria de Melo.

Conjuntamente, serão desapropriados 2 mil hectares nas propriedades Alagamar e Piacas (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 de janeiro de 1980, p. 16).

Dentre os elementos que podemos destacar a partir do referido documento, ressaltamos o fato de que a proposta de solução evidenciada se limitava à compra de Maria de Melo (739 hectares) e a desapropriação de 2 mil hectares em Alagamar e Piacas, totalizando 2.739 hectares²³. Como ressaltamos anteriormente, a Grande Alagamar correspondia a uma área de 13.000 hectares, ou seja, as ações propostas por ambos os governos não contemplavam todo o território e nos permitem pensar, assim, se solucionaria, na prática, a

²³ Na reportagem *Incra indica forma que pode solucionar questões fundiárias*, do *Diario de Pernambuco*, em 17 de janeiro de 1980, existe referência a um Decreto de desapropriação que abrange Alagamar e Piacas. Nela um representante do Incra no Nordeste regional meridional, esclarece que Alagamar e Piacas/Maria de Melo são casos distintos. Sobre Maria de Melo, consta que “Assim, a dita propriedade não está, no momento, sob domínio do Incra e, por consequência não sendo objeto de ações diretas do Instituto” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 17 de janeiro de 1980). Isso nos elucida a complexidade em pensar/problematicar o processo de desapropriação das terras, tendo em vista que não ocorreu de maneira única e total, bem como ratifica a necessidade, conforme mencionamos no Capítulo III e em articulação com a discussão de território na qual nos pautamos, de entender os “alagamares” que compõem Alagamar ou a “Grande Alagamar”. Permite-nos compreender, assim, que o território não é uma unidade harmônica, mas perpassado por diversos territórios, tensões, disputas e elementos históricos, políticos, econômicos, dentre outros.

problemática do acesso e permanência na terra, tendo em vista a quantidade de famílias que existiam na localidade.

Outro elemento a evidenciar, remete a referência à ausência de restrições quanto ao tipo de plantios que poderiam ser efetuados pelos trabalhadores rurais. Isto significaria uma modificação em relação ao cenário anterior e de uso do território, se considerarmos que como destacamos em Gildivan Neves (2011, 2014) as atividades que podiam ser desenvolvidas eram condicionadas aos interesses do antigo proprietário. Outro item evidenciado na proposta se refere à questão da retirada do gado²⁴ que, como evidenciamos, configurou-se como uma problemática central, a partir da eclosão da resistência dos moradores de Alagamar, tendo sido utilizado como um meio para forçar a saída destes.

Outro aspecto a destacar, partindo da reportagem evidenciada, refere-se à presença de um representante do SNI na reunião, a partir da qual foram elencadas as medidas. De acordo com Quadrat (2012, p. 20) “[...] uma das principais características da ditadura brasileira foi o forte investimento no binômio informação – repressão”. É nesse intento de fornecer informações, que é criado o referido serviço em 13 de junho de 1964, mediante a Lei nº 4.341, durante o governo de Humberto Castello Branco.

De acordo com informações que constam no documento Comissão Nacional da Verdade - Relatório²⁵, “dentro da chamada comunidade de informações, o SNI se revelou o único organismo a ter funções definidas, que eram coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir informações sobre os opositores ao regime” (BRASIL, 2014, p. 118). Tais informações eram utilizadas para a tomada de medidas por parte do governo federal, conforme veremos a respeito de Alagamar, como, também, para combater ideias que eram destoantes das defendidas pelo regime em vigor.

²⁴ Identificamos algumas reportagens que fazem referência ao não cumprimento da promessa de retirada dos gados das plantações. No entanto, nestas não consta a data de publicação e a narrativa nela presente não nos fornece indícios que permitam situá-la temporalmente. É o caso, por exemplo, da intitulada *Irmã Marlene cobra não cumprimento de promessa*. Nesta também não é visível o veículo em que foi publicada. Na pesquisa nos deparamos com uma reportagem publicada no jornal *O Norte*, intitulada *Colono diz que Burity fez promessa de retirar gado*. Esta é datada de 13 de janeiro de 1980, ou seja, data anterior à realização da reunião entre Governo Federal e Estadual, que resultou na listagem das medidas anteriormente expostas, o que nos permite inferir que a problemática mencionada já tinha sido pautada no âmbito do governo estadual.

²⁵ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada mediante a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, onde, dentre outras questões, pode ser visualizada a finalidade do órgão provisório, que consiste em: “Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011, [s.p.]). A referida Lei, pode ser acessada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Já o relatório a que fizemos referência, resultado dos trabalhos da comissão mencionada, consta disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

Na lei de criação do referido serviço, constam elementos como a organização do órgão – compreende uma chefia que comporta o Chefe do Serviço e Gabinete, além de uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais, crédito especial para funcionamento deste, funcionários e em seus dois primeiros artigos são apresentados aspectos sobre sua criação e finalidade. Vejamos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação (sic), em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

- a) assessorar o Presidente da República (sic) na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;
- b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando fôr o caso, com as administrações municipais;
- c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria - Geral dêsse Conselho;
- d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes (BRASIL, 1964, [s.p.], grifos do autor).

Manter a segurança nacional remetia, no contexto em discussão, a controlar e punir aquilo que fosse contrário ao regime em vigor. Nesse sentido, um dos espaços em que o órgão, com as finalidades descritas na Lei, funcionou, foi no tocante ao acompanhamento de conflitos que perpassavam a questão da terra, mapeando, por exemplo, supostas ameaças de grupos de esquerda ou apontados como detentores de relações com o comunismo, como segmentos católicos que lutavam junto aos trabalhadores rurais. Isso nos lembra Quadrat (2012) quando discorrendo sobre a formação dos que atuavam nos serviços de informação e/ou de repressão, evidencia que “no quesito segurança nacional, alvo deste artigo, um ponto de destacava: o combate ao comunismo se daria em várias esferas, inclusive militar, política, econômica e psicossocial” (QUADRAT, 2012, p. 21).

Na documentação com a qual nos deparamos, encontramos diversas referências à necessidade de combater as ideias comunistas, inclusive, a perseguição aos religiosos

católicos que eram oriundos de outros países e que atuavam em Alagamar, dava-se nessa perspectiva. Eram vistos como infiltrados, que propagavam ideias de esquerda e o comunismo, conforme referenciamos em outros momentos da presente tese.

Na fonte Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final, existem referências à atuação do SNI, dentre elas, sobre a questão agrária, conforme consta em sua “Seção 4 – Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses”, no tópico intitulado “4.1.2 SNI: a vigilância sobre o meio rural paraibano”. Assim sendo, afirma: “No estado da Paraíba, durante o período da ditadura militar, várias pessoas e entidades, que apoiavam ou acompanhavam as lutas dos camponeses e de índios Potiguara por melhores condições de vida no campo, tiveram seus nomes registrados no SNI.” (PARAÍBA, 2017, p. 420).

Neste relatório final, existe uma sequência de resumos de documentos/informes “confidenciais”²⁶ (expressão presente na fonte), e nos chamou atenção as observações e registros que eram feitos em relação aos indivíduos. Constan itens como: participação em eventos, ministração de palestras, presença em passeatas, promoção de reuniões, receber cartas de “países comunistas”, influência na área rural, encenação de peça de teatro com “temas socialistas-comunistas”, andar sempre com estudantes, agitar meios estudantis, coordenação de movimentos, dentre outros. Isto nos fez refletir sobre a intensidade do controle e da fiscalização que era realizada pelo referido serviço de inteligência, de modo que as mais diversas práticas poderiam ser enquadradas como subversivas, risco para a segurança nacional e, no tocante à questão agrária, não foi diferente.

Especificamente sobre Alagamar, no diálogo com as fontes pesquisadas, encontramos indícios que nos permitem afirmar que existia um acompanhamento, por parte do governo federal, da situação que estava ocorrendo no território e isto era feito a partir do referido órgão. Na reportagem, *SNI tem 2 mil pessoas e verba de Cr\$ 700 milhões*, publicada no *Jornal do Brasil* – RJ, em 22 de março de 1981, em que é abordada a estrutura de funcionamento deste e, dentre outras questões, consta que:

A Zona da Mata Pernambucana, onde se concentram 240 mil trabalhadores rurais em estado de pobreza quase absoluta, passou a ser considerada área de estudo, depois que os órgãos de informação detectaram o ressurgimento de

²⁶ Dentre os documentos/informes “confidenciais” resumidos no relatório, existem dois que fazem referência a Alagamar, ambos de 1983. Um trata do aumento de sócios na Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar (COOGRAL) e da “plena calma” no território. O outro, da requisição de Ivo Domingos da Silva, engenheiro agrônomo e, também, funcionário da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para gerenciar a Cooperativa em Alagamar.

sindicalismo na região. A mesma atenção tem sido dada à região de Alagamar, na Paraíba, onde o SNI promoveu a distribuição de terras entre posseiros.

Essas duas áreas de tensão social estão sendo acompanhadas de perto pelo Governo, que, através de uma rede de informantes coordenada pelo Coronel Cildenor de Moura Lima, sabe da existência do envolvimento da Igreja, da atuação das organizações de esquerda e da situação de trabalhadores, fornecedores de cana e usineiros (JORNAL DO BRASIL–RJ, 22 de março de 1981, p. 12).

Sobre a atuação do SNI em Alagamar, encontramos pistas, também, em outra reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*–RJ. Datada de 07 de fevereiro de 1983 e intitulada *Cruz diz que Medeiros nada tem a ver com Baumgarten*, apresenta uma entrevista²⁷ concedida pelo general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI, ao *Correio Braziliense* em que foram tratadas temáticas como Alagamar e reservas indígenas. Vejamos:

Fazendas Alagamar

E de fazenda, será que o SNI também entende?

Provavelmente, o repórter quer referir-se as Fazendas Reunidas Alagamar na Paraíba, para cuja solução do problema muito valeu a participação do SNI. Se entende ou não, conclua o repórter. As informações produzidas pelo SNI possibilitaram a compra da área das fazendas, num total de 9 mil 282 ha, onde cerca de 446 famílias viviam insatisfeitas e sob permanente clima de tensão social, ameaçadas de expulsão. O Governo federal, por intermédio do INCRA, adquiriu as terras e fundou uma cooperativa, onde todos possuem o usufruto das terras que ocupavam obtendo o sustento e o progresso social dos seus familiares, pelo produto final do trabalho coletivo. No momento, a situação em Alagamar é de tranquilidade, reinando um ambiente de satisfação e de trabalho. (JORNAL DO BRASIL–RJ, 07 de fevereiro de 1983, p. 4, grifo do autor).

Tranquilidade, satisfação, trabalho e calma – termos utilizados para referenciar a situação em Alagamar, mediante as medidas adotadas via informações do SNI. Isso nos inquieta a pensar se tais medidas remeteram a uma real resolução da situação ou uma estratégia para fortalecer os interesses dos governos e seus aliados. De tal modo, remetemos ao Relatório Final anteriormente mencionado, quando afirma: “Nos documentos disponíveis –

²⁷ Na reportagem, consta o registro de que o *Jornal do Brasil* solicitou uma entrevista ao general mencionado. Posteriormente, um repórter entregou na Agência Central um questionário no qual constavam quatro perguntas a serem respondidas, mas não obteve retorno. Segundo o documento, foram quatro tentativas de realização da entrevista e “nas quatro tentativas de entrevista feitas pelo repórter, recolheram sua carteira de identidade por períodos de até 15 minutos, comunicando-lhe um porteiro, por fim, que só poderia entrar na agência com uma autorização do Palácio do Planalto” (JORNAL DO BRASIL–RJ, 07 de fevereiro de 1983, p. 4). Existe, também, a menção ao fato de que a entrevista ao *Correio Braziliense* foi concedida após uma semana de tentativas. Compreendemos isso como um reflexo do controle (da informação e dos indivíduos, expresso, por exemplo, a partir da retenção do documento de identificação do repórter), presente na forma de governo que então estava em curso e nos permite perceber como a imprensa, a circulação da informação eram tratadas, de modo a determinar quais informações deveriam ser repassadas e através de qual veículo.

‘confidenciais’ – é possível observar que o regime de ditadura-militar instalado no Brasil, em 1964, fortaleceu o poder do latifúndio no estado da Paraíba” (PARAÍBA, 2017, p. 426).

Além destas fontes que apontam para a atuação do SNI²⁸ em Alagamar, mediante o controle de quem poderia acessar a localidade ou a coleta de informações que foram utilizadas para a elaboração de soluções, encontramos um registro da presença do chefe do referido serviço, no território. Segundo a reportagem *Os camponeses festejam: os bois estão indo embora*, publicada no *Jornal da República*, em 22 de janeiro de 1980, ocorreu um final de semana festivo em Alagamar, tendo em vista a realização de uma missa, celebrada por Dom José Maria Pires, o anúncio de que o governo adquiriria a Fazenda Maria de Melo (739 hectares) e a retirada do gado da propriedade.

De acordo com a fonte, os moradores viram com alegria a retirada do gado e ocorreu inclusive, queima de fogos. Ao detalhar tal episódio, menciona: “Já no domingo, caminhões do DNER – Polícia Rodoviária – levaram o gado de Ribeiro Coutinho para outras paragens e os camponeses em cânticos que eram ouvidos pelo chefe do SNI, general Octávio Medeiros, pediam a posse de todos os 13 mil hectares de Alagamar” (JORNAL DA REPÚBLICA, 22 de janeiro de 1980, p. 8).

Estes achados permitem ratificar um entendimento: o quanto ainda existe a ser dito e (re)pensado sobre o movimento social, principalmente, no tocante a pensá-lo situado em um contexto histórico perpassado por uma ditadura civil-militar. Contexto este em que as organizações de trabalhadores foram fortemente reprimidas, líderes perseguidos, presos, até mesmo assassinados, conforme evidencia Leonilde Medeiros (1989).

Nas pesquisas que realizamos anteriormente, fizemos sinalizações acerca desta questão; no entanto, as novas fontes com as quais tivemos contato, durante a pesquisa de doutorado, especificamente, as que constam no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, permitiram-nos ter indícios dos mecanismos utilizados pelo regime, no sentido de acompanhar, de perto, as ações que eram realizadas pelos trabalhadores rurais e, a partir disso, pensar formas de desarticulá-los. Nesse sentido, pensar a atuação do referido órgão, constitui-

²⁸ Um elemento a ressaltar é que, dentre aqueles que atuaram como chefes do referido órgão, podem ser mencionados presidentes como Emílio Garrastazu Médici e João Batista de Oliveira Figueiredo (BRASIL, 2014). O documento citado, permite inferir que este último, exerceu o cargo de Presidente do Brasil, posteriormente ao ter sido chefe do SNI. O referido órgão teve uma atuação em Alagamar, constituindo-se, inclusive, como uma das bases para a tomada de decisões do governo federal frente ao contexto que estava instaurado neste território. Isso nos inquietou a pensar que os olhares de João Batista Figueiredo para Alagamar podem ter sido perpassados por esses dois lugares que ocupou e das informações às quais teve acesso – enquanto presidente do Brasil e chefe do SNI.

se como um elemento significativo para compreender a maneira como o Estado, no contexto mencionado, portou-se frente à questão agrária e aos diversos movimentos sociais de luta pela terra que ocorreram neste.

Ditas estas questões sobre a atuação do SNI, mencionamos que além das fontes citadas, na reportagem intitulada *Bronzeado inicia implantação de seis medidas em Alagamar*, publicada no jornal *A União*, 16 de janeiro de 1980, encontramos o registro de medidas que foram adotadas pelo governo do estado, no sentido de apontar soluções para a situação de Alagamar. De tal modo, no documento consta:

[...] As providências, idealizadas pelo Governador, anteontem, antes de viajar a Brasília, a fim de avistar-se com o presidente Figueiredo, com vistas a solução para o problema de Alagamar, são as seguintes:

- a) criação de um posto médico em Alagamar, para atendimento aos camponeses necessitados de cuidados médico-odontológicos e até mesmo hospitalares.
- b) reparo nas estradas que dão acesso a Alagamar, para facilitar o tráfego.
- c) um caminhão – pipa para atender a população camponesa, diariamente, com água potável, providência esta que está sendo tomada em conjunto com o secretário Hermano Almeida, dos Transportes.
- d) abertura de um posto Cobal, tendo o secretário Luiz Bronzeado entrado em contato com o Recife, a fim de assegurar o breve funcionamento deste ponto, em que os agricultores poderão adquirir alimentos a baixo custo.
- e) abrir o tráfego geral para quaisquer pessoas que desejem ter acesso a Alagamar, prevendo-se ampla liberdade de reunião, não apenas nas estradas, mas também em todas as fazendas de Alagamar.
- f) e, finalmente, reduzir o número dos componentes do destacamento, para apenas sete homens, reiterando-se as ordens no sentido da absoluta imparcialidade na manutenção da ordem pública (JORNAL A UNIÃO, 16 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Mediante as questões apontadas pelo governo estadual e federal e considerando que, como refletimos anteriormente, as soluções apontadas para o vivido em Alagamar partiam de leituras, interesses e usos distintos do território, inquieta-nos entender em que medida as soluções propostas atenderam às realidades dos moradores. Cabe destacar que os participantes do movimento social se organizavam tanto no sentido de requerer soluções para a situação vivenciada, como em dialogar, problematizar e se pronunciar frente às propostas apresentadas pelo governo. Essa postura nos remete ao entendimento do significado do diálogo entre os trabalhadores rurais participantes do movimento social para que fossem efetivadas soluções que atendessem às suas demandas e necessidades, diálogo que era efetivado a partir das reuniões que como assinalamos anteriormente, também foram alvo de proibições.

Assim sendo, sobre o posicionamento dos trabalhadores rurais frente às soluções apresentadas e esta postura dialógica, encontramos pistas no Informativo Arquidiocesano, n. 83 (1980), quando destaca:

RESPOSTA DADA PELOS AGRICULTORES DE GRANDE ALAGAMAR À SOLUÇÃO DO GOVERNO

Nós agricultores da Grande Alagamar reunidos para discutir a decisão do Governo Federal e Estadual de comprarem a fazenda Maria de Melo, entendemos o seguinte:

1. Para resolver definitivamente o problema da região é necessário a desapropriação da Grande Alagamar que tem a área de 13.000 ha, e engloba Urna, Salomão, fazenda Modelo e outros.
2. Que para se fazer cumprir o Estatuto da Terra (Lei 4.504) que regulamenta a Reforma Agrária, o procedimento deveria ter sido a desapropriação por interesse social e não a compra, uma vez que há tensão social na área.
3. A divisão da terra em Alagamar, Piacas e Maria de Melo deve obedecer também ao Estatuto da Terra, isto é, as parcelas deverão ter o mínimo de 25 ha. Não aceitamos o minifúndio.
4. A cooperativa só deve ser fundada depois de nós pensar e decidir junto com todo o povo.
5. Que realmente precisamos de estradas, posto médico e que a professora seja filha de agricultor da área.
6. Que nos entenderemos com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, amanhã, para discutirmos os detalhes da decisão do governo e a nossa posição.

A LUTA CONTINUA!

João Pessoa, 17 de janeiro de 1980

Assinam pelos agricultores da Grande Alagamar:

Manoel Justino e Antônio Barbosa

(INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, n. 83, 1980, p. 15).

O posicionamento dos trabalhadores rurais pode ser sintetizado a partir de uma das frases presentes no documento mencionado, a saber, “A LUTA CONTINUA!”, afirmação acerca da qual retornaremos posteriormente. Na resposta dada pelos participantes do movimento social, é possível perceber ressalvas (ênfase na desapropriação da Grande Alagamar), discordância (destaque de que deveria ter sido feita a desapropriação e não a compra), concordância (no que se refere às estradas, posto médico), dentre outras questões, o que nos faz pensar sobre como as soluções não eram acatadas passivamente, mas problematizadas a partir do diálogo entre os trabalhadores rurais, considerando suas experiências no território e de luta, e destes com os órgãos como, por exemplo, a FETAG.

Dito isto e retomando o debate sobre as soluções para a questão da terra no território em discussão, no que se refere às leituras, feitas por indivíduos e instituições, acerca da atuação do Governo Estadual, encontramos três perspectivas, a saber: 1) críticas à ausência de

uma solução por parte deste ou às medidas adotadas; 2) compreensão de que solucionar o problema não era uma atribuição do âmbito estadual, mas, sim do Governo Federal; e, 3) elogio ao posicionamento de Tarcísio Burity. Vejamos, então, algumas reflexões sobre estas compreensões.

Sobre a primeira perspectiva, encontramos, na reportagem *DCE repudia a violência da Polícia*, publicada em jornal *O Norte*, em 4 de janeiro de 1980, uma nota elaborada pelo Diretório Central dos Estudantes. Segue um trecho da nota:

É a fome, a miséria, a alta do custo de vida, tudo isso decorrente do regime de exploração a que está submetida a maioria do povo brasileiro que motiva a luta dos agricultores de Alagamar, Piacas, Caipora e Maria de Melo. E diante disso qual a posição que o governo assume?

Até o momento não tomou nenhuma atitude no sentido de resolver os conflitos. Isto porque entendemos que não é as custas de bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, fuzis e metralhadoras que se acaba com a miséria. Afinal de contas o sr. Burity não está governando com o povo e sim com a força da repressão.

Na sua última declaração ele fala que a sua função é cumprir leis. Mas que leis o Sr. Burity cumpre? As leis da ditadura. As leis da exceção, que são mais de insegurança que de segurança nacional. As mesmas leis elaboradas para favorecer o arbítrio (JORNAL O NORTE, 04 de janeiro de 1980, [s.p.]).

A nota é categórica em atribuir ao governo estadual a responsabilidade pelo clima de violência que foi instaurada no território e que já evidenciamos nos capítulos anteriores e de que o governo, nada fez para solucionar a situação. Chama-nos atenção a forma como apresenta/insere o vivido pelos moradores, no contexto nacional, perpassado por explorações. Isso vai ao encontro do que destacamos em outro momento da presente tese, quando pautamos a necessidade de compreender Alagamar em diálogo com outros contextos, territórios e realidades, em interface com questões políticas, econômicas do momento histórico em que ocorreu e que não eram restritas apenas ao âmbito local.

O documento fornece indícios, também, para pensar como no âmbito de um contexto político perpassado por uma ditadura civil-militar, as ações de resistência realizadas pelos trabalhadores rurais no movimento social, foram tratadas pelos governos. Segundo a fonte e em interface com outros documentos mencionados, podemos perceber marcas de repressão, de opressão, de prisões e de tentativas de desmobilizações como mediante a proibição da realização das reuniões e do acesso, por parte de agentes externos, ao território.

O tratamento direcionado às ações dos moradores, direciona a Leonilde Medeiros (1989), quando discorrendo sobre os movimentos sociais no contexto ditatorial, no Brasil, faz

uso do termo “Atomização das lutas” e evidencia que “após o golpe de 31 de março de 1964, as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, frente à repressão que passaram a enfrentar” (MEDEIROS, L., 1989, p. 85). Compreendemos que a experiência de luta protagonizada pelos homens e mulheres de Alagamar, permite pensar que mesmo “atomizadas”, reprimidas, as resistências e movimentos sociais, no campo, continuaram a disputar e agenciar contra a estrutura agrária excludente sobre a qual o Brasil foi alicerçado desde o processo de colonização, como pautamos anteriormente.

A repressão sofrida a partir do Estado, pode ser notabilizada a partir da nota em análise, quando problematiza a questão da proibição de entrada de “estranhos” no território e quem são os responsáveis pela situação em Alagamar. Destarte, afirma que:

O que significa a disposição de não permitir a entrada de qualquer pessoa “estranha” ao setor?

Dentro da política governamental, o objetivo dessa medida é deixar os agricultores e, portanto, sua luta numa situação de isolamento. E mais, é outra vez arranjar um bode expiatório para justificar a tensão e a insatisfação das camadas exploradoras. É uma forma diferente de se apresentar o medo do comunismo que hoje já não surte efeito.

Então, para o governo os responsáveis pelo aguçamento da luta em Alagamar não são as condições de vida e sim os estrangeiros!!! (JORNAL O NORTE, 04 de janeiro de 1980, [s.p.]).

A carta é finalizada com a seguinte afirmação: “Exigimos a desapropriação de toda a área da grande Alagamar (além de Alagamar, Piacas, Caipora e Maria de Melo)” (JORNAL O NORTE, 04 de janeiro de 1980, [s.p.]), o que nos direciona a visualizar a existência de um posicionamento comum, por parte dos agentes externos, que apoiavam os trabalhadores rurais do território em tela, de que a solução perpassava pela desapropriação. Nos documentos com os quais dialogamos, os posicionamentos caminharam nesta direção e requerendo não apenas a desapropriação de parcela da propriedade, mas em sua íntegra.

Na diretiva de críticas a ação do governo do estado em Alagamar, evidenciamos, também, a reportagem publicada em 18 de janeiro de 1980, no *Diario de Pernambuco* e intitulada *Alagamar: já é tempo de solução*. Esta é iniciada com uma apresentação da situação e, em seguida, afirma: “Fatos como os que estão acontecendo na Paraíba, já foram incontáveis vezes denunciados, inclusive por técnicos e órgãos do Governo, mas parece não ter nunca chegado ao conhecimento do despreparado governador Tarcísio Buriti” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 18 de janeiro de 1980, p. 2).

No documento, é perceptível uma ênfase na ação do governo federal em detrimento do governo estadual ao qual, conforme visualizado acima, foi utilizado o termo “despreparado”.

Em contraposição às críticas feitas ao governo estadual, as ações do governo federal são postas no âmbito da proteção aos trabalhadores rurais e da “boa hora”, conforme podemos observar no trecho a seguir, do mesmo documento. Vejamos:

Certamente para evitar desdobramentos dessas explosivas situações é que o Governo Federal avocou a solução do problema, convocando o sr. Buriti e determinando uma série de medidas que devem colocar um freio nos ávidos interesses, protegendo os pequenos agricultores que até então só vinham recebendo hostilidades e injustiças, até o Governo paraibano que tentou sufocar o drama social de Alagamar com uso de força policial.

Em boa hora, o Governo Federal determinou imediatas medidas que, se ainda não são ideais, pelo menos, garantem ao camponês de Alagamar e Piacas condições mínimas de trabalho. Agora é esperar que o “Grupo de Trabalho”, constituído pelo governador Buriti para “elaborar e pôr em prática todas as medidas”, não tenha o mesmo e lento destino de tantos outros GTs (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 18 de janeiro de 1980, p. 2).

O trecho evidenciado reforça a compreensão de que a ação do governo estadual teria ocorrido no sentido da repressão, da tentativa de “sufocar o drama social” para retomar uma expressão presente no texto citado e, como evidenciamos, destaca uma prontidão do governo federal. Porém, considerando as reflexões que foram postas, as tentativas de diálogo entre trabalhadores rurais e a instância federal e, também, o discurso do presidente que mencionamos nas páginas anteriores, realizado no território em conflito, poderíamos questionar se o empenho em resolver a situação de Alagamar teria sido tão “imediato” como propõe o documento mencionado. Um elemento importante a ressaltar é que a nota é finalizada com a seguinte afirmativa: “Na longa história da burocracia brasileira firmou-se o péssimo conceito de que quando alguém não quer resolver uma questão, forma um Grupo de Trabalho” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 18 de janeiro de 1980, p. 2).

Ainda sobre as críticas sofridas pelo governo estadual, encontramos no *Jornal do Brasil*–RJ, na reportagem *Direitos Humanos da Paraíba critica solução do Governador para Alagamar*, publicada em 20 de janeiro de 1980, referência a uma nota em que Wanderley Caixe, advogado, em nome do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba, conforme consta no documento, aborda a compra de 700 hectares de terra por Tarcísio Buriti. Vejamos um trecho do documento:

São Paulo – A decisão do Governador da Paraíba, Tarcísio Buriti, de comprar 700 hectares de terra para nelas colocar 65 famílias de agricultores de Alagamar foi considerada um “engodo” pelo advogado Wanderley Caixe,

em nome do Centro de Defesa dos Direitos Humanos na Paraíba, em nota distribuída ontem na Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Argumentaram os advogados que são 700 famílias prejudicadas e que 635 serão colocadas em apenas 1870 hectares, desapropriados ano passado por decreto federal. “Os agricultores que lá vivem exigem que se aplique o direito à desapropriação de toda a área”, diz a nota “de acordo com o Estatuto da Terra” (JORNAL DO BRASIL–RJ, 20 de janeiro de 1980, p. 18, grifo do autor).

Antes de refletirmos sobre as críticas postas no documento em relação ao governo estadual, cabe evidenciarmos um elemento, a saber, a atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba, em Alagamar. De acordo com Duarte (2015, p. 74) “A implantação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba está diretamente ligada a trajetória de dois personagens”.

Esses dois personagens são, respectivamente, Dom José Maria Pires a respeito do qual já evidenciamos vários episódios de sua atuação em Alagamar e Wanderley Caixe, advogado paulista, com uma trajetória de militância e defesa dos trabalhadores, preso e torturado no governo militar, que também esteve em diálogo com os trabalhadores rurais do referido território e, segundo a autora mencionada, recebeu o convite do religioso citado para a criação do centro. De acordo com Vanderlan Pereira (2017, p. 235), “Wanderley tinha sido preso político e Dom José ainda o conheceu na prisão. Após sua saída, Wanderley veio a Paraíba e se tornou o advogado do CDDH”.

Sobre a fundação e objetivo do referido centro, destacamos que “[...] foi fundado em 21 de abril de 1976 e possuía como objetivo assessorar juridicamente grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas mediante questões políticas, ou por conta das questões que envolviam a questão da terra” (PEREIRA, V., 2017, p. 233). Também sobre o processo de criação e o contexto em que ocorreu esse processo, encontramos na Carta Pastoral Amor e Dedicção à Paraíba – Mensagem de despedida, escrita por Dom José Maria Pires, menção ao fato de que com o Ato Institucional nº 5²⁹, o INDES³⁰ foi inviabilizado. Conforme

²⁹ O Ato Institucional n. 5, comumente conhecido como AI5, foi publicado em 13 de dezembro de 1968, no governo do presidente Artur da Costa e Silva e se constituiu como representante de um dos momentos de mais repressão e de violências, no âmbito da ditadura civil-militar. No referido Ato consta que “Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, [...]” (BRASIL, 1968, [s.p.]). Ou seja, constituiu-se no sentido de perseguir e reprimir aquilo e aqueles que se opunham ao governo instaurado, baixando normas para a manutenção deste. Dentre os itens que constam no AI5, destacamos a possibilidade de o presidente da República decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias e das Câmaras de Vereadores, nomear interventores para estados e municípios e a suspensão de direitos políticos (BRASIL, 1968).

³⁰ Em Pires (2012a) encontramos que o Instituto de Formação para o Desenvolvimento (INDES) era coordenado pelo Pe. Juarez Benício Xavier e nele atuou Luiza Erundina, no setor de Cursos Especiais. Conforme o autor,

destaca Pires (2012a, p. 304): “Foi uma desmobilização geral. Nesse impasse a Igreja da Paraíba sentiu-se obrigada a dedicar-se à causa dos Direitos Humanos. Era um novo serviço tornado essencial em razão da difícil conjuntura que a Nação passou a viver”.

Podemos situar, dentre os movimentos sociais que perpassavam a questão da terra e que receberam assessoria jurídica deste, a Luta do Povo de Alagamar, como, por exemplo, a partir da atuação do advogado anteriormente mencionado e em diálogos com instâncias como o Governo Federal, no sentido de requerer a desapropriação das terras, conforme evidenciamos anteriormente quando destacamos um telegrama que foi encaminhado para o referido governo. Ainda de acordo com o autor citado, “o CDDH tinha por objetivo defender o pobre e a reforçar um grito de denúncia contra as atrocidades do regime por meio da prática de protestos onde a não violência era a marca identitária do grupo” (PEREIRA, V., 2017, p. 234).

De tal modo, é possível pensar a ênfase na construção de ações de resistências não violentas no âmbito do movimento social em estudo, como uma das ressonâncias da presença do CDDH neste, presença que acontecia no sentido da orientação jurídica aos participantes do movimento social, na denúncia das situações de violência e negação de direitos que ocorriam no território, no questionamento das ações adotadas pelo governo estadual e federal ou por órgãos ligados a este e na reivindicação da efetivação da desapropriação das terras.

Frente a esta contextualização, afirmamos que as críticas postas mediante a nota evidenciada na reportagem, emergem de um olhar de quem estava inserido na luta, juntamente aos trabalhadores rurais, com estes mantinha um diálogo contínuo e conhecia a realidade de Alagamar e de outros territórios na Paraíba que enfrentavam situações semelhantes. Chama atenção a recorrência na desapropriação de toda a área, não apenas de parte dela e no cumprimento do Estatuto da Terra, duas bandeiras que, como vimos, estavam presentes, também, na resposta dada pelos participantes do movimento social as medidas que foram propostas em janeiro de 1980 pelo governo estadual e o governo federal.

Em continuidade às críticas direcionadas ao governo do estado, no tocante à sua postura frente a Alagamar, encontramos, também, referência à compreensão das promessas de realização da desapropriação como uma “tática antiga” adotada por este e uma postura dual tendo em vista que, por um lado, evidenciava tais promessas e, por outro, tentava enquadrar os organizadores de um ato em prol dos trabalhadores rurais do referido território, na Lei de Segurança Nacional. Identificamos estes elementos, na reportagem *Depois da luta, as*

“No INDES se prepararam intelectualmente os primeiros Diáconos Permanentes. No INDES se formaram muitos agentes pastorais leigos para a ação evangelizadora” (PIRES, 2012a, p. 298).

promessas, veiculada pelo jornal *Movimento*, entre os dias 21 e 27 de janeiro de 1980. De acordo com a fonte,

UMA TÁTICA ANTIGA

O governador Buriti voltou a usar a mesma tática na semana passada, prometendo desapropriar mais de 700 hectares. No entanto D José Pires denunciou suas intenções, afirmando que, ao mesmo tempo que fazia promessas aos camponeses, Buriti deu entrada na 7ª Auditoria Militar do Recife de um pedido para apurar os acontecimentos do último dia 11 em João Pessoa, quando diversas entidades protestaram contra o cerco de Alagamar. O governador quer enquadrar os organizadores da manifestação na Lei de Segurança Nacional (JORNAL MOVIMENTO, 21 a 27 de janeiro de 1980, p. 11, grifo do autor).

Isso nos permite refletir, tal como evidenciamos, como a atuação do governo estadual ocorria, não na diretiva de solucionar a problemática que estava ocorrendo em Alagamar e pensar a questão agrária na Paraíba, mas no sentido de desmobilizar, de enfraquecer o movimento social, que adquiria força e divulgação nacional, tendo em vista o crescente clima de repressão e de violência que estava instaurado no território. Conforme a fonte, podemos pensar o enquadramento na LSN, como uma possibilidade de criminalizar a ação dos organizadores da manifestação, como uma das estratégias utilizadas neste intento desmobilizador e de eliminar tudo aquilo que se constituía como uma resistência e questionamento frente ao regime ditatorial que estava instaurado. Nesse sentido, Zenaide e Pinto (2020) evidenciam:

A quebra das regras democráticas por atos de força implicou, a partir de 1964, a construção de uma estrutura jurídica de 17 Atos Institucionais, uma Reforma Constitucional e a Lei de Segurança Nacional que dessem sustentação aos atos do governo militar, fazendo com que o país passasse a conviver com graves violações aos direitos humanos, especialmente no tocante aos direitos civis e políticos, com cassações, interdições de partidos políticos e fechamento do Congresso Nacional. O domínio das forças políticas adversárias ocorreu por meio de dispositivos de repressão nunca vistos na história do Brasil (ZENAIDE; PINTO, 2020, p. 11–12).

No decorrer da pesquisa, encontramos algumas situações que envolviam aspectos do movimento social em pauta e a LSN, dentre elas, a mencionada acima e mais duas ocorrências, a saber: o enquadramento de duas freiras e um advogado na referida Lei (acontecimento o qual retomaremos posteriormente) e de um ex-deputado, Ruy Gouveia, que em um ato realizado em João Pessoa–PB, em apoio aos trabalhadores rurais de Alagamar, teria, em seu discurso, ofendido a honra de autoridades, dentre elas, a do presidente. Sobre o

fato envolvendo o ex-deputado, encontramos 09 (nove) reportagens, sendo elas, 02 (duas) publicadas no *Jornal Diário de Pernambuco* (entre os dias 16 de fevereiro de 1981 e 17 de fevereiro de 1981) e 07 (sete) no *Jornal do Brasil* (no período entre 14 de março de 1980 e 20 de maio de 1982).

Tais documentos abordam questões como a ida do político a júri, seu depoimento no Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica, sua defesa, condenação e absolvição. Além disso, é recorrente a menção a Alagamar para contextualizar que as supostas ofensas teriam sido pronunciadas em um discurso durante um ato em apoio aos trabalhadores rurais da referida localidade. Dentre as reportagens, apresentamos a seguir, um trecho da intitulada *Procurador denuncia Deputado*, publicada no *Jornal do Brasil*, em 14 de março de 1980. Vejamos:

Recife - O ex – Deputado oposicionista Ruy Gouveia (PB) foi denunciado pelo procurador Militar José Nunes Costa, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por ter pronunciado discurso considerado ofensivo a honra do Presidente João Figueiredo, do Ministro do Planejamento Delfim Neto e do Governador de São Paulo, Paulo Maluf.

[...] O processo contra o ex – Deputado é o primeiro no Nordeste envolvendo crime contra a Segurança Nacional, desde a decretação da Lei da Anistia³¹.

As ofensas ao Presidente e demais autoridades, motivo do inquérito, foram proferidas, segundo a denúncia, durante o discurso em João Pessoa, no centro da cidade, no local conhecido como **Ponto Cém** (sic) **Réis**, no dia 11 de Janeiro passado, durante concentração pública em solidariedade aos camponeses da região de Alagamar, em litígio com proprietários de terra. (JORNAL DO BRASIL, 14 de março de 1980, p. 5, grifo do autor).

O exposto na fonte ratifica o controle, por parte do governo federal, tanto dos movimentos sociais como o de Alagamar, quanto daqueles que, de algum modo, apoiavam as resistências realizadas por estes. Considerando o contexto histórico em que ocorreu o referido fato, ratificamos a compreensão de que, “em se tratando do período da ditadura militar, todas as manifestações políticas e reivindicatórias eram proibidas ou controladas” (SILVA, Maria Aparecida, 2008, p. 213).

No âmbito das críticas sofridas pelo Governo do Estado, encontramos, em uma das fontes, uma explicação dada por Tarcísio Burity a algumas das suas ações frente a Alagamar. Trata-se da reportagem *Burity não permitirá subversão no campo*, veiculada no jornal *Correio da Paraíba*, em 05 de janeiro de 1980. Nesta consta uma afirmação do então

³¹ Trata-se da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, publicada durante o governo do presidente João Batista Figueiredo e que trata, dentre outros aspectos, da anistia daqueles que entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, teriam cometido crimes políticos ou eleitorais, tiveram direitos políticos suspensos, dentre outros indivíduos que são mencionados nesta (BRASIL, 1979).

governador de que é compreensível que exista divergência quanto às soluções que deveriam ser adotadas. A partir disso, são apresentadas as justificativas para as medidas. Assim sendo, o documento é iniciado com a seguinte afirmação: “O governador Tarcísio Buriti disse ontem que a presença de força policial não resolverá o problema das terras em Alagamar, Piacas ou em qualquer outra localidade” (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 05 de janeiro de 1980, [s.p.]). Em consonância, o jornal apresenta um trecho de uma fala do referido político quando afirma: “‘Somente a reformulação da legislação agrária, transformando o sistema fundiário do País, é que eliminará os conflitos, [...]’, observou.” (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 05 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Este mesmo discurso pode ser observado, também, na reportagem *Dom Helder fala a trabalhadores*, publicada no *Jornal do Brasil* (RJ), em 06 de janeiro de 1980. Além disso, a fonte apresenta um outro trecho de fala do político mencionado, em que consta:

O Governador do Estado, Tarcísio Buriti, declarou que não permitirá “ação subversiva” na região, “seja desenvolvida por proprietários, por agricultores ou por quaisquer outras pessoas”.

Recomendou que estrangeiros não freqüentem a região de Alagamar sob o argumento de que “é preciso desaquecer a tensão social e isto só será possível se camponeses e donos de terras puderem trabalhar sem ingerência de pessoas alheias, estabelecendo contratos de arrendamento de terras com a interveniência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura” (JORNAL DO BRASIL–RJ, 06 de janeiro de 1980, p. 21, grifos do autor).

No discurso evidenciado, chama-nos atenção três itens, dois deles acerca dos quais já discorremos anteriormente que são respectivamente: o “desaquecer a tensão social” que compreendemos como uma tentativa de desmobilização da ação de resistência dos trabalhadores rurais; e, a ênfase na não participação de pessoas externas no território de Alagamar, leia-se, daqueles que se empenhavam em dialogar com os moradores no sentido de evidenciar os direitos desses e, assim, contribuindo com os rumos do movimento social. O terceiro item remete ao trecho que pauta a questão do trabalho de camponeses e donos de terras e destaca o estabelecimento de “contratos de arrendamento de terra”.

Tal afirmativa nos encaminhou a pensar se seria este um aceno para uma compreensão, por parte do governo estadual, de que os trabalhadores rurais deveriam continuar como arrendatários, não ocorrendo, assim, uma proposta e efetivação da desapropriação de modo que estes mudassem desta condição para donos de parcelas das terras. Frente a isto, poderíamos questionar: seria esse “desaquecimento da tensão”, mediante o estabelecimento de “contratos de arrendamento”, uma tentativa de frear a luta por

transformação de uma realidade de opressão, de exclusões e de negação de direitos que estava em curso, de uma “volta” às relações trabalhistas que eram efetivadas antes da morte do antigo proprietário?

Não temos a pretensão, aqui, de responder a este questionamento. O evidenciamos no sentido de perceber como, nos discursos do governo estadual e, também, do governo federal, visualizam-se tentativas de solução para o vivido em Alagamar, mas, que, em alguns momentos, parecem apontar para tentativas de desmobilização de um movimento social que, em meio a um contexto histórico e político perpassado por uma ditadura civil-militar, estava questionando uma das estruturas centrais de manutenção do poder hegemônico e das desigualdades sociais, no Brasil, que é a questão fundiária.

Em continuidade aos apontamentos sobre as ações do Governo Estadual frente ao contexto instaurado em Alagamar e retomando a reportagem *Burity não permitirá subversão no campo*, observamos, sobre a presença da polícia no território, que nesta consta:

-A presença da polícia na área em conflito – esclareceu o governador – foi uma necessidade identificada por agricultores e proprietários que, em março do ano passado, nos primeiros dias do meu Governo, me disseram ser esta providência a única capaz de evitar derramamento de sangue e até vítimas fatais. Ao assumir a administração estadual, já encontrei em ebulição o problema de Alagamar e Piacas, onde várias cenas de sangue haviam sido registradas pelo noticiário da imprensa. Um dos meus primeiros atos foi me dirigir ao local onde, ouvindo camponeses e proprietários, cheguei à conclusão de que deveria deslocar para ali uma força policial, a fim de que ao mesmo tempo em que procedesse a um desarmamento dos litigantes, assegurasse um mínimo de ordem pública à área em conflito (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 05 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Cabe destacar que a questão central não era a permanência da polícia, mas as atitudes que supostamente eram tomadas por esta. Em um reportagem intitulada, *Guilhermino relata seus problemas*, publicada em 16 de janeiro de 1980, no jornal *A União*, existe referência à presença do governador do estado em Alagamar e de um diálogo deste com alguns trabalhadores rurais sobre a presença da polícia. No discurso destes, existe uma ressalva não contra a presença da polícia, mas sobre que tal presença ocorresse de forma imparcial, sem violência.

Sobre o andamento e efetivação das medidas adotadas pelo governo federal em diálogo com o governo estadual, mencionadas anteriormente, encontramos na reportagem intitulada *Camponeses levam drama a Figueiredo*, publicada em 24 de junho de 1980, no

jornal *Diario de Pernambuco*, referência à questão da desapropriação dos dois mil hectares e criação da cooperativa. De acordo com o documento:

JOÃO PESSOA – Os camponeses de Alagamar – um núcleo de oito fazendas a 80 quilômetros de João Pessoa é uma das áreas de maior tensão social do interior nordestino – estarão dispostos a recorrer ao presidente João Figueiredo para a desapropriação dos 13 mil hectares em que estão radicados há até 50 anos, no caso dos mais idosos.

[...]

Dois mil hectares da área total dos 13 mil já foram desapropriados pelo Governo mas os agricultores – cerca de 350 famílias – reclamam dos critérios de demarcação do Incra, do fato de ainda não terem sido contemplados com os títulos de posse de terra e, por fim, da criação de uma cooperativa, segundo as denúncias através do arrendamento dos lavradores não radicados em Alagamar (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 24 de junho de 1980, p. 20).

Notamos que a pauta da desapropriação de toda a área continuava a ser uma das centralidades nas reivindicações dos trabalhadores rurais e que as medidas adotadas pelo governo federal e estadual não possibilitaram a solução imediata da problemática. Além da desapropriação, cabe ressaltarmos que na resposta dada pelos trabalhadores rurais frente às medidas publicadas em janeiro de 1980, já eram apontadas ressalvas, também, no tocante à divisão das terras e à criação da cooperativa. De tal modo, podemos inferir que entre janeiro de 1980 (momento de publicação das medidas) e junho de 1980 (vinda do presidente da República ao território), o clima ainda era de ausência de uma solução definitiva e de indefinições.

Além disso, estabelecendo uma conexão entre a documentação consultada, principalmente, entre o documento em que constam as medidas a serem adotadas, a resposta dada pelos trabalhadores rurais e a última reportagem mencionada que fornece indícios sobre o desenrolar da aplicação da “solução” proposta, é possível construir inquietações sobre se as saídas adotadas contemplavam as necessidades e expectativas dos moradores ou remetiam à tentativa de amenizar as tensões, dispersar o movimento social e/ou uma interface entre ambas as possibilidades.

Dito isto, no que se refere à segunda perspectiva de entendimento sobre o papel do Governo do Estado frente a Alagamar, a saber, de que a responsabilidade em solucionar a situação seria do Governo Federal e não deste, direcionamos a reportagem já mencionada, a saber, *Burity não permitirá subversão no campo*, do jornal *Correio da Paraíba*, datada de 05 de janeiro de 1980 quando o próprio governador do estado, destaca:

Ao Governo do Estado – declarou o sr. Tarcísio Burity – cabe manter a ordem pública e o estrito cumprimento da lei. E foi com esse propósito que, mesmo consciente de que a questão de Alagamar e Piacas somente poderá ser resolvida por decisão do Governo Federal, é que mandei para a área a polícia, com a recomendação expressa de, numa ação imparcial, evitar confrontos entre agricultores e proprietários. A paz e a ordem deveriam ser mantidas, sem que o braço da força pudesse beneficiar qualquer das partes envolvidas no conflito. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 05 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Verificamos, então, no tocante a Alagamar, uma atuação do governo federal e estadual que, em alguns momentos se afinavam no sentido de pensar medidas conjuntas e, em outros, distanciavam-se. Enquanto ocorriam questionamentos no tocante ao “de onde virá a solução”, a situação dos trabalhadores rurais se tornava mais crítica, frente à intensificação das violências, mesmo mediante essa “manutenção da paz e ordem”, que o governo estadual defendia como sendo seu papel.

Por fim, no tocante às leituras sobre as ações do governo do estado frente a Alagamar, destacamos uma postura de elogio para a atuação. Encontramos indícios sobre este aspecto, na reportagem *Vereadores ficam com Buriti*, publicada em 04 de fevereiro de 1981, no *Jornal do Brasil* (RJ). Nela é mencionada uma eleição para sucessão na Mesa da Assembleia Legislativa da Paraíba, em que o governador foi “derrotado”, para fazer uso de um termo presente na fonte. Frente a isto, onze vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa, vinculados ao PDS, elaboraram um documento manifestando apoio a Tarcísio Burity. Conforme a reportagem:

Os vereadores de João Pessoa, em seu apoio ao Governador, que foi derrotado domingo por uma composição de dissidentes do PDS com as oposições, afirma (sic): “Difícil mesmo é ficar com os pobres e oprimidos com os de Alagamar e Piacas; com os pequenos e sofridos funcionários público; com os que, por falta de uma bomba de cobalto, padecem do mal maior, o câncer; com a massa anônima, resguardando-a contra qualquer violência policial” (JORNAL DO BRASIL-RJ, 04 de fevereiro de 1981, p. 4).

A citação do jornal mencionado nos permite pensar como Alagamar teve ressonância até mesmo para além do âmbito da discussão sobre a questão agrária, sendo evocada também no âmbito do cenário político, de forma a ressaltar a maneira como o governador teria se portado frente aos fatos ocorridos no território, como um elemento positivo, exemplar, exaltando-o, como evidencia a fonte. Se por um lado existiam críticas à ação do governo

estadual, principalmente, no que se refere à presença de policiais no referido território, por outro, encontramos uma ênfase no discurso da defesa, da opção pelos “pobres e oprimidos”.

Cabe destacar que os termos “pobres e oprimidos” ou similares a estes, eram recorrentes nos pronunciamentos de instituições e de religiosos que manifestavam apoio à causa dos trabalhadores rurais de Alagamar, como, por exemplo, no título da quinta carta pastoral de autoria de Dom José Maria Pires, a saber: Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos, a quem, em determinados momentos, o referido governo direcionou críticas à sua postura.

É interessante perceber que para além dessa diversidade de leituras frente à atuação do governo do estado, encontramos, também, registros de divergências no interior deste em relação a Alagamar. A reportagem *Bronzeado inicia implantação de seis medidas em Alagamar*, publicada no jornal *A União*, em 16 de janeiro de 1980, registra a existência de divergências entre Tarcísio Burity, então governador do estado da Paraíba e o, à época, secretário de segurança, Luiz Bronzeado. De acordo com o documento,

O deputado oposicionista, Waldir Bezerra, disse ontem que as divergências de ordens na área da grande Alagamar entre o governador Tarcísio Burity e o secretário de Segurança Pública, Luiz Bronzeado, são atitudes do governador para pressionar o secretário a pedir demissão do cargo.

- Entendo que a atitude do governador Tarcísio Burity é para forçar o secretário Luiz Bronzeado, da Segurança Pública, a pedir demissão, e ele não o faz porque um forte grupo manda que ele permaneça no posto, comentou o parlamentar oposicionista, a propósito da ordem do governador em liberar o trânsito de qualquer pessoa em Alagamar, enquanto o secretário havia proibido. Para o deputado Waldir, as divergências de ordens na Grande Alagamar, entre o governador e o secretário de Segurança “é porque o secretário tem respaldo muito grande de um forte grupo, poderoso, que influi na administração estadual.

Daí – comentou o parlamentar – sempre se vê divergência entre o governador Tarcísio Burity e o secretário de Segurança, Luiz Bronzeado: enquanto o secretário adota medidas, o governador, sem ouvi-lo, “manda desmanchar a ordem” (JORNAL A UNIÃO, 16 de janeiro de 1980, [s.p.]).

Os elementos postos no trecho da reportagem mencionada, além de remeterem a uma suposta falta de alinhamento entre o secretário de segurança e o governo estadual e as divergências entre estes, permitiram pensar como a ausência de soluções definitivas para a questão agrária, no Brasil, não é um dado natural, mas, dentre outros fatores, fruto das diversas intencionalidades e relações de poder que perpassam as esferas governamentais. Podemos evidenciar, retomando o que apontamos acerca de como a concentração fundiária é

uma das nossas marcas desde o processo de colonização e acionando os autores a partir dos quais dialogamos sobre o conceito de território, que tanto a construção desta configuração agrária, como as dificuldades em repensá-las e possibilitar uma distribuição equânime das terras, não é um dado natural, mas resultado de um processo histórico, político e econômico.

Frente a estas percepções sobre as soluções para Alagamar expostas até o momento, como foram ocorrendo desapropriações e novos embates e disputas, tendo em vista que estas não contemplavam todo o território e, de tal modo, não asseguravam a permanência de todas as famílias que residiam na localidade, no capítulo a seguir, propomo-nos a perceber como, em meio às medidas propostas, a luta, as ações de resistência realizadas pelos trabalhadores rurais continuam com vistas a que ocorresse uma ampliação das áreas desapropriadas. Além disso, pensamos como ao refletirem sobre as soluções que eram apresentadas, dialogicamente, os trabalhadores rurais educavam mutuamente.

Nesse sentido, considerando o exposto sobre os posicionamentos dos trabalhadores rurais de Alagamar, dos agentes externos que apoiavam sua causa, das medidas adotadas pelo governo estadual e pelo governo federal e uma luta que continua, no capítulo que segue nos centraremos em pensar como as práticas educativas construídas no âmbito da Luta do Povo de Alagamar, contribuíram para (re)configurar o território em que ocorreu o movimento social.

5 “NOSSA VITÓRIA FICA NA HISTÓRIA”: (RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO A PARTIR DO MOVIMENTO SOCIAL

*Alagamar, meu coração
Teu povo humilde esperando a solução
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união
(Hino de Alagamar, Severino Izidro, 1978)*

O trecho utilizado como epígrafe para o presente capítulo, trata-se de uma estrofe do hino de Alagamar. Em seus versos, remete a alguns dos elementos/características do movimento social aos/as quais fizemos menção nas páginas anteriores tais como a união. Pauta, também, a espera dos trabalhadores rurais por uma solução, espera esta que, a partir do que expomos, pode ser compreendida como um ato que não remeteu a uma atitude de passividade frente aos fatos e de passar do tempo, mas de uma prática esperançosa, para parafrasearmos Freire (2011b), marcada por um mover, por um unir-se em busca da “vitória”, ou seja, da transformação das realidades as quais viviam e que elucidamos.

Além de utilizar a estrofe como epígrafe, fizemos uso de um dos seus versos como parte integrante do título do presente capítulo, tendo em vista que ele se relaciona com a abordagem que será feita nas páginas que seguem, a saber, de pensar um movimento social que não se restringiu apenas ao tempo/espço no qual ocorreu, mas que reverbera em Alagamar e em outros territórios. Um Alagamar que “fica na história” juntamente a outros alagamares e que suscitou/suscita reflexões sobre a questão agrária no Brasil, o que pode ser visto, por exemplo, a partir das pesquisas que se debruçaram sobre este.

Compreendendo os movimentos sociais como espaço de elaboração de práticas educativas e que enquanto lutavam os trabalhadores rurais de Alagamar construíram aprendizagens que incidiram sobre as tomadas de decisões dos rumos que deviam seguir e na análise das medidas adotadas pelo governo estadual e federal, partimos da premissa de que estas contribuíram para (re)configurar o território em que o movimento social ocorreu. Entendemos que os participantes ao compreenderem as situações de opressão nas quais se encontravam e, entendendo-se como protagonistas e fazedores de histórias, agenciaram para transformá-las, possibilitaram a construção de outros cenários, vínculos e memórias. Compreendemos, também, tais (re)configurações como fruto da busca por mudanças protagonizadas pelos trabalhadores rurais.

De tal modo, operamos no sentido de perceber como a Luta do Povo de Alagamar contribuiu para (re)configurar o território conquistado tendo em vista as transformações que suscitou, análise que faremos partindo dos documentos com os quais dialogamos. Para tanto, acionamos as reflexões sobre o território tendo como referências os autores evidenciados anteriormente, tais como Saquet (2015), Bernardo Fernandes (2008, 2009) e Milton Santos (1999), que nos permitem refletir sobre este, em uma perspectiva multidimensional, de modo a abordar e entender não apenas as modificações de cunho geográfico que ocorreram em Alagamar, mas os usos, as leituras, as relações, as disputas, as tensões que se configuram ou reconfiguram mediante o movimento social.

Considerando a centralidade da presente tese e a linha de raciocínio a partir da qual construímos a nossa escrita, o presente capítulo será organizado em três momentos que são, respectivamente: 5.1 Em meio as soluções, uma “luta que continua” e, sendo dialógica, educa; 5.2 (Re)configurações do território na esfera do coletivo através de uma luta que educa e 5.3 Por um território pensado e construído a partir de si mesmo.

No primeiro item, discorreremos sobre como em meio as propostas de solução postas pelo governo federal e estadual, os trabalhadores rurais construíam reflexões, problematizações e, mediante as aprendizagens tecidas nas práticas educativas, gestados no movimento social, optaram pela continuidade da luta, por uma “luta que continua”.

No segundo item, de início discorreremos no sentido de entender como as medidas adotadas pelo governo federal e estadual para Alagamar impactaram nos usos do território. Pautaremos, também, como as aprendizagens construídas mediante as práticas educativas tecidas no âmbito do movimento social reverberaram nas formas como os trabalhadores rurais passam a reivindicar seus direitos e a se posicionarem frente à implantação das medidas de solução propostas pelas instâncias governamentais mencionadas. Nesse sentido, deter-nos-emos em pensar como considerando a implantação do cooperativismo, a partir de uma perspectiva externa oriunda do governo federal, os trabalhadores rurais resistiram, no sentido de pensar formas de uso coletivas do território que partissem destes e não dos interesses da esfera governamental, representados por um conjunto de técnicos que passariam a atuar neste.

Em um terceiro momento, discorreremos sobre o posicionamento dos trabalhadores rurais em pensar/construir o território a partir de si mesmos, de suas necessidades e expectativas, resistindo as tentativas de ocupação dos espaços que o compõem, por agentes externos. Refletimos, ainda, sobre aproximações entre as práticas educativas construídas no movimento social e elementos da Educação Popular. Estas questões são as bases a partir das quais pensaremos/efetivaremos a construção do capítulo, conforme veremos a seguir.

5.1 Em meio às soluções, uma “luta que continua” e, sendo dialógica, educa

Como mencionamos, quando tratamos da compreensão dos trabalhadores rurais sobre as medidas que foram adotadas pelo governo do estado e governo federal, existiu uma luta que continuou. Isto porque tais medidas não eram suficientes para a resolução da situação. A decisão em continuar a luta, decorria da avaliação, da reflexão, de maneira dialógica, acerca das medidas que eram apresentadas e de um descontentamento frente a elas. Construímos essa reflexão a partir do trecho de abertura da nota de posicionamento, mencionada no capítulo anterior, quando afirmam que: “Nós agricultores da Grande Alagamar reunidos para discutir a decisão do Governo Federal e Estadual de comprarem a fazenda Maria de Melo, entendemos o seguinte” (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, n. 83, 1980, p. 15).

Nesse processo, visualizamos uma dimensão educativa, no que se refere à percepção da necessidade de, coletivamente, problematizar, intervir, não apenas aceitando o que é proposto, mas percebendo que a mudança que necessitavam perpassava por esse exercício de reflexão de suas práticas, das ações e soluções que eram apresentadas. Assim, retomamos Gohn (2009), quando discorrendo sobre os aprendizados construídos, mediante a participação em movimentos sociais, destaca: “Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus” (GOHN, 2009, p. 19).

Compreendemos que essa decisão em continuar a luta perpassa por esse segundo aprendizado evidenciado pela autora, no tocante a não perder o foco da centralidade de suas reivindicações que, no caso dos trabalhadores rurais de Alagamar, remetia à desapropriação de todo o território e não apenas de parcela deste, conforme propunham as medidas que emanavam do governo estadual e federal. Assim,

Entendemos que a dimensão educativa dos movimentos sociais repousa exatamente no fato destes se fundarem na esperança da possibilidade de construção de um mundo melhor e na crença de que é através da participação que os sujeitos coletivos podem interferir no processo histórico, impulsionando transformações e conquistas no campo social, político e econômico, em defesa dos direitos daqueles que vivenciam condições de exclusão, discriminação, desigualdade, etc, na condição de vítimas de intolerância e/ou carências sociais (VASCONCELOS, 2006, p. 105).

Como mencionamos no capítulo anterior, a resistência dos trabalhadores rurais de Alagamar frente ao contexto instaurado após a morte do antigo proprietário, demarcado por exclusões de direitos e ameaças de expulsões, parte, a princípio, de um pequeno grupo, que

logo foi recebendo novos aliados e mais adeptos a partir do momento em que, como evidencia Lidiane Silva (2010), através do boca a boca, ocorre uma socialização da realidade que estava sendo instaurada. Assim, começam a discutir sobre a situação, dialogar com agentes externos, percebem, aprendem que pode ser transformada a partir da participação coletiva, da reivindicação alicerçada no aparato legal.

Visualizamos, nesse sentido, práticas educativas no âmbito do movimento social, desde este momento inicial de percepção da realidade, adesão de novos aliados, compreensão da possibilidade de transformação via luta, perpassando todo o desenrolar do mesmo, como no que se refere à problematização das soluções que eram propostas pelos governos, na esfera estadual e federal, conforme estamos evidenciando. Podemos compreender o continuar a luta como sendo, também, um dos reflexos das aprendizagens construídas e do entendimento de que existia um direito a ser conquistado, mediante uma legislação que lhes assegurava a permanência no território.

Conforme Batista (2005, p. 5), “entendemos que a educação vivenciada nos movimentos sociais se caracteriza por ser um processo de produção, apropriação e partilha de experiências e conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, cultural e ontológica”. Estabelecendo um diálogo entre Batista (2005) e Gohn (2009), pensamos que os participantes do movimento social ao qual nos debruçamos, aprenderam, mediante as suas experiências na luta, que possuíam direitos e que, para conquistá-los, esta precisava continuar e nesse continuar, contribuíram para (re)configurá-la e, também, ao território.

Sobre a continuidade da luta, encontramos outros indícios na reportagem *Dom Hélder acha que visita sacudirá consciência de todos*, do *Jornal do Brasil*, de 08 de julho de 1980. Vejamos:

Os trabalhadores de Alagamar da Paraíba entregaram ontem ao Papa uma carta na qual afirmam que “somente uma reforma agrária justa, de acordo com as necessidades do povo trabalhador, resolverá os problemas de Alagamar. Nós entendemos que o Governo não quer resolver o problema e eles mesmos sabem disso”.

Na visita do Presidente Figueiredo, ele entregou títulos de terra desapropriada a uma pequena minoria, que são contra Deus e contra o mundo e contra nossa caminhada. Então continuamos reivindicando a desapropriação, porque sabemos que o problema de Alagamar, como também de todos os trabalhadores do campo, só será solucionado com a reforma agrária.

Tivemos o apoio da Igreja na nossa luta, assim, contamos com sua palavra em favor de nós camponeses do Brasil todo, do nosso direito à terra, para trabalhar para o nosso sustento e toda a nação” (JORNAL DO BRASIL, 08 de julho de 1980, p. 18, grifo nosso).

Chama atenção o aceno à compreensão do entendimento da luta e da situação que estavam vivenciando como situada em um contexto nacional e que para uma solução definitiva e efetiva era preciso uma reforma da estrutura agrária e não ações pontuais conforme o governo federal realizava, assim como pautamos no capítulo anterior. Quando no documento consta: “Nós entendemos que o Governo não quer resolver o problema e eles mesmos sabem disso”, direciona-nos ao que evidenciamos anteriormente, ao tratarmos que as soluções para a questão da terra, no âmbito do período ditatorial, estavam mais alinhadas à contenção das “tensões”, no monitoramento e desarticulação dos movimentos sociais, no favorecimento de grupos latifundiários e não na real solução dos problemas.

Visualizamos, nesse entendimento, exposto pelo documento, uma aprendizagem sobre a percepção dos interesses que perpassam os discursos e relações de poder (GOHN, 2009). Conforme a autora, “este processo, bastante conflituoso e tortuoso, de avanços e recuos, possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos” (GOHN, 2009, p. 17–18).

Outro elemento que a reportagem permite pensar sobre a continuidade da luta, é que a opção pela luta ou por sua continuidade parecia não ser unânime. Percebemos isso a partir da frase “contra a nossa caminhada”. Isto abre possibilidades para pensar a existência de leituras divergentes para o território e para o contexto que estava desencadeado e suas possíveis soluções, não apenas no Estado, entre o Estado e os trabalhadores rurais, mas dentre os próprios moradores – entre os participantes do movimento social e os não participantes ou mesmo entre os participantes –, tendo em vista, inclusive, a quantidade de famílias que residiam na localidade.

As fontes com as quais dialogamos não nos permitiram acessar essa diversidade de perspectiva e de leituras dos trabalhadores rurais quanto ao território e à luta, em suas minúcias, mas nos direcionam para entendê-los não como um bloco único, mas perpassado por divergências, diálogos, aproximações, mas, também distanciamentos. Entendemos que, em pesquisas futuras em que sejam realizadas entrevistas aos participantes do movimento social, esta é uma das questões que acrescentará elementos significativos à análise deste e de seus desdobramentos para o território.

Em Gildivan Neves (2014), pensamos os trabalhadores rurais como um todo homogêneo, entendendo o apoio ao movimento social como uma opinião unânime. No entanto, as fontes com as quais dialogamos na presente tese nos permitiram realizar uma problematização desta assertiva, de modo a entender o território como perpassado por leituras

diversas e o próprio movimento social como um espaço de diálogo, de interpretações diversas sobre a realidade que estava sendo vivenciada.

Sobre estes olhares divergentes entre os trabalhadores rurais para a situação, encontramos indícios na reportagem *Pe. Melo: Cooperativismo é justiça social*, publicada no *Diário de Pernambuco*, de 13 de abril de 1980, em que existem críticas aos religiosos que atuavam junto aos participantes do movimento social e um registo de discordâncias quanto à participação na Cooperativa. Vejamos:

Alguns agricultores ainda resistem e recusam-se a aceitar a Cooperativa, mas segundo o vice – presidente João Severino tratam-se dos trabalhadores ligados à federação e ao sindicato, que não querem perder os associados e, consequentemente, suas mensalidades. A luta agora entre a Cooperativa e os órgãos classistas será mais renhida, pois uma oferece terra para quem quiser trabalhar e outro quer manter em equilíbrio a renda do sindicato (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 de abril de 1980, p. 16).

Partindo desta inquietação, trataremos acerca do processo de instauração do cooperativismo em Alagamar no próximo tópico. De tal modo, considerando o trecho mencionado, partiremos do entendimento de que quando afirmamos e tratamos de uma luta que continua, estamos falando de um espaço de divergências, de diferentes pontos de vista, de modo que esta continuidade não pode ser vista como uma decisão em comum acordo de todos os que residiam no território, mas dos que além de residir, participavam do movimento social e pautavam a desapropriação de toda a área.

Ainda sobre este continuar da luta, encontramos registros, na reportagem *Viva! Na Paraíba, vitória do povo: terra para quem trabalha*, publicada no jornal *Movimento*, no período entre 4 e 10 de dezembro de 1978. Nesta consta uma carta assinada por Anastácio Ribeiro e mais seis assinaturas (que não aparecem no documento), em que narram a situação dos trabalhadores rurais de Alagamar, contextualiza a ação realizada por estes, bem como registra um encontro destes com o então governador, Dorgival Terceiro Neto e de tentativas de diálogo com o presidente, Ernesto Geisel, mas sem sucesso – a quem pretendiam entregar uma carta. De acordo com a fonte, “Geisel acenou para os presentes, entrando em seguida no Palácio, onde banqueteu-se e entrevistou-se com empresários e usineiros que lhes entregaram memorial no qual pediam aumento para o preço do açúcar” (JORNAL MOVIMENTO, 4 a 10 de dezembro de 1978, p. 25).

É interessante retomar que a situação desencadeada em Alagamar, pós-1975, teve dentre os elementos que a aguçou, o uso da terra pelos novos proprietários, usineiros

pernambucanos, com vistas à ampliação da área canavieira, mediante um contexto demarcado pelo PROALCOOL. Delineia-se, então, uma disputa pelo território entre usineiros e trabalhadores rurais, ameaçados de expulsão. Nas diversas fontes com as quais dialogamos, percebemos elementos que apontavam que a opção do Estado se afinava pelos primeiros, em detrimento dos moradores da localidade.

Através do narrado na reportagem, mais uma vez, percebemos um episódio em que, no mesmo cenário estão trabalhadores rurais e, também, pescadores e empresários e usineiros (não sabemos se os mesmos ou com vinculação aos que atuavam em Alagamar). Assim como em outras tentativas que evidenciamos no capítulo anterior de diálogo com o governo federal, trabalhadores rurais do território em luta, não conseguiram alcançar o seu objetivo. Desta vez, não foram ouvidos, em detrimento da escuta e das pautas dos empresários e usineiros. Isso nos faz ratificar o entendimento, de que a causa dos moradores de Alagamar não era tão urgente para o Estado, tal qual os discursos construídos por representantes vinculados a estes, evidenciavam.

O entendimento destes mecanismos, mediante as aprendizagens que construíram, enquanto lutavam, ressoa na decisão de que a luta continua ou, conforme veremos no trecho da reportagem que evidenciaremos a seguir, na defesa de que a luta não terminou, ela começou. Sobre isto, vejamos:

Os camponeses e pescadores permaneceram cantando canções, até 15h30, quando o presidente se retirou, demonstrando total indiferença à presença deles.

No dia 9 de novembro era anunciada a desapropriação de 2 mil hectares de terra em Alagamar, pelo Governo Federal. Pequena amostra do que um povo decidido é capaz de conquistar. Pequena, porém rica contribuição do povo paraibano à luta geral do povo brasileiro por liberdades, terras para quem trabalha e melhores condições de vida. Essa luta não terminou. Apenas começou, é preciso apoiá-la para que cresça e dê frutos. Anastácio Ribeiro e mais 6 assinaturas. João Pessoa-PB (JORNAL MOVIMENTO, 4 a 10 de dezembro de 1978, p. 25).

É importante assinalar que este anúncio de desapropriação de 2 mil hectares é antecedente ao que referenciamos no capítulo anterior e que foi efetivado no governo de João Batista Figueiredo. O mencionado na citação remete ao âmbito do governo de Ernesto Geisel e não foi efetivado. Poderíamos pensar, então, em um movimento social que continua, mesmo em meio às propostas de desapropriação, pressionando para que esta fosse efetivada e ampliada para o território em sua íntegra. Em Lidiane Silva (2010), encontramos registro da

vinda de Ernesto Geisel à Paraíba e da tentativa dos trabalhadores rurais em dialogar com estes e, também, acerca da desapropriação. Assim, evidencia que

O presidente não falou com os agricultores. Mas ouviu o Hino de Alagamar entoado por todos os que estavam do lado de fora do Palácio. No dia seguinte, em 8 de Novembro de 1978, Geisel assinou o Decreto no 82.614, desapropriando 2000 hectares de terras nas Fazendas Alagamar e Piacas, [...].
Mas, a luta de Alagamar não terminaria com o decreto de Geisel. Pelo contrário a desapropriação não aconteceu de fato (SILVA, Lidianie, 2010, p. 17).

Em sintonia com o exposto na reportagem evidenciada, Lidianie Silva (2010) nos permite ratificar o entendimento de que o decreto de desapropriação proposto em 1978 não foi efetivado, bem como a continuidade da luta. Além disso, que uma das estratégias utilizadas pelos trabalhadores rurais para apresentarem as suas pautas, era o canto e, especificamente, através da execução do hino de Alagamar. Situamos esta estratégia também no âmbito das aprendizagens e das formas que, mediante a participação no movimento social, estes foram encontrando para continuarem sua reivindicação e falarem as suas palavras, denúncias, considerando os impedimentos, as proibições, os não aceites ao diálogo que lhes eram postos.

Nesse entendimento, retomamos Gohn (2009), quando tratando dos aprendizados no âmbito dos movimentos sociais, menciona: “Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas” (GOHN, 2009, p. 19). Partindo da autora e acionando Freire (2011a) quando discorre sobre a pronúncia da palavra, poderíamos pensar esta ação dos trabalhadores rurais como uma estratégia utilizada para este pronunciar. Frente à impossibilidade desta pronúncia de modo direto ao presidente, estes fizeram uso do cantar para este intento, o que ressoou na publicação do decreto de desapropriação mencionado.

Este acontecimento nos fez acionar, também, o que expusemos no Capítulo 1, desta tese, acerca da relação Educação Popular e a palavra. Com base em Bastidas (2018) e Brandão (2012), evidenciamos o significado, para a Educação Popular, do direito à palavra e a necessidade de reverter o sentido desta. Realizando uma conexão entre o exposto pelos autores e a situação descrita acima, poderíamos pensar esta atitude do cantar, realizada pelos trabalhadores rurais como uma destas formas de fazer uso do direito à palavra, revertendo o seu sentido, ou seja, de proclamar as suas necessidades, expectativas e denunciar as suas realidades. Nesse entendimento, compreendemos a Luta do Povo de Alagamar, também, como um locus de disputa pelo pronunciar da palavra e de tensionar o Estado para que outras

palavras sejam ouvidas para além da dos usineiros, empresários, dentre outros, que detêm o poder hegemônico. Isto nos permite pensar, ainda, o movimento social e as práticas educativas nestes gestadas como detentoras de uma aproximação com elementos da Educação Popular, conforme veremos.

Sobre esta continuidade da luta, encontramos registros, também, na reportagem intitulada *Depois da luta, as promessas*, publicada no jornal *Movimento*, entre os dias 21 e 27 de janeiro de 1980. Esta é iniciada apresentando que “a resistência dos posseiros de Alagamar, na Paraíba, às investidas dos latifundiários e da polícia que querem expulsar centenas de famílias da região, não tem sido em vão” (JORNAL MOVIMENTO, 21 a 27 de janeiro de 1980, p. 11). Para argumentar esta assertiva, menciona que o governador Tarcísio Burity teria diminuído o contingente de policiais e prometido comprar 700 hectares das terras para posterior distribuição entre as famílias. Conforme a fonte, esta atitude decorreu da preocupação do governador com a repercussão na imprensa da situação no território. No entanto, destaca que a “resistência prossegue”. Vejamos:

RESISTÊNCIA PROSSEGUE

Apesar destas conquistas, a resistência vai continuar. Ainda falta muito para os posseiros alcançarem seus objetivos, conforme explicou a Movimento o advogado Wanderlei Caixe, do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba. Na semana passada, ele esteve em São Paulo com o objetivo de conseguir o apoio de entidades democráticas para a causa dos posseiros que defende; e, segundo suas informações, a solução para o conflito é a aplicação da reforma agrária em toda a área onde estão quase 700 famílias ameaçadas de expulsão, e não somente nos 700 hectares que o governador prometeu. “De acordo com o Estatuto da Terra – disse ele – a desapropriação por interesse social deve ser feita logo em áreas onde há grande tensão social, grande densidade demográfica e latifúndios. Em Alagamar há disso tudo, mas o governo e os latifundiários vivem tentando mascarar essa situação³²”. (JORNAL MOVIMENTO, 21 a 27 de janeiro de 1980, p. 25, grifo do autor).

O trecho “Ainda falta muito para os posseiros alcançarem seus objetivos”, explicita a compreensão de que entre as medidas adotadas pelo governo federal e pelo governo estadual e a solução efetiva da situação em Alagamar, existia um distanciamento e um desencontro. Como exemplo podem ser mencionadas as discordâncias entre a desapropriação via compra, pautada por estes e a desapropriação por interesse social, defendida pelos trabalhadores rurais.

³² No trecho citado, percebemos o que dispomos a partir de Leonilde Medeiros (1989), acerca da necessidade de legitimação do Estatuto da Terra. Verificamos que o advogado faz uma contextualização deste e, em seguida, situa Alagamar como uma maneira de justificar que o caso poderia ser resolvido via estatuto. Termina nos permitindo pensar como, mesmo mediante tal fato, não existia uma prontidão, por parte do governo e latifundiários, em solucionar o que estava ocorrendo no território, o que é perceptível quando faz referência a tentativas de mascarar a situação.

Além disso, ao afirmar que governo e latifundiários mascaram a situação, permite pensar em uma interface, uma aproximação de interesses entre estes, bem como retomar o que expusemos, quando questionamos o argumento da prontidão das instâncias estadual e federal no trato com o conflito.

Na finalização desta reportagem, existe a confirmação da luta que continua, agora, a partir do uso da expressão “o conflito continua”, conforme podemos visualizar em:

O conflito continua sem final à vista. Poderá mesmo agudizar-se nas próximas semanas e até espalhar-se por outras regiões, diante da pressa que os latifundiários têm para se apoderarem daquela área, que está na mira do Proálcool (isto significa que poderão fazer fantásticas especulações em torno do preço da terra, uma vez que os futuros e velhos usineiros contarão com grandes financiamentos governamentais para aquisição de terras e plantio de cana) (JORNAL MOVIMENTO, 21 a 27 de janeiro de 1980, p. 25).

Para fazer uso de termos presentes nos documentos evidenciados, “a luta continua”, a “resistência prossegue”, “o conflito continua”, porque além da percepção de que as medidas adotadas não atendem às realidades, as pressões dos latifundiários, no sentido de forçar a saída dos trabalhadores rurais para ampliar a plantação canavieira, também prosseguem. Além disso, permite compreender como o programa mencionado contribuiu para a manutenção do latifúndio e para as tentativas de eliminação das formas de relação e de uso da/com a terra dos trabalhadores rurais.

De tal modo nos direcionou a Wanderley (2011), quando discorrendo sobre capital e propriedade fundiária, apresenta: “Do ponto de vista político e social, a questão central é a constatação de que, no Brasil, o mesmo movimento de aprofundamento do capital reproduz a concentração da terra” (WANDERLEY, 2011, p. 63). Nesse intento, as histórias de vidas das mulheres e homens do campo, seus vínculos com os territórios, seus pertencimentos, saberes, experiências e identidades, são desconsiderados em detrimento de pensar/fazer formas de aumento da produção e do lucro.

De tal modo, compreendendo a Luta do Povo de Alagamar como um espaço de construção de práticas educativas que ressoaram nos posicionamentos dos trabalhadores rurais frente às medidas adotadas pelo governo, no tópico que segue nos centraremos em pensar essa interface, a partir da implementação do cooperativismo e como isto contribui para (re)configurar o território.

5.2 (Re)configurações do território na esfera do coletivo através de uma luta que educa

Conforme evidenciamos no decorrer da presente tese, pensar a Luta do Povo de Alagamar é remeter a um espaço de disputas e de leituras diversas acerca do campo, das resistências realizadas pelos trabalhadores rurais, do apoio recebido de agentes externos, dentre outros. Nesse sentido, a efetivação das medidas propostas pelo governo federal e governo estadual no sentido de solucionar o que estava sendo vivenciado na localidade, também, perpassou por disputas e por entendimentos diversos.

Quando observamos as medidas adotadas na interface entre governo estadual e federal, localizamos, dentre estas, a criação de uma cooperativa, ou seja, a implantação do cooperativismo. Percorrendo as fontes com as quais dialogamos, vemos que esta medida, que contribui para uma (re)configuração do território e mudanças na forma como ocorria o uso da terra, foi alvo de disputas, discordâncias, questionamentos, elogios, permitindo-nos refletir sobre como pensar o território, a luta pela terra e os movimentos sociais do campo, direciona a campos de disputas, a múltiplas leituras e perspectivas, construídas e pautadas a partir de compreensões distintas destes. Assim sendo, acionamos a perspectiva de que “as disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais” (FERNANDES, B., 2009, p. 200).

Somada a esta reflexão sobre território e ao que discutimos no capítulo 1 sobre este conceito e, também, sobre movimentos sociais como espaços de resistência e de práticas educativas, acrescentamos que “os movimentos sociais, especialmente os sociais populares, são entendidos como forças sociais e correntes de opiniões e proposições sobre/para o conjunto social que, atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, geram processos de transformação social [...]” (SOUZA, J., 2007, p. 124). Entrelaçando a discussão de território e de movimentos sociais, pensamos que estes, enquanto esta força social, lugar de construção de práticas educativas, espaços de opiniões e de proposições diversas, podem ser compreendidos como um dos elementos que contribuem para construir outras/novas configurações para os territórios.

Dito isto, mencionamos que analisando as reportagens que tratavam do cooperativismo em Alagamar, deparamo-nos, por exemplo, com a intitulada *Pe. Melo: Cooperativismo é justiça social*, publicada no jornal *Diario de Pernambuco*, em 13 de abril de 1980. Aborda que com esta instauração, Alagamar deixou de ser uma área de tensão tal como era há alguns tempos. Nesta nos chamou atenção, a princípio, a presença da palavra

“transformar”, grafada, em destaque, com letras maiúsculas e em negrito, o que pode ser visto no trecho:

TRANSFORMAR

Alagamar era, até pouco tempo, a área de maior tensão social do Nordeste, com os agricultores sob constante ameaça de expulsão, correndo o risco de perderem até a lavoura cultivada. Como havia a revolta e insatisfação, a área era frequentemente visitada por elementos estranhos que insuflavam os camponeses à revolta, contribuindo, apenas, para tornar a situação mais delicada sem, no entanto, apresentarem solução aos problemas (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 de abril de 1980, p. 16, grifo do autor).

A partir do trecho mencionado, alguns elementos podem ser evidenciados. Primeiro, o reconhecimento das ameaças, do clima de tensão a que os trabalhadores rurais de Alagamar estavam submetidos, no contexto em que compreendeu o movimento social, frente ao novo cenário que se instaura como a morte do antigo proprietário e a disposição das terras para venda, conforme evidenciamos em capítulos anteriores. No entanto, percebemos que a análise realizada na reportagem parte de uma perspectiva de entendimento de que os agentes externos que frequentavam o território, o faziam não na perspectiva de contribuir com os moradores e de ajudá-los a reivindicar os seus direitos e a assegurar a permanência no território, mas de contribuir com a tensão, incentivando-a, aguçando-a e não contribuindo para solucionar a problemática que estava em curso. Como consta no final da citação evidenciada, “sem, no entanto, apresentarem solução aos problemas”.

Compreendemos que a solução para a situação não era uma incumbência dos agentes externos, tais como religiosos, mas das instâncias governamentais (instâncias estas que, conforme evidenciamos, também questionavam quais eram seus papéis, frente ao caso e de quem era a responsabilidade em solucioná-lo). Entretanto, através das fontes, é possível compreender como a assessoria prestada por estes contribuiu para que os trabalhadores rurais organizassem a sua luta, entendessem quais mecanismos e caminhos deveriam ser acionados e conquistassem o direito da permanência no território.

Verificamos, então, uma aproximação do discurso da reportagem com, por exemplo, o que era pronunciado na esfera do governo federal e estadual e não com os trabalhadores rurais participantes do movimento social. Partindo da compreensão de “transformar” presente na reportagem, poderia ser questionado: as medidas adotadas no âmbito do governo federal e estadual, em relação a Alagamar, contribuíam para transformar o território na perspectiva de quem e de quais interesses? Em outras palavras, as medidas propostas a partir do governo federal e estadual pautavam-se na transformação ou na manutenção de uma ordem que atenda

aos interesses do capital e silencie as necessidades e expectativas dos trabalhadores rurais? A forma como a fonte mencionada aborda a presença de agentes externos, em Alagamar, fornece indícios para pensar que esta transformação não estava afinada à perspectiva defendida pelos trabalhadores rurais.

Na mesma reportagem existe um aceno para o modo como seria realizado o funcionamento da cooperativa e a distribuição dos lotes de terra que haviam sido assegurados, frente à desapropriação que evidenciamos no capítulo anterior. De acordo com o documento:

A Coaagral funcionará nos mesmos moldes da Cooperativa Agrícola de Tiriri, sendo, portanto a proprietária dos 2.900 hectares de terra da fazenda Alagamar, ocupada por mais de 430 famílias. A única diferença é que não haverá redistribuição dos lotes e todos os agricultores permanecerão em seus sítios e como a lavoura é diversificada, o excedente da produção será estocado para posterior comercialização pela cooperativa (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 de abril de 1980, p. 16).

O exposto nos permite observar que as medidas adotadas para Alagamar não se restringiam ao referido território, mas já haviam sido realizadas também em outros, o que pode ser visto quando a reportagem faz referência a outra cooperativa, a partir da qual a que estava sendo instaurada funcionaria em consonância. Além disso, mais uma vez, fica evidenciado que a área que as medidas contemplaram não remetia a todo o território e, assim, não comportava todas as famílias. Decorre disso, conforme vimos, um dos elementos que levaram os participantes do movimento social a decidirem por uma “luta que continua”.

Na reportagem encontramos indícios sobre o processo de desapropriação, da apresentação da cooperativa como a proprietária da área desapropriada e dos meios a partir dos quais ocorreria o pagamento da mesma, tendo em vista que a desapropriação foi realizada via compra e não na perspectiva que era defendida pelos trabalhadores rurais participantes do movimento social e os agentes externos que os apoiavam. Conforme a fonte:

DE TODOS

Com o reconhecimento da Coaagral, o registro dos seus estatutos, a autorização do funcionamento e a desapropriação da área, assegurando a terra aos agricultores de Alagamar, a situação da área volta à normalidade e ganha a paz. As terras de Alagamar agora pertencem à Coaagral, mediante contrato de venda para pagamento no período de 20 anos, com a carência de 60 meses, e a Cooperativa fazendo o repasse aos agricultores.

A possibilidade de serem expulsos foi definitivamente afastada. Resta, agora, trabalharem com afinco, a fim de oferecerem condições à Coaagral a pagar, dentro de cinco anos, as terras desapropriadas pelo Incra e cedidas à Cooperativa para repasse aos agricultores (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 de abril de 1980, p. 16, grifo do autor).

Assim como o “transformar”, o termo “de todos”, aparece na reportagem em destaque, posto em letras maiúsculas e em negrito. Considerando como ponto de partida o exposto no documento e realizando uma leitura da mesma, mediante estas palavras-chave que destaca como subtítulos, observamos que esta defende que a proposta de solução adotada pelo governo, ao instaurar o cooperativismo, possibilitava uma transformação e a abertura de um contexto em que a terra seria de todos. No entanto, esse “de todos”, é passível de questionamento, tendo em vista que essa desapropriação não atendia às necessidades de todas as famílias que residiam no território.

Chama atenção, na reportagem, a afirmativa de que a possibilidade de serem expulsos das terras estava afastada e a ênfase em que será necessário trabalhar com afinco para realizar o pagamento da área desapropriada. Além disso, a continuidade do uso do termo “paz” e de outro, a saber, “normalidade” em referência ao cenário que seria efetivado frente à adoção das medidas. No entanto, inquieta-nos pensar, mediante o que discorremos nos capítulos anteriores sobre a historicização do território de Alagamar e considerando a perspectiva a partir da qual a reportagem foi escrita, o que seria esta “volta à normalidade”.

Frente ao que observamos nas fontes, compreendemos que os questionamentos dos trabalhadores rurais, que participavam do movimento social, remetia não a uma oposição à implantação da cooperativa, mas à maneira (sem um diálogo mais amplo) e ao momento (sem a garantia de que ocorreria a desapropriação de toda a área e não apenas de parte desta) em que estava sendo constituída. Este descontentamento pode ser verificado, quando por ocasião da ida de João Batista Figueiredo ao território, os que apresentavam tais questionamentos buscaram tratar com ele sobre esta pauta, mas, sem êxito, conforme veremos a seguir.

Acerca desses olhares diversos para a adoção ao cooperativismo, por parte dos trabalhadores rurais, encontramos vestígios na reportagem *Figueiredo distribui terras em Alagamar*, publicada no *Jornal do Brasil*–RJ, em 27 de junho de 1980, em que consta um pronunciamento do ministro da agricultura, realizado em Alagamar, por ocasião da vinda do presidente ao território. Segundo a fonte mencionada, “o Ministro Amaury Stábile, em seu pronunciamento, reclamou de críticas: ‘Em Alagamar não faltaram as vozes dos que preferem criticar a construir; dos que procuram dividir, ao invés de somar, dos que tentam semear a discórdia entre irmãos’” (JORNAL DO BRASIL–RJ, 27 de junho de 1980, p. 6).

Frente a pronunciamentos como o evidenciado acima, visualizamos como a crítica aos agentes externos que apoiavam a luta dos trabalhadores rurais era uma constante e presente em muitas das fontes com as quais dialogamos, conforme já assinalamos, incluindo neste

grupo, os religiosos. São subversivos, procuram dividir, não somam, incitam a violência – são algumas das atribuições legadas a estes por aqueles que os criticavam. Podemos perceber esta perspectiva tanto na reportagem do jornal *Diario de Pernambuco*, como na fala do ministro evidenciada na reportagem do *Jornal do Brasil*. Nesta segunda, chamou-nos atenção o uso da expressão, “discórdia entre irmãos”, a qual retomaremos posteriormente.

Além disso, no documento é evidenciado: “E acrescentou que ‘[...] A desapropriação por interesse social só será acionada após minucioso exame, que conduza ao absoluto convencimento de que é a solução mais adequada para cada caso concreto, esgotadas as demais alternativas de entendimento previstas na legislação’” (JORNAL DO BRASIL–RJ, 27 de junho de 1980, p. 6). Compreendemos que isso remetia a uma resposta dada pelo ministro aos trabalhadores rurais participantes do movimento social, aos agentes que os apoiavam e que pautavam a desapropriação não mediante a compra, mas por interesse social. Isso permite compreender como as propostas de solução caminhavam em diretivas distintas e antagônicas e as dificuldades da legitimação do uso do Estatuto da Terra, conforme apontado em Leonilde Medeiros (1989).

Em uma das fontes com as quais dialogamos, encontramos registros sobre as pautas e descontentamentos que os trabalhadores rurais selecionaram para evidenciar ao presidente, por ocasião da sua visita, as quais seriam entregues a este mediante um memorial. Assim sendo, é ressaltado na reportagem *Camponeses levam drama a Figueiredo*, publicada em 24 de junho de 1980, no *Diario de Pernambuco*:

JOÃO PESSOA – Os camponeses de Alagamar – um núcleo de oito fazendas a 80 quilômetros de João Pessoa é uma das áreas de maior tensão social do interior nordestino – estarão dispostos a recorrer ao presidente João Figueiredo para a desapropriação dos 13 mil hectares em que estão radicados há até 50 anos, no caso dos mais idosos.

Zona de frequentes disputas entre proprietários de terras e posseiros, Alagamar será visitada quinta-feira pelo presidente da República interessado em ouvir lavradores e fazendeiros empenhados, desde novembro de 1975, em frequentes escaramuças pela posse da terra.

COOPERATIVA

Dois mil hectares da área total dos 13 mil já foram desapropriados pelo Governo mas os agricultores – cerca de 350 famílias – reclamam dos critérios do Incra, do fato de ainda não terem sido contemplados com os títulos da posse da terra e por fim, da criação de uma cooperativa, segundo as denúncias, através do arrendamento dos lavradores não radicados em Alagamar (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 24 de junho de 1980, p. 20).

Essas críticas no tocante à criação da cooperativa podem ser observadas, também, em Cantalice (1985) que em seus escritos faz uma análise de como ocorreu a implantação da mesma a partir do INCRA. De tal modo, destaca que “respaldados na convicção de que a implantação da Cooperativa, de cima para baixo, não correspondia aos objetivos de solução desejada para os seus problemas de pequeno produtor rural, uma grande maioria deles não aderiu à iniciativa” (CANTALICE, 1985, p. 142).

A autora nos permite compreender como mediante estas divergências frente a se tornar sócio da organização, construiu-se uma tensão entre os moradores de modo a suscitar, por exemplo, questionamentos em torno de se os benefícios adquiridos a partir da cooperativa deveriam ser extensivos a todos ou apenas aos associados. Nas palavras da autora, “Isto gerou divergências a nível de agentes decisores, no sentido de que, enquanto uns julgavam que apenas os associados deveriam receber os benefícios, outros consideravam que estes teriam de se estender a todos os agricultores da área.” (CANTALICE, 1985, p. 142).

Este fato nos lembrou a frase posta anteriormente por um ministro e a que referenciamos anteriormente, de que em Alagamar existiram os que ocasionaram “discórdias entre irmãos”. Considerando o contexto de sua fala e a forma como o governo federal estava se portando, entendemos que esta crítica direcionava aos agentes externos que apoiavam os participantes do movimento social. No entanto, tendo em vista o elemento posto acima, mediante as divergências que surgiram entre os moradores do território e o fato de que a desapropriação não comportaria todas as famílias, poderíamos nos questionar se as soluções postas pelo governo federal teriam contribuído e atuado como promotor destas discórdias, as quais criticaram. Compreendemos este fato, também, como uma estratégia de desmobilizar os trabalhadores rurais, colocando-os em oposição e em disputa pelo uso da área desapropriada e dos benefícios que, supostamente, seriam conquistados a partir do cooperativismo.

Além dessas disparidades em torno da implantação do cooperativismo e da forma como teria ocorrido a fundação da cooperativa, percebemos que em algumas das reportagens dos jornais pesquisados existe uma centralidade em apresentar os bons resultados que estavam sendo alcançados a partir da experiência. A ênfase recai, principalmente, no como essa medida contribuiu para eliminar as tensões e reestabelecer a paz no território e, também, sobre o apoio recebido do INCRA e do governo estadual. Como exemplo, evidenciamos a reportagem *Cooagral incentiva culturas*, publicada no jornal *Diario de Pernambuco*, em 28 de outubro de 1980. De acordo com esta,

A Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar Ltda, localizada na região dos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, na Paraíba, vai introduzir novas culturas para ampliar suas atividades produtivas, a exemplo da mamona, que é considerada pelos técnicos uma oleaginosa comparada ao petróleo, pela derivação de seus produtos. O trabalho desenvolvido pela cooperativa vem recebendo todo apoio do Incra e do Governo do Estado da Paraíba (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 de outubro de 1980, p. 24).

Na reportagem e, também, em outras, percebemos que existia uma recorrência em apresentar os bons resultados e reforçando a contribuição e o apoio que recebiam do governo estadual ou federal e de órgãos como o INCRA. Compreendemos isto como uma forma de ratificar a importância da atuação destes frente a Alagamar e as suas posturas de empenho e eficácia em solucionar o caso e “transformar” a realidade.

Nesse sentido, lembramo-nos de Leonilde Medeiros (1989), quando discorrendo sobre a intervenção do estado em conflitos por terra no âmbito de 1980, destaca ações como a desapropriação e as titulações como elementos que alimentavam, para utilizar um termo posto pela autora, a propaganda sobre a reforma agrária, por parte do governo. Assim sendo,

Na mesma época, as ações de desapropriação e as titulações (regularizações fundiárias) alimentavam a propaganda governamental sobre o andamento da reforma agrária, visando neutralizar os efeitos sobre a opinião pública de medidas como a expulsão ou ameaças de expulsão de padres, enquadramento de dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional, denúncias, tanto por parte da Igreja, como do movimento social, sobre a intensificação da violência no campo, assassinatos e perseguições de lideranças sindicais, agentes de pastoral etc. (MEDEIROS, L., 1989, p. 162).

Entrecruzando o disposto nas fontes mencionadas, com o exposto por Leonilde Medeiros (1989), pensamos que Alagamar se constituiu como um dos espaços utilizados pelo governo para propagar a sua atuação frente à problemática da terra e construir uma imagem de que estava engajado na realização da reforma agrária, na aplicação de medidas que fariam retomar a “paz” e a “tranquilidade”, além de aumentar a produtividade nestes territórios o que, supostamente, traria melhorias para “todos”. No entanto, entre o propagado e o realizado existia um distanciamento, principalmente, no que se refere às suas intencionalidades.

Na mesma diretiva, na reportagem *Incra atua na Paraíba*, de 16 de outubro de 1980, no *Diario de Pernambuco*, é possível encontrar o registro do aumento da produção agrícola. Isso nos inquieta no sentido de entender quais as intencionalidades no foco da divulgação do êxito do cooperativismo no território e, por conseguinte, das medidas implementadas a partir do governo federal e estadual. De acordo com a fonte:

JOÃO PESSOA – A Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar – Coagral, na Paraíba, está recebendo apoio do Incra e do Governo Burity, para aumentar a produção agrícola. De setembro até este mês, a Cooperativa comercializou 2 toneladas de algodão, 2,5 toneladas de milho, apesar da estiagem que atingiu a região de Alagamar, onde está situada e, atualmente, conta com 101 associados (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 16 de outubro de 1980, p. 19).

Na reportagem é perceptível, além da referência ao aumento da produção (com a ênfase de que este fato ocorre mesmo “apesar da estiagem”, ou seja, evidenciando como o modelo de produção adotado, os recursos fornecidos pelo governo, permitem produzir, mesmo em tempos de ausência de chuva), uma referência à quantidade de sócios. É interessante assinalar que, nas fontes com as quais dialogamos, deparamo-nos, em relação à adoção do cooperativismo, na maioria dos casos, com uma tríade: aumento da produção, apoio do governo estadual, do governo federal e do INCRA e aumento do número de sócios.

Retomando a reportagem *Cooagral incentiva culturas*, do *Diario de Pernambuco*, em 28 de outubro de 1980, anteriormente mencionada, encontramos o registro deste “germinar” da referida cooperativa, e, mais uma vez, um direcionamento para um afastamento de “questões políticas”, mediante a ênfase em um distanciamento de questões partidárias. Isso pode ser verificado na referida fonte onde consta:

Para o gerente da unidade cooperada, “a Cooagral foi uma semente lançada num terreno bom e fértil e que já germinou”. E acentua -: “Mas para que cresça, é necessário irriga-la sempre, isto é, que não lhe falte as condições necessárias para o seu desenvolvimento, devendo permanecer sempre como está: livre de grupos partidários e das contaminações extremistas” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 de outubro de 1980, p. 24).

Como mencionamos, existia uma ênfase por parte do governo estadual e federal, nas interferências que os agentes externos causavam no território. No entanto, um elemento que nos chamou atenção, durante a pesquisa, foi o fato de que na instauração da cooperativa, ocorreu uma presença de agentes externos como técnicos e encontramos referência a um religioso, “o padre cooperativista”, conforme consta em uma das reportagens, que, inclusive, ministrou uma palestra aos cooperados. Trata-se da reportagem *Cooperativa elimina tensão social na PB*, publicada no *Diario de Pernambuco*, em 13 de abril de 1980 e à qual fizemos menção anteriormente. Conforme a fonte,

Sem criticar ou falar em política, mas apenas abordando os problemas do campo, do homem sem terra e falando o mesmo linguajar que eles, o padre Melo conversou com os associados da Cooperativa Agropecuária de Alagamar, advertindo-os contra o intermediário a quem denominou de “inimigo nº. 1” do agricultor e mostrando que “se permanecerem unidos terão independência econômica e terão um melhor padrão de vida a curto prazo”.

A palestra do padre cooperativista começou em termos comparativos, com ele fazendo perguntas e os agricultores respondendo, citando sempre o exemplo de Tiriri, fundada com 12 camponeses e hoje com mais de 10 mil associados. A vinda do padre Melo a Cooagral prende-se a um convite dos agricultores que estiveram em Tiriri, na segunda quinzena de fevereiro, conhecendo como funciona o sistema de trabalho em comum, o cooperativismo (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 13 de abril de 1980, p. 16, grifo do autor).

O início do trecho citado, a saber, “Sem criticar ou falar em política”, remeteu-nos ao que trataremos posteriormente, com base em Cantalice (1985), sobre as tentativas de esvaziamento político da situação que estava sendo vivenciada no território. Uma associação do entendimento de que “falar de política” não resolve a situação e, ao contrário, apenas intensifica as tensões. Além disso, a reportagem nos faz pensar que a crítica quanto aos agentes externos não era direcionada ao fato de serem de fora do território, mas considerando o fato de a partir de quais leituras do campo e perspectivas pautavam. Nesse sentido, a depender de quem fala e de qual lugar, por exemplo, críticas ao tamanho do território que seria operado via cooperativa, ou apresentação de pontos de vista diversos, podem ser compreendidos como pregação da subversão, incentivo à tensão, dentre outras questões.

A reportagem nos acena a pensar que, assim como existiam divergências entre os trabalhadores rurais quanto às soluções para Alagamar e dentro do próprio Estado, conforme evidenciamos, também existiam olhares distintos entre os religiosos em relação à questão agrária e para estes. Decorre disso, conforme mencionamos no capítulo anterior, a importância de ao tratarmos da discussão entre religiosos católicos e questão agrária, compreender a Igreja Católica não como um todo homogêneo, com um posicionamento único, mas perpassado por compreensões teológicas distintas, referentes a leituras de fé, igreja e sociedade e ainda suas vivências e experiências e que interferem na forma como se portaram/compreenderam a problemática agrária e pensaram soluções para esta.

Lembramo-nos do entendimento de Severino Silva (2011) quando, discorrendo sobre as organizações e lutas camponesas na Paraíba, com foco no catolicismo popular, historiciza perspectivas de segmentos da Igreja Católica, no que se refere à questão agrária e à luta pela terra, evidenciando, por exemplo, posturas distintas como a organização de sindicatos a partir

destas, com o objetivo de conter o avanço das Ligas Camponesas e apontando para uma mudança a partir da chegada de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba.

Na reportagem *A CNBB dá nome aos bois*, do jornal *Movimento*, datada de 18 a 24 de fevereiro de 1980, existem registros sobre a versão final do manifesto da 18ª Assembleia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos, conferência esta que ocorreu entre os dias 5 e 14 de fevereiro de 1980, em Itaiçara–São Paulo e que teve por centralidade, segundo a fonte mencionada, “a problemática da posse da terra no Brasil”. Destaca embates entre o que denomina de conservadores e progressistas no tocante a temáticas como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins (GETAT)³³ e ao não reconhecimento, no referido manifesto, das medidas adotadas pelo governo em relação a Alagamar.

Sobre a temática da referida conferência e o processo de escolha desta, a fonte nos evidencia que “[...], foi combatido nas reuniões preparatórias pela ala conservadora sob o argumento hábil de que a Igreja brasileira deveria escolar como tema número um, a Catequese, missão ‘primordial’ da Igreja, sua tarefa essencial, como vem dizendo o papa” (JORNAL MOVIMENTO, 18 a 24 de fevereiro de 1980, p. 3, grifo do autor). De tal modo, o trecho citado nos ajuda a compreender a necessidade de ao tratarmos da Igreja Católica considerarmos essa heterogeneidade de posicionamentos no interior da referida instituição. Isto nos permite entender, por exemplo, como no caso de Alagamar, por um lado o governo tecia elogios e convidava um religioso para ministrar palestra sobre cooperativismo e, por outro, no decorrer do movimento social e, também, posteriormente, eram tecidas intensas críticas a um outro segmento.

Chama atenção que do mesmo modo como ocorriam acusações e questionamentos da postura dos religiosos que apoiavam os trabalhadores rurais no âmbito do movimento social, estes questionamentos continuam após a adoção das medidas que foram propostas pelo governo federal e pelo governo estadual, de modo que freiras foram acusadas de incentivar trabalhadores rurais a invadirem a sede da cooperativa. De acordo com Cantalice (1985, p. 133), “os órgãos intervenientes atuaram no sentido de desmobilizar pequenos produtores e

³³ O referido grupo executivo foi criado no governo João Batista Figueiredo, através do Decreto-Lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, sendo subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e formado por seis membros (um representante da Secretaria-Geral mencionada, um procurador da República, um membro do INCRA e um representante de cada estado em que o GETAT atuaria (BRASIL, 1980). Sobre a finalidade deste, o Decreto-Lei afirma: “[...] coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia–Tocantins [...]” (BRASIL, 1980, [s.p.]). O Decreto – Lei de criação do grupo executivo, pode ser acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11767.htm.

desarticular as lideranças, sobretudo, desmoralizando as intermediações da Igreja, de órgãos de classe e de grupos de apoio”.

Isto pode ser verificado na reportagem, *Freiras intimadas na Paraíba*, publicada no jornal *A Luta Democrática*, em 20 de março de 1981. Nesta consta que:

Duas freiras holandesas – Tony Van Haan e Marlene Burgers³⁴ – foram intimadas a depor segunda – feira na Superintendência de Polícia Federal da Paraíba, para prestar esclarecimentos sobre sua participação em conflito de trabalhadores rurais na fazenda Alagamar. Juntamente com o advogado Wanderley Caixe, as freiras foram acusadas de incitar agricultores a invadir a fazenda Piacas e destruir o prédio da Cooperativa Agrícola de Alagamar, área de tensão social no Estado, em Janeiro último. A Arquidiocese da Paraíba, a quem as freiras estão ligadas, considera inverídicas as denúncias. (JORNAL A LUTA DEMOCRÁTICA, 20 de março de 1981, p. 10).

Esta mesma acusação pode ser notabilizada, também, através de outra fonte, a saber, a reportagem *LSN – outra vez*, publicada no jornal *Movimento*, na edição em circulação entre os dias 23 de fevereiro e 01 de março de 1981, onde consta que:

O secretário de Segurança da Paraíba, Geraldo Navarro, pediu, no final da semana passada, o enquadramento de duas freiras holandesas – Tony Van Haan e Marlene Burger (sic) – e do advogado Wanderley Caixe, da Arquidiocese de João Pessoa, na Lei de Segurança Nacional, alegando que eles incitaram posseiros de Alagamar a invadir a fazenda Piacás (sic). Os posseiros, além de invadir a fazenda, destruíram parte de uma cooperativa que os explorava (JORNAL MOVIMENTO, 23 de fevereiro a 01 de março de 1981, p. 12).

É interessante observar que na reportagem existe o registro de que os posseiros evidenciaram que esta atitude se constituiu como uma resposta às violências que estavam sofrendo. No entanto, grileiros teriam convencido o secretário de segurança de que os culpados seriam as freiras e o advogado. Conforme consta no documento, “[...] o culpado de tudo são as freiras e o advogado que ‘na calada da noite’ promoviam reuniões de esclarecimento com os posseiros” (JORNAL MOVIMENTO, 23 de fevereiro a 01 de março de 1981, p. 12, grifo do autor).

³⁴ Em Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final, existe um item destinado à atuação da irmã Marlene Burgers, freira holandesa, integrante da Equipe de Promoção Humana, na Arquidiocese da Paraíba. Neste documento, constam trechos de depoimentos seus em que destaca prisões de trabalhadores rurais e o monitoramento de Alagamar pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Antes de evidenciar o relato da referida freira sobre o SNI, o documento menciona que “O conflito de Alagamar era monitorado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), e que todos que entravam naquelas terras eram vigiados.” (PARAÍBA, 2017, p. 393), o que ratifica o que evidenciamos anteriormente acerca da atuação do referido serviço em Alagamar.

Conforme evidenciamos na presente tese e, também, na pesquisa que realizamos no decorrer do mestrado, os momentos de reuniões possuíam um significado para a luta, ao passo que eram determinantes para as decisões sobre os rumos do movimento social. Remetiam, também, a um espaço de construção de aprendizagens, mediante o diálogo estabelecido entre os trabalhadores rurais, destes com os agentes que os apoiavam e com moradores de outros territórios do campo. Proibir estas “reuniões de esclarecimento”, para fazer uso de um termo presente na fonte mencionada, incidia sobre a tomada de decisões, por parte dos participantes, e, assim sendo, poderia contribuir para desmobilizá-los ou interferir em sua luta. Uma das estratégias utilizadas com tal intento, além da proibição, era a culpabilização e tentativas de prisão dos que organizavam as reuniões, como no caso mencionado na reportagem.

Acrescentamos que, além da implantação do cooperativismo, nas medidas adotadas pelo governo, constavam alguns serviços na área da infraestrutura, como por exemplo, no tocante à eletrificação, construção de escolas, dentre outras. Conforme a reportagem *JB F entrega terra a camponeses*, do *Diario de Pernambuco*, em 27 de junho de 1980,

ASSISTÊNCIA

Os agricultores de Alagamar contam com integral assistência, fornecida mediante a articulação dos órgãos públicos – Inera, Governo do Estado, DER, etc – além de atendimento médico gratuito, bem como orientação técnica para maior rendimento agrícola. A instalação de um entreposto da Cobal é o mais novo benefício levado para os moradores de Alagamar.

A área desapropriada está sendo eletrificada e estão sendo construídos três postos médicos, duas escolas, cinco lavanderias (cada com cinco banheiros e sanitários) e um posto para fornecimento de documentação aos agricultores e seus familiares (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 27 de junho de 1980, p. 18, grifo do autor).

Estes elementos nos permitem pensar como, embora não tenham tido todas as suas pautas atendidas como no que se refere à desapropriação de toda a área e ancorada no interesse social e não na compra, o movimento social conseguiu tensionar o Estado de modo a direcionar olhares para o território. Isto nos remeteu a pensar como mediante as lutas, reivindicações, disputas travadas, o território de Alagamar foi passando por modificações e adquirindo outras configurações, quando comparado ao momento anterior à morte do antigo proprietário. No entanto, é interessante salientar que tal como consta em **negrito e letras maiúsculas** na abertura do trecho citado, estas medidas partiam do governo na esfera da assistência e de um olhar externo, como retomaremos posteriormente.

Este conjunto de medidas adotadas no âmbito governamental em relação a Alagamar, nos direciona a Cantalice (1985) quando, refletindo sobre os mecanismos utilizados pelo

Estado para solucionar a situação, evidencia que: “[...] significou simplesmente o cumprir o seu papel de viabilizador do capital, [...]” (CANTALICE, 1985, p. 130). Nessa perspectiva, entendemos também que “o Estado na sociedade capitalista não representa os interesses gerais da sociedade, mas tendencialmente atende aos interesses da classe que detém o poder econômico, [...]” (BATISTA, 2011, p. 46).

Frente ao exposto, percebemos como tais medidas adotadas, as ações realizadas pelos trabalhadores rurais no sentido de resistir a estas, por compreender que não solucionavam a situação, evidenciam como o território vai sendo (re)configurado a partir das disputas, das lutas por seus usos e formas de usos. De certo, a construção de uma perspectiva reivindicatória e questionadora, por parte dos trabalhadores rurais, incide sobre esse processo de (re)configuração, ao passo que contribuiu para colocar o território enquanto um problema e pensando perspectivas de transformação deste. Compreendemos que:

A terra como espaço vital é um território que assume dimensões sociais, econômicas, culturais, subjetivas, simbólicas. Os territórios são reivindicados, contestados e passam a assumir novas configurações. De espaço de relações de poder e de força, do cativo da terra eles passam a assumir outras formas que lhes conferem os sujeitos que ocupam, que passam a viver a terra dando-lhes outros significados, novas territorialidades. (BATISTA, 2007, p. 171).

Retomamos os autores a partir dos quais operamos o conceito de território, de modo a compreender que este não é dado, preestabelecido, mas resultado de diversas dinâmicas, de uma construção histórica em que as relações de poder, as disputas, contribuem para modificá-lo. Assim, os movimentos sociais do campo e, dentre eles, a Luta do Povo de Alagamar, constituem-se como um dos elementos que contribuem para esta reivindicação, contestação do território e para (re)configurá-lo, tendo em vista as aprendizagens construídas, mediante as práticas educativas nestes gestadas.

Nesse sentido, lembramo-nos de Lins (2016), quando discorrendo sobre os movimentos sociais evidencia que “[...] entendemos os movimentos sociais como processo de ações coletivas em consonância com objetivos claramente definidos por um determinado grupo social que o protagoniza e luta contra relações sociais adversas utilizando-se da sua força social para assegurar ou conquistar suas demandas” (LINS, 2016, p. 21). De tal modo, possuindo um objetivo definido, a saber, conquistar a posse da terra e nesta permanecer, os trabalhadores rurais, organizados em um movimento social, que denunciou e trouxe para o

debate o que estava sendo vivido, possibilitaram pensar/fazer outras organizações e uso do território e, além disso, de construir uma postura crítica/problematizadora frente a tais usos.

Nesse sentido, situamos as críticas postas por alguns trabalhadores rurais em relação à maneira como, por exemplo, a cooperativa foi implementada no território, não no sentido da tentativa de semear a tensão, tal como os discursos do governo federal e estadual afirmavam, mas da busca por possibilidades de usos conectadas às suas realidades. Afirmamos isso, partindo do entendimento que uma das frentes de atuação dos movimentos sociais decorre da denúncia das realidades, de apresentar questões que merecem ser vistas e repensadas.

Conforme destaca Damasceno (2016, p. 43): “Em cada momento histórico, os movimentos sociais funcionam como indício das turbulências, apontando carências, insatisfações, necessidades coletivas, enfim, possibilitando a realização de um diagnóstico da situação social num dado momento histórico”. No caso de Alagamar, o movimento social apontou as carências e demandas coletivas (acesso e permanência na terra e, também, a outras como educação) e, ao mesmo tempo, as insatisfações frente às medidas propostas.

De acordo com Lins (2016, p. 16), “muitos resultados obtidos pelos movimentos sociais foram fruto de lutas e experiências, expressas a partir de práticas educativas geradas na experiência cotidiana.” Podemos assim, compreender as (re)configurações que passam a ocorrer no território, frente aos resultados alcançados a partir do movimento social, como ressonâncias das práticas educativas, das aprendizagens que foram construídas no interior deste e que lhes permitiram compreender que a luta contínua, tendo em vista o entendimento de que as situações de exclusão são passíveis de transformação e não um dado natural e acabado.

Nesse sentido, lembramo-nos de Caldart (2000) quando discorrendo sobre o MST e uma pedagogia da luta social, destaca:

Ela brota do aprendizado de que o que educa os sem terra é o próprio movimento da luta, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. A pedagogia da luta educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo: nada é impossível de mudar [...] (CALDART, 2000, p. 30).

Compreendemos, assim, que as experiências construídas pelos partícipes do movimento social, contribuíram para que pudessem construir enfrentamentos frente ao Estado e às soluções postas por este, de modo a pensar ações que realmente atendessem à coletividade e suas necessidades, partindo do entendimento de que as realidades podem ser transformadas.

Compreendemos que as aprendizagens construídas no movimento social não se limitam a este, mas reverberam para além. Nesse entendimento,

O grande legado e a lição que a história nos deixa consiste em reconhecer que *as lutas sociais educam*, constituem instrumento de aprendizagem fundamental para o avanço do próprio processo reivindicatório, mas principalmente fortalecem as organizações populares para responderem às pressões políticas dominantes, para utilizarem o seu *contrapoder* a fim de pressionarem pelas conquistas de seus direitos e para exercerem a sua cidadania (DAMASCENO, 2016, p. 43, grifos da autora).

Nesse sentido, as experiências vividas pelos trabalhadores rurais, os diálogos construídos com os agentes externos, ao se constituírem como detentores de uma prática educativa, possibilitaram a elaboração de um conhecimento das leis, dos mecanismos do poder, que foram significativas não apenas para a construção do movimento social e das ações de resistência, mas para agenciar e opinar frente às medidas que foram adotadas pelo governo estadual e federal. Para fazer uso de uma expressão utilizada pela autora mencionada, possibilitaram um “avanço do próprio processo reivindicatório”, ao passo que no exercício de reflexão sobre as soluções postas, prosseguiram com suas reivindicações. Como destaca Caldart (2000, p. 30): “A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são.”

Este conjunto de medidas se situa no âmbito de uma ação intitulada “Projeto Integrado Alagamar”. Sobre o referido projeto, na reportagem *Alagamar melhora cultura com sementes selecionadas*, publicada em 15 de setembro de 1981, no jornal *Diário de Pernambuco*, consta:

O objetivo geral do projeto é dar apoio às famílias rurais, objetivando a melhoria do nível socioeconômico da população. Quanto às finalidades específicas, destacam-se as seguintes: incremento à produção e produtividade através da melhoria do nível tecnológico; diversificação do cultivo; comercialização da produção, através da Cooperativa, possibilitando melhor oportunidade de preços (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15 de setembro de 1981, p. 9).

Isso nos leva a compreender como frente às denúncias e ações de resistências realizadas pelos trabalhadores rurais, foram propostas modificações a partir do Estado que contribuíram para alterações no território tanto em seus usos, como do ponto de vista da produção e de questões socioeconômicas. No entanto, Cantalice (1985) nos inquieta a pensar sobre as intencionalidades destas medidas e, nesse sentido, destaca com sendo esperado pelo Estado, dentre outros fatores, a “[...] – divisão dos produtores e desmantelamento das suas

formas de organização anteriormente existentes; – e o esvaziamento político da questão” (CANTALICE, 1985, p. 134). Percebemos essa tentativa de esvaziamento político e de uma associação do termo político apenas à questão partidária, quando em algumas fontes observamos referências ao discurso de que alguns agentes externos apenas faziam política com a situação, mas não apresentavam soluções concretas para a situação, conforme evidenciamos anteriormente.

Ao mesmo tempo, esse conjunto de medidas, especificamente, no que diz respeito à saúde, à educação, permite refletir como a realidade em Alagamar anterior ao movimento social, era perpassada pela dificuldade de acesso a diversos direitos e por exclusões. Tal aspecto não era um dado apenas deste território, mas, também, de outros situados no campo, pelo Brasil, o que nos direciona a pensar como, historicamente, este foi tratado em uma perspectiva de exclusão, marginalização e tentativas de silenciamento pelo Estado. Dentre outras ressonâncias, este fato interferiu, por exemplo, na preservação de suas memórias, conforme problematizamos, em capítulo anterior, a partir de Leonilde Medeiros (1989).

Para a efetivação desse projeto, a reportagem citada evidencia que ocorreu uma parceria entre diversos órgãos como o Incra, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (Prodecor), a Emater–PB, dentre outros. Além disso, apresenta um dado, no que se refere à quantidade de sócios da cooperativa, permitindo observar um aumento destes, quando comparamos com outras fontes que apresentavam o quantitativo em período anterior. De acordo com esta, “a cooperativa conta, atualmente, com 151 sócios que desenvolvem um trabalho em função de todos, dentro do sistema cooperativista” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 15 de setembro de 1981, p. 9).

Isto vai ao encontro do disposto na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final, quando, ao realizar resumos de documentos confidenciais do SNI, destaca no Informe nº 013/17 ARE_CE nº Documento nº 4580 2804/1983, um aumento no número de sócios (PARAÍBA, 2017). Tal fato permite inferir que com o decorrer dos meses, os números de sócios foram ampliados, o que pode remeter, por exemplo, à propaganda sobre os resultados que o órgão passa a conquistar após a sua implantação, como no que se refere ao aumento da produção e dos apoios financeiros.

Isso pode ser atestado, quando percorrendo as fontes, percebemos uma ênfase nas reportagens que tratam das medidas que estavam sendo efetivadas no território, no aumento da produtividade, mecanização e em questões econômicas. Esses elementos podem ser observados, por exemplo, nas seguintes reportagens:

- a) *Situação em Alagamar pode ser normalizada, Diario de Pernambuco*, 17 de janeiro de 1980: consta referência às medidas que seriam adotadas na interface entre Governo Federal e Estadual e, dentre elas, menciona a criação da cooperativa e apoio aos trabalhadores rurais com silos metálicos, mecanização, sementes, abastecimento de água, estradas, programas de saúde e educação;
- b) *Pe. Melo: Cooperativismo é justiça social, Diario de Pernambuco*, 13 de abril de 1980: menciona apoio integral do Incra e do Governo Federal, através do fornecimento de sementes selecionadas, abertura de poços, acessos para escoar a produção e defensivos;
- c) *JBf entrega terra a camponeses, Diario de Pernambuco*, 27 de junho de 1980: assistência a partir de uma articulação entre Incra, Governo do Estado, DER e orientação técnica. Faz referência, também, a atendimento médico gratuito;
- d) *Incra atua na Paraíba, Diario de Pernambuco*, 16 de outubro de 1980: apoio recebido pela cooperativa, através do Incra e do governador Burity. Destaca um aumento na produção e na quantidade de sócios;
- e) *Cooagral incentiva culturas, Diario de Pernambuco*, 28 de outubro de 1980: apoio recebido a partir do Incra e do Governo do Estado, introdução de novas culturas, uso eficiente dos recursos naturais, elaboração de um plano de trabalho para uso da terra;
- f) *Alagamar melhora cultura com sementes selecionadas, jornal Diario de Pernambuco*, 14 de setembro de 1981: aquisição e distribuição para os trabalhadores rurais de sementes selecionadas, maximização da produção e realização do Projeto Integrado Alagamar com ações em diversas áreas (conforme evidenciamos em outro momento da presente tese).

Realizando uma leitura das reportagens, fica perceptível, a ênfase, no tocante às medidas adotadas em Alagamar, a uma dimensão econômica, de incentivo à produção. Em alguns momentos são feitas referências a ações no campo da saúde e da educação, porém, não existe um detalhamento destas, tal como no que se refere às relativas ao uso da terra para produção e comercialização do que é produzido. Também, não encontramos vestígios nas reportagens sobre uma dimensão de pertencimento ao território, de compreensão do permanecer na terra e do acesso a esta não apenas pela dimensão do ter um local para desenvolver as atividades trabalhistas.

Nas pautas de solução apontadas pela esfera governamental, a ênfase recai na produção e na necessidade de eliminar as tensões existentes no território e instaurar a paz. No entanto, considerando os elementos postos nos capítulos anteriores, percebemos que para os

trabalhadores rurais participantes do movimento social, este sentido estava para além, para uma dimensão de vida, de pertencimento, de identidade, de “raízes”. Isso nos remete a que “os conflitos por terra não são apenas conflitos territoriais, que pensam e exigem a ocupação da terra como espaço de trabalho, sobrevivência” (BATISTA, 2007, p. 171).

Em seguida, a autora acrescenta: “Para os que dela dependem e a pensam como espaço de vida, de identidade, ela tem múltiplos significados. É dádiva, ela é o território onde eles deitam suas raízes culturais, que dá sentido à vida, é fonte de vida, é vista como mãe, [...]” (BATISTA, 2007, p. 171). De tal modo, depreendemos que as soluções adotadas pelo Estado, em relação a Alagamar, não estiveram pautadas na percepção dos “múltiplos significados” que a terra possuía para os indivíduos que nesta residiam, na e a partir da qual construíram as suas histórias e memórias, bem como as das suas famílias.

Dentre as reportagens evidenciadas acima, duas nos chamaram atenção devido a esta ênfase na maximização da produção, mediante os apoios que seriam recebidos dos órgãos e dos governos estadual e federal. A primeira é a intitulada *Cooagral incentiva culturas*, publicada no jornal *Diario de Pernambuco*, em 28 de outubro de 1980. Nesta, destacamos o trecho: “Para a obtenção de resultados mais compensadores, foi elaborado um plano de trabalho para o uso da terra, visando maximizar a produção e minimizar as perdas agrícolas, a fim de que seja obtido o máximo de rendimento econômico necessário à solidez de uma empresa agrícola” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 28 de outubro de 1980, p. 24).

A segunda reportagem, *Alagamar melhora cultura com sementes selecionadas*, publicada em 14 de setembro de 1981, no mesmo jornal, em que pode ser visualizado:

A Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar Ltda, com recursos do Prodecor, distribuiu neste anos aos agricultores de Alagamar, Piacas e Maria de Melo 8.216 quilos de sementes selecionadas, adquiridas nos Centros de Pesquisas Agronômicas, com a finalidade de maximizar a produtividade da área e de acordo com as suas condições ecológicas. No combate às pragas das culturas, foram distribuídos 92 litros de inseticidas e 367 quilos de formicida em pó (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 14 de setembro de 1981, p. 9).

Esses trechos nos remeteram a Cantalice (1985), quando realizando uma análise do Projeto Alagamar, evidencia que ocorreu um deslocamento do eixo, no que se refere à percepção das motivações da realidade que estava instaurada no território. Segundo a autora,

Nessa direção, considera-se a própria diagnose da situação, incluída no Projeto, pela qual se definia, como principal responsável pelas divergências, as formas de utilização agropecuária do solo, as condições essencialmente

técnicas de produção, quando o motivo central do litígio era a posse e o uso da terra, tendo sido, porém estrategicamente deslocado para outro eixo. (CANTALICE, 1985, p. 133).

Em continuidade, é importante assinalar, com base em Cantalice (1985), que as medidas adotadas pela esfera do Estado não remeteram à instauração da “paz” no território, mas que outras situações, tensões, para fazer uso de um termo utilizado pela autora, foram eclodindo. Nesse sentido, pedimos licença para evidenciar um trecho relativamente longo de uma reflexão posta por esta, mas que nos fornece subsídios para pensar essas novas tensões e (re)configurações que ocorrem no território. Vejamos:

[...] O que se observou de fato, foi uma redefinição dos conflitos. Nas localidades que não tinham sido expropriadas – totalizando quase 10.300 ha – permaneceram eclodindo reações, contra os diversos proprietários das respectivas parcelas resultantes da venda e desmembramento inicial do que se constituía anteriormente na “Grande Alagamar”. Enquanto isso, na área expropriada – Alagamar, Piacas e Maria de Melo – a maioria dos agricultores que não havia concordado com a imposição da cooperativa resistiam à pressão para aderir à mesma, procurando assegurar trabalho a todos nos roçados e casas de farinha da própria comunidade, ao mesmo tempo em que combatiam e denunciavam a tentativa de quebrar a unidade e arrefecer o movimento de organização dos pequenos produtores, embutida nas táticas e estratégias dos representantes e instituições do Estado. (CANTALICE, 1985, p. 147).

Nesse sentido, Cantalice (1985) nos permite ratificar o que expusemos anteriormente sobre a importância de pensarmos os alagamares que constituíam Alagamar, a época do movimento social, ou seja, pensar os vários territórios a partir dos quais era constituído. Essa observação e entendimento de que as medidas de solução não contemplaram toda a área, nos permite compreender outra (re)configuração do território. Se antes possuíamos uma “Grande Alagamar”, com uma extensão territorial de cerca de 13.000 hectares, sobre posse de um único proprietário, neste novo cenário, podemos visualizar como se constituem situações e realidade distintas para os vários sítios que a compõem.

Isso nos faz compreender como o território de Alagamar foi sendo (re)configurado de forma dinâmica, mediante as disputas de leituras e sentidos entre trabalhadores rurais, novos proprietários e Estado, o que nos direciona à compreensão de território a qual evidenciamos no capítulo 1, mediante a autores como Bernardo Fernandes (2008, 2009) e Saquet (2015), dentre outros. De tal modo, acrescentamos que “Convivemos com diferentes tipos de território produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente” (FERNANDES, B., 2009, p. 197).

Nessa disputa cotidiana, por e a partir do território, compreendemos, então, a Luta do Povo de Alagamar, como um movimento social que foi sendo redimensionado, repensado em seu decorrer, de modo a agenciar frente aos fatos que iam sendo desencadeados, tais como a apresentação de medidas de solução por parte do Estado ou de uso de novas ações, pelos novos proprietários. Ou seja, mediante a estes diversos cenários, compreendemos que a própria luta, que continua, também se (re)configura, considerando a necessidade de contemplar as várias situações que estavam acontecendo no território como, por exemplo, estas tentativas de fragmentação e enfraquecimento da luta. Por um lado, era preciso, na área já desapropriada, pautar formas de uso desta que atendessem aos interesses e necessidades da coletividade, resistir à forma como estava ocorrendo a adoção do cooperativismo. Por outro, continuar exigindo a desapropriação da parcela ainda não contemplada por esta ação.

Retomando o trecho de Cantalice (1985), poderíamos pensar que, enquanto o Estado afirmava que suas medidas estavam restaurando a ordem, a paz, a tranquilidade, na verdade, estas ressoavam de forma contrária, suscitando novas disputas e outras tensões. Embora o clima continuasse sendo de tensão, nos discursos do governo estadual e federal, presentes nos jornais, a leitura é de que com as medidas adotadas, a “paz” foi instaurada no território, praticamente de forma imediata, eliminadas as tensões e inaugurando um clima festivo.

Como exemplo podemos mencionar o disposto na reportagem *O caso de Alagamar (I)*, assinada por Aldo Paes Barreto, na coluna Diário Político, do *Diário de Pernambuco*, em 26 de janeiro de 1980. Nesta existe referência a uma carta recebida pelo jornalista, na qual é apresentada a versão do governo do estado para os acontecimentos em Alagamar. Na sequência das ações que foram realizadas pelo governo estadual, o porta-voz elenca, por exemplo, que com poucos dias de início da sua administração, o governador se direcionou a Alagamar para conversar com proprietários e camponeses, instaurou um posto policial e promoveu o desarmamento. Frente a isso é afirmado que “sob os aplausos de centenas de camponeses, o governador Burity levava a paz e tranquilidade a Alagamar” (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26 de janeiro de 1980, p. 2).

Além disso, sobre a atuação do governador, ressalta que após reunião com representante do SNI e com o Incra em que foram tratadas soluções para Alagamar, aponta a compra de Maria de Melo, pelo Governo Federal, como uma sugestão do governador Tarcísio Burity que, logo em seguida, teria se dirigido ao território juntamente com o presidente da FETAG. Sobre o momento de pronunciamento da notícia aos trabalhadores rurais, o posicionamento dado pelo porta-voz do governo do estado evidencia que foi “[...] entre risos,

lágrimas e cânticos dos agricultores [...]” (JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO, 26 de janeiro de 1980, p. 2).

A autora mencionada permite compreender como, a partir de um discurso de “solução”, o Estado intervém no sentido de estabelecer um controle sobre o território e desmobilizar o movimento social. Além disso, contribui para minar a própria unidade que existia em termos de pensar a Grande Alagamar, tendo em vista que, como apontou anteriormente, mediante a não desapropriação da área em sua totalidade, surgem outros pontos de tensões e, como vimos, disputas no que se refere aos usos do território.

Nesse sentido, compreendemos que as aprendizagens construídas pelos trabalhadores rurais no âmbito do movimento social, implicaram nas (re)configurações do território, na perspectiva em que forneceram subsídios para que resistissem frente à imposição de soluções que desconsideravam suas necessidades e expectativas e se pautavam apenas na efetivação de um projeto alicerçado na busca pelo lucro e a maximização da produção, para fazer uso de termos presentes nos documentos anteriormente evidenciados.

Além disso, entendemos que as aprendizagens construídas na e a partir da participação na luta, implicaram na reivindicação dos usos do território e, também, em pensa-lo a partir de si mesmo e não da tutela autoritária e exterior de agentes externos que desconheciam as realidades deste e dos trabalhadores rurais que o ocupavam. É sobre estes elementos que nos debruçaremos no tópico que segue.

5.3 Por um território pensado e construído a partir de si mesmos

No tópicos anteriores deste capítulo, pensamos como frente à implantação de um conjunto de medidas por parte do governo estadual e federal, principalmente, no tocante ao cooperativismo, e que eram ditas como soluções para Alagamar, ocorreram disputas no que se refere aos usos do território e leituras divergentes sobre estas. Apresentamos a compreensão de que a “luta continua” como uma das ressonâncias das aprendizagens gestadas nas práticas educativas ocorridas no âmbito do movimento social. No presente tópico, continuaremos este debate, no entanto, partindo de uma ênfase de como, nesse processo de (re)configuração, os trabalhadores rurais procuraram construir o território a partir de si mesmos, reivindicando a ocupação dos espaços que o integram. Visualizaremos, também, aproximações entre as práticas educativas construídas no âmbito da Luta do Povo de Alagamar e elementos da Educação Popular.

Nesse sentido, de início destacamos que além de discordâncias no tocante ao uso do território mediante o cooperativismo, encontramos, também, registros de novos usos de espaços do território e de disputa por estes, bem como um descontentamento para a presença dos técnicos, externos a este. Tais aspectos podem ser observados no trecho que segue, extraído da reportagem *Alagamar: longe do Sul – maravilha*, publicada em *O Pasquim*, entre os dias 4 e 10 de abril de 1980. Vejamos:

O sentimento de desconfiança e desagrado em relação aquilo que é imposto de cima para baixo é geral. Por exemplo: a casa onde morava o antigo proprietário, em Piacas, foi transformada pelos lavradores em Casa Comunitária e escola. É um ponto de encontro importante. As professoras são filhas de um dos moradores. Mas os técnicos do governo falam em fazer ali um posto de saúde. Embora o povo queira ter um posto de saúde tem outra opinião quanto ao local: “se querem fazer um posto de saúde podem construir noutro lugar, tem muito espaço.” Os moradores também não vêem com simpatia o bombardeamento de técnicos do governo na região e me explicaram: “daqui de dentro mesmo com calma se descobre tudo isso, enfermeira, professora... é preciso eles darem os cursos” (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 11).

Nesse sentido, percebemos como a ação realizada pelos trabalhadores rurais, a partir do movimento social e as aprendizagens construídas por estes no interior da luta, direcionaram a (re)configurações do território não apenas do ponto de vista da distribuição das terras e da posse destas, mas, também, modificando os usos e a simbologia dos próprios espaços. No caso em comento, a casa do antigo proprietário que passa a ser utilizada como casa comunitária e escola. Se antes a casa remetia a um espaço do poder hegemônico, de onde eram pronunciadas as normas, regras, esta, agora, passa a ser utilizada como um espaço comunitário, coletivo e, também, de ensinar e aprender, mediante a instalação da uma escola.

Chama atenção, no trecho mencionado, a ênfase na fala dos trabalhadores rurais no sentido de ocupar os novos espaços como escola, posto de saúde, com quadros formados não por agentes externos ao território, mas oriundos destes. Percebemos no trecho “[...] é preciso eles darem os cursos” um aceno para que o gerenciamento do território fosse realizado, não a partir de uma perspectiva tecnocrática e externa, tal qual a solução posta pelo Estado, mas a partir daqueles e daquelas que fazem o território, cotidianamente e os conhecem em suas minúcias e particularidades. Para retomar as palavras presentes no trecho citado “[...] daqui de dentro mesmo com calma se descobre tudo isso, enfermeira, professora...”.

Tal afirmativa nos fez compreender como a luta protagonizada pelos trabalhadores rurais era por terra, pelo direito de permanecer na propriedade, exercer suas atividades

trabalhistas, pela preservação de suas memórias e laços tendo em vista que muitos destes estavam há décadas na localidade, mas, também, ressoou na possibilidade de (re)organizar, (re)configurar o território mediante os seus interesses, necessidades e de si mesmo e não mediante uma tutela que controla e os desmobiliza e procura cessar as suas organizações. Para utilizar os termos presentes no documento, era, também, uma resistência e tentativa de rompimento com situações impostas “de cima para baixo”, ou seja, de maneira antidialógica.

Além dessa fonte, encontramos na reportagem *Guilhermino relata os seus problemas*, publicada no jornal *A União*, em 16 de janeiro de 1980, um diálogo entre alguns trabalhadores rurais e o governador e um destes faz referência a uma professora que lecionava em/era de Alagamar, o que vai ao encontro desta busca em pensar indivíduos do próprio território para exercerem as funções (registro que também pode ser visto na reportagem anterior, quando dispõe que as professoras eram filhas de um morador). Segundo *A União* (16 de janeiro de 1980, [s.p.]): “Vendo-se frente a frente com o governador, começou a dizer quais os principais problemas que afligiam os moradores da região. Pediu que o sr. Tarcísio Burity ajudasse a uma professora que ensina na comunidade e é paga pelos agricultores”.

Esse trecho nos direciona a pensar, além da questão em pauta, como, por muito tempo, o campo se constituiu como um espaço ausente de políticas públicas e de acesso a direitos como, por exemplo, a educação. Isso pode ser evidenciado mediante o caso de Alagamar, quando a existência de uma professora era garantida a partir do pagamento feito pelos próprios moradores e não pelo Estado. Nesse sentido, esta realidade vivida no território e em outros, permite-nos compreender como

Do ponto de vista das políticas governamentais e da legislação em vigor, pouco se falou sobre a educação rural até o início dos anos 1980. A Lei nº 4.024/61 deixou a cargo dos municípios a organização da escola rural, e eles começaram a construir as “escolas típicas rurais ou escolas isoladas”, ampliando cada vez mais o número de escolas com turmas multisseriadas no campo, cuja localização geográfica atendia mais aos interesses políticos eleitoreiros da oligarquia do que às demandas das comunidades (SILVA, Maria do Socorro, 2009, p. 80–81, grifo da autora).

Compreendemos que a ênfase dos trabalhadores rurais em pautar aspectos relacionados a questões sobre educação, especificamente, no tocante à existência de uma professora do próprio território, ao pagamento desta que era efetivado a partir dos próprios moradores, conforme evidenciado, pode ser visto como iniciativas que contribuíram para tensionar o Estado, no que se refere ao acesso ao direito à educação. Retomando o que expusemos no Capítulo 1 acerca de como os movimentos sociais do campo agenciaram no

sentido de construir uma educação do campo, pensamos que a luta por terra e por outras demandas, protagonizadas no campo e, dentre elas, a de Alagamar, podem ser vistas como sementes que contribuíram para uma problematização desta realidade evidenciada por Maria do Socorro Silva (2009) e para a busca do direito à terra, moradia, saúde, educação, dentre outros. Nesse sentido, retomamos a autora mencionada quando evidencia que:

O protagonismo dos movimentos sociais do campo na proposição e vivência de práticas sociais e educativas coloca-os como sujeitos construtores de projetos de sociedade e de educação, ao construírem referenciais éticos, estéticos, epistemológicos, políticos, que vão influenciar, sobremaneira, no Brasil, o desenvolvimento das práticas pedagógicas nas escolas do campo e a formulação de um marco jurídico específico para esta Educação (SILVA, Maria do Socorro, 2009, p. 382).

De tal modo, compreendemos a Luta do Povo de Alagamar como uma ação de resistência que trouxe modificações para o território em que ocorreu, mas que, também, inserida no âmbito de outros movimentos sociais do campo, contribuiu para um repensar do território do campo e para a luta por direitos. Somou, assim, vozes a um coro que, a partir de mecanismos diversos, pronuncia as suas palavras, denuncia suas realidades, transforma-as, (re)configurando-as. Pensamos, assim, que tais movimentos sociais ajudam na construção de outras realidades e leituras para o campo. Como ressalta Batista (2007, p. 170): “Eles contestam os poderes da ordem instituída e instituem novas lógicas e racionalidades políticas e sociais”.

Nesse sentido e, em continuidade, retomamos o relato do trabalhador rural, quando este menciona: ““Excelência, a moça não é diplomada, mas é daqui mesmo de Alagamar”” (JORNAL A UNIÃO, 16 de janeiro de 1980). Nos trechos “mas é daqui mesmo de Alagamar” e em “daqui de dentro mesmo”, evidenciados na reportagem do jornal *O Pasquim* (4 a 10 de abril de 1980), encontramos uma aproximação de significados, no tocante à ênfase de visualizar os moradores do próprio território. Isto nos fez pensar, também, como a problemática de Alagamar não perpassava apenas por uma questão econômica, de produção, como tratou o Estado, com vistas a esvaziar o real sentido da luta. Mas, direcionava a uma busca, por direitos, tendo como pauta central o acesso e permanência na terra, mas que, a partir do seu desenrolar e da aprendizagem dos seus direitos, ressoou na reivindicação de outras bandeiras como a educação, educação esta a partir de professoras do próprio território.

Esta pauta dos trabalhadores rurais em elementos diversos nos permite entender que o vivido em Alagamar não era perpassado apenas por questões de cunho econômico ou de

produtividade, tal qual se pautavam as medidas adotadas nas esferas governamentais. Possibilita ratificar a compreensão de que para os trabalhadores rurais, participantes do movimento social, a terra era espaço de vida, de pertencimento, sendo assim, constituído por múltiplas dimensões e não apenas por uma perspectiva econômica.

Isso nos faz rememorar o que expomos anteriormente em Bernardo Fernandes (2008), quando refletindo como o campesinato e agronegócio organizam territórios distintos, afirma que a organização do território, pelo camponês, ocorre a partir da sua existência e, assim sendo, precisa considerar “todas as expressões da vida”, para fazermos uso de termos, utilizados pelo autor. Para ele,

Educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, mercado etc, são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. São concomitantemente interativas e complexas. Elas não existem em separado. A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. A análise separada das relações sociais e dos territórios é uma forma de construir dicotomias. E também é uma forma de dominação, porque na dicotomia as relações sociais aparecem como totalidade e o território apenas como elemento secundário, como palco onde as relações sociais se realizam. Contudo, as relações não se desenvolvem no vácuo, mas sim nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios. Portanto, ambos possuem a mesma importância. As relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades (FERNANDES, B., 2006, p. 29).

De tal modo, podemos pensar como o movimento social contribui para (re)configurar o território, ao passo que permitiu acionar reflexões sobre áreas distintas que, até então, não eram visualizadas, como saúde e educação. Em seus cotidianos de luta, os trabalhadores rurais entenderam que para além do acesso à terra, existiam outros direitos os quais estavam sendo negligenciados. Em interface com o autor, pensamos que as ações empreendidas no âmbito do governo federal e estadual, ao pautaram uma centralidade em questões econômicas, estruturais, mediante um olhar externo, sem considerar as necessidades, expectativas dos moradores e as outras dimensões que compõem o território, atuavam no sentido de buscar formas de dominação, de desmobilização do movimento social e de interrupção da semente de resistência e transformação social que havia sido plantada.

Retomando a reportagem do jornal *O Pasquim*, encontramos, sobre a ação do governo em Alagamar, que “a tática do governo em Alagamar parece ser a de aceitar fazer uma mini-reforma-agrária tecnocraticamente manipulada para evitar uma reforma agrária de verdade, [...]” (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980). Isso ratifica o que expusemos acerca da maneira como o Estado fez uso das medidas adotadas para, a partir da presença dos

técnicos, atrelados aos interesses deste, estabelecer um controle sobre o território e seus usos e conter a mobilização dos trabalhadores rurais. Tal fato pode ser observado, ainda, quando concluindo o argumento, a fonte mencionada acrescenta que “[...] apagar rapidamente o fogo onde está queimando. Mas os moradores de Alagamar parecem não ter engolido esta tática... e a tensão continua” (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980).

Os elementos que evidenciamos em torno das (re)configurações dos usos do território na esfera do coletivo, mediante a adoção do cooperativismo e as reações da maneira como ocorreram a partir da proposta do Estado, bem como essa modificação no uso dos espaços do território e essa ênfase na ocupação dos quadros por agentes internos nos direcionaram a Batista (2007), quando discorrendo sobre como a luta dos movimentos sociais por reforma agrária incide sobre a (re)constituição de territorialidades camponesas, para utilizar uma expressão da autora, afirma:

Os movimentos sociais constituem-se em múltiplas formas organizativas, demandas, reivindicações que questionam as mais variadas formas de exploração, submissão, segregação, preconceitos, discriminações, evidentes no jogo das relações conflituosas dos macro e micropoderes que permeiam as relações sociais. Os espaços de contestação são palcos de lutas onde se forjam novas significações, novas identidades, novos conteúdos e significados aos lugares; criam novos territórios contestados da polis, da rua, da praça, da terra do campo, onde os sujeitos coletivos exercitam a cidadania, uma cidadania autônoma e não tutelada (BATISTA, 2007, p. 170).

Assim, compreendemos a Luta do Povo de Alagamar como um movimento social que reivindicava a permanência na terra e contestava os usos desta que seriam realizados pelos novos proprietários e que resultaria na expulsão daqueles, conforme evidenciamos anteriormente. Além disso, enquanto lutavam, os participantes forjaram novas significações para os lugares (ao transformar a casa do ex-proprietário em casa comunitária e escola, por exemplo) e (re)configuraram o território, mediante os conhecimentos que adquiriram na luta, de modo a, dentre outros aspectos, pensar um território que é construído a partir dos que o integram e não de agentes externos.

Na simbologia da transformação da casa do antigo proprietário em escola e casa comunitária, uma representação do novo cenário que, em meio a disputas, tensões e resistências, passa a ser delineado em Alagamar, no qual a existência de um poder central, hegemônico, começa a abrir espaço para uma perspectiva dialógica e não tutelada de uso do território.

Discorrendo sobre esta busca de um trato com o território de modo a romper com uma perspectiva tutelada, inquietamo-nos em refletir sobre os fatores que teriam contribuído para que os trabalhadores rurais construíssem tal leitura. Nesse sentido, direcionamos a reportagem *Quando a violência é justa*, publicada no jornal *Movimento*, entre os dias 20 e 26 de abril de 1981. Nesta consta uma entrevista a Dom José Maria Pires em que, dentre outras pautas, é problematizada a maneira como o governo de João Batista Figueiredo estava se portando frente à questão agrária, bem como as influências que a política adotada por este poderia ter na atuação das comunidades eclesiais, no que se refere a situações como a de Alagamar. De tal modo, o entrevistado reflete que:

Na medida em que surgem conflitos em determinadas áreas, estes têm sido resolvidos contra os posseiros. Só quando estes têm um grande grau de organização é que o governo tem agido, impondo medidas parciais que não solucionam os problemas. Nesse sentido, podemos dizer que a política do governo, ao não responder globalmente à questão da terra, será impotente para deter a caminhada dos trabalhadores que padecem por não ter a posse da terra. Quanto as soluções parciais, do tipo Alagamar, onde a coisa vem como uma “doação do governo” e não como uma solução efetiva e global, a reação da comunidade agrícola dependerá do seu grau de consciência e organização. Aqui em Alagamar, a política do governo não resolveu o problema e não lhe deu muito dividendos políticos, uma vez que o longo trabalho realizado pela Igreja elevou a consciência da comunidade e esta percebeu claramente o caráter paliativo da medida. É de supor, porém, que em áreas onde não exista o mesmo grau de organização de Alagamar, o regime venha a colher dividendos com suas medidas paliativas (JORNAL MOVIMENTO, 20 a 26 de abril de 1981, p. 8, grifo do autor).

Percebemos as aprendizagens construídas no âmbito da luta e esse “grau de consciência e organização”, evidenciado no documento citado, como contributo para uma leitura crítica acerca do território, dos novos usos e de quem estaria ocupando os espaços deste. A reportagem, considerando que trata de um trecho de uma entrevista concedida por um dos religiosos que atuou em Alagamar, faz referência apenas ao trabalho da Igreja. No entanto, tal como tratamos anteriormente, foram diversos os indivíduos e órgãos que apoiaram os trabalhadores rurais, seja a partir da presença no local ou mediante a publicação de cartas de apoio, notas de solidariedade, participação em atos realizados em João Pessoa, dentre outras formas. Nestes espaços, aprendiam e entendiam que eram fazedores de suas histórias e, também, do território ao qual pertenciam.

Além disso, direcionamos ao fato de que, a partir das fontes com as quais dialogamos, percebemos que a intervenção dos agentes externos que apoiavam os trabalhadores rurais, ocorria não em uma perspectiva de tutelá-los, mas de, dialogicamente, problematizar as

realidades e construir possibilidades de transformação desta. Conforme destacamos em outro momento da presente tese, um dos órgãos que esteve presente em Alagamar e apoiando a causa dos moradores foi o CDDH, a partir, por exemplo, do acompanhamento jurídico de advogados como Wanderley Caixe. Na reportagem intitulada *O advogado não se intimida*, publicada no dia 07 de agosto de 1978, no jornal *Movimento*, encontramos um relato do advogado, em que destaca situações de perseguição e que a eliminação de um dos membros que integram o referido centro não remeteria ao fim da luta e da defesa dos direitos humanos dos trabalhadores rurais e outros grupos. De tal modo, ressalta que:

Se querem atingir o coordenador do CDDH, prosseguiu Caixe, erram seu alvo, pois a defesa dos agricultores, do operário, do favelado, do preso, continuará. Ninguém mudará essa trajetória pastoral, por via de sequestros e eliminação física de uma pessoa. A luta não é nossa mas do próprio povo. Exemplo dessa afirmativa assisti ontem em Alagamar, na disposição dos agricultores em continuar na terra, pacificamente, mas com a determinação firme na sua união. Ou ainda hoje numa das favelas dessa cidade, o povo reunido, discutindo os seus problemas, descobrindo novas dimensões da vida. O povo caminha: cresce. E isso não se eliminará com a supressão física de uma pessoa. Ledo Engano (JORNAL MOVIMENTO, 7 de agosto de 1978, p. 11).

Mediante a fala do advogado, quando destaca que a luta é do próprio povo, temos indícios para pensar a atuação destes agentes externos, como pautada na busca da realização de um movimento social protagonizado pelos próprios trabalhadores rurais. Isto é ratificado, ainda, quando afirma que o “povo caminha, cresce” que, no caso de Alagamar, pode ser entendido como à medida que os participantes do movimento social foram se engajando na luta, conhecendo os seus direitos, endossaram as suas reivindicações e resistência em prol da permanência no território.

Fazendo um comparativo entre a postura dos órgãos externos que apoiavam a luta dos trabalhadores rurais de Alagamar e a maneira como agiam os representantes do Estado que estavam com a atribuição de efetivar as supostas soluções, percebemos um diferencial basilar: os primeiros atuavam, não na perspectiva da tutela, mas da problematização, do fornecer meios para que pudessem problematizar as suas realidades, denunciá-las e transformá-las. Nas cartas, notas de apoio que visualizamos nas fontes com as quais operamos, encontramos uma postura que se dava no sentido de dialogar com os participantes do movimento social, sobre o aparato legal que os respaldava, o reconhecimento da validade da luta e de que esta era justa e não apenas uma comunicação no sentido de apresentar uma sequência de caminhos que estes deveriam seguir. Isso pode ser visto, por exemplo, quando ao discorrer sobre a homilia que

seria realizada em uma missa celebrada em Alagamar, Dom José Maria Pires faz uma aproximação entre a realidade do personagem que seria abordado e o vivido no território, como uma maneira de possibilitar que os participantes do movimento social problematizassem suas realidades e as resistências que estavam realizando.

Sobre este fato, encontramos indícios na reportagem intitulada *Contra a polícia e os bois, Alagamar resiste*, assinada por Ricardo Ribeiro de Carvalho e publicada no *Jornal da República* em 16 de janeiro de 1980. Esta faz uma contextualização da situação em Alagamar e destaca a presença do religioso no território, acompanhado do vigário de Itabaiana–PB, dentre outros. Vejamos:

O sol estava quente. Dom José Maria Pires pôs um chapéu de palha na cabeça e visitou quase todos os sítios das fazendas Caiporas, Piacas, Alagamar e Maria de Melo, que fazem parte da Grande Alagamar, com quase 13 mil hectares. Em cada casa, procurava saber “como vão as coisas por aqui?” [...] O arcebispo procurava saber se o boi voltou a destruir as lavouras ou se os soldados estão agredindo as pessoas (JORNAL DA REPÚBLICA, 16 de janeiro de 1980, p. 10).

O mencionado na fonte nos permite compreender que a presença de Dom José Maria Pires e de outros religiosos que se afinavam com a mesma perspectiva de ser Igreja, ocorria no sentido do diálogo, da inserção no território, de modo a conhecer as realidades dos trabalhadores rurais, suas necessidades e denúncias, o que é expresso, mediante a pergunta: “como vão as coisas por aqui?”. Elaborava-se um apoio na perspectiva do “construir com” e não da apresentação de caminhos prontos que deveriam ser seguidos pelos trabalhadores rurais. Construía, então, um apoio à causa de Alagamar que partia deste diálogo e não de uma visão externa e descontextualizada.

Nessa diretiva, acionando a compreensão freireana de diálogo, expressa anteriormente, podemos entender que os agentes externos mencionados atuavam na perspectiva do encontro *com* e não do falar *por* (FREIRE, 2011a). A mesma reportagem nos fornece outros indícios sobre esta postura e inserção, quando destaca:

Depois da reunião, dom José juntou-se aos homens e mulheres da “Maria de Melo” e foi limpar a roça de mandioca, até ficar com bolhas na palma da mão, causadas pelo cabo de enxada. No final, abraçou todos e prometeu voltar ao sábado, quando rezará missa em louvor de São Sebastião, cujo dia é comemorado no domingo. O sermão, garantiu ele, “vai ser sobre alguém que lutou e defendeu direitos” e que “é um exemplo e um estímulo para o povo de Alagamar”. E pegou seu carro e voltou para João Pessoa (JORNAL DA REPÚBLICA, 16 de janeiro de 1980, p. 10).

O trecho citado permite perceber a presença do religioso no território, enquanto um fato constante. Além disso, evidencia o uso de momentos como a missa, para propiciar reflexões e problematizações sobre o contexto que estava instaurado em Alagamar e inspirar a continuidade da luta, a partir de si mesmos, do entendimento da importância da sua “caminhada” para o rompimento com as opressões que estavam instauradas. Tal atitude, vai ao encontro do que expomos por Severino Silva (2011), Vanderlan Pereira (2012, 2017) e Pires (1980b), quando elucidam uma Igreja que se abre ao seu tempo e toma um posicionamento afinado com a luta dos oprimidos, tais como os trabalhadores rurais.

Em sintonia com a fala evidenciada, encontramos, também, na entrevista de Dom José Maria Pires em *O Pasquim* a que referenciamos anteriormente, o seguinte: “Sobre o envolvimento direto da Igreja na luta dos camponeses de Alagamar, Dom José diz simplesmente: ‘a Igreja se desolidarizou do poder e fez uma opção pelo povo. E o povo caminha. O importante é caminhar com o povo’ (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, grifo do autor). Chama-nos atenção a recorrência ao termo “caminhar” e, especificamente, no documento mencionado, o “caminhar com”.

Já a atuação dos segundos, (os representantes do Estado), ocorria no sentido de uma presença, como mencionado, que era alicerçado no *decidir por*, no implantar medidas que partiam não do diálogo com os trabalhadores rurais, mas de informações coletadas a partir do SNI. Em Cantalice (1985) encontramos, por exemplo, registro da maneira autoritária como teria ocorrido a ação do INCRA, no tocante à implantação do cooperativismo, no território. Para a autora, “com o fito de alcance incondicional de suas metas, a ingerência do INCRA na questão efetivou-se autoritariamente, acentuado o caráter manipulador, dirigista e elitista do seu papel” (CANTALICE, 1985, p. 134).

Partindo desta diversidade de formas de se portar frente a Alagamar e aos trabalhadores rurais, lembramo-nos de Freire (2011a), quando tratando de uma educação bancária e de uma educação problematizadora, evidencia como a primeira “mistifica” a realidade e a segunda se pauta na “desmitificação” (os termos entre aspas são utilizados pelo autor). De acordo com o autor,

A primeira “assistencializa”; a segunda, critica. A primeira, na medida em que, servindo à dominação, inibe a criatividade e, ainda que não podendo matar a *intencionalidade* da consciência como um desprender-se ao mundo, a “domestica”, nega aos homens na sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se. A segunda, na medida em que, servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se

fora da busca e da transformação criadora. (FREIRE, 2011a, p. 101, grifos do autor).

De tal modo, percebemos, nestes elementos evidenciados, um dos fatores que contribuíram para que os participantes do movimento social pautassem a ocupação do território e seus usos por pessoas internas a este, que conheciam suas realidades e demandas. Nesse sentido, recorrendo a Freire (2011a) e retomando a discussão que evidenciamos acerca dos movimentos sociais enquanto um espaço educativo a partir de Batista (2007), Gohn (2012) e Antonio Pereira (2003, 2009), percebemos que as práticas que foram tecidas no âmbito da Luta do Povo de Alagamar deram-se no sentido de contribuir para o protagonismo, autonomia e liberdade, permitindo este estímulo à reflexão e à transformação, expostas em Freire (2011a).

Frente a esta perspectiva não tutelada e, também, mediante a decisão de que a luta deveria continuar, a maneira como ocorriam os diálogos e as problematizações sobre o vivido, as decisões dos caminhos que o movimento social deveria seguir e a esperança na transformação e construção de outra realidade, percebemos, nas práticas educativas, tecidas no âmbito da Luta do Povo de Alagamar, uma aproximação destas com os pressupostos da Educação Popular, na perspectiva que evidenciamos no capítulo 1 da presente tese. Construímos este entendimento estabelecendo uma interface entre as fontes e os autores a partir dos quais operamos o referido conceito, dentre eles, Carrillo (2011) quando apresenta, dentre os elementos constitutivos da Educação Popular, o diálogo e a construção de leituras críticas e Mota Neto e Pontual (2018) em que encontramos uma vinculação entre esta e a transformação das realidades.

Compreendemos que estes elementos apresentados pelos autores perpassaram o movimento social e foram significativos para a decisão de quais ações poderiam ser realizadas frente a cada contexto que era instaurado, sendo significativos para o andamento do movimento social. Percebemos, então, o movimento social como um espaço de construção de práticas educativas que dialogavam com a Educação Popular e que estas permitiam a reelaboração das resistências realizadas pelos trabalhadores rurais. Possibilitavam entender que as soluções pautadas pelo governo estadual e federal não atendiam às suas realidades e necessidades e, além disso, a decidir quais eram os caminhos que poderiam ser adotados para que fossem efetivadas medidas que estivessem pautadas, não na desmobilização e esvaziamento do movimento social, mas em uma efetiva solução para o caso.

Tais práticas educativas remetiam, assim, não a um direcionamento único, fixo, acabado para o movimento social e para as ações realizadas no interior deste, mas, para um exercício de reelaboração, de (re)configurações. Nesse ponto, localizamos mais uma aproximação com a Educação Popular, tendo em vista que esta também é tecida em um exercício de reelaboração, de conexão com cada contexto, cenários e indivíduos. De tal modo, partimos da compreensão de que:

Os processos de Educação Popular surgiram, portanto, sempre diversos e multifacetados, como parte da necessidade de responder ativamente e de forma propositiva aos desafios de cada contexto e momento histórico, e influenciados pelos marcos de referência dos diversos contextos teóricos e os projetos de sociedades com os quais se vincularam. Essa permanente dinâmica de “reinvenção” de si mesmos é uma característica própria dos processos de Educação Popular, devido precisamente à integralidade com que se relacionam seus componentes e sentidos éticos, políticos e pedagógicos na busca por contribuir com a transformação social e cultural de cada época (JARA, 2020, p. 206).

Entendemos que as práticas educativas construídas no âmbito da Luta do Povo de Alagamar, mediante uma aproximação com a Educação Popular, permitiam esta “reinvenção” do movimento social, para fazer uso de um termo posto pelo autor, no sentido de construir uma resistência que se pautava em uma leitura constante das realidades que se instauravam. Possibilitaram, também, ao permitir que os trabalhadores rurais entendessem o significado de suas atuações para a transformação das realidades, a compreensão de que deveriam pensar/fazer o território a partir de si mesmos, não mediante o gerenciamento e as normas de agentes externos.

Em continuidade, podemos perceber esta ênfase em ocupar os espaços, também, no que se refere à fundação da cooperativa e gerenciamento da mesma. A reportagem intitulada *Alagamar: longe do Sul – maravilha*, anteriormente mencionada e publicada no jornal *O Pasquim*, entre os dias 4 e 10 de abril de 1980, menciona tensões em torno da criação da mesma:

Recusar uma cooperativa tecnocraticamente implantada pelo governo é uma reação mais que natural para aquele povo pois na verdade, como eles mesmo dizem, já vivem e trabalham comunitariamente. Existe o embrião de uma cooperativa criada por eles: há mais de 3 anos existem cerca de 10 roçados comunitários e há 2 anos e pouco funcionam duas casas de farinha (uma em Alagamar, outra em Piacas) e os moradores estão planejando construir uma terceira em Maria de Melo (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 11).

O trecho citado ratifica o que estamos expondo acerca da ênfase dos trabalhadores rurais em pensar e organizar o território a partir de si mesmo, coletivamente, construindo em uma perspectiva dialógica, outras realidades para o território. Assim como outras reportagens evidenciadas, a mencionada acima nos permite entender que a oposição dos trabalhadores rurais participantes do movimento social não era a organização de uma cooperativa, mas a maneira como esta foi gestada, desconsiderando um debate mais amplo e a participação de todos aqueles que integravam o território.

Sobre isto, no mesmo documento, existe menção a uma carta datada de 17 de março e que seria de autoria de moradores de Alagamar e teria sido assinada por 614 destes. Nesta existem críticas incisivas à forma como teria ocorrido a fundação da cooperativa, sem diálogo e participação de todos. Em um dos trechos da referida carta, pode ser visualizado que:

[...] o INCRA juntou um pessoal que nunca lutou pelos nossos direitos junto com a gente, esse pessoal que ficou o tempo todo de nossa luta ao lado dos patrões, juntando assim uma minoria de Alagamar, Piacas e Maria de Melo para fundar a cooperativa que há tempos o INCRA e outros representantes do governo federal vêm querendo fazer; isto antes do tempo (JORNAL O PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 11).

Essa perspectiva de tomada de decisões sobre os rumos do movimento social mediante o diálogo vai ao encontro do que apresentamos acerca das aproximações entre as práticas educativas gestadas no movimento social e a Educação Popular. A ênfase em ocupar os espaços do território, em questionar a maneira como a cooperativa foi fundada, nos fez retomar Eggert (2013) quando tratando da Educação Popular faz referência à “tradução de si mesmos”. Nesta postura adotada pelos trabalhadores rurais, percebemos uma aproximação com este processo, mediante a busca pelo rompimento com um contexto em que a pronúncia da palavra era domínio de poucos e em que estes não podiam traduzir suas demandas, expectativas e necessidades.

O movimento social no qual nos debruçamos se constituiu como um cenário de construção de práticas educativas que resultaram em aprendizagens. Estas ao interferirem no entendimento da existência de direitos, nas decisões dos rumos que o movimento social poderia seguir, na percepção de que as soluções postas pelo governo estadual e federal não atendiam às suas necessidades, contribuiu para (re)configurações do território, para a elaboração de novas leituras para este e de outros usos, a partir de si mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da presente tese se constituiu, para nós, enquanto um desafio, tendo em vista questões que perpassam o ato de pesquisar, o contexto em que foi realizada e os ajustes no *velejar* que expomos no decorrer desta. Remeteu a uma possibilidade, alguns anos após a tessitura da monografia e da dissertação, de repensar escritos anteriores, elaborar novos achados e reencontros. Reencontros com a história de luta e de resistências das mulheres e homens de Alagamar; com o território do campo e sua pluralidade de vida e de modos de ser; e, com a história local de Salgado de São Félix–PB. Impactou tanto em nossa construção enquanto pesquisador, como no pertencimento ao território do qual somos oriundos.

Em um determinado momento, recebemos de um participante do movimento social, o seguinte questionamento: “O que você aprendeu estudando sobre Alagamar?” Naquela oportunidade, focamos a resposta na aprendizagem sobre a luta, a importância da organização em movimentos sociais, do reconhecimento dos direitos que possuímos e da percepção do significado do campo e dos que nele residem para a nossa história. No entanto, finalizando a presente tese, rememoramos tal questionamento e entendemos que Alagamar nos ensina, desde anteriormente à realização das pesquisas a que referenciamos, ao passo que permitiu iniciar um processo de reflexão sobre o que é História, onde acontece, por quem é feita, quais intencionalidades perpassam a sua escrita, possibilitando-nos compreender que a história acontece em todos os territórios e cotidianos (HELLER, 2008).

Frente a isto e considerando os objetivos, a problemática e os aportes teóricos e metodológicos, o recorte temporal da pesquisa a partir dos quais operamos na presente tese, construímos alguns achados, os quais evidenciamos a seguir.

Um primeiro elemento remete à percepção de que a realização de uma escrita sobre as práticas educativas de um movimento social e como estas contribuíram para (re)configurar o território, partindo da Educação Popular, permitiu-nos construir uma leitura para a pesquisa e o território desta, ao Sul, compreendendo, assim, o campo e neste, Alagamar e “outros alagamares” e os indivíduos que os integram como fazedores de histórias. Histórias que, conforme evidenciamos, em muitos casos, não são tratadas no contexto escolar, nos livros didáticos, mas que se constituem como capítulos fundamentais para entender as nossas historicidades. Esta leitura possibilitou, assim, o desvelar de usos e disputas dos territórios, da História, da história local, da memória e entender o campo como território de luta, de resistência, práticas educativas e vida.

Em continuidade, destacamos que, ao trabalharmos com as fontes que integraram a presente pesquisa, percebemos que o trato com o documento é detentor de uma dimensão educativa, no sentido que nos direcionou a aprendizagens acerca da história local, dos diversos territórios como lugares de histórias e memórias e de que não são apenas os documentos ditos oficiais que podem nos fornecer indícios, mas toda produção humana. Além disso, a organização do catálogo nos fez visualizar a pluralidade de fontes que existem sobre Alagamar e as possibilidades de leitura para o movimento social que podem ser apropriadas no contexto escolar, de modo a pensar uma educação que dialogue com temáticas relativas ao local, o que se torna significativo para pensar uma educação contextualizada, problematizadora, crítica e transformadora tal como propõem a Educação Popular e a Educação do Campo.

Outro achado remete a como a construção do território de Salgado de São Félix–PB e, nele, o de Alagamar, ocorreu no sentido do latifúndio, da concentração de terras, o que contribuiu para que Alagamar possuísse a configuração territorial e as relações de trabalho que detinha no contexto de 1975. Percebemos como a história do município mencionado e de Alagamar se entrelaçam e disso decorre a importância de pensar, dialogicamente, as histórias destes territórios e de tecer leituras sobre Alagamar não apenas a partir do local, mas estabelecendo conexões com a questão agrária no Brasil, com outros territórios que estavam vivenciando situações similares de luta pela terra.

Destacamos, também, a percepção de como a situação desencadeada em Alagamar, após 1975, possuiu ressonâncias do contexto agrário nacional, da presença do capitalismo no campo e da implementação do PROALCOOL que, neste território e em outros pelo país, contribuiu para diversas tentativas de expulsão de trabalhadores rurais dos seus territórios, para que nestes fossem cultivada a cana-de-açúcar, atendendo aos interesses do capital. A cana-de-açúcar (produto que passaria a ter seu cultivo ampliado mediante o tal programa) e a soltura do gado (estratégia utilizada para a destruição das lavouras e forçar a saída dos moradores das propriedades), podem ser vistas como mecanismos que incidiram sobre a saída das mulheres e homens do campo e, também, sobre seus pertencimentos, vínculos com o território, relações de sociabilidade, histórias e experiências de vida.

Em seguida, evidenciamos que, mediante a organização do movimento social como resistência às ameaças de expulsão e busca de direitos, visualizamos, em Alagamar, a construção de leituras distintas para o território do campo e que estas alicerçavam ações e posturas que também o eram. De tal modo, visualizamos, por exemplo, que na leitura dos novos proprietários o campo se constituía como espaço de geração de lucro e que este deveria

ser maximizado, mesmo que para isso fosse necessário retirar moradores do local em que nasceram e residiam há anos. Já na perspectiva dos trabalhadores rurais participantes do movimento social, encontramos elementos que iam ao encontro da compreensão do campo enquanto espaço de vida e um vínculo com a terra, compreendendo-a como fonte geradora de vida e não apenas de lucro, como no entendimento apontado anteriormente.

Entendemos, então, que em Alagamar, no contexto evidenciado, existiam leituras e propostas de construção de campos distintos e que ressoaram no desencadeamento, por um lado, de uma postura de resistência, de união, de luta não violenta, pautada no entendimento dos seus direitos e, por outra, no uso de diversos mecanismos de opressão e repressão, com vistas a ocasionar a saída dos moradores do território. Este cenário e a intensidade das tensões e das resistências fizeram com que a situação vivida pelos trabalhadores rurais despertasse as atenções nacionalmente, de agentes externos que os apoiavam, de religiosos, da mídia, do Estado, da sociedade – que também construíram suas leituras para o movimento social e para as saídas e ou soluções que deveriam ser adotadas.

Estes tensionamentos e disputas nos fizeram entender que essas leituras tiveram ressonâncias nas propostas que eram defendidas pelos trabalhadores rurais e agentes externos que apoiavam a causa e pelo governo estadual e federal. No âmbito dos primeiros, a defesa da solução era via Estatuto da Terra, requerendo a desapropriação de toda a área que integrava a “Grande Alagamar”. Na esfera do governo estadual e federal, mediante o aumento da tensão e do interesse, por parte destes, em desarticular o movimento social, foram propostas medidas que direcionavam a compra de alguns hectares, a desapropriação de outros e de algumas ações no que se refere à construção de estradas, eletrificação, saúde, implementação do cooperativismo, dentre outras.

Na proposta de solução pautada pelos trabalhadores rurais participantes do movimento social, percebemos a ênfase na compreensão da terra como espaço de vida. O permanecer no território remetia à continuidade dos seus ritmos de vida, costumes, vínculos. No entanto, nas medidas adotadas a partir do governo, existia uma centralidade no aumento da produtividade, no aparelhamento mediante a presença de técnicos que possuíam um olhar externo a este e na construção de um clima de “paz” e “tranquilidade”, mas que, considerando o diálogo que estabelecemos com as fontes a partir dos nossos referenciais teóricos e metodológicos, constituam-se como tentativas de silenciamentos e desarticulação do movimento social.

A pesquisa nos fez perceber, também, que existiam leituras distintas para o movimento social e em relação à atuação dos agentes externos que apoiavam os trabalhadores rurais. Se por um lado, a resistência realizada em Alagamar foi tomada como símbolo de uma luta

pautada na não violência, de um caso que contribuía para desvelar a situação das mulheres e homens do campo, no Brasil, apontando contribuições para denunciar/pensar/problematizar a questão agrária, por outro, existiram discursos que visavam a deslegitimar. Para isso, recorriam a argumentos e discursos diversos como, por exemplo: a associação do movimento social à subversão, à desordem, à desobediência civil, ao comunismo ou frente a acusações como de que os trabalhadores rurais teriam ferido reses. Conforme mencionamos, associavam a resistência destes a atitudes que retiravam a paz, a tranquilidade do território.

Somado a isso e neste mesmo intento, existiram tentativas de classificar os agentes externos, como padres e freiras representantes de um segmento católico e indivíduos ligados ao CDDH e que estiveram presentes no território, apoiando os trabalhadores rurais, enquanto comunistas, agentes de subversão, dentre outros termos que apresentamos no decorrer da tese. Frente a isto, conforme vimos, o acesso destes à localidade chegou a ser proibido.

No âmbito da discussão sobre a presença e atuação desses religiosos em Alagamar, evidenciamos, a partir de autores como Severino Silva (2011), a necessidade de observar a existência de compreensões distintas para a questão da terra e para o movimento social, na Igreja Católica. Percorrendo as documentações com as quais dialogamos, encontramos tanto uma postura de defesa e reconhecimento do significado da presença e atuação de Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara, de freiras holandesas, dentre outros, como de críticas e acusações de que estariam pautando questões que não eram centrais para a missão da Igreja.

Entendemos que essas perseguições e tentativas de desmobilização, mediante a soltura do gado, de bombas de gás lacrimogêneo, ameaças e prisões tanto de moradores, como de freiras estavam relacionadas, dentre outras questões, ao contexto histórico em que ocorreu, caracterizado por uma ditadura civil-militar. Nesse sentido, um achado que as fontes nos possibilitaram foi o entendimento da atuação do governo federal no controle e monitoramento das ações que eram realizadas em Alagamar.

Nos foi possível compreender aspectos sobre a atuação do SNI, no que se refere à questão agrária na Paraíba e, especificamente, em Alagamar. Percebemos como este serviço atuava realizando, de perto, um monitoramento das ações dos trabalhadores rurais e daqueles que os apoiavam. Localizamos indícios de como as medidas que foram adotadas pelo governo federal tinham por base as informações que eram repassadas por este.

Outro elemento que também se refere às ressonâncias deste contexto em Alagamar remete a tentativas de enquadrar organizadores de atos em apoio aos trabalhadores rurais e, também, religiosos e advogados que dialogavam com os participantes deste, na LSN, sendo esta mais uma iniciativa no sentido de tentar desarticular o movimento social. Em meio a tudo

isso, os trabalhadores rurais buscaram formas de continuar reivindicando soluções para a situação que estavam vivendo, o que fez com que a Luta do Povo de Alagamar se tornasse uma referência quando pautamos a questão agrária no âmbito da ditadura civil-militar.

Frente à atuação do governo estadual e do governo federal que, conforme percebemos, tinham em comum a proposição de medidas que não solucionavam na íntegra as demandas dos trabalhadores rurais, mas que mais atuavam no sentido de os desmobilizar, encontramos entendimentos divergentes sobre as ações destes e no que se refere a de quem seria a responsabilidade por tais soluções. No tocante ao governo estadual foram encontradas as seguintes leituras para a sua atuação: a) elogios à postura adotada por este e às medidas propostas; b) o entendimento de que solucionar a problemática de Alagamar não era uma responsabilidade do governo estadual; e, c) acusação de que nada estaria fazendo para resolver a situação.

No governo federal, vimos, principalmente, no período de João Batista Figueiredo, a busca de afirmar uma prontidão e preocupação para com Alagamar e de uma aproximação com o povo, mediante, por exemplo, a vinda deste ao território, por ocasião da entrega dos títulos de propriedade, e a forma como o evento foi organizado, de modo a apresentar um presidente que circula entre as pessoas, que as escuta. No entanto, através das fontes, foi possível perceber que este exercício de escuta não ocorreu no sentido de ouvir a todos e suas diversas leituras sobre Alagamar e compreensões sobre as soluções para o contexto que estava instaurado. Afirmamos isto, quando destacamos que aqueles que buscaram apresentar críticas à maneira como o cooperativismo estava sendo instaurado, não foram ouvidos.

Cabe ressaltar, que percebemos tanto na esfera governamental estadual e federal, discursos pronunciados pelos representantes destes, de que estavam atuando com prontidão e empenho frente a Alagamar. No entanto, encontramos indícios que contradizem estas afirmativas, quando pensamos, por exemplo, o espaço de tempo existente entre o início da reivindicação dos trabalhadores rurais e apresentação de propostas de solução ou até mesmo, episódios em que estes tentaram estabelecer um diálogo, mas não foram recebidos.

Visualizamos, nas medidas adotadas pelo governo estadual e federal, uma tentativa de ocupar os espaços nas instituições presentes em Alagamar, como uma forma de desmobilizar o movimento social, apagar a memória e o legado deste. Retomando Paulo Freire em diálogo com Sérgio Guimarães, este afirma que: “O papel fundamental da ideologia dominante é ocultar verdades que, desveladas, desnudas, criam dificuldades às classes dominantes” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 34). Assim sendo, pensamos que isto pode ser visto como uma tentativa de, ao retirar ou não permitir que os trabalhadores rurais acessem os espaços,

impedir que as memórias do movimento social circulem, que as próximas gerações possam entender os processos, o seu passado, o percurso que foi percorrido para que o território possuisse aquela configuração e a permanência neste fosse assegurada.

Percebemos que o manter a paz, a ordem, a tranquilidade, tal como evidenciamos e que eram termos recorrentes nos discursos dos representantes do governo federal e estadual e utilizados com justificativas para as ações postas por estes, remete a um desmobilizar do movimento social, e, também, a um posterior apagamento da memória das resistências que eram realizadas pelos trabalhadores rurais. Acionando os autores citados: “Na medida em que há uma eficácia na ocultação, há um resultado imediato, que é a falta de memória” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 34).

Frente aos elementos postos no decorrer da tese, foi possível refletir sobre como o trato com as memórias dos movimentos sociais, dentre eles, dos ocorridos no território do campo, constitui-se, também, como uma forma de resistência e de luta contra as tentativas de apagamento e de desmobilização dos trabalhadores rurais. Trazer à tona reflexões sobre as memórias e histórias de acontecimentos como a Luta do Povo de Alagamar possibilita tanto que as gerações seguidas a esta possam conhecer suas histórias, memórias e entender aspectos que contribuíram para as (re)configurações do território a que pertencem, bem como de que problematizem a existência dos direitos e a importância de lutar para que estes sejam assegurados.

Em continuidade à apresentação dos achados da pesquisa, evidenciamos que, no entanto, percebemos que frente às medidas que eram publicadas pelo Estado, os trabalhadores rurais participantes do movimento social dialogavam e se posicionavam. Compreendendo a Luta do Povo de Alagamar como um espaço de práticas educativas, pensamos estes posicionamentos como ressonâncias dos aprendizados que construíram sobre os seus direitos, o funcionamento das instâncias governamentais, o que contribuiu para que pudessem pautar soluções que atendessem às suas necessidades. Entenderam, então, que o proposto não solucionava o problema, ao passo que a parcela do território desapropriada não era suficiente para contemplar todos os moradores. Decidem, então, dialogicamente, conforme exposto, pela continuidade da luta e de suas reivindicações.

À medida que as soluções do governo eram postas, os trabalhadores rurais, considerando as aprendizagens que construíram, intervinham, questionavam, contribuindo para tensionar o Estado e (re)configurar o território considerando as realidades, necessidades e trajetórias de lutas dos trabalhadores rurais e não da perspectiva dos técnicos que eram enviados pelo governo federal e estadual. Visualizamos nas resistências frente às maneiras

como ocorreu a instauração do cooperativismo, nos usos do território, um elemento que contribuiu para forjar outras configurações para o território. Se antes este era configurado a partir da centralidade de um proprietário e, posteriormente, de novos proprietários que ditavam os usos, mediante a luta estabelecida, os trabalhadores rurais pautam a construção de um território a partir de si próprios.

Neste contexto de questionamento das medidas propostas pela esfera governamental, encontramos uma ênfase, por parte dos trabalhadores rurais, em ocupar os espaços do território com indivíduos internos a este e que o integravam e não mediante uma intensa presença de técnicos que não possuíam vínculos com a localidade. Compreendemos isto como uma tentativa de construir o território a partir de si e não tutelados por agentes externos que atendiam aos interesses e demandas do Estado. Pensamos este entendimento como uma resistência e ressonância das aprendizagens que construíram na luta e da maneira como os agentes externos que os apoiavam atuavam no sentido do diálogo, da problematização e não do falar por ou da doação.

Visualizamos, mediante a maneira não tutelada como ocorria a tomada de decisões, a ênfase no diálogo, na problematização, no entendimento de que a realidade poderia ser transformada, uma aproximação das práticas educativas construídas no âmbito do movimento social com a Educação Popular. Nessa interface, percebemos que isto possibilitava que as próprias ações de resistência fossem sendo (re)configuradas, construídas, considerando a análise dos novos cenários e das medidas que eram adotadas pelo governo estadual e federal. Além disso, configurava-se uma prática em que a pronúncia da palavra era realizada pelos trabalhadores rurais e não por agentes externos ao território.

Assim sendo, entendemos que os achados evidenciados nos permitiram confirmar o argumento de tese de que, mediante a participação na Luta do Povo de Alagamar, os trabalhadores rurais construíram práticas educativas que contribuíram para a construção de novas leituras e (re)configurações para o território no qual ocorreu.

Ao chegarmos ao final da escrita desta tese e cientes que muito ainda existe a ser dito sobre Alagamar, esperamos que as reflexões apresentadas e as informações dispostas no catálogo elaborado a partir da pesquisa documental, possam contribuir para que outras pesquisas e problematizações acerca do movimento social sejam realizadas. Como acenaram os trabalhadores rurais de Alagamar, “a luta continua” e poderíamos acrescentar: “A luta continua e se (re)configura” e nesse (re)configurar surgem outras demandas e problematizações a serem realizadas e que, dentre outras questões, contribuem para que possamos pensar sobre o território do campo no Brasil e a questão agrária.

Considerando este aspecto e as temáticas com as quais nos deparamos no decorrer do trato com as fontes e pesquisas sobre a Luta do Povo de Alagamar, pensamos que existe uma série de outras questões que podem ser abordadas em estudos futuros, dentre as quais: reflexões sobre a atuação do SNI e a LSN na questão agrária, na Paraíba, a partir do movimento social ocorrido em Alagamar (apresentamos algumas reflexões sobre tal temática, no entanto, observamos que existem outras minúcias sobre esta que podem ser observadas e analisadas) e uma análise das formas como as escolas que se situam no território têm contribuído para a preservação/problematização da memória do movimento social.

Além destas questões, poderíamos acrescentar: as formas atuais de organização dos trabalhadores rurais, em Alagamar e possíveis ressonâncias das aprendizagens construídas a partir das vivências na luta; o desdobramento das medidas de solução adotadas a partir do governo estadual e federal; a continuidade da atuação ou não dos agentes externos que apoiavam os trabalhadores rurais, após o movimento social; e a contribuição do trato com as memórias e histórias dos participantes do movimento social para a construção de uma educação em interface com a Educação do Campo e Educação Popular.

Por fim, esperamos que as discussões que foram postas na presente tese acerca da Luta do Povo de Alagamar, de sua história, as fontes com as quais dialogamos, bem como o que narramos sobre como a realização desta pesquisa nos possibilitou compreender o território do campo como um espaço de vida, de histórias e de memórias, contribua para um repensar da história local e que esta seja visibilizada no contexto escolar. Que contribua para a construção de um olhar inquieto para o local ao qual pertencemos, visualizando nos indivíduos que o integram, nas casas e outras construções arquitetônicas, nas diversas produções escritas e imagéticas, fontes, indícios que podem direcionar a construção de leituras e interpretações acerca da história local.

Esperamos, também, que o catálogo de fontes construído contribua no acesso a documentos que podem ser utilizados no contexto escolar, de modo a possibilitar o trato com a história local e, também, uma interface desta com as histórias de outros territórios. O acesso a estas fontes se torna significativo, principalmente, quando pensamos, conforme evidenciamos anteriormente, que a Educação do Campo tem, dentre seus princípios, o diálogo com o território e com os que o integram, suas memórias e histórias.

Nessa diretiva, lembramo-nos de Brandão (2002), quando discorrendo sobre o que denomina de “o trabalho de ensinar”, aponta o professor como o responsável por “recriar o saber”. De acordo com o autor, “Ele retoma conhecimentos ‘adormecidos’ e os convoca de volta ao único lugar onde o símbolo, o sentido, o saber e o valor existem de fato: a interação

entre pessoas convidadas ao diálogo que torna atual um conhecimento [...]” (BRANDÃO, 2002, p. 213–214). Pensamos que se torna primaz esse exercício de retomar esses conteúdos acerca da história local que, por questões diversas, apresentadas no decorrer da presente tese, foram “adormecidos” e, a partir destes, elaborar problematizações acerca da realidade da qual os diversos indivíduos que compõem o contexto escolar e o território em que se situa, são parte. Retomando Le Goff (2012), compreendemos que este exercício nos permite um trato com a memória, de modo a pensar formas de libertação, de transformação social e não de afirmação e manutenção das desigualdades e exclusões.

Sobretudo no contexto atual, perpassado por exclusões, negações, dialogar com as histórias e memórias de resistência do território do campo, a partir dos movimentos sociais, remete a uma possibilidade de pensar/compreender a contribuição destes para a luta por direitos e a importância de que homens e mulheres possam pronunciar as suas palavras, construir suas leituras de mundo, denunciar situações de opressões e anunciar outras possibilidades. Permite-nos, assim, esperar que outras histórias e realidades são possíveis.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joabe Barbosa. **Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960–1964)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23 – 79.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de história local: redescobrimos sentidos. **SAECULUM – Revista de História**, v. 15, João Pessoa, p. 57–85, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11357>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- BARBOSA, Marleide Quintino. **A influência da igreja na organização social dos camponeses de Alagamar/PB**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- BARROS, José D’Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407–429, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BASTIDAS, María Grisálida Cianci. De los derechos y las disputas de sentidos: la palabra del colibri. **América Latina em Movimento**, n. 533, Quito, Ecuador, p. 18–20, jun. 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/193524>. Acesso em: 13 maio 2020.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Estado, luta de classes, movimentos sociais e as políticas de educação do campo. *In*: BATISTA, Maria do Socorro Xavier (org.). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo: pesquisas e práticas educativas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 45–66.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo (re)constituindo Território e a Identidade Camponesa. *In*: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (org.). **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. São Paulo: Editora Alínea, 2007. p. 169–189.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares. *In*: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide. **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 123–165.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Educação Popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28. 2005. Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, 2005. p. 1 – 13. Disponível em:

<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/educacao-popular-em-movimentos-sociais-construcao-coletiva-de-concepcoes-e-praticas>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental/Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

BOFF, Leonardo. **América Latina: da conquista à nova evangelização**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular na escola cidadã**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. 3. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 318).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio – Cinquenta e um anos depois. In: STRECK, R. Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 9–14.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 2 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto – Lei nº 1.767**, de 1º de fevereiro de 1980. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1767.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.341**, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos *Annales* 1929 – 1989. Trad: Nilo Odália. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Teologia da Enxada – 40 anos: retalhos das comemorações em Serra Redonda e Salgado de São Félix. **Revista Consciência**, 13 de agosto de 2014. Disponível em: <https://revistaconsciencia.com/teologia-da-enxada-40-anos-retalhos-das-comemoracoes-em-serra-redonda-e-salgado-de-sao-felix/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

CALDART, Roseli. Sobre Educação do Campo. In: BERNARDO, Mançano Fernandes *et al.* (org.). **Educação do Campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 67–86.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete (org.). **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. p. 23 – 48. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 3).

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Alagamar**: um conflito solucionado? 1984. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, 1984.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e Conflito**: questionando Alagamar. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba: Campina Grande, 1985.

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 36, de 19 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão excepcional dos prazos para defesa de dissertação ou tese no âmbito dos programas de concessão de bolsas da Capes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 55, p. 79, 20 de março de 2020. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3482>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CARTILHA DAS MISSÕES. Guarabira, 1984.

CARRILLO, Alfonso Torres. **Educación Popular, trayectoria y actualidad**. República Bolivariana de Venezuela: Universidad Bolivariana de Venezuela, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. (FGV de Bolso – Série História).

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad.: Ana Cristina Nasser. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 295–316.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; SILVA, Severino Bezerra da. Educação popular e sua renovação crítica: um diálogo com as Epistemologias do Sul. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 200–220, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14004>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CORREA, Sílvia Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 2, n. 2, p. 11–32, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1084>. Acesso em: 15 set. 2019.

DASMACENO, Maria Nobre. Movimentos Sociais: contextualização e práticas organizativas. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Luciclêa Teixeira (org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Impreco, 2016. p. 34–59.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**, São Paulo, p. 269–280, 17 nov. 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/%20view/%2011150>. Acesso em: 6 maio 2020.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15–42.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

EGGERT, Edla. As muitas margens da Educação Popular. In: STRECK, R. Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 143–150.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197–215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 271–302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27–39.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 32–53. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5).

FERNANDES, Silvana Torquato. Modernização em Campina Grande nas páginas do Diário da Borborema. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, XXVI, São Paulo, 2011. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, jul. 2011, p. 1–17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849117_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhSP2011.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

FERREIRA, Esdras Sarmiento. **Cantata pra Alagamar: do conflito à produção musical**. 2017. Dissertação (Mestrado em Música) - Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio – Aprender a dizer a sua palavra. *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 11–30.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução: Joíce Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Dialogando com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. *In*: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007. p. 175–185.

GUEDES NETO, Adauto. **Com o mesmo calor do sol, com o mesmo peso da enxada: a experiência da Teologia da Enxada no agreste central pernambucano entre 1964–1985**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IBGE. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/salgado-de-sao-felix.html>. Acesso em: 3 abr. 2022.

INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. **A Luta do Povo de Alagamar**. Informativo n 83, João Pessoa, PB, Janeiro/Fevereiro de 1980.

JARA, Oscar. **A educação popular latino-americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; ENFOC, 2020.

JARA, Oscar. ?Qué democracia tenemos y qué democracia queremos? **América Latina em Movimento**, n. 533, Quito, Ecuador, p. 3–6, jun. 2018.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667–696, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MnbhJwMvwzPKjNDxtKXpfpr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad.: Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 6. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

LINS, Lucicléa Teixeira. Teorias sobre os movimentos sociais: projetos de sociedade em disputa. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Lucicléa Teixeira (org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Impreço, 2016. p. 12–33.

LÓPEZ, Rosa Elva Zúñiga. La Educación Popular, apuesta política por la transformación de la realidad. **América Latina em Movimento**, n. 533, Quito, Ecuador, p. 1–2, jun. 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/193524>. Acesso em: 13 maio 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111–153.

LUCENA, Hadassa Monteiro de Albuquerque. **Aprendizagens em movimentos sociais: um estudo a partir de narrativas biográficas de participantes do Levante Popular da Juventude**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**, v. 1, Rio de Janeiro, p. 126–141, 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217–227.

MEJÍA, Marco Raúl. **Educação e Pedagogias Críticas a partir do Sul: cartografias da Educação Popular**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELO, Mario. **A Fazenda Modêlo do Doutor Odilon Maroja**. 1. reimp. João Pessoa: Sal da Terra, 2009.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Ed. Ísis; Diálogo – Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre, 2005.

MENDONÇA, Wilma Martins de. No corpo de Margarida, as pétalas feridas da nação. In: FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933–1983) através das práticas educativas das Margaridas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. p. 11–15.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA NETO, João Colares; PONTUAL, Pedro de Carvalho. Desafios de la formación política. **América Latina em Movimento**, n. 533, Quito, Ecuador, p. 10–11, jun. 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/193524>. Acesso em: 13 maio 2020.

NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. **Saeculum**, p. 13–27, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11226>. Acesso em: 12 jul. 2019.

NEVES, Gildivan Francisco das; SILVA, Severino Bezerra da. Construção compartilhada do conhecimento, Educação Popular e memórias do campo. *In*: ARAÚJO, Renan Soares de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Educação Popular e Construção Compartilhada do Conhecimento**: debates teóricos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. p. 81–107.

Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/educacao-popular-e-construcao-compartilhada-do-conhecimento-debates-teoricos>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NEVES, Gildivan Francisco das; SILVA, Severino Bezerra da; ARAGÃO, Patrícia Cristina de. Entrelaços da Educação Popular e Educação do Campo: tecendo olhares para o campo a partir do Sul. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 13, n. 2, maio/ago. 2020.

Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacao/emancipacao/article/view/14958>. Acesso em: 15 set. 2021.

NEVES, Gildivan Francisco das. **História e memória da “Luta do Povo de Alagamar”**: experiências de vida e práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. 2014.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NEVES, Gildivan Francisco das. **Na Pedagogia de um movimento social, uma escrita da História**: agenciando experiências, construindo saberes e fazendo Educação Popular na “Luta do Povo de Alagamar” (1975–1980). 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. Trad.: Yara Aun Khoury. **Prof História**, São Paulo, p. 7–28, 10 dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Vieira de. **São Félix de Cantalice**: 144 anos de tradição e fé. Salgado de São Félix: [s.l.], 2004.

PARAÍBA. Decreto nº 33.426 de 31 de outubro de 2012. Cria a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Diário Oficial**, João Pessoa, PB, p. 2–3, 01 de novembro de 2012. Disponível em:

<http://static.paraiba.pb.gov.br/2012/10/Di%C3%A1rio-Oficial-01-11-2012.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba** - Relatório Final. João Pessoa: A União, 2017.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2009.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Práticas Educativas na luta pela terra**: uma análise freireana da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Assentamento Nova Vida / PB. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba (1966–1985)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PIVETTA, Fatima; PORTO, Marcelo Firpo. Prefácio. *In*: FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama Rosa. **Histórias de Pessoas e Lugares: memórias das comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. p. 11–18.

PIRES, José Maria. Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de despedida. *In*: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (org.). **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012a. p. 253–321.

PIRES, José Maria. A fome do nordestino é consequência da estrutura econômica e política. *In*: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (org.). **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012b. p. 229–235.

PIRES, José Maria. Sobre o sofrimento dos agricultores. *In*: PIRES, José Maria. **Do Centro para a Margem**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980a. p. 27 – 30.

PIRES, José Maria. Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos. *In*: PIRES, José Maria. **Do Centro para a Margem**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980b. p. 41 – 50.

PROJETO RONDON. **Cartilha Salgado de São Félix**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. [Operação Porta do Sol]. Disponível em: <https://issuu.com/geronlopesfilho/docs/cartilha>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PRPG/UFPB – Pró-Reitoria de Pós-Graduação/Universidade Federal da Paraíba. **Comunicado nº 01/PRPG/UFPB**. João Pessoa, PB, 31 de março de 2020. Disponível em: <http://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/downloads/COMUNICADON.01.PRPG.UFPB.pdf>/view. Acesso em: 4 abr. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino – americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117 – 142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). **Vária História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19–41, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/6KjwJ5V5XB3NsVwBpvDVRXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboração de Dietmar Klaus Pfeiffer. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

ROSA, Wagner José da. O campesinato como modo de vida. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 1, n. 2, p. 98–107, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/360>. Acesso em: 9 fev. 2021.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: reflexão e crítica**, p. 290–295, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v20n2/a15v20n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SALDANHA, Ana Maria. **Representações literárias da questão agrária na primeira metade do século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

SALIS, Carmem Lúcia Gomes de. **Estatuto da Terra: origem e (des)caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. **Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEographia**, n. 1, Niterói, p. 7–13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso em: 1 abr. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto n. 64.518**, de 10 de outubro de 2019 – Dispõe sobre a reorganização do Instituto Butantan, da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde – CCTIES, da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64518-10.10.2019.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39–62. (Biblioteca Básica).

SILVA JÚNIOR, Carlos Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de Educação Popular – Serra Redonda – PB**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Lidiane Maria da. **Comunicação na Luta de Alagamar (1975–1980):** do boca à boca às manchetes os jornais. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.

SILVA, Luis Carlos Paulino da. **Os movimentos sociais na escola do campo:** resgatando memórias e construindo cidadania através do Conflito de Alagamar/PB. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Greve na fazenda. *In*: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil:** formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. v. 1, p. 207–232.

SILVA, Maria do Socorro. **As práticas pedagógicas das escolas do campo:** a escola na vida e a vida como escola. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Severino Bezerra da. Memórias camponesas na Paraíba (1960 a 1980), organizações/lutas e Catolicismo Popular: uma contribuição histórica à educação do campo. *In*: BATISTA, Maria do Socorro Xavier (org.). **Movimentos Sociais, estado e políticas de educação do campo:** pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 73 – 111.

SOUSA, Israel Soares de; SILVA, Severino Bezerra da. Por um ensino de História referenciado na Educação Popular. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 182–204, 2016. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/32>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SOUSA, Israel Soares de; SILVA, Severino Bezerra da. **Educação Popular e ensino de história local:** cruzando conceitos e práticas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SOUSA, Israel Soares de; SILVA, Severino Bezerra da. História, Pesquisa e Educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 20/21, n. 1/2, p. 150–163, jan./dez. 2011/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20224>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA, Luciano Batista de. **Educação Popular e Teologia da Enxada:** afinidades, convergências e complementaridades. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SOUZA, João Francisco de. Educação Popular enquanto uma Pedagogia, Movimentos Sociais Populares *Lócus* Educativo. *In*: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (org.). **Educação e Movimentos Sociais:** novos olhares. São Paulo: Editora Alínea, 2007. p. 123–153.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária.** Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. **Portaria n 090/GR/Reitoria/UFPB**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas de prevenção e adequação do funcionamento da Universidade Federal da Paraíba às determinações oficiais referentes à emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). João Pessoa, PB, 17 de março de 2020. Disponível em: http://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/downloads/Portaria_090_GR_Reitoria_UFPB.pdf/view. Acesso em: 02 mar. 2022.

VALDEMARIN, Vera Teresa. A construção do objeto de pesquisa. *In*: SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). **Pesquisa em Educação**: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 47–65.

VASCONCELOS, Ruth. A dimensão educativa e o potencial “subversivo” dos movimentos sociais: o reconhecimento dos direitos na construção da identidade coletiva. *In*: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 105–122.

VIANA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural**, ano VI, n. 14, Marechal Cândido Rondon, p. 8–10, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/483/397>. Acesso em: 10 fev. 2020.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. 8. reimp. São Paulo: Todavia, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; PINTO, João Batista Moreira. O processo de construção e disputas em torno dos Direitos Humanos no Brasil. **Revista Interdisciplinar Sulear**, ano 4, n. 8, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5279>. Acesso em: 20 nov. 2021.

REPORTAGENS CITADAS NO DECORRER DA TESE

a) Do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira

JORNAL DA REPÚBLICA. **Os camponeses festejam**: os bois estão indo embora, 22 de janeiro de 1980.

JORNAL DA REPÚBLICA. **Contra a polícia e os bois, Alagamar resiste**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Agricultor expõe a crise no campo**, 6 de julho de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Alagamar**, 07 de janeiro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Alagamar:** já é tempo de solução, 18 de janeiro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Alagamar melhora cultura com sementes selecionadas**, 14 de setembro de 1981.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Bispo acusa desumanidade**, 14 de janeiro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Camponeses levam drama a Figueiredo**, 24 de junho de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Cooagral incentiva culturas**, 28 de outubro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Cooperativa elimina tensão social na PB**, 13 de abril de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Dom Hélder:** Camponês virou gado, 8 de janeiro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Figueiredo inicia hoje visita ao NE**, 26 de junho de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Incra atua na Paraíba**, 16 de outubro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **JBF entrega terra aos camponeses**, 27 de junho de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Pe. Melo:** Cooperativismo é justiça social, 13 de abril de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **O caso de Alagamar (I)**, 26 de janeiro de 1980.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Político vai hoje a júri**, 16 de fevereiro de 1981.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. **Situação em Alagamar pode ser normalizada**, 17 de janeiro de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **CNBB diz que Papa quer ver a todos**, 30 de maio de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Cruz diz que Medeiros nada tem a ver com Baumgarten**, 07 de fevereiro de 1983.

JORNAL DO BRASIL. **Dom Hélder acha que visita sacudirá consciência de todos**, 08 de julho de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Dom Hélder fala a trabalhadores**, 06 de janeiro de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Direitos Humanos da Paraíba critica solução do Governador para Alagamar**, 20 de janeiro de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Figueiredo visitará região de Alagamar**, 19 de junho de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Figueiredo distribui terras em Alagamar**, 27 de junho de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **O bispo, o judeu e o ateu cantam a saga do Alagamar**, 18 de dezembro de 1979.

JORNAL DO BRASIL. **Papa faz pronunciamento social aos operários no Morumbi**, 03 de julho de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Papa clama por justiça social diante de 150 mil operários**, 04 de julho de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **Procurador denuncia Deputado**, 14 de março de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **SNI tem 2 mil pessoas e verba de Cr\$ 700 milhões**, 22 de março de 1981.

JORNAL DO BRASIL. **Vereadores ficam com Buriti**, 04 de fevereiro de 1981.

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA. **Freiras intimadas na Paraíba**, em 20 de março de 1981.

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA. **Querem despejar mais de dois mil posseiros**, 28 de janeiro de 1978.

JORNAL MOVIMENTO. **A violência cresce mudam sua ação**: da resistência para as invasões, 4 a 10 de fevereiro de 1980.

JORNAL MOVIMENTO. **CNBB dá nome aos bois**, 18 a 24 de fevereiro de 1980.

JORNAL MOVIMENTO. **Depois da luta, as promessas**, 21 a 27 de janeiro de 1980.

JORNAL MOVIMENTO. **LSN – outra vez**, 23 de fevereiro e 01 de março de 1981.

JORNAL MOVIMENTO. **O advogado não se intimida**, 07 de agosto de 1978.

JORNAL MOVIMENTO. **Quando a violência é justa**, 20 a 26 de abril de 1981.

JORNAL MOVIMENTO. **Viva! Na Paraíba, vitória do povo**: terra para quem trabalha, 4 a 10 de dezembro de 1978.

JORNAL O PASQUIM. **Alagamar**: longe do Sul – maravilha, 4 a 10 de abril de 1980

JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA. **Geisel não fala com o povo**, 08 de novembro de 1978.

b) Do dossiê sobre Alagamar

INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. A Luta do Povo de Alagamar. **Informativo n. 83**, João Pessoa, PB, janeiro/fevereiro de 1980.

JORNAL A UNIÃO. **Bronzeado inicia implantação de seis medidas em Alagamar**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL A UNIÃO. **Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais**, 13 de janeiro de 1980.

JORNAL A UNIÃO. **Guilhermino relata seus problemas**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL A UNIÃO. **“Freiras voltam a Alagamar” é uma promessa do Arcebispo**, 8 de janeiro de 1980

JORNAL A UNIÃO. **Governador esteve em Alagamar para ouvir agricultores sobre violência**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. **Burity não permitirá subversão no campo**, 5 de janeiro de 1980.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. **Denúncia**, 13 de janeiro de 1980.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. **Fetag levará à justiça o caso de agricultor**, 13 de janeiro de 1980.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. **Injustiça fundiária**, 13 de janeiro de 1980.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. **Líderes sindicais visitam área de tensão de Alagamar**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. **Para Fetag o governo terá que respeitar lei da terra**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. **Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações**, 6 de janeiro de 1980.

JORNAL O MOMENTO. **Dos leitores**, 5 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Alhanda se solidariza**, 3 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Colono diz que Burity fez promessa de retirar gado**, 13 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Conselho Comunitário envia carta de apoio a agricultor**, 09 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **DCE repudia a violência da Polícia**, 04 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Denunciando espancamento de menores em Alagamar**, 10 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Dom José agora condena também desumanidade em 2 fazendas de Alagamar**, 13 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Dom José se responsabiliza pela retirada do gado**, 6 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Estudantes hoje com os posseiros**, 4 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Fetag encaminha relatório para Confederação**, 16 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Incidentes são comunicados ao Presidente da República**, 4 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Mesmo sem provas, Bronzeado acha Cornelius “agente da subversão”**, 5 de janeiro de 1980.

JORNAL O NORTE. **Monteiro diz que incidente em Alagamar está superado**, 30 de dezembro de 1979.

JORNAL O NORTE. **República Bovina de Alagamar**, em 1980.

JORNAL O NORTE. **Sindicato de Alhandra também faz denúncias**, 6 de janeiro de 1980.

c) Outras

PORTAL CORREIO. **Assentamento da PB exporta algodão colorido orgânico para Europa**, 18 de abril de 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Ficha para a pesquisa documental

FICHA PESQUISA DOCUMENTAL		
TÍTULO		
AUTORIA		
TIPO DE DOCUMENTO	☐ Jornal ☐ Carta ☐ Cartilha ☐ Cordel ☐ Livro ☐ Artigo ☐ Resenha ☐ Monografia	☐ Dissertação ☐ Tese ☐ Hino ☐ Informativo ☐ Panfleto ☐ Folder ☐ Outro Qual? -----
ANO DO	Documento:	Publicação:
ARQUIVO/ACERVO		
DISPONÍVEL EM MEIO	☐ Digitalizado ☐ CD/DVD ☐ Internet	☐ Impresso ☐ Outro Qual?-----
CONSERVAÇÃO		
TEMÁTICA		
RESUMO		
POSSIBILIDADES DE PESQUISAS		
OUTRAS OBSERVAÇÕES		

Nome do Pesquisador

Local, data/mês/ano